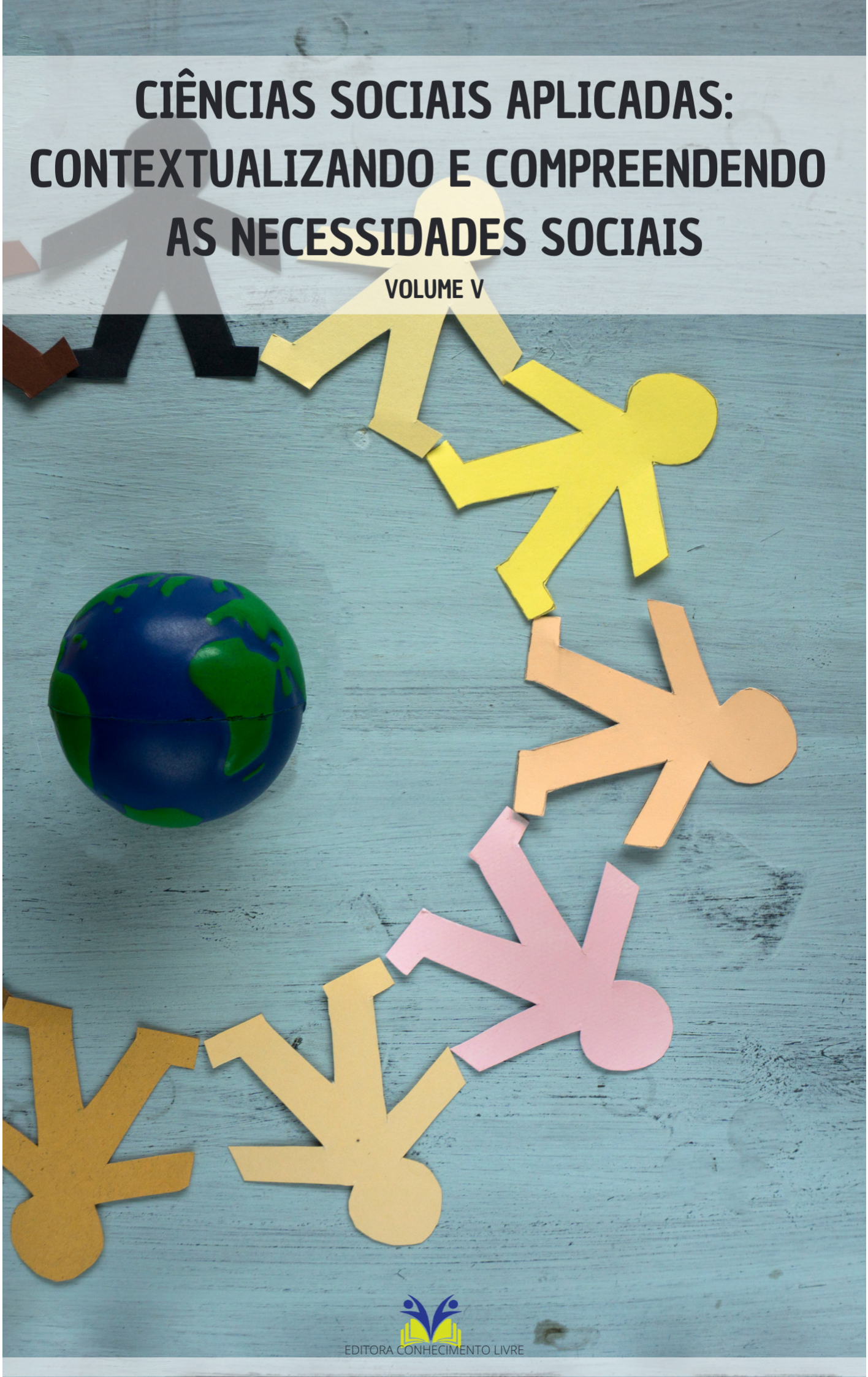
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: CONTEXTUALIZANDO E COMPREENDENDO AS NECESSIDADES SOCIAIS

VOLUME V



EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Frederico Celestino Barbosa

Ciências sociais aplicadas: contextualizando e compreendendo as necessidades sociais

5ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

Copyright© 2022 por Editora Conhecimento Livre

5ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Barbosa, Frederico Celestino
B238C Ciências sociais aplicadas: contextualizando e compreendendo as necessidades sociais

/ Frederico Celestino Barbosa. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2022

390 f.: il
DOI: 10.37423/2022.edcl547
ISBN: 978-65-5367-169-0
Modo de acesso: World Wide Web
Incluir Bibliografia

1. atualidade 2. relacionamento 3. soluções I. Barbosa, Frederico Celestino II. Título

CDU: 300

https://doi.org/10.37423/2022.edcl547

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

Dr. João Luís Ribeiro Ulhôa

Dra. Eyde Cristianne Saraiva-Bonatto

MSc. Frederico Celestino Barbosa

MSc. Carlos Eduardo de Oliveira Gontijo

MSc. Plínio Ferreira Pires

Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO
2022

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 7
LICITAÇÕES: ANÁLISE SOB O ENFOQUE DA TEORIA DOS JOGOS
Guilherme Dias Gontijo
DOI 10.37423/220706260

CAPÍTULO 2 27
ANQUILOGLOSSIA E FRENECTOMIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA
Alana Vieira Azevedo
Ann Karolyne Moraes Correa
Ranyelle Cavalcante Barreto
DOI 10.37423/220706274

CAPÍTULO 3 36
TUTELA COLETIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS INDÍGENAS
EMILLY AQUINIS GOMES E GOUVEIA
IANNA HELLEN FARIA
DOI 10.37423/220706279

CAPÍTULO 4 60
EMIL BERED E A HABITAÇÃO COLETIVA MODERNA PORTOALEGRENSE
Silvio Belmonte de Abreu Filho
Angela Cristiane Fagundes
DOI 10.37423/220706280

CAPÍTULO 5 79
COMPLIANCE EMPRESARIAL COMO FERRAMENTA DE REDUÇÃO DA CORRUPÇÃO
Thannuze Rocha Escobar Queiroz
DOI 10.37423/220706286

CAPÍTULO 6 100
A ATUAÇÃO DOS ENFERMEIROS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE NO ÂMBITO DA SEXUALIDADE DO IDOSO
CLESIOMAR SILVA LOBATO
DOI 10.37423/220706293

CAPÍTULO 7 122
DIVULGAÇÃO SOBRE COVID-19 NOS SITES INSTITUCIONAIS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
REGIANE RIBEIRO MOTURI
Francimayre Aparecida Pereira de Jesus
Giovani Espinola de Carvalho
Natasha Rayane de Oliveira Lima.
Priscila Campos Santos
DOI 10.37423/220706299

CAPÍTULO 8 132
ANÁLISE SOBRE A EXPECTATIVA DOS ACADÊMICOS APÓS A FORMAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO NA UNIJUÍ
Ariosto Sparemberger
Luciano Zamberlan
Andressa Tesche
Josiane Marcieli Neuhaus
Tiago Dotto de Almeida
DOI 10.37423/220706309

CAPÍTULO 9 149
COMPORTAMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL DOS MUNICÍPIOS COM MAIOR PIB DA REGIÃO NORTE MATO-GROSSENSE: UMA ANÁLISE SEGUNDO A LRF
Amanda Scaravonatti Moraes
Maysa Oliveira de Melo Antonio
DOI 10.37423/220706310

CAPÍTULO 10 171
A RELAÇÃO DO ICMS ECOLÓGICO (ICMS-E) COM GASTOS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE NOS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO: UMA ANÁLISE DE DADOS EM PAINEL
Jaqueline Rodrigues Gonçalves
Cleiton Franco
Magno Alves Ribeiro
Ariel Lopes Torres
DOI 10.37423/220706314

CAPÍTULO 11 192
EFEITOS DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE) NOS INDICADORES DE ESTRUTURA DE CAPITAL DAS EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS DA B3
Cleiton Franco
Natalie Cristi Guzatti
Sonia Aparecida Beato Ximenes
Weister Fernandes Martins
Ariel Lopes Torres
DOI 10.37423/220706315

CAPÍTULO 12 212
A PATERNIDADE SOCIOAFETIVA E A OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS
Ericka Patrícia Freitas
DOI 10.37423/220706316

CAPÍTULO 13 240
A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E SUAS IMPLICAÇÕES NO DIREITO DE PROPRIEDADE E NA TUTELA JURISDICIONAL DA AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
ADHY DE MAGALHÃES PASCOAL
JÚLIA DE PAULA VIEIRA
DOI 10.37423/220706322

CAPÍTULO 14 257
GESTÃO DO AGRONEGÓCIO: UMA ANÁLISE DE ANTES, DENTRO E DEPOIS DA PORTEIRA DE UMA PROPRIEDADE RURAL DO MUNICÍPIO DE MOREIRA SALES – PR
Antonio Guilherme Cadan
Eloisa Paula de Oliveira
Rogério Silveira Tonet
DOI 10.37423/220706326

CAPÍTULO 15 280
ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO NO SETOR DE CAIXA EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO
Tatiane Eliza Boldrini
Maysa Oliveira de Melo Antonio
DOI 10.37423/220706335

CAPÍTULO 16 299
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: MAPEAMENTO INTERNACIONAL DE PESQUISAS CIENTÍFICAS EM ECONOMIA DE CUSTOS DE TRANSAÇÃO
Deisy Cristina Corrêa Igarashi
Wagner Igarashi
DOI 10.37423/220706341

CAPÍTULO 17 318
A INTERCULTURALIDADE E OS NEGÓCIOS INTERNACIONAIS: UMA REFLEXÃO TEÓRICA
Gislaine Martinelli Baniski
Adriana G. Fabrini
Cesar Eduardo Abud Limas
DOI 10.37423/220706345

CAPÍTULO 18 338
ESTRATÉGIA CULTURAL E QUALIDADE DE VIDA: DISCUSSÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL
Elenir de Brito Monteiro
Gisele Gomes Valente
Fabiano da Silva Pereira
DOI 10.37423/220706364

CAPÍTULO 19 352
PROGRAMA DE AVALIAÇÃO & GESTÃO DE DESEMPENHO (PAGED):BUSINESS CASE EM ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL
Marco Antonio Martins Lima
DOI 10.37423/220806375

CAPÍTULO 20 366
PROGRAMA DE ESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL (PROESTRUTURA): ESTUDO EM ORGANIZAÇÃO DE SAÚDE
Marcos Antonio Martins Lima
José Airton Ferreira Lima
DOI 10.37423/220806384

CAPÍTULO 21 377
PROGRAMA DE GESTÃO DE CUSTOS (PROCUSTOS): APLICAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO DE SAÚDE
Marco Antonio Martins Lima
José Airton Ferreira Lima
DOI 10.37423/220806385

Capítulo 1

10.37423/220706260

LICITAÇÕES: ANÁLISE SOB O ENFOQUE DA TEORIA DOS JOGOS

Guilherme Dias Gontijo *Universidade Federal de Minas Gerais*

Resumo: O presente trabalho pretende apresentar uma breve revisão bibliográfica acerca do atual paradigma da gestão pública e aspectos relevantes do princípio constitucional da eficiência administrativa. Busca-se expor, com base no pensamento de Scott Bierman e Luis Fernandez, a necessidade de aplicação, ao direito, da Teoria dos Jogos. O principal objetivo do presente trabalho é verificar o desenho do jogo vinculado aos procedimentos licitatórios, bem como se há atual regulação gera eficiências. A análise realizada aponta que o procedimento licitatório regulado pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, deveria ser aprimorado para evitar a majoração dos gastos públicos.

Palavras chave: Administração Pública – Princípio da Eficiência – Teoria dos Jogos – Licitações

INTRODUÇÃO

O direito, como manifestação da vontade social, surge em consonância com os interesses de classes dominantes, objetivando, em regra geral, legitimar a ideologia majoritária, alcançar o bem-estar social e regulamentar as relações políticas, administrativas, sociais e econômicas, mediante sanções positivas e/ou negativas.

Historicamente, a gestão pública foi realizada por instituições e órgãos administrativos responsáveis por editar normas destinadas a disciplinar e dirigir os próprios serviços e funcionários. Contudo, referidas normas eram esparsas e, muitas vezes, não analisadas e aplicadas de forma sistematizada.

Com as ideias liberal-democráticas difundidas pela Revolução Francesa, formou-se o cenário necessário à elaboração de um Direito Administrativo, como ciência. A consolidação legislativa de normas de observância obrigatória pela sociedade e disciplinadoras das estruturas administrativas, dos serviços públicos, das relações do Poder com os administrados e com os seus próprios agentes públicos fomentou a organização administrativa do Poder.

Partindo do pressuposto de que o mercado não consegue, por si só, garantir a prestação dos serviços indispensáveis, emerge do processo de liberalização a responsabilidade pública de regulação do mercado e de garantia de serviços púbicos. A reforma do Estado-Administração, inspirando-se em paradigmas da iniciativa privada, estabeleceu uma Administração Pública gerencial[1-2] que prima pela eficiência nos serviços públicos e no controle de resultados. Neste contexto, incumbe ao Estado estabelecer a regulação econômica e social, assegurando a continuidade e disponibilidade dos serviços públicos essenciais.

Essa regulação econômica e social vincula-se ao ideal de que as necessidades dos cidadãos devem continuar a ser garantidas na forma de um dever público. O Estado, entretanto, abdica da função de prestador direto dos serviços públicos para assumir a função de regulador e garantidor de tais atividades. Nesta reforma gerencial, o Estado pauta-se na descentralização, na subsidiariedade e nas parcerias com a iniciativa privada. Esse novo modelo eleva, assim, a regulação como instrumento de garantia, de realização de valores do interesse público, instituindo o Estado Contratante.

O Estado Contratante assume características específicas e está sendo construído a partir da regulação, da intervenção indireta e, principalmente, de uma Administração Pública gerencial que objetiva essencialmente a eficiência. A regulação e o contratualismo podem ser considerados as principais características deste Estado contemporâneo.

Nesse contexto de busca da melhor decisão administrativa para solução de casos concretos se faz necessária uma ponderação comparativa dentre os diversos interesses públicos. À Administração Pública não é suficiente a mera submissão aos ditames normativos, exige-se a obtenção de resultados benéficos à sociedade quanto à redução do desemprego, o desenvolvimento nacional, ao combate à pobreza e à desigualdade, à qualidade dos serviços públicos.

Apesar de a necessidade de eficiência administrativa ser dedutível sem uma previsão normativa expressa, a obrigatoriedade de eficiência de meios e resultados prevista no *caput*, do artigo 37, da Constituição, salientou, para a Administração Pública, a importância de se ponderar acerca das consequências dos atos administrativos.

A eficiência pública é diversa à eficiência privada e não pode ser com esta confundida. Analisada sob o aspecto privado, a eficiência vincula-se à maximização de riquezas, mediante majoração do lucro ou da participação de mercado e redução de custos. A eficiência pública, por sua vez, refere-se à satisfação do bem comum com justiça social, baseado em uma síntese e composição dos diversos interesses públicos de uma sociedade. A eficiência pública está assentada, em verdade, sob um pêndulo que gravita sobre a análise de resultados e, por outro lado, sobre a necessidade de efetivação de garantias socioeconômicas.

> **O intuito que deve balizar sempre a atuação de qualquer agente público é o de melhor velar pelo bem comum. Assim, na faixa discricionária, diante do caso concreto, a questão não se resume, pura e simplesmente, a uma mera opção do administrador pela solução que lhe aprouver, segundo seus juízos subjetivos. (...) o administrador não tem uma prerrogativa de livre escolha[3].**

A tomada eficiente de decisão da Administração Pública depende, essencialmente, de definição prévia e racional de estratégias aptas a proporcionarem os resultados pretendidos, bem como da interação existente com os particulares. Necessário, portanto, realizar estudos para verificar a metodologia aplicável às decisões públicas quando vinculadas a essa relação com os administrados.

A Teoria dos Jogos, conforme lição de Bierman e Fernandez[4], "*preocupa-se com o modo como indivíduos tomam decisões quando estão cientes de que suas ações afetam uns aos outros e quando cada indivíduo leva isso em conta. É a interação entre tomadores de decisões individuais, todos eles com um propósito em vista, cujas decisões tem implicações para outras pessoas, o que torna as decisões estratégicas diferentes de outras decisões*".

Especificamente em relação às licitações, em qualquer das modalidades, há, necessariamente, interação de indivíduos, tomando decisões estratégicas baseadas nos interesses próprios e nas

supostas decisões de terceiros concorrentes e da própria Administração Pública. Enquanto esta pretende pagar o menor valor, com a mesma qualidade de serviço ou produto; os licitantes pretendem fornecer o serviço ou o produto pelo maior valor possível. Considerando essa interação entre as partes, imperioso analisar se a Teoria dos Jogos é uma metodologia adequada para verificar se o procedimento licitatório é apto a promoção da eficiência administrativa.

O presente trabalho pretende, pois, apresentar revisão bibliográfica acerca da Administração Pública gerencial e contratualista. Referida revisão terá como enfoque principal as normas vinculadas às licitações. A partir da apresentação do contexto administrativo, analisar-se-á a eficiência de referido sistema com base na Teoria dos Jogos. A discussão pautar-se-á na análise se o atual sistema licitatório está de acordo com parâmetros de eficiência descritos na teoria dos leilões.

I – GESTÃO PÚBLICA

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 representa, para o ordenamento jurídico brasileiro, importante alteração do tratamento concedido pelo Estado à sociedade, uma vez que estabeleceu e consolidou, genericamente, direitos econômicos, sociais e culturais.

Estabelecendo um rompimento com o sistema político e econômico anterior, o artigo primeiro, da Constituição, dispõe que a República Federativa do Brasil se constitui em Estado Democrático de Direito, pautado na soberania nacional, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político. Os objetivos a serem alcançados pela República, nos termos do artigo 3°, da Constituição, seriam a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; o desenvolvimento nacional; a erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais; a promoção do bem de todos.

Os fundamentos do Estado Democrático de Direito e os objetivos da República Federativa do Brasil norteiam as regras das constituições econômica, social e política, que, obrigatoriamente, se entrelaçam no texto constitucional[5], formando um arcabouço à análise e interpretação do ordenamento jurídico.

A função e a atuação da Administração Pública estão intrinsecamente baseadas nessa autossustentação de normas constitucionais econômicas, políticas e sociais, uma vez que representam o instrumental executório necessário à consolidação e efetivação dos fundamentos do Estado Democrático de Direito e dos objetivos da República Federativa do Brasil. Em síntese, incumbe à Administração Pública promover, de modo democrático e equilibrado, a gestão dos fundamentos e

objetivos traçados na Constituição, mediante o cumprimento das normas previstas no ordenamento jurídico.

A Constituição da República instituiu o Estado Democrático de Direito baseado na atuação de uma Administração Pública Gerencial, como agente normativo, controlador e regulador da atividade econômica. Salientou-se, ainda, a atividade de gestão da Administração Pública, mas, ao mesmo tempo, criou balizas ao determinar a sujeição ao disposto nas normas vigentes, principalmente aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (artigo 37, *caput*).

Referida gestão não se limita, entretanto, a uma mera obrigatoriedade de execução. Representa um dever de boa análise e escolha valorativa dentre os diversos interesses públicos a serem sopesados para a efetiva concretização do bem comum. A função administrativa refere-se, portanto, a um "*poder-dever de, diante dos mais variados interesses presentes, adotar, no caso concreto, dentro da margem discricionária aberta pela lei, aquela decisão mais eficiente para a persecução do bem comum*"[6].

Onofre Alves Batista Júnior[7] leciona que a atuação da Administração Pública não se limita, entretanto, a uma mera obrigatoriedade de execução. Representa um dever de boa análise e escolha valorativa dentre os diversos interesses públicos a serem sopesados para a efetiva concretização do bem comum. A função administrativa refere-se, portanto, a um poder-dever de adotar, em cada caso específico, de acordo com a discricionariedade prevista em lei, aquela decisão mais eficiente para a persecução do bem comum.

Florivaldo Dutra de Araújo8 pondera ser imperiosa a motivação dos atos administrativos para que se possa compreender a interpretação que o administrador público tem em relação à legislação e, principalmente, para que seja possível o enquadramento da incidência do ato à situação fática que o motivou.

José dos Santos Carvalho Pinto[9] afirma que o ponto fulcral do princípio da eficiência seria a incessante procura pela produtividade e economicidade administrativa, que impõe uma execução de serviços públicos com presteza, perfeição e rendimento funcional.

Marçal Justen Filho[10] defende que a eficiência seria a produção dos melhores resultados mediante a utilização mais produtiva possível dos recursos econômicos. Ressalta que o princípio não impõe, entretanto, a subordinação da atividade administrativa à racionalidade econômica, norteada pelo lucro e acumulação de riqueza.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro[11] afirma que o princípio da eficiência administrativa apresentaria duas orientações principais, que representariam, em verdade, uma dualidade meio/fim. O princípio vincula-se ao modo de conduta dos agentes públicos (meio) e, ao mesmo tempo, à busca pelos resultados mais benéficos à sociedade (fim). A autora salienta, ainda, que o princípio da eficiência deve ser analisado em conformidade com os demais princípios administrativistas, uma vez que não pode mitigar ou se sobrepor principalmente a legalidade, sob pena de severos riscos à segurança jurídica.

A gestão a ser promovida pela Administração Pública deve objetivar a promoção do bem comum, mediante a garantia de prestação pública de qualidade, bem como com celeridade e presteza. Ademais, a prestação da atividade administrativa e a busca pela efetivação do bem comum devem ser realizadas de forma permanente e contínua. Assim, a qualidade, a celeridade, a presteza e a continuidade representam, igualmente, parâmetros à eficiência.

A garantia de qualidade, celeridade, presteza e continuidade dos serviços públicos vincula-se à efetividade dos instrumentos de gestão de serviços públicos. Conforme lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro[12] as principais formas de gestão abrangem a concessão e a permissão de serviços públicos (Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995), a concessão patrocinada e a concessão administrativa (Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004) e o contrato de gestão (Lei Federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998).

O principal instrumento de gestão e requisito constitucional à prestação de serviços públicos de forma terceirizada e contratação de particulares pelo Estado é a licitação.

II – LICITAÇÃO

A licitação é o procedimento administrativo por meio do qual o órgão público oferece a oportunidade de o particular celebrar contrato administrativo, mediante apresentação da oferta mais vantajosa e atenção ao instrumento convocatório. Trata-se de procedimento obrigatório para os contratos de obras, serviços, compras e alienações (artigo 3713, XXI, da Constituição) e para a concessão e permissão de serviços públicos (artigo 175[14], da Constituição).

Hely Lopes Meireles[15] leciona:

> **Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Visa a propiciar iguais oportunidades aos que desejam contratar com o Poder Público, dentro dos padrões previamente estabelecidos pela Administração, e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos. É o meio técnico-legal de verificação das melhores condições para a execução**

> **de obras e serviços, compra de materiais e alienação de bens públicos. Realiza-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, sem a observância dos quais é nulo o procedimento licitatório, e o contrato subsequente.**

Maria Sylvia Zanella Di Pietro[16] conceitua licitação, aproveitando parcialmente conceito de José Roberto Dromi, como "procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para a celebração do contrato".

Atualmente, o procedimento licitatório está regulado pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências".

A Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece, em seu artigo 22, as modalidades de licitação, quais sejam, concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão. A Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, instituiu nova modalidade: o pregão.

Apesar de cada modalidade apresentar procedimento específico, todas apresentam etapas semelhantes[17], quais sejam, audiência pública; edital ou convite de convocação; entrega da documentação de habilitação e propostas; habilitação dos licitantes; julgamento das provas; adjudicação e homologação.

O presente trabalho pretende analisar, exclusivamente, a etapa de apresentação de propostas, bem como se referida fase do procedimento licitatório representa um leilão e se está regulada em consonância com os parâmetros da Teoria dos Jogos.

III – TEORIA DOS JOGOS

A Teoria dos Jogos pretende analisar a tomada de decisões de indivíduos quando estes estão cientes da existência de repercussões da decisão, principalmente em relação a terceiros. O principal objeto de estudo é modo como ocorre a interação entre os diversos tomadores de decisões individuais, e como essa interação influencia a decisão.

> **A teoria dos jogos procura entender como os jogadores (sejam eles indivíduos, empresas, organizações, países etc) tomam suas de cisões em situações de interação estratégica. Em outras palavras, a teoria dos jogos visa a explicar como esses jogadores fazem as suas escolhas em situações de interação estratégica[18].**

A noção de interação é apresentada por Ronaldo Fiani[19]: "*uma situação de interação estratégica é aquela em que os participantes, sejam indivíduos ou organizações, reconhecem a interdependência mútua de suas decisões*".

Quanto à possibilidade de aplicação da Teoria dos Jogos às licitações/leilões, a lição de Bierman e Fernandez[20]:

> **Leilões parecem ser um campo de teste natural para a teoria dos jogos. Diferentemente da barganha, eles têm jogadores claramente definidos e procedimentos cuidadosamente seguidos. Entretanto, até leilões cuidadosamente especificados permitem um número assombroso de estratégias, o que torna a análise difícil. Apenas recentemente os teóricos dos jogos conseguiram destrinchar o emaranhado de detalhes para descobrir os aspectos estrategicamente importantes desses jogos.**
>
> **(...)**
>
> **Recentemente, os teóricos dos jogos passaram da simples explicação do comportamento observado de dar lances em leilões para o ativo desenho de leilões. A meta do desenho de leilões é garantir que o objeto leiloado seja arrematado pelo participante que mais valorizá-lo e ao mesmo tempo conseguir o preço mais alto para o vendedor ou o mais baixo para o comprador.**

A Teoria dos Leilões é uma parte da Teoria dos Jogos que pretende realizar estudos acerca do comportamento de agentes durante leilões, bem como os efeitos e resultados dos leilões em relação à eficiência, às estratégias de equilíbrio, os resultados ótimos e sub-ótimos.

Imperioso apresentar conceitos básicos referentes à teoria dos leilões baseados, principalmente, na lição de Bierman e Fernandez[21].

Conforme lição de Bierman e Fernandez[22], "as regras do leilão definem quem pode participar, quais lances são aceitáveis, como são dados os lances, quais informações são reveladas aos participantes durante um leilão, quando o leilão termina, como o vencedor é determinado e qual é o preço que o vencedor pagará pelo item leiloado".

Os autores, primeiramente, apresentam o conceito de leilão23: "sistema para alocar propriedade com base na competição por preço entre compradores e/ou vendedores pelo direito de comprar e/ou vender um bem".

Afirmam os autores que os leilões podem ser **abertos** – quando qualquer pessoa pode apresentar um lance – ou **fechados** – quando os participantes têm que ser convidados ou aprovados pelo vendedor. Conceituam, ainda, o **preço de reserva**24: "mínimo pelo qual o vendedor permitirá a venda do item".

Os leilões podem ser com **lances selados** ou **orais**. No primeiro, o lance é apresentado por cada participante de forma escrita e secreta, sendo revelado após o término do leilão e para anunciar o vencedor. No segundo, os lances são apresentados publicamente durante o evento. Independentemente se selados ou orais, os lances podem ser ascendentes, descendentes ou simultâneos. Os leilões podem ser, ainda, de **primeiro preço** – quando o preço pago é igual ao lance vencedor – ou de **segundo preço** – o preço pago é igual ao segundo lance mais alto apresentado.

O **leilão inglês** é oral, de lances ascendentes e de primeiro preço. Caso tenha um preço de reserva, os lances começam nesse preço e terminam quando não for dado mais nenhum lance. O **leilão holandês** é oral, de lances descendentes e de primeiro preço, ou seja, começa com um valor alto e vai baixando até ser dado o primeiro lance.

Por fim, cumpre salientar a análise da eficiência de um leilão[25]: "*um leilão é eficiente se, em equilíbrio, o objeto leiloado é sempre arrematado pelo participante que mais o valoriza.* (...) *A eficiência já não tem mais nada a ver com quem vence o leilão. O que queremos que o leilão faça agora é dar um incentivo para que os participantes invistam a quantidade ótima de recursos na determinação de quanto vale o bem*".

Em síntese, o leilão é eficiente na hipótese de se empregar, de acordo com o interesse das partes, a quantidade ótima de recursos, conforme lição de Ronaldo Fiani[26]:

> **O problema ao se desenhar um leilão é garantir que a utilidade do leiloeiro seja maximizada, seja obtendo pelo objeto em leilão o maior preço possível (no caso em que se trata de um leilão de venda), seja obtendo o menor preço possível (quando se trata de um leilão de compra).**

IV – LICITAÇÕES E TEORIA DOS LEILÕES

A decisão administrativa pública pretende ser eficiente, razão pela qual necessário perquirir se a metodologia aplicada está apta a proporcionar os resultados pretendidos.

Hely Lopes Meireles[27] esclarece o conceito de propostas: "*são as ofertas feitas pelos licitantes para execução do objeto da licitação, indicando cada qual seu modo de realização e preço, na forma e condições pedidas ou facultadas no edital ou no convite*".

A Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece, em seu artigo 48, critérios de desclassificação de propostas, mas, que, em verdade, regulamentam o procedimento de leilão do objeto da licitação, *in verbis*:

> **Art. 48. Serão desclassificadas:**
>
> **I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;**
>
> **II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)**
>
> **§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)**
>
> **a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)**
>
> **b) valor orçado pela administração. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)**

Conforme disposto no referido artigo, o licitante deve apresentar proposta com valor global inferior ao limite máximo estabelecido no edital. Ou seja, o edital deve estabelecer o preço máximo a ser ofertado. Ademais, determina o "*preço de reserva*" ao regular os preços manifestamente inexequíveis. Em síntese, o artigo 48, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece os preços máximo e mínimo das propostas a serem apresentadas em procedimentos licitatórios.

A Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, instituiu a modalidade de pregão e estabeleceu, em seu artigo 4º, procedimento diverso para a apresentação da proposta.

> **Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:**
>
> **(...)**
>
> **VII - aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e**
>
> **do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;**
>
> **VIII - no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;**
>
> **IX - não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;**

> **X - para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;**
>
> **XI - examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade;**
>
> **XII - encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;**

O licitante apresentará envelope com a respectiva proposta. Após verificação da adequação da proposta ao edital (inciso VII), será verificada a proposta de menor valor. Os licitantes com proposta até 10% (dez por cento) superior à de menor valor poderão apresentar novos lances (inciso VIII). Novos lances também serão permitidos para os licitantes com proposta superior aos 10% (dez por cento) na hipótese de não haver 03 (três) licitantes nas condições previstas no inciso VIII (inciso IX). A proposta de menor valor será declarada vencedora (incisos X e XI). Encerrada a etapa de análise das propostas, inicia-se o procedimento de habilitação (inciso XII).

A Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, em seu artigo 4º, não estabelece expressamente os preços máximo e mínimo das propostas. Contudo, em razão da aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aplica-se ao pregão às regras procedimentais previstas no artigo 48, da Lei de Licitações.

Evidencia-se, portanto, procedimento distinto de finalização do leilão entre as modalidades reguladas pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, (concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão) e pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, (pregão). Enquanto a primeira finaliza com a apresentação da proposta, a segunda prevê a possibilidade de continuidade do leilão, mediante apresentação de novas propostas (lances orais).

Imperioso verificar se os procedimentos de apresentação de proposta atualmente vigentes possibilitam resultados eficientes.

A Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, instituiu um leilão fechado (considerando a etapa de habilitação), com preço de reserva, de primeiro preço e com lance selado. A Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, instituiu um leilão fechado (considerando a etapa de habilitação), com preço de reserva, de primeiro preço e com lances selados. Há a possibilidade de lances orais e descendentes nas hipóteses previstas no artigo 4º, incisos VIII e IX.

Verifica-se que ambas as leis estabeleceram um sistema de lances semelhante ao leilão holandês, pois a referência inicial dos licitantes é somente o preço máximo a ser pago pela Administração Pública (artigo 48, II). A partir dessa referência, possível definir o preço mínimo (70% do preço máximo – artigo 48, parágrafo primeiro). Contudo, o procedimento de continuidade do leilão, previsto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, instituiu uma segunda etapa ao leilão e esta se assemelha mais leilão inglês.

Conforme salientado, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, instituiu um leilão fechado, com preço de reserva, de primeiro preço e com lance selado. A Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, por sua vez, instituiu um leilão fechado, com preço de reserva, de primeiro preço e com lances descendentes, selados e orais.

Imperioso ponderar acerca da estratégia de cada licitante ao apresentar a proposta em um procedimento licitatório.

> **As estratégias em um leilão se baseiam no comportamento racional de cada agente na escolha de seu próprio lance, que deve também considerar sua expectativa acerca dos lances dos outros participantes. Cada agente deve escolher uma estratégia que lhe proporcione maior ganho, que pode ser expresso monetariamente ou em termos da sua utilidade. (...) O lance ótimo é composto do custo marginal mais *markup* que depende do custo marginal e da probabilidade de ganhar o leilão com um lance acima do custo marginal e do número de participantes do mercado[28].**

A estratégia é, entretanto, diversa para cada tipo de processo licitatório.

A estratégia ótima para a licitação prevista pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, considerando a impossibilidade de apresentação de novos lances, é apresentar uma proposta igual ao valor de oportunidade, o qual varia para cada licitante de acordo com o custo marginal e o lucro pretendido. Referido valor de oportunidade deve, obrigatoriamente, estar entre os preços máximo e mínimo estipulados no edital.

A Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, por sua vez, permite a definição de duas estratégias totalmente distintas entre si.

A primeira é apresentar uma proposta pouco superior ao valor de oportunidade. Referida proposta visa vencer a licitação, ter margem de apresentação de proposta na etapa de lances orais e/ou eliminar eventuais concorrentes com proposta 10% (dez por cento) maior, conforme disposto no inciso VIII, do artigo 4°, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Evidencia-se a possiblidade de o licitante sagrar-se vencedor como proposta superior ao valor de oportunidade.

Por outro lado, considerando a hipótese prevista no inciso IX, do artigo 4°, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, caso tenha somente 03 (três) licitantes, a melhor estratégia depende do enquadramento societário do licitante.

Caso o licitante seja Microempresa ou Empresa de Pequeno Pote[29] e seja beneficiário de algumas das hipóteses de desempate[30], a estratégia é apresentar uma proposta próxima ao valor máximo estipulado no edital.

Caso o licitante não seja Microempresa ou Empresa de Pequeno Pote e não seja beneficiário de algumas das hipóteses de desempate, a estratégia é apresentar uma proposta entre 90 e 95% do valor máximo estipulado no edital.

Independentemente da estratégia para a proposta selada, aberta a etapa de lances orais, deve-se manter a tática típica do leilão inglês, qual seja, dar lances pouco inferiores ao valor da proposta do concorrente, até alcançar o próprio valor de oportunidade.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração Pública atual, inspirando-se em diretrizes da iniciativa privada, vem privilegiando uma atuação gerencial pautada, principalmente, na eficiência e no controle de resultados. Neste contexto, o Estado afasta-se da função de prestador direto dos serviços públicos para assumir a função de regulador, controlador e garantidor de tais atividades. A obrigatoriedade de eficiência de meios e resultados prevista no *caput*, do artigo 37, da Constituição, salientou, para a Administração Pública, a importância de se ponderar acerca das consequências dos atos administrativos.

Considerando a necessidade de ponderações acerca da eficiência dos atos administrativos, imperiosa se faz a análise prévia dos atos mediante os parâmetros da Teoria dos Jogos. O sistema de licitações atualmente vigente representa importante enfoque para estudos de eficiência, pois há a possibilidade de redução dos gastos públicos com o efetivo desenho de um sistema de leilões.

A análise dos procedimentos licitatórios previstos na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, evidenciou as estratégias que poderiam e deveriam ser adotadas pelos licitantes, razão pela qual se comprova a possibilidade de aplicação da Teoria dos Jogos às licitações.

Referida análise apontou, ainda, a eficiência do procedimento licitatório previsto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, uma vez que a estratégia ótima é apresentar uma proposta igual ao valor de oportunidade.

Por outro lado, o procedimento licitatório previsto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, permite a definição de estratégias totalmente distintas que possibilitam que o licitante se sagre vencedor com proposta superior ao valor de oportunidade, o que gera maiores custos ao erário público. Em síntese, referido procedimento pode gerar ineficiências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, F.L. O impacto do modelo gerencial na Administração Pública: Um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, Cadernos ENAP nº 10, 1996.

ARAÚJO, F.D. Motivação e Controle do Ato Administrativo. 2ª edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

BATISTA JÚNIOR, O. A. Princípio constitucional da eficiência administrativa. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

BIERMAN, H. S., FERNANDEZ, L. Teoria dos Jogos. 2ª edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

BRESSER PEREIRA, L.C. Da Administração Pública Burocrática à Gerencial. Revista do Serviço Público, jan./abr., ano 47, v. 120, no 1, Brasília: ENAP, 1996.

DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 27ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FIANI, R. Teoria dos Jogos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

FONSECA, J. B. L. Direito Econômico. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

JUSTEN FILHO, M. Curso de Direito Administrativo. 8ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012. MAXIMILIANO, C. Hermenêutica e aplicação do Direito. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

MATTOS, P.T.L. O Novo Estado Regulador no Brasil: Eficiência e Legitimidade. São Paulo: Catavento, 2007.

MEIRELLES, H. L. Licitação e Contrato Administrativo. 13ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

MENDES, G. F. BRANCO, P. G. G. Curso de Direito Constitucional. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PINTO, J. S. C. Manual de Direito Administrativo. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

NOTAS

Nota 1

ABRUCIO, F.L. O impacto do modelo gerencial na Administração Pública: Um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, Cadernos ENAP nº 10, 1996.

Nota 2

BRESSER PEREIRA, L.C. Da Administração Pública Burocrática à Gerencial. Revista do Serviço Público, jan./abr., ano 47, v. 120, no 1, Brasília: ENAP, 1996.

Nota 3

BATISTA JÚNIOR, O. A. Princípio constitucional da eficiência administrativa. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 269.

Nota 4

BIERMAN, H. S., FERNANDEZ, L. Teoria dos Jogos. 2ª edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011, p. 4

Nota 5

FONSECA, J.B.L. Direito econômico. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

Nota 6

BATISTA JÚNIOR, O. A. Princípio constitucional da eficiência administrativa. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 83/4.

Nota 7

BATISTA JÚNIOR, O. A. Princípio constitucional da eficiência administrativa. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

Nota 8

ARAÚJO, F.D. Motivação e Controle do Ato Administrativo. 2ª edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

Nota 9

PINTO, J. S. C. Manual de Direito Administrativo. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 30.

Nota 10

JUSTEN FILHO, M. Curso de Direito Administrativo. 8ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012. MAXIMILIANO, C. Hermenêutica e aplicação do Direito. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998, p. 182.

Nota 11

DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 27ª ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 84/85.

Nota 12

DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 27ª ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 119.

Nota 13

Artigo 37, XXI, da Constituição: “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Nota 14

Artigo 175, da Constituição: “Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos”.

Nota 15

MEIRELLES, H. L. Licitação e Contrato Administrativo. 13ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 25.

Nota 16

DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 27ª ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 373.

Nota 17

Artigo 43, da Lei Federal nº 8.666, de 1993: A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

I - abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes, e sua apreciação;

II - devolução dos envelopes fechados aos concorrentes inabilitados, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;

III - abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;

IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;

VI - deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação.

Nota 18

FIANI, R. Teoria dos Jogos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009. p. 23.

Nota 19

FIANI, R. Teoria dos Jogos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009. p. 2.

Nota 20

BIERMAN, H. S., FERNANDEZ, L. Teoria dos Jogos. 2ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011, p. 265.

Nota 21

BIERMAN, H. S., FERNANDEZ, L. Teoria dos Jogos. 2ª edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011, p. 4.

Nota 22

BIERMAN, H. S., FERNANDEZ, L. Teoria dos Jogos. 2ª edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011, p. 265.

Nota 23

BIERMAN, H. S., FERNANDEZ, L. Teoria dos Jogos. 2ª edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011, p. 264.

Nota 24

BIERMAN, H. S., FERNANDEZ, L. Teoria dos Jogos. 2ª edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011, p. 265.

Nota 25

BIERMAN, H. S., FERNANDEZ, L. Teoria dos Jogos. 2ª edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011, p. 279.

Nota 26

FIANI, R. Teoria dos Jogos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009. p. 328.

Nota 27

MEIRELLES, H. L. Licitação e Contrato Administrativo. 13ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 129

Nota 28

CORREIA, P. B., LANZOTTI C. R., SILVA, A. J.. Teoria dos Leilões: Formulações e Aplicações no Setor Elétrico, p. 713

Nota 29

Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1o Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2o Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1o deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Nota 30

Art. 3o A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 2o Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

I - (Revogado pela Lei nº 12.349, de 2010)

II - produzidos no País;

III - produzidos ou prestados por empresas brasileiras.

IV - produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

V - produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

Capítulo 2

10.37423/220706274

ANQUILOGLOSSIA E FRENECTOMIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Alana Vieira Azevedo — *Universidade do Norte- Uninorte/Ser Educacional*

Ann Karolyne Moraes Correa — *Universidade do Norte- Uninorte/Ser Educacional*

Ranyelle Cavalcante Barreto — *Universidade do Norte- Uninorte/Ser Educacional*

Resumo: A anquiloglossia é uma anomalia congênita caracterizada por um frênulo lingual anormalmente curto. Essa anormalidade pode levar a dificuldades na deglutição, fala e movimentação da língua. As técnicas cirúrgicas mais comuns para remoção do freio lingual são a frenotomia e a frenectomia, podendo ser realizadas com o uso do bisturi (convencional) ou uso do laser. O objetivo desse trabalho é apresentar uma revisão de literatura sobre a anquiloglossia, suas principais características e as principais técnicas cirúrgicas indicadas para a realização da frenectomia ou frenotomia. A língua é um músculo com funções bucais importantes e quando sofre alterações congênitas, uma intervenção cirúrgica é indicada juntamente com o acompanhamento de fonoaudiólogo. A literatura relata que a anquiloglossia é considerada rara e pode ser encontrada em bebês, adolescentes e adultos. É essencial que o cirurgião dentista obtenha conhecimento de todas as técnicas cirúrgicas, a fim de melhor orientar o paciente a escolher o tratamento adequado e juntamente com o fonoaudiólogo, promover a satisfação, saúde e bem-estar.

Palavras-chave: Anquiloglossia, frenectomia, cirurgia.

1. INTRODUÇÃO

Os freios orais são pregas membranosas, compostos por tecido conjuntivo fibroso e muscular que conectam os lábios e as bochechas à mucosa alveolar, à gengiva, e ao periósteo subjacente. O frênulo ou freio lingual, é uma estrutura que intercomunica a língua ao assoalho da boca, permitindo a movimentação desta. (DE OLIVEIRA et a.,2017)

Anquiloglossia é uma condição congênita caracterizada por um frênulo lingual anormalmente curto, espessado ou apertado que restringe a mobilidade da língua. É tipicamente uma anomalia isolada, mas pode estar associada a outras anormalidades craniofaciais. Dessa forma, a anquiloglossia pode restringir em diferentes graus os movimentos da língua. A espessura, elasticidade e o local de fixação do frênulo na língua e no assoalho da boca podem variar amplamente na anquiloglossia (FRANCIS et al.,2015).

Existe um efeito negativo de desequilíbrios funcionais causados pela anquiloglossia sobre o correto crescimento e desenvolvimento do sistema estomatognático. Portanto, é necessário o estabelecimento do equilíbrio neuromuscular para que se alcancem objetivos estético-funcionais estáveis (POMPÉIA et al.,2017).

Essa anormalidade pode ser classificada em quatro categorias: Classe I: anquiloglossia leve (12-16 mm), Classe II: anquiloglossia moderada (8-11 mm), Classe III: anquiloglossia grave (3-7 mm) e Classe IV: anquiloglossia completa (menos de 3 mm). Destacando-se as Classes I e II como as condições mais comuns (KOTLOW LA,1999 apud BELMEHDI et al., 2018).

O correto diagnostico é fundamental para identificar o melhor tratamento a ser empregado. Dentre as condutas de tratamento podemos incluir a intervenção de um fonoaudiologista e otorrinolaringologista para resolver problemas da fala, juntamente com o protocolo cirúrgico feito pelo cirurgião dentista. As intervenções cirúrgicas são absolutamente seguras em qualquer idade, porém é importante o incentivo a reeducação pós-cirúrgica da língua e terapia da fala para alcançar melhores resultados (FOURNIER-ROMERO et al., 2017).

É essencial que o cirurgião dentista conheça as especificações de cada técnica cirúrgica e escolha a que mais se adequa com o diagnóstico do paciente, com o objetivo de promover o restabelecimento das funções motoras da língua e um bom pós-operatório ao paciente (ALMEIDA, 2006 apud SILVA et al.,2018).

Visto isso, o objetivo desse trabalho é realizar um levantamento bibliográfico, limitado em um período de 5 anos, acerca de anquiloglossia e frenectomia.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A língua é um órgão encontrado na cavidade oral que possui uma prega mucosa no lado ventral que é visível quando elevada verticalmente, localizada na parte central e serve como vínculo entre a língua e o assoalho da boca. Essa prega pode ser chamada de frênulo ou freio lingual (FOURNIER-ROMERO.,2017).

O freio lingual é formado por um tecido conjuntivo rico em fibras colágenas e elásticas, fibras musculares, vasos sanguíneos e células gordurosas, além de ser recoberto por um epitélio pavimentoso estratificado (DE OLIVEIRA et al., 2017).

Segundo Pompeia et al (2017), a língua origina-se nos primeiros arcos faríngeos, durante a quarta semana de gestação. No decorrer dessa fase inicia-se a formação dos sulcos laterais à estrutura, que exercem a função de movimentação. As células do frênulo sofrem apoptose e migram para a região do dorso lingual. Durante esse processo, a migração pode não ocorrer ou até mesmo ser incompleta, sucedendo então a anquiloglossia.

A anquiloglossia é uma anomalia oral congênita caracterizada por um frênulo lingual anormalmente curto que limita a ponta da língua, impedindo de ultrapassar os incisivos inferiores (BELMEHDI et al.,2018). Além de reduzir a mobilidade da língua, essa anormalidade tem sido associada a limitações funcionais na amamentação, deglutição, articulação, problemas ortodônticos, incluindo má oclusão, mordida aberta, separação dos incisivos inferiores, problemas mecânicos relacionados à depuração oral e estresse psicológico (FRANCIS et al., 2015).

A correta classificação da anquiloglossia é empregada de acordo com os aspectos anatômicos do frênulo lingual, podendo ser dividida em três classes: Curto - quando seu comprimento é menor que o padrão; Anteriorizado - quando se encontra posicionado muito próximo ao ápice da língua; Curto e Anteriorizado - apresentando as duas características descritas anteriormente (PINTO et al., 2019).

O profissional deve, através do exame clínico e diagnóstico precoce, estabelecer o melhor plano de tratamento para o paciente. O sucesso vai depender do diagnóstico preciso do freio proeminente ou persistente, além da escolha da técnica para a sua remoção (SOUZA et al., 2015).

Para diagnosticar corretamente a anquiloglossia, é preciso avaliar algumas características importantes, como: a presença de um aspecto bífido da língua durante o movimento de protrusão; a presença de restrições em relação à amplitude dos movimentos, observando se é possível tocar o palato com a ponta da língua. Os tratamentos mais comuns são o monitoramento clínico, preservação e frenotomia. Também podem ser realizados procedimentos cirúrgicos mais invasivos, como a frenectomia (CANTO et al.,2019).

Na frenotomia, o frênulo é cortado apenas superficialmente e é realizado apenas com anestesia tópica (CANTO et al.,2019). Já a frenectomia é um procedimento cirúrgico mais invasivo, que objetiva o corte ou a remoção do frênulo lingual, permitindo seccioná-lo em sua junção com a base da língua. Existem várias técnicas cirúrgicas aplicadas, porém as mais comuns são as técnicas de Z- plastia e v-y plastia. Todas essas técnicas podem facilmente realizada em consultório odontológico sob anestesia local (FOURNIER-ROMERO.,2017).

Para realizar a técnica cirúrgica de frenectomia com incisão simples é preciso administrar inicialmente a anestesia local no nervo alveolar inferior e lingual, em seguida é realizado o tracionamento, inserindo um fio de sutura no ápice da língua. É então exercida a secção da porção mais fina do tecido, que está localizada entre o processo alveolar e o dorso da língua. Por fim, é realizada a sutura e o paciente permanece sob avaliação (GOMES et al., 2015).

A cirurgia em V-plastia é feita com uma incisão em V ao longo do freio, sutura do vértice do retalho triangular, próximo do ponto médio dos braços incisais com alongamento desse eixo. Já a Z-plastia é uma técnica segura, eficaz, de baixo custo, cuja cicatrização por primeira intenção obtém desta, bons resultados estéticos e funcionais. Esta cirurgia é executada por meio de uma incisão vertical e duas horizontais, a 90º da vertical, resultando dois retalhos triangulares. Os bordos destes retalhos são suturados com a finalidade de aumentar o comprimento do freio. Esta última técnica é considerada mais eficaz do que a V-plastia, e diminui assim, a possibilidade de recorrência de anquiloglossia (DUSARA et al., 2014).

Outra técnica usada na realização de frenectonia é a com laser. Essa técnica cirúrgica baseia-se na aplicação de uma pequena quantidade de anestésico e com o uso do aparelho de laser odontológico, segue-se o eixo vertical do freio até que a ferida apresente um formato linear, posteriormente, o laser é aplicado transversalmente até que a ferida tome uma forma romboidal (COSTA, 2013 apud SILVA et al., 2018).

Os estudos longitudinais dos procedimentos cirúrgicos da frenectomia são de suma importância para demonstrar o impacto na vida dos indivíduos com frênulo lingual alterado e como ele melhora as funções do sistema estomatognático afetadas após o tratamento odontológico e fonoaudiológico. Faz-se necessária a atualização e treinamento dos profissionais de saúde com enfoque para os aspectos de normalidade da cavidade bucal (FOURNIER-ROMERO.,2017).

3. DISCUSSÃO

O frênulo da língua é uma estrutura dinâmica que faz parte da fáscia do assoalho bucal e pode apresentar variações morfológicas configuradas na anquiloglossia. Essa anormalidade pode ser descrita como a limitação dos movimentos da língua (MARTINELLI et al.,2020). Vieira (2018) acrescenta que à medida que ocorre o desenvolvimento e crescimento ósseo, com prolongamento lingual e erupção dentária, o freio lingual migra para posição central até ocupar o local definitivo, com o nascimento dos dentes.

A anquiloglossia é descrita como frênulo lingual anormalmente curto ou com inserção próxima ao ápice da língua, limitando, dessa forma, os movimentos linguais em protrusão e elevação. Caracteriza-se pela permanência de tecido residual o qual não sofreu a apoptose esperada durante o desenvolvimento embrionário (FRAGA et al.,2020). A formação de qualquer freio no corpo humano ocorre de uma fusão embrionária de duas superfícies, que, posteriormente, foram separadas durante o crescimento normal. A língua e o assoalho da boca são originalmente fundidos, e depois são separados durante o desenvolvimento embrionário, formando o frênulo lingual (MARTINELLI et al.,2019)

A anquiloglossia ocorre em 0,02 a 10,7% dos neonatos, e a prevalência é maior no sexo masculino. O ponto a destacar é que o empate na língua é frequentemente uma anomalia isolada, mas é possível encontrar a associação dessa deformidade com outras anormalidades craniofaciais (BELMEHDI et al., 2018). Já para Ferreira (2018), apesar de possuir uma etiologia indefinida e controversa, aspectos patológicos podem estar envolvidos. Ferreira (2018) concluiu que mães usuárias de cocaína possuem três vezes mais chances de gerar filhos com a anquiloglossia.

O diagnóstico da anquiloglossia deve ser multiprofissional, envolvendo pediatra, fonoaudiólogo, otorrinolaringologista e odontopediatra; e quanto mais precoce a realização da cirurgia, mais benefícios serão oferecidos ao paciente em relação ao desempenho da mobilidade e funcionalidade da língua, desde a fase infantil até a adulta (CONCEIÇÃO et al.,2017). No entanto, para De Oliveira

(2019), não existem diretrizes universais para determinar quando a intervenção cirúrgica é necessária. Deve-se levar em consideração aspectos como, dificuldade de amamentação, na qual há indicação de frenectomia ou frenotomia imediata o mais cedo possível.

A anquiloglossia pode ser tratada com procedimento cirúrgico como a frenectomia. Isso implica corte ou divisão do frênulo encurtado com ou analgesia local. (JIN et al.,2018). Em contrapartida, Rodriguez (2020) relata que a frenectomia é a remoção completa do frênulo, incluindo sua aderência ao osso alveolar; enquanto a frenotomia é a incisão e reposicionamento da adesão do freio. A frenectomia é realizada por meio de técnicas convencionais que combinam o uso de bisturis e retalhos, além de outras que envolvem laser.

A frenectomia a laser promove um tempo operatório mais satisfatório pois remove o frênulo de forma mais rápida e com muito mais vantagens, no que se refere às técnicas convencionais (MARTÍNEZ et al., 2018). Segundo Rodriguez (2020), diversos tipos de lasers foram usados para este procedimento. Usos de laser CO são relatados, com evidência em: Laser Nd-YAG, laser Er-YAG e laser de diodo. Em técnica que se utiliza laser, destacam-se algumas vantagens como: dor diminuída, clareza na visibilidade do campo operatório, dispensa curativos periodontais e proporciona melhor cicatrização.

As formas de intervenção, como a fonoaudiológica, por exemplo, podem ser realizadas como complemento ao tratamento da anquiloglossia, e acredita-se que uma revisão sistemática contribua para novas reflexões sobre essa anormalidade (MIRANDA et al.,2016). Pinto (2019) enfatiza a importância das especialidades trabalharem juntas e que tenham domínio da anatomia orofacial do paciente, com o intuito de proporcionar um planejamento e tratamento integrado, em que o cirurgião-dentista possui papel fundamental.

4. CONCLUSÃO

O presente estudo possibilitou o levantamento literário em que pacientes com frênulo lingual anormal estão propensos a desenvolver problemas na fala, mastigação e deglutição, sendo necessário, em muitos casos, a intervenção do cirurgião-dentista, somado a outros profissionais da saúde. Para que se obtenha o sucesso da terapia, é necessário que esses profissionais possuam conhecimento amplo das formas cirúrgicas, a fim de melhor proceder e instruir o paciente, devolvendo saúde e bem-estar a este. Concluiu-se que se fazem necessários mais pesquisas com enfoque em obter uma concordância sobre a idade mais adequada para se proceder com diagnóstico e intervenção cirúrgica, para, consequentemente, oferecer tratamento satisfatório ao paciente afetado.

REFERÊNCIAS

BELMEHDI, A.; HARTI, K. E.; WADY, W. E. Ankyloglossia As An Oral Functional Problem And Its Surgical Management. Dental And Medical Problems, 55(2), 213–216. 2018.

CANTO, F. T.; LETIERI, A.S.; AGOSTINI, M.; COSTA NETO, O. C.; CASTRO, G. F. B. A. Unusual Case Of Ankyloglossia Recurrence After Frenectomy In A Child With Cerebral Palsy. Rev. Cient. CRO-RJ (Online); 4(2): 56-59, May-Aug. 2019.

CONCEIÇÃO, L.S., OLIVEIRA, L.A., SANTOS, B.M., RIBEIRO, A.L., & ALVES, L.A.Terapêutica Cirúrgica Da Anquiloglossia Em Lactente Utilizando Anestesia Tópica Oftálmica. J Orofac Invest ;4(2): 41-46. 2018.

DE OLIVEIRA, D. V.; ALBUQUERQUE, G. C.; MARTINS, V. B.; GONÇALVES, F. C.; ARANTES, P. H. Anquiloglossia, Tratamento Cirúrgico: Relato De Caso Clínico. Revista de Ciências da Saúde da Amazônia, v. 1, p. 76-82. 2017.

DE OLIVEIRA, M. T. P.; MONTENEGRO, N. C.; DA SILVA, R. A. D. A.; DE CARVALHO, F. M.; REBOUÇAS, P. D.; LOBO, P. L. D. Frenotomia Lingual Em Bebês Diagnosticados Com Anquiloglossia Pelo Teste Da Linguinha: Série De Casos Clínicos. RFO UPF; 24(1): 73-81, 29/03/2019.

DUSARA, K.; MOHAMMED, A.; NASSER, N. A. Z-frenuloplasty: A Better Way to 'Untangle' Lip and Tongue Ties. Journal of Dentistry, Oral Disorders & Therapy – 2 (1) 4. page 2-4. 2014.

FERREIRA, L. DE S. R., ROSALVO, J. B. N., ABREU, L. M. S. DE, LACERDA, M. C. F. V., SILVA, M. F. B. DA C. E, & RIBEIRO, E. L. Anquiloglossia: Revisão De Literatura. Caderno De Graduação - Ciências Biológicas E Da Saúde - Unit - Pernambuco, 3(3), 93. 2018.

FRAGA, MARIANA DO RÊGO BARROS DE Andrade et al. Anquiloglossia Versus Amamentação: Qual A Evidência De Associação? Rev. CEFAC, São Paulo, v. 22, n. 3, e12219, 2020.

FRANCIS DO KRISHNASWAMI S, MCPHEETERS M. Treatment of ankyloglossia and breastfeeding outcomes: a systematic review. Pediatrics. Volume 135, number 6, e. 1459-1466. June 2015.

FOURNIER-ROMERO, CATHERINE. Frenectomía: abordaje transdisciplinario. Rev. cient. Odontol.; 5(2): 720-732, jul. -Dic. 2017.

GOMES, E.; ARAUJO, F. B.; RODRIGUES, J. A. Freio Lingual: Abordagem Clínica Interdisciplinar Da Fonoaudiologia E Odontopediatria. Rev. Assoc. Paul. Cir. Dent. [. Online], vol.69, n.1, pp. 20-24. 2015.

JIN, R. R., SUTCLIFFE, A., VENTO, M., MILES, C., TRAVADI, J., KISHORE, K., SUZUKI, K., TODD, D., WOODERSON, S., KAMAR, A. A., MA, L., SMYTH, J., & OEI, J. L. What Does The World Think Of Ankyloglossia? Acta paediatrica (Oslo, Norway : 1992), 107(10), 1733–1738. 2018.

MARTINELLI, R. L. C.; MARCHESAN, I. Q.; BERRETIN-FELIX, G. Estratégias De Compensação Na Produção Do Flape Alveolar Em Casos De Anquiloglossia. Rev. CEFAC, São Paulo, v. 21, n. 3, e10419, 2019.

MARTINELLI, R. L. C.; MARCHESAN, I. Q.; BERRETIN-FELIX, G. Posição Da Língua Para Avaliação Do Frênulo Lingual. Rev. CEFAC, São Paulo , v. 22, n. 1, e0120, 2020 .

MARTÍNEZ, F. A. D.; BIZCAR, B. ; SANDOVAL, C.; VIDAL, P. S. Aplicación del Láser de Baja Potencia (LLLT) en Pacientes Pediátricos: Revisión de Literatura a Propósito de una Serie de Casos. Int. J. Odontostomat., 12(3):269-273, 2018.

MIRANDA, P. P.; CARDOSO, C. L.; GOMES, E. Interventions in the Alteration on Lingual Frenum: Systematic Review. Int. Arch. Otorhinolaryngol., São Paulo, v. 20, n. 3, p. 275-280, Sept. 2016.

PINTO, A. B. R.; CRISPIM, J. B.; LOPES, T. S.; STABILE, A. M.; SANTIN, G. C.; FRACASSO, M. L. C. Conhecimento Dos Profissionais Da Saúde Sobre O Diagnóstico E Conduta Para Anquiloglossia Em Bebês. Saude e pesqui. (Impr.); 12(2): 233-240, maio/ago 2019.

POMPÉIA, L. E.; ILINSKYA, R. S.; ORTOLANIA, C. L. F.; JÚNIORA, K. F. A Influência Da Anquiloglossia No Crescimento E Desenvolvimento Do Sistema Estomatognático. Rev. paul. pediatr., São Paulo , v. 35, n. 2, p. 216-221, jun. 2017.

RODRIGUEZ, Y. C.; BRAVO-CASTAGNOLA, F.; GRADOS-POMARINO, S. Resultados Clínicos Del Tratamiento De Frenillos Labiales; Frenectomía Y Frenotomía. Int. j interdiscip. dent., Santiago , v. 13, n. 1, p. 40-43, abr. 2020.

SILVA, H. L.; SILVA, J. J.; ALMEIDA, L. F. - Frenectomia: Revisão De Conceitos E Técnicas Cirúrgicas. Salusvita, Bauru, V. 37, n. 1, p. 139-150, 2018.

SOUZA, A. V.; SANTOS, A. S.; DALLÓ, F. D.; BEZ, L. C.; SIMÕES, P.W.; BEZ, L. V.; VANNI, P. J. J.; PIRES, P. D. S. Frenectomia Labial Maxilar: Revisão Bibliográfica E Relato De Caso. Rev. Odontol. Univ. Cid. São Paulo; 27(1): 82-90. 2015.

VIEIRA, K. A.; MACHADO, F. G. Frenectomia Em Odontopediatria: Relato De Caso. Revista Brasileira Da Academia Brasileira De Odontologia. V. 7, N. 2 .2018.

Capítulo 3

10.37423/220706279

TUTELA COLETIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS INDÍGENAS

EMILLY AQUINIS GOMES E GOUVEIA

UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL-ULBRA

IANNA HELLEN FARIA

UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL-ULBRA

Resumo: Os direitos fundamentais indígenas estão descritos expressamente no capítulo específico da Carta de 1988 de magna (título VIII, "Da Ordem Social", capítulo VIII, "Dos Índios"). É importante ressaltar que os indígenas detêm de direitos originários, isto é, anterior à criação do próprio Estado, é importante mencionar também que os índios foram os primeiros ocupantes do Brasil, historicamente não se pode falar em “Descobrimento do Brasil”, pois quando os portugueses chegaram, os povos originários já o habitavam, e assim, pouco a pouco foram perdendo suas terras e sua cultura. Diante da complexidade desse assunto, estabeleceu-se como tema a Tutela coletiva dos direitos fundamentais indígenas, tendo como problema a seguinte questão: O direito indígena é reconhecido como direito fundamental? Tendo como hipótese buscar entender que o direito dos povos indígenas é reconhecido como direito fundamental. O objetivo geral consiste em analisar a proteção e os direitos dos povos indígenas, uma vez que os mesmos garantem a proteção das florestas que, por sua vez, regulam o clima e por consequência produzem a chuva e abrigam a maior biodiversidade do planeta, especificando- se em: invasão histórica das terras indígenas, o direito à diferença, invasão de mineradores em terras indígenas, a importância da proteção da diversidade biológica. Tendo como justificativa que o projeto se vê baseado na importância da tutela dos povos tradicionais indígenas Brasileiros, dos quais os mesmos ajudam a ampliar a diversidade da fauna e da flora local porque têm formas únicas de viver e ocupar um lugar. Concluiu-se que o reconhecimento da dignidade, da personalidade e dos direitos humanos e fundamentais indígenas é uma ferramenta inicial para a construção de uma nova institucionalidade que leve à realização de demandas e concretização de direitos indígenas.

Palavras chave: Cultura Indígena; Direitos Fundamentais; Constituição; História Indígena.

1. INTRODUÇÃO

Os direitos fundamentais indígenas estão descritos expressamente no capítulo específico da Carta de 1988 de magna (título VIII, "Da Ordem Social", "Dos Índios"). É importante ressaltar que os indígenas detêm de direitos originários, isto é, anterior à criação do próprio Estado, é importante mencionar também que os índios foram os primeiros ocupantes do Brasil, historicamente não se pode falar em “Descobrimento do Brasil”, pois quando os portugueses chegaram, os povos originários já o habitavam, e assim, pouco a pouco foram perdendo suas terras e sua cultura.

Diante à complexidade desse assunto, estabeleceu-se como tema, a tutela coletiva dos direitos fundamentais indígenas, tendo como problema a seguinte questão: O direito indígena é reconhecido como direito fundamental?

Analisando mais a fundo a questão, vê-se que a legislação brasileira ainda sofre ao tentar tutelar os direitos dos índios, e por isso, obteve-se a seguinte hipótese: os direitos dos povos indígenas, regidos pela Constituição Federal e cuidado pela Fundação Nacional dos Índios, são em sua totalidade fundamentais.

O objetivo geral consiste em analisar a proteção e os direitos dos povos indígenas, uma vez que os mesmos garantem a proteção das florestas que, por sua vez, regulam o clima e por consequência produzem a chuva e abrigam a maior biodiversidade do planeta. Especificando-se em: invasão histórica das terras indígenas, o direito à diferença, invasão de mineradores em terras indígenas, a importância da proteção da diversidade biológica.

A justificativa do projeto se vê baseado na importância da tutela dos povos tradicionais indígenas Brasileiros, dos quais os mesmos ajudam a ampliar a diversidade da fauna e da flora local porque têm formas únicas de viver e ocupar um lugar. Compreender como que em diversas vezes seus direitos não são resguardados pelo estado, como na saúde e educação indígena e respeito pelos povos que optaram por ficar isolados.

E por outro lado, olhando por um âmbito jurídico, a nova Constituição inovou em todos os sentidos, e assim, afirmando mais uma vez a importância da proteção indígena, o que falta é tudo que está escrito na constituição ser colocado em prática, pois mesmo não constando algum direito dentro da lei indígena, pode-se utilizar os demais artigos da Constituição Federal para sua aplicação nos direitos sociais, lembrando que é a obrigação de proteger as Terras Indígenas cabe à União.

Vale ressaltar que neste trabalho fora utilizado pesquisas bibliográficas e jurisprudenciais para esclarecer todos os objetivos que foram traçados, resolvendo de maneira prática o problema, analisando conceitos doutrinários, mesmo que sejam divergentes, sendo demonstrados ao longo desta monografia para que o conhecimento seja direcionado com relação ao tema.

No que concerne ao método utilizado, observando que parte de uma premissa geral, ou seja, estudo do contexto histórico dos povos indígenas além de compreender a evolução constitucional que trouxe a necessidade da sociedade de suporte jurídico, partindo para uma premissa particular —, análise das decisões judiciais sobre a constitucionalização dos direitos indígenas —, e não havendo a criação de um novo conhecimento, extrai-se o método dedutivo.

Busca entender todo o contexto histórico indígena no Brasil e sua evolução enquanto direito, passando pela objetivação da Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, passando também pela Declaração nº 169 da OMT e também sobre os direitos das pessoas em minoria, conceituando o Programa de Ação de Viena e analisando com clareza a importância da Declaração das Nações Unidas.

Já no segundo capítulo, se fala muito sobre a invasão histórica das terras indígenas, passando pela importância da territorialidade indígena, e buscando entender a origem das invasões e relacionando a constituição federal de 1988 com os direitos dos povos indígenas.

Discuta-se sobre os direitos indígenas e Constituição Federal de 1988, analisando o direito à autodeterminação, a cultura, ao território, recursos naturais, consulta prévia e o desenvolvimento, buscando demonstrar sim que os direitos indígenas são direitos fundamentais.

2. CONTEXTO HISTÓRICO DOS POVOS INDÍGENAS

Logo de imediato, deve-se trazer sobre o contexto histórico, onde esses povos sofrem desde o "descobrimento do Brasil", quando suas terras começaram a ser invadidas, nesta época os índios foram enganados, explorados e escravizados. Um dos grandes problemas, é de fato colocar em prática tudo que está escrito em lei, e garantir aos povos indígenas não só acesso à justiça, como também a outros meios básicos para sua própria sobrevivência.

Como bem ressaltado por Juliana Santilli (2011, p. 463) esses direitos são anteriores à própria criação do estado:

> Ao reconhecer aos índios "direitos originários" sobre suas terras, a Constituição admitiu que estes direitos são anteriores à própria criação do Estado brasileiro e que, portanto, independem de legitimação ou qualquer reconhecimento formal por parte do próprio Estado. São direitos congênitos, legítimos por si, que não se confundem com direitos adquiridos.

Como dito acima, a autora traz a importância dos direitos adquiridos pelos índios, sobre suas terras nativas, que lhes foram tiradas, e a Constituição lhes garantiu um direito inerente ao desenvolvimento de sua personalidade. Vale ressaltar, que segundo o artigo 6º da CRFB/88 há também outros direitos sociais que os indígenas têm direito, como é o caso da educação, saúde, lazer, dentre outros. Neste sentido, Andrea Uemura Sotopietra (2016, p. 213) traz em uma de suas falas:

> A população indígena, assim como todos, tem o direito à educação garantida constitucionalmente e por lei infraconstitucional, como é o caso do Estatuto do Índio, podendo a população participar das políticas sociais relacionadas à educação, que, neste caso, devem ser voltadas aos índios. Isso porque, o direito à educação dos índios envolve mais do que o acesso à educação em si, pois o texto constitucional assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem no ensino fundamental, devendo ser observada a língua portuguesa.

Segundo muitos doutrinadores, podem entender que a tutela não se restringe apenas pela união, sendo uma responsabilidade de ordem coletiva, defendendo seus interesses e cultura. Caetano Lagrasta Neto (2011, p. 170) ensina que, cabe a toda a população proteger os direitos indígenas, como também especificamente aos órgãos como a ONU, tendo em vista que se tratam de patrimônio da história da humanidade, e é de vital importância que sobreviva.

Ainda no quesito educação, existia uma grande insistência para que os índios sejam catequizados, no qual é um assunto polêmico pois essas comunidades têm sua própria religião, e interfere diretamente em sua cultura. Em 1968, foram proibidas as missões de catequese aos índios, visto que prejudicava sua cultura e modo de viver. Como patrimônio histórico importante, sua estrutura deve ser mantida em sua forma mais orgânica.

Por fim, o artigo 1.1.b), da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, a OIT, sobre Povos Indígenas e Tribais, de 1989, define como povos indígenas (SERRANO, 2009, p.22, tradução para o Português):

> Aos povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas". Ainda, esta mesma disposição reconhece

> também o princípio da autodescrição: "a consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção".

A Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal de Direitos Humanos foram dois importantíssimos instrumentos que abriram inúmeros precedentes para a conquista dos direitos dos povos indígenas. Embora ela não contemple os direitos dos povos indígenas, ela traz em seu texto compromissos com as minorias.

Já a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral em 10 de dezembro de 1948, pode ser considerada o primeiro documento de ordem internacional em matéria de direitos humanos a reconhecer exclusivamente direitos de todos os seres humanos.

Após a promulgação desses dois instrumentos de abrangência global, abriram-se vários outros inspirados em seus textos, que tinham como objetivo a proteção da pessoa humana e a igualdade de direitos que por séculos eram inconcebíveis para as minorias.

Após a criação da Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, verificou-se a necessidade de ir mais além daqueles direitos e princípios. Era apenas o começo de uma série de outros. Dessa maneira, em que pese terem trazido importantíssimos avanços no que diz respeito à proteção e garantias fundamentais para as minorias, as Nações Unidas consideraram necessário dar maior proteção àqueles.

Por conta disso, ao criar em 1946 a Comissão de Direitos Humanos, estabeleceu-se a Subcomissão para Prevenção de Discriminação e Proteção das Minorias, a qual desempenhou um papel decisivo na redação do artigo 27 do Pacto sobre Direitos Civis e Políticos, dizendo que nós Estados em que haja minorias étnicas, religiosas ou linguísticas, as pessoas pertencentes a essas minorias não poderão ser privadas do direito de ter, conjuntamente com outros membros de seu grupo, sua própria vida cultural, de professar e praticar sua própria religião e usar sua própria língua.

O referido Pacto foi um marco essencial na proteção das minorias. Isso porque, o artigo acima referido impõe ao Estado medidas afirmativas, visando a proteção a identidade de minorias e povos indígenas no gozo e desenvolvimento de sua cultura.

Logo, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, adotado pela XXI Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966, ainda é uma das principais referências em matéria de Direitos Humanos no âmbito internacional, sobretudo, é claro, aos povos indígenas.

No Guia de Orientações das Nações Unidas no Brasil para Denúncias de Discriminação Étnico-Racial, refere que a Convenção afirma a necessidade de eliminar rapidamente a discriminação racial em todo o mundo, em todas suas formas e manifestações, e de assegurar a compreensão e o respeito à dignidade da pessoa humana" (NAÇÕES UNIDAS, 1965). Embora a Convenção não tenha mencionado especificamente Povos Indígenas, a abrangência da mesma logicamente se estende a essas minorias. Ela ainda estabelece:

> Qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tem por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em um mesmo plano (em igualdade de condição), de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de sua vida (NAÇÕES UNIDAS, 1965).

Pode concluir que, esta convenção internacional tem como objetivo manter a tolerância e igualdade perante os povos indígenas, com o intuito de preencher o que lecionado pela constituição, garantindo que os direitos humanos e livre desenvolvimentos da cultura indígena seja realidade e cumprida.

Nesse sentido, citado por DREMISKI; LINI, 2013, p. 80, eis o primeiro artigo da referida Convenção que trata da questão acima:

> 1. A presente Convenção se aplica: a) aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da comunidade nacional, e que sejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial; b) aos povos em países independentes, considerados indígenas em função de sua descendência de populações que habitavam o país ou região geográfica a qual pertencesse o país à época da conquista ou colonização ou do estabelecimento das fronteiras estatais atuais, e que, qualquer que seja sua situação jurídica, conservam todas as suas instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou algumas delas.

Portanto, desde os esquimós, às tribos africanas, aborígenes da Oceania, tunges e iacutes da taiga siberiana, maoris, mursis, yaos, todos estão incluídos no conceito de "povos" mencionado na Convenção n. 169 da Organização Mundial do Trabalho (DREMISKI; LINI, 2013, p. 80).

Assim, os autores finalizam afirmando que além da Convenção proteger o próprio indígena, ela também protege todo seu legado cultural, sua relação com a natureza e o espaço geográfico, seus saberes e conhecimentos tradicionais ao reconhecer e respeitar a integridade dos valores, práticas e instituições dos povos.

A Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, realizada na capital austríaca em 1993, foi o ponto de partida para a Declaração e Programa de Ação de Viena, marcando o início de um esforço para a proteção e promoção dos direitos humanos (ONU Brasil).

Para a Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, Navanethem Pillay, a Declaração foi o mais importante documento sobre os direitos humanos produzido no último quarto de século e um dos mais fortes documentos de direitos humanos dos últimos 100 anos.

Nas palavras de César Serrano, 2009, a Declaração de Viena tem muitos pontos relacionados com os Direitos da Populações Indígenas. Vejamos:

> Todos os povos têm direito à autodeterminação. Por força desse direito, escolhem livremente o seu estatuto político e prosseguem livremente o seu desenvolvimento econômico, social e cultural. Tendo em consideração a situação particular dos povos que se encontram sob o domínio colonial [...] Todos os Direitos Humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. A comunidade internacional deve considerar os Direitos Humanos, globalmente, de forma justa e equitativa [...]

O autor explica que como direitos constitucionais garantidos, todos os Direitos Humanos são universais, assim todos têm o direito de se desenvolver livremente, bem como escolherem seu seguimento político e econômico, escolher seu desenvolvimento social e cultural. Vejamos: "A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos reafirma a obrigação para os Estados de garantir que as pessoas pertencentes a minorias possam exercer de forma plena e efetiva todos os Direitos Humanos e liberdades fundamentais[...]"

Cesar Serrado ainda destaca a importância da promoção e proteção dos direitos de pessoas pertencentes a minorias e a contribuição de tal promoção e proteção para a estabilidade política e social dos Estados onde vivem essas pessoas. E ainda que, a conferência mundial de direitos humanos tem obrigado os Estados a garantir que as minorias se sintam efetivamente incluídas nos Direitos Humanos.

Outrossim, as Declarações n° 27 e 28, atribuem ao Estado o papel-dever de proteger e promover o desenvolvimento dos Direitos Humanos, além de condenar veemente a violação destes dispositivos.

Aprovada em 13 setembro de 2007, na 107ª Sessão Plenária, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas representou um importante marco na defesa daqueles grupos que viram por tanto tempo o avanço do homem europeu sobre os territórios que sempre ocuparam e com

esse avanço o extermínio de comunidades, de sua cultura, de seus conhecimentos (BERNARDO, 2013, p. 59).

Para o autor acima, ainda, a Declaração surge como resultado de vários anos de estudos e debates que ganharam força na década de 9091, dentro da estrutura da ONU, e completa:

> Em dezembro de 1994, a Assembleia Geral das Nações Unidas, como ato preparatório da Década Internacional dos Povos Indígenas do Mundo, aprovou a Resolução 49/214, que reconheceu a importância de valorização das culturas autóctones e determinou a promoção do gozo dos direitos dos povos indígenas e o pleno desenvolvimento de suas distintas culturas e comunidades.

Ao se referir sobre a Declaração, Leandro Ferreira Bernardo declara que ela explicita importantes valores a serem preservados e objetivos que devem ser alcançados. No mesmo ponto de vista, César Serrano diz que com a Declaração mostra-se claramente a troca de atitude a respeito dos povos indígenas.

Da leitura dos artigos acima, é possível notar um reconhecimento do direito de ser reconhecido como indígena e ao mesmo tempo possuir os mesmos direitos de uma pessoa não indígena e a resolução de controvérsias sem nenhum tipo de condição ou limitação aos âmbitos locais ou municipais, conforme também analisa César Serrano.

Os advogados do Instituto Socioambiental (ISA) Fernando Mathias e Erika Yamada consideram que a declaração reflete o conjunto das reivindicações atuais dos povos indígenas em todo o mundo acerca da melhoria de suas relações com os Estados nacionais e acrescentam ainda que os principais pontos da declaração são: Autodeterminação, direito ao consentimento livre, prévio e informado, direito a reparação pelo furto de suas propriedades, direito a manter suas culturas e o direito à comunicação.

3. INVASÃO HISTÓRICA DAS TERRAS INDÍGENAS

Há muitos anos atrás em época de descobrimento do Brasil, quando os portugueses chegaram haviam pensado que tinham chegado em terras indígenas, em consequência surgiu o nome da população brasileira já pré-existente, intitulados "índios”.

Desde então, mesmo a descoberta de que não haviam chegado na Índia, ignoram totalmente os povos encontrados e continuaram a chamar por este nome, essa ignorância vai muito além de apenas desconhecerem a população local, como também principalmente a ideia de superioridade pelos portugueses.

Nessa mesma época os índios começaram a ser escravizados, homens pela mão de obra e as mulheres na maioria das vezes eram roubadas de suas aldeias e abusadas constantemente pelos colonizadores, e as comunidades indígenas tiveram que lutar mais uma vez pela sua liberdade, não importando para os colonizadores, já que os mesmos apenas visavam lucros.

Paralelamente, a demanda por escravos fez surgir um rentável comércio para os bandeirantes paulistas, que organizaram as chamadas "bandeiras", expedições de captura de indígenas para o trabalho escravo. Os bandeirantes eram ainda recrutados para combater tribos rebeldes e quilombos. (CUNHA, 2015).

Podem concluir que não houve descobrimento, e sim ocupação de terras que já haviam povos residentes, pois pela lógica, já possuía uma população indígena local, sendo então uma visão eurocêntrica. Vislumbrados pelas vestimentas, tecnologias e traços físicos dos colonizadores tanto portugueses como espanhóis, os povos tradicionais caíram em uma armadilha sem volta.

É importante salientar que o Estatuto do Índio tornou os povos indígenas relativamente incapazes, tendo em vista assim que deve sempre ser tutelado por um órgão estatal competente, atualmente tal órgão se dá pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Fabiana Mendes Rangel (2018, p, 28) ensina que:

> A Constituição Federal de 1988 reconhece aos índios o direito de manter a sua própria cultura. Assim, rompe-se com a tradição que enxergava os índios como categoria social transitória, a serem incorporados à comunhão nacional. Além disso, em seu artigo 232, a Constituição reconhece que os "os índios, suas comunidades e organizações, são partes legítimas para ingressar em juízo, em defesa dos seus direitos e interesses".

Sendo assim, os índios podem, inclusive, entrar em juízo contra o próprio Estado, o seu suposto tutor. Desde a promulgação da constituição, diversos projetos de lei foram apresentados no Congresso, propondo regulamentar dispositivos constitucionais e adequar a velha legislação aos termos da nova Carta.

A Constituição Federal possui uma seção de direitos fundamentais que corresponde ao Título II, intitulando-os de direitos individuais e coletivos. Os direitos das populações tradicionais não constam expressamente do Título II. Entretanto, a cláusula de abertura do §2o do art. 5o da Constituição Federal confere a natureza de direitos fundamentais não só aos expressamente enumerados no art. 5o e no Título II da Constituição Federal, mas também a outros decorrentes do regime e dos princípios

por ela adotados, bem como dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. (LEIVAS, 2017).

Insta salientar que somente as terras indígenas no sentido constitucional, de ocupação tradicional, estão sujeitas ao processo de demarcação. Já uma terra reservada é aquela que a União destina aos índios conforme sua conveniência, podendo vir a ser discutida judicialmente, inclusive sobre a sua viabilidade e questões de segurança nacional.

Antes da Constituição de 1988, os direitos indígenas restringiam-se basicamente ao direito de posse sobre a terra, ou seja, tinham natureza eminentemente civil. Porém, os constituintes da década de 80, divorciando-se da visão integracionista, ativeram-se aos interesses dos índios, assegurando-lhes direito à manutenção da organização social.

Sendo assim, conclui-se que na atual conjuntura constitucional, não há espaço, ao menos teoricamente, para que prosperem violações contra indígenas. A própria existência de um sistema especial voltado aos índios já denota a anormalidade da situação social que lhes fora imposta desde a colonização, e hoje o índio deve ser tratado como homem índio, devendo ser respeitados todos os seus direitos inerentes ao simples fato de ser pessoa, pertencente a uma comunidade, com cultura diversa do restante da sociedade envolvente. (PEIXOTO, 2008, apud PERIPOLI, 2014).

Embora o art. 231 da CF/88 refira-se, em geral, aos “índios” como titulares dos direitos, muitos dos direitos elencados na Constituição são direitos cujos titulares não são os indivíduos indígenas, mas os grupos ou comunidades indígenas. Por exemplo, o § 2o do art.210 confere literalmente “às comunidades indígenas” o direito à “[...] utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (BRASIL, 1988, apud LEIVA, 2017).

O advento da constituinte de 1988 trouxe um modelo normativo de proteção das comunidades indígenas reconhecendo-as como minorias. Além de demonstrar uma nova tentativa de integração do índio em detrimento à falida política integracionista que se perpetuava a séculos.

O texto constitucional tratou de equipará-los aos demais grupos sociais, aceitando sua integração sem que de forma alguma renunciasse a sua cultura, sendo dever do Estado, nos termos do art. 215, §1o da CF/88, garantir “pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”, ressalvando a importância da proteção das “culturas populares, indígenas e afro- brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”. (ANJOS FILHO, 2008, apud QUEIROZ, 2017).

Paulo Gilberto Cogo Leivas (2017, p. 13) explica em seu artigo científico sobre as teorias dos direitos dos povos indígenas, citando o ensinamento de Habermas:

> Uma teoria dos direitos corretamente entendida exige uma política de reconhecimento que proteja a integridade do indivíduo nos contextos da vida nos quais a sua identidade se forma. Isto não exige um modelo alternativo que corrija o projeto individualista do sistema de direitos através de outras perspectivas normativas. Tudo o que é exigido é a atualização consistente do sistema de direitos. (HABERMAS, 1998, apud LEIVAS, 2017).

Pode-se atentar que os direitos culturais dos povos indígenas têm todo um aparato constitucional e proteção imensa, sendo assim, em sua totalidade fundamentais.

4. DIREITOS INDÍGENAS E A CONSTITUIÇÃO

Nesta seção serão apresentados os direitos específicos dos povos indígenas. Estes direitos são, entre outros, o direito à autodeterminação, o direito de preservação de sua cultura, direito de preservação do seu território, direito à preservação dos seus recursos naturais, direito à realização de consulta prévia e o direito ao desenvolvimento de seus povos.

Durante o Regime Militar, houve a edição do Estatuto do Índio em 1973, que rememorou o exercício de uma tutela orfanológica em relação aos indígenas, no entanto, agora exercida pelo Estado. Além de reafirmar os ideais falidos da política integracionista do índio, que se dava por meio da negação de sua cultura (BERNO, 2007, apud RODRIGUES, 2017).

No entanto, ao longo do período medieval já se podia observar um enfraquecimento do Estado diante das guerras e do aparecimento de novas ordens como os feudos, as corporações e a Igreja. Com a ascensão destes, a partilha do poder passou a ser observada. (MANCUSO, 2004, apud BATISTA, 2015).

Numa linha de intepretação mais extensiva, o artigo 232 da Constituição Federal Brasileira prescreve que os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses. Dessa leitura, é possível extrair que os exercícios de tais direitos também poderiam se dar individualmente (SANTOS, 2013, p. 54):

> Essa dificuldade de reconhecimento de titularidade dos povos indígenas na reivindicação de seus direitos ocorre também no nível interno dos Estados,

> principalmente quando se trata de se recorrer ao Poder Judiciário. [...] Não são fruto de uma relação jurídica precisa, mas apenas de uma garantia genérica, que deve ser cumprida e que, no seu cumprimento acaba por condicionar o exercício dos direitos individuais tradicionais".

Portanto, o direito internacional reconhece apenas o direito individual sobre o coletivo na medida em que a sua titularidade não possa ser individualizada e sobrepor aos demais, uma vez que tais exercícios individuais devem ser grupais e coletivos.

4.1. DIREITOS INDÍGENAS COMO DIREITOS FUNDAMENTAIS

Os direitos indígenas estão essencialmente previstos na CRFB de 1988, apesar de que também exista legislação infraconstitucional, como, por exemplo, a Lei 6.001/73 ou também conhecida como o Estatuto do Índio. O objetivo deste capítulo é analisar alguns aspectos sobre os povos indígenas e a legislação que garantem os seus direitos, as quais versam sobre direitos e garantias especiais, apresentando um esboço sistêmico de seus dispositivos.

Outra lei relevante para a presente obra é a 7.716/89, conhecida como a Lei Antidiscriminação, que tem por objetivo coibir e sancionar condutas preconceituosas, discriminatórias e arbitrárias contra os povos indígenas.

Internacionalmente, o reconhecimento da existência efetiva dos povos indígenas deu-se nas três últimas décadas, com o forte impulso dado por movimentos que lutam pelos direitos humanos, e também ativistas especializados nas questões indígenas. Eles têm como fundamento o princípio da autodeterminação dos povos, expressos em tratados internacionais de Direitos Humanos desde 1966.

Na perspectiva da autora Mariana Simoni, Cientista social:

> A partir dos Pactos Internacionais de Direitos Humanos de 1966, Direitos Civis e Políticos, assim como Sociais e Culturais, o princípio de autodeterminação dos povos, presente na Carta das Nações Unidas e em outros documentos não vinculantes, tornou-se direito de autodeterminação dos povos e com expressa conotação de direitos humanos. O direito à autodeterminação refere-se ao direito de um povo livremente decidir sobre sua organização política, na busca de seu desenvolvimento econômico, social e cultural. (2010, p. 01).

Logo, o direito à autodeterminação refere-se ao direito das comunidades indígenas de optarem livremente sobre a sua forma de organização social, política, cultural e econômica, na busca pelo seu desenvolvimento.

A convenção nº 169/89 da Organização Internacional do Trabalho – OIT trouxe grande progresso no que se refere aos direitos dos povos indígenas no âmbito internacional, já que os reconheceu como

comunidades distintas das demais, por viverem em condições sociais, econômicas, políticas e culturais diferenciadas, por compartilharem costumes próprios, tradições e instituições singulares e, ainda descenderem de populações que já habitavam determinado território antes do estabelecimento das demarcações fronteiriças do Estado Nação.

Simoni destaca que:

> A convenção reconhece a igualdade, a especificidade desses povos, e o direito de exercício de auto-regulação de suas instituições, seu desenvolvimento econômico, suas formas de vida cultural e espiritual, dentro do estado em que vivem. Os governos possuem a responsabilidade de desenvolver e coordenas, junto dos povos envolvidos, ação sistemática para proteção dos direitos desses povos, garantia da igualdade de oportunidades e eliminação de diferenças socioeconômicas. Para tanto, os governos têm de garantir os direitos de propriedade e posse das terras tradicionalmente ocupadas, do uso e preservação dos recursos naturais nelas encontrados, bem como de acesso a serviços de saúde e de educação básicos, observando suas necessidades particulares. (2010, p. 05).

A preocupação internacional com a questão indígena é evidente. Trata-se de grupos dotados de características distintas dos habitantes atuais da área territorial ocupada do país. Necessitam de políticas públicas, já internacionalmente reconhecidas, de incentivo ao desenvolvimento de suas sociedades, efetivando assim, seus direitos.

Em 13 de setembro de 2007, após longos debates, foi aprovada a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, dando legitimidade internacional aos assuntos pertinentes às comunidades indígenas, tendo, inclusive, o Brasil como signatário.

Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, importante órgão internacional, reconhece a importância da manutenção das comunidades indígenas, tanto que na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, se posiciona da seguinte maneira sobre a questão indígena:

> Reconhecendo a importância dos conhecimentos tradicionais como fonte de riqueza material e imaterial, e, em particular, dos sistemas de conhecimento das populações indígenas, e sua contribuição positiva para o desenvolvimento sustentável, assim como a necessidade de assegurar sua adequada proteção e promoção.

Neste país, o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas esta intrinsicamente relacionado às Convenções e Tratados Internacionais sobre os Direitos Humanos, especificamente aqueles que tratam dos povos indígenas. Não serviram apenas como meio de desenvolver e acrescentar em âmbito nacional e regional o direito das comunidades indígenas, mas também, de pressionar os governos e os

legisladores no intuito da criação de normas que viabilizassem esses direitos, tendo em vista a preocupação do Estado Nacional brasileiro em manter uma boa imagem frente à comunidade internacional.

Conforme pontua Simoni:

> A abordagem e o desenvolvimento dos direitos dos povos indígenas na agenda nacional estão claramente ligados à maior visibilidade de tais direitos no contexto internacional, principalmente a partir de sua vinculação com os direitos humanos e o direito dos povos. Nesse sentido, os grupos próindígenas ajudaram a projetar a causa brasileira na arena internacional dos direitos humanos, o que, posto frente à sensibilidade do Estado brasileiro quanto a sua imagem e prestígio internacionais, garantiu maior poder de barganha para as reivindicações indígenas. (2010, p. 05).

Como pode comprovar, o reconhecimento internacional dos direitos dos povos indígenas é muito importante. Ressaltamos que a existência destes povos vai além das fronteiras nacionais de um Estado Nação. Sendo assim, necessitam de políticas públicas eficazes e do apoio dos governos nacionais e internacionais, para lhes garantir o desenvolvimento de sua política, sociedade, cultura e economia próprias.

4.2.DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO

O direito de autodeterminação ou livre determinação está embasado nos postulados da igualdade, da liberdade e da fraternidade. Já consagrado no Direito Internacional, especificamente no sistema internacional de proteção aos direitos humanos a garantir o desenvolvimento humano global, como por exemplo, (a) referência explícita do princípio da autodeterminação na Carta das Nações Unidas; (b) tratado como direito na Declaração Sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais da Assembleia Geral da ONU de 14 de dezembro de 1960; e (c) o direito à autodeterminação também restou previsto nos Pactos Internacionais de Direitos Humanos de 1966, na Declaração Sobre o Direito ao Desenvolvimento da Assembleia Geral das Nações Unidas de 4 de dezembro de 1986, e na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas da Assembleia Geral das Nações Unidas de 13 de setembro de 2007 (ANJOS FILHO, 2013a, p. 589 a 590).

Para vários autores, o direito à autodeterminação, ou o princípio da autodeterminação, como também é chamado, constitui a base para os demais direitos e princípios dos povos indígenas, pois lhes asseguram determinar suas políticas sociais e culturais.

Dessa forma, o direito à autodeterminação se define como um dos princípios fundamentais das populações indígenas e dos direitos humanos. Direito esse que dá total liberdade para os povos se

autogovernarem sem nenhuma interferência externa, evitando que lhes sejam ditadas regras e impondo modos de vida diferentes de suas tradições e cultura.

4.3. DIREITO À CULTURA

De acordo com o artigo 27 do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, nos Estados em que existam minorias étnicas, religiosas ou linguísticas, as pessoas pertencentes a essas minorias não devem ser privadas do direito de ter, em comum com os outros membros do seu grupo, a sua própria vida cultural, de professar e de praticar a sua própria religião ou de utilizar a sua própria língua.

Segundo o estudioso brasileiro Alfredo Bosi (SILVA; SILVA, 2006):

> Cultura é o conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que devem ser transmitidos às novas gerações para garantir a convivência social. Mas para haver cultura é preciso antes que exista também uma consciência coletiva que, a partir da vida cotidiana, elabore os planos para o futuro da comunidade. Tal definição dá à cultura um significado muito próximo do ato de educar. Assim sendo, nessa perspectiva, cultura seria aquilo que um povo ensina aos seus descendentes para garantir sua sobrevivência.

Este amplo conceito de cultura contém todos aqueles valores e elementos de identidade essenciais para qualquer cultura. Representa, pois, uma concepção ampla da cultura, compreensiva e inclusiva, porquanto sua proteção e desenvolvimento é fundamental para o grupo a qual pertence. (SERRANO, 2009, p. 105).

Com efeito, os povos indígenas, propriamente pela sua diversidade e diferenças, demonstram através da sua cultura o seu modo de viver e costumes. Visando proteger essas peculiaridades desses povos, foram criadas normas específicas para assegurar o direito à identidade cultural de cada comunidade indígena. Para tanto, pode destacar alguns direitos culturais mais relevantes dentro da cultura indígena, quais sejam, identidade, língua, propriedade intelectual, conhecimentos médicos tradicionais, espiritualidade e culto religioso.

Luiz Fernando Villares (2009, p. 317) sustenta que cada povo indígena e cada população possui sua singularidade nos seus valores, usos, costumes e tradições. Por isso, o autor justifica o direito como uma forma de proteção da cultura das inúmeras línguas, territórios, meios ambientes, religiões e cultos específicos, ritmos, dizendo:

> Ao direito não escapa a proteção das manifestações e bens culturais, com a finalidade última de manter vivas as diversas culturas existentes. Atualmente, mais que a valorização da multicultural idade como valor absoluto e intrínseco, procura-se justificar a tutela das culturas pela proteção de bens que poderão ser inseríveis no mercado. Dessa forma, a proteção da cultura é um direito

> coletivo e individual. Ainda que individual, é direito tutelado por um regime de direito público, tendo em vista a finalidade da proteção.

Daí surge a necessidade de ser aprofundada a ideia de tolerância e de respeito ao diferente. A proteção de valores e do comportamento humano merecem garantias legais a fim de que a identidade cultural de cada povo seja preservada.

4.4. DIREITO AO TERRITÓRIO E AOS RECURSOS NATURAIS

Em que pese o território e os recursos naturais possuírem diferenças etimológicas e, consequentemente, tratamentos diferentes quanto aos direitos, há uma relação de dependência e ligação entre ambas, naturalmente, ainda mais para os povos indígenas que dependem delas para viver.

Os povos indígenas possuem um vínculo espiritual com a Terra e seus recursos naturais. Não se trata de uma relação entre propriedade e bem imóvel, próprio do direito liberal, nem de um simples direito de propriedade individual ou coletiva. Trata-se, antes de tudo, de um fenômeno espiritual, cultura e coletivo: a terra como origem da vida, divindade, como fonte de vida e sustento, como propriedade e responsabilidade comum: como casa. Apenas da contínua confusão dos instrumentos internacionais e constitucionais leis nacionais, devemos distinguir terra de territórios indígenas, pois se referem a situações distintas (SERRANO, 2009, p. 116).

Em outras palavras, Luiz Fernando Villares, 2009, p. 97, completa:

> O território indígena é o suporte material para as relações sociais, a cultura, as tradições e as crenças de cada comunidade indígena. A garantia da posse das terras indígenas tem valor de sobrevivência física e cultural de cada povo. Contudo, o contato entre povos indígenas e colonizador sempre foi acompanhado de uma limitação dos territórios indígenas. Alguns desses povos sequer tinham noção de territórios e terras, fato que se evidencia com a constante mobilidade de muitos povos indígenas. Enfim, terras indígenas tradicionalmente ocupadas são sempre restrição imposta pela sociedade à liberdade dos povos indígenas. O que ontem foi uma limitação à liberdade, hoje é uma garantia de sobrevivência e uma adpatação sociopolítica à sociedade brasileira. Esse é o confronto que se coloca e que se tem de resolver na regulamentação da territorialidade indígena.

Em que pese no Capítulo VIII da Constituição Federal Brasileira haja o nome “DOS ÍNDIOS”, são encontrados tão apenas 2 artigos nesta seção, os quais, basicamente, apenas um trata dos direitos básicos e especificamente dos territórios e recursos naturais dos povos indígenas. O referido artigo estabelece que os territórios indígenas são aqueles utilizados para suas atividades produtivas, os

imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e à sua reprodução física e cultural.

Nesse sentido, muitos autores convergem no fato de que além dos direitos dos povos indígenas ao território e aos recursos naturais lhe assegurar tais garantias, é também um importantíssimo instrumento de preservação da biodiversidade.

Portanto, verifica-se que o direito ao território e aos recursos naturais se constitui em um dos direitos imprescindíveis para a afirmação dos demais. Isso porque, sem os seus territórios e os recursos naturais de que fazem parte, não haveria vida aos povos indígenas.

4.6. DIREITO AO DESENVOLVIMENTO

O direito ao desenvolvimento, como direito humano, pertence ao grupo dos chamados direitos da terceira geração, que engloba entre outros: o direito à autodeterminação dos povos, o direito ao meio ambiente sadio, e o direito à paz. Com a sua inserção na problemática dos direitos humanos, a sua análise passou de campo exclusivamente econômico, abrangendo as áreas sociais, ambientais, científico tecnológicas, culturais, políticas e até mesmo espirituais (Fernando Kinoshita, Joel Aló Fernandes).

Segundo Cátia Cristina de Oliveira Bethonico (Direito ao desenvolvimento: Um direito humano, Âmbito Jurídico), a ideia do direito ao desenvolvimento teve seu início com o surgimento das Nações Unidas. Já em 1945, em razão de conflitos que assolaram o Velho Continente, ex-colônias que proclamaram a independência, a gritante desigualdade entre nações ricas e pobres, dentre outros motivos, fizeram com que o documento que iria fundar a nova organização internacional fosse criteriosamente formulado. E completa:

> Por meio da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento de 1986, as Nações Unidas consideraram que a pessoa humana era “o sujeito central do desenvolvimento e deveria ser participante ativo e beneficiário do direito ao desenvolvimento”, bem como “o direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável em virtude do qual toda pessoa humana e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, a ele contribuir e dele desfrutar, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados.”. O Direito ao Desenvolvimento passou a ser um direito humano tão essencial quanto qualquer outro, e todos os direitos humanos (fundamentais, civis, políticos, econômicos, culturais, etc.) são interdependentes.

Ainda, nos preâmbulos da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, percebe-se a proteção da pessoa humana como a base da construção dos outros direitos.

Dessa forma, constata-se que o direito ao desenvolvimento é uma condição fundamental para a emancipação e a proteção dos direitos dos povos indígenas. Tendo como base a pessoa humana como beneficiário desse direito, ele busca nesse sujeito proporcionar todas as condições necessárias no processo de desenvolvimento, conforme a própria Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento traz em seu texto.

5. CONCLUSÃO

Ao remontar toda a história indígena de forma cronológica, a observação feita é de constantes avanços, visto que as considerações do dominador em boa parte do tempo foi a de prestar assistência conforme seus próprios ideais da situação indígena, sem simplesmente ouvi- los e ampará-los efetivamente. É daí que surge o principal instrumento de voz a esses direitos, a Constituição de 1988 que pela primeira vez tratou de tutelar os povos indígenas sem interferir em suas construções culturais.

Os direitos indígenas fundamentais, compreendidos entre àqueles imprescindíveis à sobrevivência com dignidade desse grupo étnico, está consubstanciado constitucionalmente, mas embora esteja positivado, ainda não há efetivação dessas garantias em prol dessa minoria étnica.

Deste modo, é obrigação do Estado assumir uma postura mais ativa tendente a repensar conceitos nas mais diversas comunidades, de modo a se buscar atender aos interesses e necessidades dessas comunidades tradicionais, resguardando-se, sobretudo o necessário respeito à diferença cultural, que tem corroborado a formação e manutenção da diversidade étnica e cultural brasileira.

Deve ainda o Estado dar efetivo cumprimento às políticas públicas indígenas previstas na lei, sob pena de não se atingir a sua eficácia plena, que objetiva a proteção integral das sociedades indígenas.

Assim, não obstante a criação de políticas públicas voltadas às minorias e adequadas à nação multicultural, na atual conjuntura da sociedade multicultural os indígenas lutam por uma política identitária, pelo efetivo reconhecimento do direito de viver a sua própria cultura, ou seja, de buscarem a afirmação das diferenças.

O reconhecimento da dignidade, da personalidade e dos direitos humanos e fundamentais indígenas é uma ferramenta inicial para a construção de uma nova institucionalidade que leve à realização de demandas e concretização de direitos indígenas.

Sendo assim, conclui-se que é os direitos dos povos indígenas são direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS

ABI-EÇAB, Pedro. Ministério Público, direitos fundamentais indígenas e políticas públicas. Revista de Direito Privado. Vol. 47/2011. Rondônia: julho – setembro, 2011.

AIETA, Vânia Siciliano, Mourelle Perez Diós, Marcelle. Os direitos constitucionais dos grupos indígenas: a defesa da comunidade de índios caiçaras no Município de Paraty (RJ). Revista dos Tribunais. vol. 948/2014. Paraty: Outubro, 2014.

ÂMBITO JURÍDICO. O direito ao desenvolvimento como um direito humano e prerrogativa dos estados nas relações internacionais do século xxi. Disponível em:

<http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em: 18 de junho de 2021.

ARRUDA, José Jobson De A.; PILLETTI, Nelson. Toda a história: História Geral e História do Brasil. Ed. 12. São Paulo: Àtica, 2003.

BERNO, Alexandre Alberto. A legitimação constitucional ad processum dos índios em face do não atendimento dos direitos indígenas: o direito brasileiro e a corte interamericana de direitos humanos. Convênio Conselho da Justiça Federal, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 10 ed. São Paulo: Malheiros: 2000.

BROWN, Dee. Enterrem meu coração na curva do rio: A dramática história dos índios norte-americanos. 2010 ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

CAMBI, Eduardo, Alessandro Fressato Lessnau, Fabio. Direito a concessão do salário- maternidade às mães indígenas menores de idade. Revista de Direito Constitucional e Internacional. vol. 88/2014. Julho – Setembro, 2014.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS. Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm>. Acesso em: 19 de maio de 2021.

CEPAL, Os povos indígenas na américa latina: Avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos. Santiago, Chile: Nações Unidas, 2015.

CHAVES, Antônio. A condição Jurídica do índio. Doutrinas Essenciais de Direitos Humanos. vol. 4. São Paulo: agosto, 2011.

Conheça os direitos dos povos indígenas. Blog acontece. Disponível em: https://www.lfg.com.br/conteudos/artigos/geral/conheca-os-direitos-dos-povos-indigenas.

Acesso em: 18 de junho de 2021.

CONSTIUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA. Constituição. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 17 de junho de 2021.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA. Decreto no 99.710, de 21 de

novembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm>. Acesso em: 20 de junho de 2021.

CORTEZ, Hernan. A conquista do méxico. Ed. 2. Porto Alegre: LePM, 2008.

CUSTÓDIO, Helita Barreira. Poluição ambiental e genocídio de grupos indígenas. Doutrinas Essenciais de Direito Ambiental. vol. 2. São Paulo: Revista de Direito Civil, Março, 2011.

Direitos constitucionais dos índios. Povos indígenas no Brasil. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Constitui%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 19 de junho de 2021.

EBC AGÊNCIA BRASIL. Relatório da onu aponta aumento do número de indígenas na américa latina. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2014- 09/relatorio-da-onu-apontaaumenta-do-numero-de-indigenas-na-america>. Acesso em: 16 de junho de 2021.

FAUSTO, Boris. História do brasil. Ed. 6. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária, Pesquisa e MST. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

FILHO, Robério Nunes dos Anjos. Breve Balanço dos direitos das comunidades indígenas: alguns avanços e obstáculos desde a Constituição de 1988. Revista brasileira de estudos constitucionais, v. 08, 2008.

FILHO, Carlos Frederico Marés De Souza; BERGOLD, Raul Cezar. Os direitos dos povos indígenas no brasil: desafios no século XXI. Curitiba: Letra da Lei, 2013.

FILHO, Roberto Lemos Dos Santos. Índios, Convenção nº 169 da OIT e meio ambiente. Jus navegandi, [S.L], jun./abr. 2016.

FILHO, Robério Nunes Dos Anjos. O direito à autodeterminação dos povos indígenas: entre a secessão e o autogoverno. Salvador: JusPodivm, 2013.

FREITAS, Ana Elisa de Castro. Relatório Ambiental Circunstanciado. Grupo de Trabalho para Identificação e Delimitação Terra Indígena Guarani Mato Preto. Porto Alegre, 2004.

GABOARDI, Shaiane et al. VEDOVATTO, Marjana; EDUARDO, Marcio Freitas; LINDO, Paula de Faria. Agroecologia e Disputa Territorial na Região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul: a estruturação da Rede Ecovida e a construção de territorialidades rede. In Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2013, João Pessoa. Anais UFPB.

GOLIN, Tau. O povo do pampa: Uma história de 12 mil anos do Rio Grande do Sul para adolescentes e outras idades. Ed. 2. Passo Fundo: UPF, 2001.

GOMES, Gedham Medeiros. Tutela de direitos indígenas como corolário da função socioambiental da propriedade: uma abordagem pela ótica da sociologia do direito. Revista de Direito Ambiental. vol. 84/2016. 2016.

HABERMAS, Jürgen. Lutas pelo reconhecimento no Estado democrático constitucional. In: TAYLOR, Charles (org.). Multiculturalismo. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

LEUZINGER, Márcia Dieguez. Gestão compartilhada de áreas protegidas: Benefícios, potencialidades e dificuldades. Revista de Direito Ambiental. vol. 81/2016.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Interesses difusos: conceito e legitimação para agir. 6.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de direitos humanos. São Paulo: Método, 2014.

MOREIRA, VITAL; GOMES, CARLA DE MARCELINO. Compreender os direitos humanos: Manual de educação para os direitos humanos. Ed 3. Graz, Áustria: [s.n.], 2012.

NEVES, Rafaela Teixeira Sena. Promessa é dívida? O cumprimento das sentenças socioambientais da corte interamericana de direitos humanos. Revista de Direito Ambiental. vol. 87/2017. p. 485 – 520. Pará: julho – setembro, 2017.

ONU BRASIL. Ainda há muito a ser feito para respeitar direitos dos indígenas no brasil, diz especialista da Onu. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/ainda-hamuito-a-ser-feito- para-respeitar-direitos-dos-indigenas-no-brasil-diz-especialista-daonu/>. Acesso em: 18 de junho de 2021.

ONU BRASIL. Conferência de Viena. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/apos20- anos-da-conferencia-de-viena-direitos-humanos-sao-mais-importantes-do-quenunca-diz- onu/>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

ONU BRASIL. Declaração do rio sobre meio ambiente e desenvolvimento. Disponível em:

<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>. Acesso em: 14 de junho de 2021.

PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS. Decreto no 592, de 6 de julho de 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990- 1994/d0592.htm>. Acesso em: 17 de junho de 2021.

PINSKY, Jaime. História da américa através de textos. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

PÁDUA, Adriana Suzart De. Nova realidade dos povos indígenas da América Latina. Jornal MundoJovem, [S.L], n. 405, abr. 2016. Disponível em:

<http://www.mundojovem.com.br/artigos/nova-realidade-dos-povos-indigenas-daamerica- latina>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

RIOS, Roger Raupp. Direito da Antidiscriminação: discriminação direta, indireta e ações afirmativas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SANCHES RUBIO, David. Fazendo e desfazendo direitos humanos. Tradução Clovis Gorczevski. 1 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. Ed. 10. rev. atual. E ampl.Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2009.

SERRANO, César. Los derechos de los pueblos indígenas: Direito internacional e experiências constitucionais en nuestra américa. 1 ed. México: [s.n.], 2009.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de conceitos históricos. São Paulo: Contexto, 2006.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel. Direito constitucional: teoria, história e métodos de trabalho. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

UNICEF BRASIL. Objetivos de desenvolvimento do milênio. Disponível em:

<http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_9540.htm>. Acesso em: 17 de junho de 2021. VILLARES, Luiz Fernando. Direito e povos indígenas. Curitiba: Juruá, 2009.

VILANOVA, Novély da Silva Reis. Ação civil pública – construção de estrada em reserva indígena – desvio de finalidade. Revista de Direito Ambiental. vol. 1/1996. p. 217. Brasília: Ação civil pública, janeiro – Março, 1996.

YAMADA, Erika M; OLIVEIRA, Lúcia Alberta Andrade De. A convenção da oit e o direito de consulta livre, prévia e informada. Brasília: Funai/GIZ, 2013.

Capítulo 4

10.37423/220706280

EMIL BERED E A HABITAÇÃO COLETIVA MODERNA PORTOALEGRENSE

Silvio Belmonte de Abreu Filho

Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Angela Cristiane Fagundes

Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: O tema deste artigo é a arquitetura moderna gaúcha com enfoque na produção arquitetônica do arquiteto Emil Bered. O objetivo desta investigação é documentar e analisar uma amostra da obra de habitação coletiva, produzindo um registro do seu trabalho e identificar influências e contribuições na identidade moderna na arquitetura gaúcha. A trajetória profissional de Emil Bered cobre quase toda a segunda metade do século XX, em contribuição de reconhecida relevância para a introdução, difusão e consolidação da arquitetura moderna no estado. A qualidade e relevância de sua produção é reconhecida nos estudos da arquitetura moderna gaúcha, entretanto, as publicações disponíveis não abordam sua obra na totalidade: encontramos apenas estudos documentais e/ou teóricos que enfocam alguns de seus edifícios, entretanto a maioria ainda não estão publicados, apenas disponíveis nos arquivos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Neste artigo optou-se por um recorte tipológico específico, para documentação e análise crítico-comparativa de estudos de casos de habitação coletiva de autoria de Emil Bered, na cidade de Porto Alegre. Em função da sua importância na introdução e difusão da arquitetura moderna brasileira no sul, e relevância da documentação e análise de sua obra para a Arquitetura Moderna no Rio Grande do Sul, adotou-se um recorte temporal em duas etapas de desenvolvimento do movimento moderno, período inicial 40-60 e período de hegemonia com o Plano Diretor de 1959-61 (60-80). Dito isso, os edifícios selecionados para esse artigo são: do primeiro período os edifícios Link e Rio Grande do Sul, e do segundo período os edifícios Christoffel e Sinuelo. A abordagem do assunto da arquitetura moderna como patrimônio se faz cada mais pertinente para promover reflexões acerca da sua preservação e conservação.

Palavras-chave: Arquitetura e documentação; Arquitetura moderna gaúcha; Arquiteto Emil Bered.

INTRODUÇÃO

O tema deste artigo é a arquitetura moderna gaúcha com enfoque na produção arquitetônica do arquiteto Emil Bered, através da análise crítico-comparativa de seus edifícios. O objetivo da investigação é relacionar, documentar e analisar uma amostra da obra de habitação coletiva, produzindo um registro sistemático do seu trabalho antes e depois do Plano Diretor de 1959/61 e identificar influências e contribuições para a construção de uma identidade moderna na arquitetura gaúcha. O artigo apresenta um recorte e alguns resultados preliminares do Projeto de Pesquisa EMIL BERED ARQUITETO em andamento, que se propõe um inventário da obra completa do arquiteto, reunindo sua documentação original, redesenhada integralmente, a fortuna crítica e análises crítico-comparativas, e de dois projetos de pesquisa de mestrado correlatos.

A trajetória profissional de Emil Bered cobre quase toda a segunda metade do século XX, em contribuição de reconhecida relevância para a introdução, difusão e consolidação da arquitetura moderna no estado. Além da extensa e qualificada produção projetual desde a formatura na primeira turma do Curso de Arquitetura do Instituto de Belas Artes em 1949, Bered teve atuação destacada no ensino e gestão acadêmica na nova Faculdade de Arquitetura da URGS (depois UFRGS) por mais de 30 anos, e significativa participação nos órgãos profissionais e de classe. A qualidade e relevância de sua produção arquitetônica é reconhecida em todos os estudos da arquitetura moderna gaúcha. Em “Arquitetura Moderna em Porto Alegre” (XAVIER e MIZOGUCHI, 1987), principal obra de referência sobre a arquitetura moderna local, das 160 obras selecionadas e apresentadas, 10 são de sua autoria ou contam com sua participação. No “Guia de arquitetura moderna em Porto Alegre” (ALMEIDA, ALMEIDA e BUENO, 2010), das 30 obras escolhidas, quatro são de sua autoria ou coautoria, e no mais recente “Inventário da Arquitetura Moderna em Porto Alegre 1945/65” (COMAS e PIÑON, 2013) dos 25 exemplos escolhidos, Emil Bered comparece com sete em autoria ou coautoria, quase 30% da amostragem, indicativo da relevância e representatividade da sua atuação profissional e papel na arquitetura moderna em Porto Alegre.

Neste artigo optou-se por um recorte tipológico específico, edifícios de apartamentos em altura de autoria de Emil Bered em Porto Alegre. Em função da relevância de sua produção em período extenso que vai de 1950 a 1980, adotou-se um duplo recorte temporal, o período inicial 40-60 e período sob hegemonia do Plano Diretor de 1959-61 (60-80). Os recortes se justificam pela produção do arquiteto no período se orientar por duas visões quase opostas de cidade, uma baseada na inserção de exemplares de arquitetura moderna na cidade tradicional, com a construção baseada no regime de

alinhamento/gabarito, rua-corredor e quarteirão periférico, e outra baseada em uma nova espacialidade, de caráter fundamentalmente moderno, do edifício isolado e do quarteirão aberto.

Do ponto de vista analítico o artigo tem foco nas estratégias de projeto e no repertório de elementos de arquitetura e de composição utilizados pelo arquiteto em seus projetos, antes e depois do Plano Diretor de 1959-61. Os edifícios foram selecionados levando em consideração a qualidade e representatividade dentro do recorte, as situações de implantação, a utilização diferenciada de elementos de arquitetura e de composição, e a oportunidade de apresentar material documental inédito: do primeiro período, Edifício Linck e Edifício Rio Grande do Sul; e do segundo período, Edifício Christoffel e o Edifício Sinuelo.

ARQUITETURA MODERNA EM PORTO ALEGRE

Nascido em Santa Maria (RS) em 1926, Emil Achutti Bered ingressou na primeira turma do Curso de Arquitetura do Instituto de Belas Artes em 1946, formou-se em 1949 e iniciou imediatamente sua vida profissional em Porto Alegre. Projetou muito intensamente na década de 50, em parceria com seus colegas Salomão Kruchin, que foi seu sócio durante toda a década, e Roberto Félix Veronese.

Porto Alegre passava por um processo de expansão metropolitana, com forte ritmo de densificação e verticalização das áreas mais centrais e ao longo das principais avenidas radiais. A década de 50 foi a de maior crescimento demográfico da cidade desde os anos 1900-1910 (numa média de quase 5% ao ano), passando de cerca de 395.000 habitantes em 1950 a 635.000 em 1960. Foi também a década em que mais se construiu em Porto Alegre, em um vigoroso boom imobiliário.

A expansão era regulada por legislação baseada no alinhamento e no gabarito, com alturas proporcionais à largura da via, mantida e atualizada desde o final do século XIX e transformadas em uma “Lei de Alinhamentos” em 1943. A Lei nº 986/1952 manteve a aplicação do limite de altura de uma vez e meia a largura da rua para toda a cidade, e duas vezes para a área central, com a introdução do escalonamento da altura no centro[1] . Estabelece condicionantes específicos sobre a distribuição e configuração de compartimentos e espaços internos e externos dos edifícios, determinantes para a sua volumetria, tratando das áreas de ventilação e insolação e dos balanços sobre a área pública de forma bastante precisa.

Essas regras e dispositivos simples orientaram a cidade num período de extraordinário crescimento e metropolização. O processo contou com a adesão entusiasmada dos agentes do mercado imobiliário e da indústria da construção, com grande inversão de capitais, através de novas modalidades como

fundos de investimento e participação, sociedades de crédito imobiliário como o Banco Lar Brasileiro, um dos principais clientes do escritório de Bered durante os anos 50, e companhias abertas. Foi acompanhado de um processo acelerado de modernização e concentração do capital no setor da construção, com a emergência do incorporador imobiliário, agente promotor de um novo produto, o apartamento em condomínio, para atender as necessidades e expectativas da clientela, a nova classe média urbana.

O processo se deu com empresas construtoras e incorporadoras de natureza "moderna", algumas atuando desde os anos 20 e 30, como a Azevedo, Moura e Gertum, outras mais recentes como a Azevedo Bastian e Castilhos (ABC), Pilla Guarita e Mello Pedreira, dentro de novas condições de produção, introduzindo e divulgando tecnologias de ponta nas áreas de estruturas, instalações, esquadrias, materiais e revestimentos, e atentas aos novos padrões de consumo urbano. Para isso, utilizaram arquitetos de prática igualmente "moderna", profissionais inicialmente formados pela Escola Nacional de Belas Artes, como Holanda Mendonça e Edgar Graeff, ou estrangeiros, como o uruguaio Roman Fresnedo Siri, e logo a seguir arquitetos recém-egressos dos cursos de Arquitetura locais, como Bered e seus parceiros.

Nas áreas de maior valorização a expansão ocorre através da inserção de edifícios altos no espaço urbano da cidade tradicional, que nos anos 50 passam a ter características claramente modernas, hegemônicas ao final da década. A tendência dominante de verticalização da cidade iniciada no Centro na década anterior, estende-se pelas principais avenidas radiais, como o eixo Independência/24 de Outubro, e trechos de ligações perimetrais. Durante o período, Bered projetou edifícios residenciais em todas elas. As regras do jogo, com a obediência ao gabarito e ao alinhamento (ou ao recuo de jardim), e o uso dos balanços definidos na lei, estão presentes em todos os exemplos dessa fase.

A pesquisa nos arquivos da Prefeitura Municipal, complementada pelos arquivos pessoais do escritório do arquiteto e em revisão bibliográfica, permitiram identificar o projeto de 27 edifícios residenciais no período da formatura até o Plano de 1959, 26 deles em parceria com seu associado Salomão Kruchin e muitos com Roberto Félix Veronese, ambos seus colegas de turma. No recorte espacial da radial Independência/24 de Outubro e entorno, encontramos quatro exemplares, os edifícios Linck, Nogarô, Nilza Esther e Rio Grande do Sul. Foram eliminados da amostragem o Edifício Nogaro, em função da escala e altura, e o Edifício Nilza Esther, por ter sido edificado sem a ala dos fundos. Consideramos o Edifício Linck e o Edifício Rio Grande do Sul os mais representativos desse período.

EDIFÍCIO LINCK (1952)

Localizado ao final de uma pequena travessa em “cul-de-sac” paralela à prestigiosa Praça Júlio de Castilhos (Travessa Coronel Frederico Linck, 55), o Edifício Linck foi o primeiro encargo de porte da equipe formada por Emil Bered, Salomão Kruchin e Roberto Veronese. O terreno generoso de 525 m², com 21 metros de frente norte e declive em relação ao “cul-de-sac”, propiciou um edifício composto de Subsolo, Térreo e oito pavimentos-tipo com dois confortáveis apartamentos de 200 m² por pavimento e um apartamento térreo aproveitando o declive. De propriedade da Sociedade Edifício Linck Limitada, a incorporação e construção esteve a cargo da Construtora Mello Pedreira.

O partido adotado foi dispor em dois corpos transversais ocupando toda a largura do terreno duas prumadas de apartamentos por andar em placas paralelas unidas por um elemento de circulação vertical que incorpora algumas peças de serviço. A planta baixa em forma de “H” tem área de cerca de 400 m² no pavimento-tipo. Os dois corpos são praticamente simétricos, com dependências principais – salas e três dormitórios – para frente e fundos e dependências de serviço para duas áreas internas de iluminação. Os apartamentos de fundos têm a orientação sul compensada pela magnífica vista.

A composição formal do edifício define um corpo de volume opaco perfurado por aberturas apoiado sobre uma base em pilotis frontal em primeiro plano com os acessos, e um fundo com dependências condominiais e o apartamento térreo.

A fachada frontal principal é tratada em grelha horizontal com plano ressaltado em relação às paredes laterais da divisa, formando uma caixa saliente de fatias definidas pelas linhas das lajes e balcões. A estratégia atende à necessidade de proteção solar da orientação norte com um plano virtual de diferentes profundidades que permite localizar balcões junto a salas e dormitório principal e peitoris simples alocando mais superfície aos outros dois dormitórios. Para Luccas a solução “de linhas horizontais predominantes, foi resolvida de forma atípica, afastando-se do precedente da grelha ortogonal presente na Arquitetura Moderna brasileira de vertente corbusiana” (LUCCAS, 2016, p.294), associando o arranjo a antecedentes como a composição frontal do Banco Boa Vista (1946) de Niemeyer. Já Ströher vê certa ambiguidade na expressão formal das funções, com o balcão frontal das salas e dormitório principal com acabamento em gradil metálico, e os outros dois dormitórios em peitoril de volume avançado marcado por revestimento em cor marrom (STRÖHER, 1997, p.74). No bloco dos fundos, são eliminados os balcões.

No espaço correspondente ao apartamento de frente, o térreo recebe uma área coberta em pilotis de cinco vãos por dois intercolúnios de profundidade, com sinuoso desenho de jardineiras que se estendem para o interior formando um jardim em área interna aberta, com acessos laterais para garagem, escada de acesso a hall e portaria e um depósito cuja parede serve de fundo para um painel de pastilhas vitrificadas de Saulo Gomes marcando a entrada, seguindo a tendência contemporânea de "integração das artes" à Arquitetura Moderna brasileira iniciada no Ministério da Educação e Saúde (1936), de Lucio Costa e equipe.

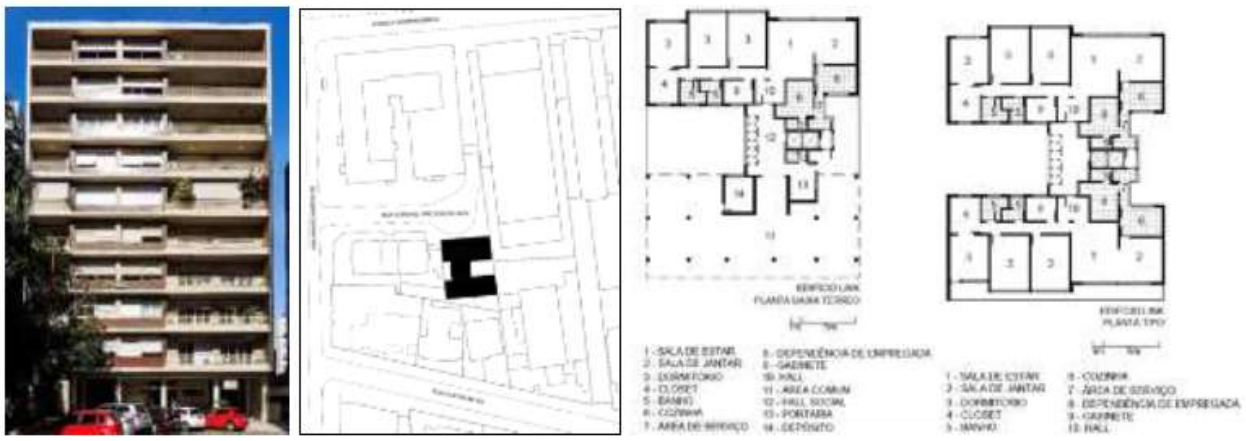


Figura 1: Edifício Linck, 2019.

Fonte: Imagem produzida pelos autores

EDIFÍCIO RIO GRANDE DO SUL (1958)

O Edifício Rio Grande do Sul está sobre amplo terreno retangular de meio de quadra (22 x 60m, 1.321,24m²) na Rua 24 de Outubro 622/644, em localização de prestígio frente ao Pavilhão Social do Jockey Club, ainda em operação à época do projeto[2] (1957, aprovação na Prefeitura em1958), com área destinada ao novo Parque Moinhos de Vento, em início de implantação quando da conclusão do edifício em 1965. O proprietário era Theodoro S. Saibro com construção e incorporação a cargo da Mello Pedreira S.A.

Local, contexto e programa levaram Emil Bered e Salomão Kruchin à proposta de um partido diferenciado, com lançamento do volume edificado afastado das divisas e um grande apartamento por pavimento. O volume vertical é caracterizado pela justaposição de dois primas de base retangular, um corpo maior opaco ao fundo, onde a massa edificada é predominante em relação às aberturas e uma "caixa de vidro" à frente, marcada horizontalmente por vigas/floreiras que definem os pavimentos (STRÖHER, 1997, p.85). A viga floreira e os panos de esquadrias contínuas tripartidas horizontalmente que compõem a fachada encobrem a estrutura vertical do edifício, conferindo

delicadeza a composição. As colunas, recuados da fachada nas grandes salas de estar transmitem o conceito de independência estrutural, apresentando os quatro pilares circulares contra o envidraçamento amplo, e aparecem no térreo de forma marcante, insinuando pilotis frontal. A composição é coroada pelo bloco posterior da edificação, um pouco mais alto que o frontal.

O térreo adota a tipologia de base extensa, com cinco módulos de divisa a divisa. A vocação comercial do trecho levou ao aproveitamento do térreo com lojas em dois módulos junto à divisa oeste; dois módulos recebem o acesso social com hall de elevador e portaria, tendo ao fundo escada, hall de serviço e apartamento de zelador; o último módulo é recuado da divisa leste com passagem que permite acesso lateral à entrada de serviço e para a garagem com 18 vagas em corpo isolado aos fundos, ventilado por engenhoso poço inglês. Sobre a área de garagem um amplo terraço evidencia o cuidado do arquiteto no tratamento do espaço aberto. Luccas nota a forte marcação dos módulos evidenciados pelas colunas aparentes, “apelando para o destaque dos pilares de seção elíptica da fachada, como forma de transmitir o conceito de suspensão ao conjunto: os quatro pilares frontais realçam a projeção da torre, criando um pórtico tripartido na base” (LUCCAS, 2016, p.301).

O pavimento tipo de quase 360m² tem planta de base quadrada (um “T” tendendo ao cruciforme), com o núcleo de circulação vertical como outro quadrado inscrito ao centro. Essa localização permite setorização e adequada distribuição espacial às áreas social, íntima e de serviços do amplo apartamento burguês de 330m². Os três dormitórios estão a fundos, voltados para o norte, com um balcão contínuo em balanço. Os serviços são voltados para a lateral oeste. A área social desenvolve-se na frente, a sul, com a generosa sala de estar ocupando todo o volume frontal, mais sala de jantar no volume de fundos a oeste e lavabo e gabinete a leste. Desenho no piso da sala e as quatro colunas isentas definem a utilização do espaço, com vista perene sobre o futuro parque garantida pelos três lados do volume frontal envidraçado. “O salão de apartamento no Rio Grande do Sul é canônico, majestoso, mirante transparente frente a um parque, sobre o parque, multiplicado com coroas de espinhos e ares de pagoda” (COMAS e PIÑON, 2013, p.23).

A composição volumétrica explora o conceito determinante de contraste, “estabelecido entre o prisma delicado – composto pela sobreposição de salas de estar envidraçadas com floreiras periféricas – e o robusto volume opaco dos demais compartimentos” (LUCCAS, 2016, p.301), também evidenciado por Comas: “a justaposição de torre transparente estratificada e torre opaca vertical no edifício Rio Grande do Sul tem grande potencial plástico”, embora com a atenta ressalva “infelizmente só desenvolvido no primeiro componente” (COMAS e PIÑON, 2013, p.21) pois os panos verticais

perfurados ganham molduras estilisticamente impróprias, unificando janelas de gabinete e banheiro na fachada leste.

Para Luccas o edifício abordava de forma inaugural o tema do apartamento moderno de luxo, afastado das divisas (LUCCAS, 2016, p.301). Mesmo ainda não obrigatórios pela legislação (o Plano Diretor é de 1959), e no caso limitadas aos 1,5m regulamentares do Código Civil, a solução já tinha sido adotada em outros prédios similares de arquitetura tradicional da década, como o Edifício Querência (1950) na mesma rua, e o Edifício Arachane na Praça Maurício Cardoso.



O PLANO DIRETOR DE 1959-61

O Plano Diretor de 1959 foi uma reação ao processo de verticalização da cidade da década de 50, considerado “excessivo” e identificado com densificação e superexploração do solo. Tinha objetivo disciplinar, vinculado à implantação de uma nova espacialidade e novos padrões de habitabilidade e conforto, defendidos pelo movimento moderno, mas também ideológico, coroando o esforço teórico

e profissional de uma equipe sempre liderada pelo engenheiro Edvaldo Paiva durante quase 30 anos, mantendo coerência e notável coesão interna.

A equipe coordenada por Paiva com os então recém-formados arquitetos Carlos Maximiliano Fayet, Moacyr Moojen Marques e Roberto Félix Veronese, um dos parceiros de Bered, vinha trabalhando propostas baseadas em estudos anteriores[3] e no Anteprojeto do Plano Diretor definido em 1954, seguiu na elaboração do Plano até o final da década. Para o corpo técnico, o objetivo básico do plano era conter a crescente verticalização da cidade, especialmente no centro e nas avenidas radiais, procurando equilibrar a relação entre densidade e infraestrutura urbana através de novos instrumentos de controle da intensidade de ocupação do solo. O Plano Diretor foi aprovado através da Lei 2.046/59, passou a ser complementado e ajustado pelos técnicos municipais na condição de aprovado preliminarmente in totum pela Câmara, e em 1961 foi reapresentado e aprovado como Lei nº 2330/61, já com todo o seu detalhamento, e finalmente publicado em 1964 (PORTO ALEGRE, 1964).

O Plano Diretor se filia à tradição da cidade moderna, baseado nas prescrições de urbanismo da Carta de Atenas e no conceito de unidades de vizinhança. O caráter moderno é dado principalmente "na definição dos instrumentos de controle urbanístico presentes no Plano, que vão induzir tipologicamente o edifício prismático sobre pilotis, recuado nas quatro faces, para a maioria dos bairros residenciais" (ABREU FILHO, 2006, p.328). A partir do Zoneamento urbano, o Plano estabelece um controle de edificabilidade dos terrenos através do índice de aproveitamento e de uma taxa de ocupação, e passa a regular a altura dos prédios por pavimentos, com recuos frontais e laterais proporcionais.

Os índices estabelecidos pelo Plano reduziram o aproveitamento dos terrenos à metade do que era praticado nos anos 50 no Centro, e a um quarto ou um quinto nas avenidas e bairros principais. O mesmo ocorreu com as alturas. A questão da redução de construtibilidade só seria percebida em toda sua extensão pelos agentes do mercado imobiliário na metade da década de 60, ainda que mascarada por uma persistente crise do setor, causada pela inflação e falta de financiamento, com a paralisação de empreendimentos. Ao final da década de 60, os efeitos da aplicação das normativas do Plano Diretor estavam visíveis por toda a cidade, contendo o processo de verticalização no centro e nas avenidas, e com a expansão do novo padrão tipológico pelos bairros.

Os dispositivos de controle previstos no Plano estabelecem um "envelope construtivo" para os terrenos, e a correlação entre eles faz com que este envelope seja muito ajustado, ou restrito. A maior parte da produção residencial, lutando contra este "envelope ajustado"' do regime urbanístico, com

poucas referências formais, e enfrentando os terrenos restritos do parcelamento existente nos bairros tradicionais, resultou numa coleção de pequenos prismas retangulares, afastados uns dos outros cerca de seis metros, com pequenas variações no recuo frontal, no volume e na altura. A aplicação dos dispositivos, associada aos ubíquos "recuos para jardim", imprimiu uma verdadeira marca na paisagem urbana por quase quarenta anos: prismas soltos nos terrenos, sobre pilotis, com forte presença dos jardins frontais. O resultado foi descontinuidade de alinhamentos e gabaritos, a ruptura da continuidade da rua, em termos visuais e morfológicos, e uma indefinição perceptiva e conceitual dos limites entre os âmbitos público e privado.

No Centro o Plano manteve a construção nas divisas, como podemos ver no Edifício Faial, de Bered. Nas outras áreas habitacionais da cidade até a 3ª Perimetral, limite do Plano na década de 60, incidia o zoneamento de alturas ZR5. Nelas, a normativa determinava os afastamentos laterais e de fundos desde o nível do solo ao teto do último pavimento. O afastamento de frente se somava ao recuo para jardim de quatro metros. Bairros tradicionais como Moinhos de Vento, áreas residenciais mais novas, como Petrópolis, e os bairros de classe média e alta da direção norte e nordeste foram sendo ocupados com este padrão tipológico, formado por pequenas edificações isoladas nos lotes, com afastamentos proporcionais à altura. Os terrenos maiores permitiam maiores alturas, com maiores afastamentos, mas não eram muitos, e eram disputados por construtores e incorporadores. O terreno do Edifício Christoffel era um deles, permitindo a Emil Bered um projeto exemplar e a edificação de um empreendimento diferenciado. O Edifício Sinuelo, na mesma quadra, está mais de acordo com o padrão tipológico do bairro.

EDIFÍCIO CHRISTOFFEL (1962)

O Edifício Christoffel foi um dos primeiros empreendimentos residenciais regulado pelas diretrizes urbanísticas de inspiração moderna introduzidas pelo Plano Diretor de 1959, esboçando de modo pioneiro a solução do edifício isento das divisas, plenamente isolado no lote. O terreno amplo de frente oeste, levemente elevado em relação ao passeio, está localizado em uma exclusiva travessa em "cul-de-sac" junto à Praça Júlio de Castilhos, em situação análoga à do Edifício Linck de dez anos antes. Atendendo circunstâncias de contexto, nova legislação e encargo para clientela de alto padrão econômico, Bered lança um partido em volumetria prismática com 9 pavimentos sobre pilotis, com dois generosos apartamentos de 250m² por pavimento, todos de frente.

O esquema distributivo zoneia as áreas sociais dos apartamentos para a frente oeste, aproveitando a vista, e o setor íntimo para os fundos, beneficiando-se da orientação nascente. A solução de planta rompe com a ideia do volume puro com uma reentrância na face posterior que aumenta o perímetro e viabiliza a iluminação e ventilação das zonas de serviço no centro, dividindo o volume em dois blocos, quando visto de trás. Para Luccas (LUCCAS, 2004, p.221), a reentrância resulta da persistência das pressões contingentes do terreno sobre o edifício: "no equacionamento do arranjo, não houve liberdade para uma solução ideal, restando acomodar o volume recortado às proporções do lote". Estratégia de compromisso face às novas diretrizes de legislação com obrigação de afastamentos em todas as faces, baixa altura, limite de ocupação e aproveitamento, que conformam o prisma resultante. Ele salienta que "em outros casos do período o fato torna-se mais evidente, resultando em formas do terreno impressas no volume do edifício, produzindo um tecido ambíguo, apresentando prédios simultaneamente isentos e contingentes à geometria dos lotes" (LUCCAS, 2004, p.220-221).

Os apartamentos apresentam setorização precisa e elegante, utilizando transparências e painéis vazados para integrar ou dividir os generosos espaços sociais, compostos de vestíbulo, salas de estar e jantar, gabinete e um jardim de inverno, ou sala íntima. Para proteger as áreas envidraçadas da fachada principal do poente, foram utilizadas sacadas e painéis de elementos vazados (cobogós) de louça na cor azul "que se apresentam como belos 'tecidos' estendidos fornecendo proteção necessária à insolação vespertina" (XAVIER e MIZOGUCHI, 1987, p.60-61). As sacadas se projetam em balanço com um perfil em "L" cujas laterais envidraçadas acentuam a leitura da forma aplicada, e os planos em cobogós destacam-se sobre a fachada, encobrindo parcialmente as esquadrias de gabinetes e salas de estar, e se contrapõem aos planos cegos revestidos em pastilhas na cor creme. Reforma recente de 2018 eliminou os cobogós, com perda na porosidade e em riqueza de planos na composição da fachada.

O prisma foi definido por grandes planos descontínuos com os pavimentos seccionados pelas faixas das lajes de entrepiso, em marcação horizontal. Luccas destaca que "o conceito de composição aplicado sofria esta mudança sutil, com os volumes constituídos a partir da sobreposição de superfícies segmentadas" (LUCCAS, 2004, p.220). As aberturas horizontais da arquitetura moderna brasileira dos anos 50 foram preteridas por sequências de esquadrias verticais próximas e janelas quadradas de banheiro perfurando os panos cegos, que passam a se incorporar a um repertório renovado.

O pavimento térreo em pilotis frontal é predominantemente livre, abrigando hall e circulações, dependências de zelador e equipamentos, playground e jardins, e um pequeno muro de pedra delimita

o alinhamento, sugerindo um pequeno pódio para o assentamento do edifício. No subsolo com acesso à direita, localiza-se a garagem, com duas vagas e um depósito por apartamento. O projeto recebeu a medalha de bronze no II Salão de Arquitetura do Rio Grande do Sul em 1962, reconhecendo e premiando o talento de Bered em lidar com as novas condições de legislação e mercado do período.

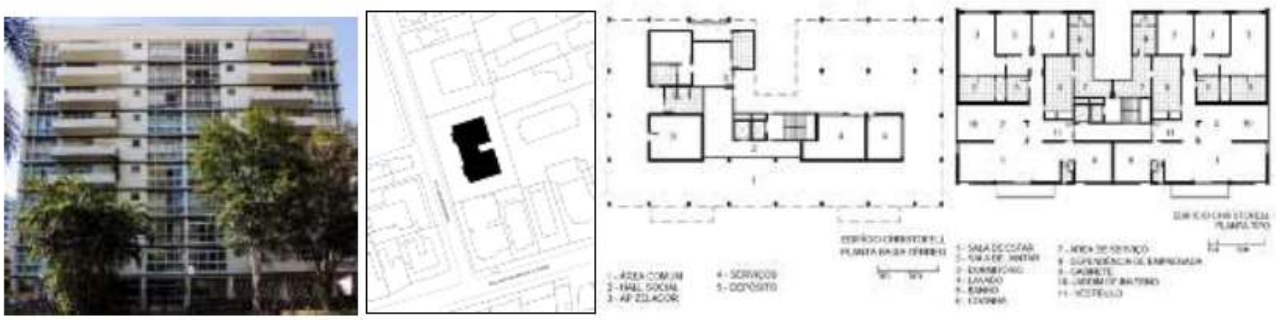


Figura 2: Edifício Christoffel, 2019.

Fonte: Imagem recente produzida pelos autores

EDIFÍCIO SINUELO (1967)

O Edifício Sinuelo situa-se na Rua 24 de Outubro, na mesma quadra do Edifício Christoffel, seu vizinho de fundos, com projeto elaborado por Emil Bered e execução pelo engenheiro civil Nicolau Waquil no ano de 1967. Num período em que as diretrizes do Plano Diretor já tinham sido plenamente incorporadas, o edifício desenvolve-se afastado das divisas em um terreno de frente sudeste, levemente elevado em relação ao passeio da Rua 24 de Outubro. Ocupa uma localização de prestígio, ao lado do Edifício Querência, um dos ícones da arquitetura residencial do bairro Moinhos de Vento.

O volume prismático configurado pela forma e proporção 1x3 do lote abriga 7 pavimentos, com um grande apartamento de cerca de 220 m² cada, sobre o pavimento térreo com pilotis, apartamento de zelador, serviços e hall de acesso com circulações verticais. Os recuos laterais do terreno configuram com duas pequenas rampas os acessos aos estacionamentos em bloco isolado de garagem aos fundos, como no Edifício Rio Grande do Sul. A localização do núcleo de circulação vertical na lateral oeste do edifício, em função da largura do bloco edificado resultante dos recuos laterais obrigatórios, organiza o esquema distributivo e o zoneamento funcional. A frente do edifício é ocupada pela área social, dotada de ampla sala de estar com 40 m² em toda a extensão da fachada (também como no Rio Grande do Sul), com uma solitária coluna isenta indicando setorização de uso e independência estrutural. Os três dormitórios e dois banheiros são voltados para a face lateral leste e para os fundos, onde um balcão a norte serve dois dormitórios, entre os quais o principal. As dependências de serviço e circulações estão na lateral oeste. O acesso ao apartamento ocorre pelo vestíbulo, localizado próximo

à sala de jantar e sala de estar, e o espaço destinado à copa/estar íntimo determina os limites da setorização dos ambientes íntimo, social e de serviço, mais ou menos ao centro do apartamento.

A composição da fachada principal utiliza uma grelha horizontal de duas faixas em toda a extensão, configurada pela faixa da esquadria contínua da sala e pela faixa de peitoris de alvenaria revestida de pastilhas vitrificadas em mescla azul. Essa grelha é apoiada lateralmente em panos verticais de alvenaria revestidas de pastilhas vitrificadas na cor branca, como grandes painéis estruturais de apoio de tradição brutalista. As laterais do prédio recebem faixas similares de janelas contínuas e peitoris azuis, porém encaixadas no volume, unificando esquadrias de serviço a oeste e esquadrias das salas de jantar e copa a leste. As fachadas laterais e fundos são finalizados com um volume opaco de alvenaria perfurado por janelas discretas de dormitórios com persianas ejetáveis e banheiros, e pelo balcão profundo frente a um dos dormitórios a fundos.

No térreo, um muro de arrimo no alinhamento configura o limite do jardim frontal elevado, proporcionando um pódio para o assentamento do prédio e conferindo privacidade ao pilotis. Todo o tratamento formal do volume e das fachadas do edifício são bastante simplificados em relação ao observado no vizinho Edifício Christoffel, e essa simplificação não está alheia à penetração da arquitetura brutalista de matriz paulista ao longo da década, substituindo a matriz da arquitetura moderna brasileira da escola carioca do período anterior.



Figura 4: Edifício Sinuelo, 2019.

Fonte: Imagem produzida pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recorte escolhido permite empreender a documentação e análise do processo de geração dos projetos e suas respectivas estratégias, os elementos de composição e de arquitetura utilizados, as circunstâncias de contexto, legislação e encargo, e as relações com o desenvolvimento dos paradigmas disciplinares em cada período.

Entendemos que alguns edifícios conseguem reunir em si e transmitir de modo exemplar as transformações ocorridas sobre o programa da habitação coletiva no período 1950-1970. Os edifícios Linck, Rio Grande do Sul, Christofell e Sinuelo são particularmente felizes como escolha, pelo fato de demonstrarem de forma coerente e com suas características e padrões específicos, a abordagem do arquiteto em duas situações de implantação distintas. Os dois primeiros são comprometidos com a

inserção em um tecido urbano tradicional, do quarteirão de ocupação periférica com edificações contínuas em altura nas divisas (apesar de adotarem partidos distintos), e os outros dois respondem de modo pioneiro à solução de edifício prismático “moderno” isento das divisas conforme os instrumentos de controle urbanístico prescritos pela nova legislação do Plano Diretor de 1959-61, então recém-implantada.

Com relação às estratégias de implantação, no primeiro período a amostragem não contempla situações de esquina, privilegiadas no modelo de implantação tradicional, com implantações tendendo ao “L” (como nos edifícios Redenção e Faial). Nos terrenos de meio de quadra, como os dois selecionados, os partidos podiam assumir configurações em “I”, “T”, “H” ou combinações destas. O edifício Linck adota o partido canônico em H, com duas barras de apartamentos a frente e fundos unidas pela circulação vertical/horizontal que incorpora alguns compartimentos de serviço . O Rio Grande do Sul, pelo excepcional terreno e situação frente ao futuro parque, adota um inédito partido de bloco isolado em “T” tendendo a cruz grega adaptada. As regras do jogo, com a obediência ao gabarito e ao alinhamento (ou ao recuo de jardim) e uso dos balanços definidos na lei, estão presentes em todos os exemplos dessa fase, mesmo que o Rio Grande do Sul adote pequenos recuos laterais nos braços da cruz. O edifício Christoffel apresenta um volume prismático regular isento quando visto de frente e laterais, mas a solução de planta rompe com a ideia do volume puro com uma reentrância a fundos que responde a contingências de programa, enquanto o Sinuelo é um prisma retangular isento típico da volumetria do Plano Diretor, mas com uma lateral contingente à geometria do terreno.

É considerável a diferença de aproveitamento construtivo nos empreendimentos, consequência da aplicação dos novos instrumentos de controle urbanístico a partir dos anos 60. O Edifício Linck, sem limite de edificação além daquele estabelecido pelo gabarito de altura decorrente da largura da via e das condições econômicas e materiais do encargo, apresenta um índice de aproveitamento quase três vezes superior ao do Edifício Christoffel, sujeito às novas regras. A altura é similar, mas o primeiro é implantado nas divisas, obedecendo apenas ao recuo de jardim de quatro metros, enquanto o segundo apresenta recuos laterais e fundos equivalentes a 1/3 da altura, que se soma ao recuo de ajardinamento frontal de 4 metros.

Três edifícios apresentam pavimento térreo com pilotis, denunciando a mesma extração moderna, mas o Linck aproveita o desnível do terreno para acrescentar um apartamento extra a fundos, constituindo um semi-pilotis, enquanto Christoffel e Sinuelo apresentam apenas áreas comuns, limitadas a 50% da área do pavimento conforme o novo regime de alturas. O Rio Grande do Sul

apresenta lojas, mas enuncia pilotis em colunata frontal de quatro pilares de seção elíptica, e no Linck o semi-pilotis frontal é constituído de colunas de seção circular, ambos de acordo com o repertório de elementos de arquitetura utilizado pela arquitetura moderna brasileira da “escola carioca”, hegemônica nos anos 50. O Christoffel e o Sinuelo apresentam pilares de seção retangular denotando as mudanças nos paradigmas arquitetônicos na passagem dos anos 50 aos 60, absorvidas pelo arquiteto.

Os elementos de arquitetura se encontram em geral regulados por grelhas de fachada no primeiro período, com predomínio da horizontalidade, e pela visibilidade lateral no segundo período, que leva a outras estratégias compositivas mesclando elementos horizontais e verticais a panos de alvenaria perfurados, com uso de novos elementos de arquitetura, como janelas verticais seriadas e montantes verticais aplicados, com abandono da grelha. No Edifício Linck, a horizontalidade marcada da composição faz uso de balcões e faixas de janelas horizontais, gerando profundidade à fachada, enquanto no Edifício Christoffel o uso de sacadas em balanço e panos de elementos vazados à frente de aberturas verticais traz porosidade e permeabilidade a uma fachada de panos discretos encaixados entre faixas horizontais que marcam os pavimentos. Rio Grande do Sul e Sinuelo utilizam a mesma estratégia de uma grande sala frontal estratificada (inclusive com colunas internas isentas), mas o segundo perde a profundidade e complexidade compositiva.

Possivelmente outras características comuns derivadas das diferentes normas urbanísticas, dos contextos, encargos e paradigmas disciplinares vão aparecer ao longo do desenvolvimento do estudo. Dessa forma, a abordagem do tema da arquitetura moderna como patrimônio se faz cada mais pertinente para promover reflexões acerca da sua preservação e conservação.

REFERÊNCIAS

ABREU FILHO, Silvio Belmonte de. Porto Alegre como cidade ideal. Planos e Projetos urbanos para Porto Alegre. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2006.

ABREU FILHO, Silvio Belmonte de. "Vertigem das Alturas". In: FIORE, Renato Holmer (Org.). Modernização e verticalização da área central de Porto Alegre. Porto Alegre: Marcavisual, 2016, p.236-269.

ALMEIDA, Maria Soares de. Transformações Urbanas. Atos, Normas, Decretos, Leis na Administração da Cidade; Porto Alegre 1937/1961. (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2004.

ALMEIDA, Guilherme Essevein de; ALMEIDA, João Gallo de; BUENO, Marcos. Guia de arquitetura moderna em Porto Alegre. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010.

COMAS, Carlos Eduardo; PIÑON, Helio. Inventário da Arquitetura Moderna em Porto Alegre 1945/65. Porto Alegre: Marcavisual, 2013.

LUCCAS, Luís H. Haas. Arquitetura Moderna e Verticalização em Porto Alegre sob o mito do "gênio artístico nacional". Tese de Doutorado. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2004.

LUCCAS, Luís H. Haas. Arquitetura moderna em Porto Alegre: a influência corbusiana dos anos 1950. In: FIORE, 2016, op.cit. p.270-303.

PORTO ALEGRE. Plano Diretor 1954 - 1964. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1964.

STRÖHER, Eneida Ripoll. A habitação coletiva na obra do Arquiteto Emil Bered, na década de 50, em Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Propar/UFRGS, 1997.

XAVIER, Alberto (org.). Arquitetura moderna brasileira - Depoimentos de uma geração. São Paulo: Pini: Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura: Fundação Vilanova Artigas, 1987.

NOTAS

Nota 1

A partir desse dispositivo foi possível aprovar no centro da cidade edifícios, na prática, sem limite de altura.

Nota 2

O Jockey Club foi transferido em 1959 para suas novas instalações no Hipódromo do Cristal.

Nota 3

Especialmente o Anteprojeto de Planificação Urbana de Porto Alegre, de acordo com os princípios preconizados pela Carta de Atenas, de Edvaldo Paiva e Demétrio Ribeiro, apresentado em 1951, e apoiados nas pesquisas do Expediente Urbano, organizado pelo próprio Paiva e publicado em 1942.

Nota 4

O Edifício Nilza Esther, projetado por Bered mais adiante na Rua 24 de Outubro, no mesmo período, tem quatro apartamentos por pavimento e dois por ala (no projeto original).

Capítulo 5

10.37423/220706286

COMPLIANCE EMPRESARIAL COMO FERRAMENTA DE REDUÇÃO DA CORRUPÇÃO

Thannuze Rocha Escobar Queiroz *ULBRA*

Resumo: O trabalho tem como tema o Compliance Empresarial como Ferramenta de redução da corrupção. Tem como problema analisar se o setor de compliance (Lei 12846/13 artigo 7°, VIII) pode realizar sua atividade, com a finalidade de reduzir a possibilidade de seus integrantes praticarem atos de corrupção em detrimento com a atividade empresária? O objetivo geral é abalizar a Lei 12846/13. Os objetivos específicos do trabalho foram analisar os programas de compliance, anticorrupção no contexto da Lei 12846/13; analisar a compliance no âmbito nacional e por fim verificar se o setor de compliance pode estar realizando sua atividade de forma a não agravar a função social da empresa. A escolha do tema se deu em virtude da Integridade: faça o certo mesmo que ninguém esteja vendo. O método de pesquisa utilizado foi o dedutivo, onde foi feito uma análise de uma situação geral para chegar a um caso específico, e a partir disso tirar a conclusão.

Palavras-chave: Corrupção. Compliance. Lei Anticorrupção.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem por desígnios investigar se o Programa de Compliance confirma-se como instrumento hábil na mitigação como ferramenta de redução da corrupção, cujo termo compliance no mundo corporativo se refere ao cumprimento da lei e normas, tanto internas de uma instituição ou país quanto externa. Compliance advém do termo em inglês “to comply” que significa cumprir. Portanto, o objetivo é de que as pessoas jurídicas de direito privado passem a cumprir determinadas medidas para evitar que alguns de seus integrantes venham a corromper algum ente público por ato de corrupção.

Tem como problema analisar se o setor de compliance (Lei 12846/13 artigo 7°, VIII) pode realizar sua atividade, com a finalidade de reduzir a possibilidade de seus integrantes praticarem atos de corrupção em detrimento com a atividade empresária? Pois o compliance deve ser utilizado, tanto como uma ferramenta de controle, proteção e prevenção de possíveis práticas criminosas nas empresas, como um valioso instrumento de transferência de responsabilidade, evitando patologia corruptiva

O objetivo geral é abalizar a Lei 12846/13, pois o dispositivo faz com que tanto as pessoas jurídicas quanto as pessoas físicas se auto fiscalizem com o intuito de reduzir os colaboradores corruptos, no qual permitirá que a empresa se desenvolva e cumpra com a sua função social.

Os objetivos específicos do trabalho foram analisar os programas de compliance, anticorrupção no contexto da Lei 12846/13; analisar a compliance no âmbito nacional e por fim verificar se o setor de compliance pode estar realizando sua atividade de forma a não agravar a função social da empresa.

O compliance como ferramenta de mitigação da corrupção, é uma hipótese plausível e deve ser investigada com o firme intuito de se ver confirmada, consolidada e demonstrada ao público e aos gestores dessas organizações que sua implementação é de veras vantajosa, engendra maior produtividade e lucratividade para empregados e empregadores, além de propiciar um ambiente de trabalho saudável e harmonioso.

A escolha do tema se deu em virtude da Integridade: faça o certo mesmo que ninguém esteja vendo. Considera-se a princípio, que o instituto do compliance pode de fato incentivar a redução da possibilidade de a pessoa jurídica cometer os ilícitos estabelecidos na lei em tela e de fato reduzir os procedimentos fraudulentos diante da Administração Pública.

O método de pesquisa utilizado foi o dedutivo, onde foi feito uma análise de uma situação geral para chegar a um caso específico, a partir disso tirar a conclusão, e o procedimento de pesquisa bibliográficas em sites, livros digitais, revistas, jornais, doutrinas e legislação.

Assim, primeiramente pretende-se realizar uma breve análise da lei principalmente em relação à responsabilidade da pessoa jurídica, bem como a diferença entre a lei em pauta e a lei de improbidade Administrativa. Ainda desenvolve de forma central os conceitos primordiais do sistema de compliance, como seus princípios e benefícios trazidos pela sua implementação, e por fim almeja a análise sobre a real eficácia do programa de compliance com caso concreto que aconteceu no país.

1. APRESENTAÇÃO DA LEI N° 12846/2013

A Lei nº 12.846/20138 que entrou em vigor em 29 de janeiro de 2013, conhecida como lei anticorrupção[1], surgiu através de uma série de intensas manifestações populares, que tinham por base a reivindicação de transformações políticas, com o intuito de mitigar os efeitos de ações de corrupção.

A lei anticorrupção tem como objetivo reduzir os procedimentos fraudulentos na Administração Pública através da responsabilização objetiva das sociedades tanto juridicamente, quanto admirativamente ou ainda na esfera civil.

O fundamento para tal é que as empresas possuem responsabilidade objetiva, diante da atuação de seus prepostos, pois são responsabilizadas diante da culpa in vigilando, ou seja, pode ser culpabilizado pela atuação de seus empregados, pois, possui o dever de fiscalizá-los,[2] conforme se verifica, nos termos no artigo 1169, do Código Civil:

> "Tem-se, assim, que os superiores hierárquicos em uma estrutura empresarial encontrar-se-iam em uma real posição de garante, assumindo um dever de vigilância para com os acontecimentos dados naquela dimensão empresarial. Evidentemente, não se espera, com isso, que o empresário assuma a obrigação de evitar toda e qualquer inocorrência criminosa na empresa, mas, apenas, o que se entende por delitos vinculados ao estabelecimento." [3]

Assim, a pessoa jurídica teria que responder independente de dolo ou culpa[4] por atos lesivos à administração pública, tendo sido esse praticado ou não com conhecimento de sua alta administração, conforme dispõe o Art. 1º da referida lei: "Esta Lei dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira." [5] É necessário lembrar ainda que a lei em tela se difere da Lei de Impropriedade Administrativa Lei nº 8.429/9219, já que a mesma busca julgar agentes públicos que cometeram atos lesivos à Administração Pública

> Destina-se a punir agentes públicos que cometerem ilícitos civis que violarem a probidade da Administração Pública por meio de condutas de enriquecimento ilícito, lesão ao erário e atentado contra os princípios da administração[6]

Enquanto a Lei nº 12.846/2013 busca a responsabilidade da própria pessoa jurídica e da pessoa física que cometer ilícitos em face da Administração Pública, ou seja, não de agentes públicos.

A lei em questão, ainda, traz várias medidas com esse escopo, dentre as mais conhecidas estão o acordo de leniência, "Trata-se de um acordo substitutivo: atos administrativos complexos por meio dos quais a administração pública, pautada pelo princípio da consensualidade, flexibiliza sua conduta imperativa e celebra com o administrado um acordo, que tem por objeto substituir, em determinada relação administrativa, uma conduta, primariamente exigível, por outra secundariamente negociável.

"Por meio desta via negocial, a administração pública opta por meio de uma atuação consensual, que lhe é aberta em hipótese legalmente prevista, de sorte a tutelar, de forma mais eficiente, o interesse público primário que está o seu cargo" MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo e FREITAS, Rafael Véras - A juridicidade da Lei Anticorrupção – Reflexões e interpretações prospectivas. "Tratado no seu artigo 16, famoso devido à operação lava jato."

Trata-se, ainda da compliance que tem se destacado no cenário empresarial devido aos benefícios que essa concede mediante a sua aplicação, como a redução de possíveis sanções aplicadas no caso da pessoa jurídica a qual comete atos ilícitos previstos na lei em voga, além de outros inúmeros benefícios, como uma visão favorável perante os consumidores.

2. SISTEMA COMPLIANCE

A compliance é uma série mecanismos, normas, regras e condutas que tem como principal objetivo evitar atos lesivos à administração pública, ou seja, são condutas que devem ser cumpridas dentro das empresas que implantaram este sistema, a fim de evitar atos ilícitos por parte de seus representantes.

2.1 CONCEITOS DE COMPLIANCE

O compliance é:

> Compliance pode ser definido como "ato de cumprir, de estar em conformidade e executar regulamentos internos e externos, impostos às atividades da instituição, buscando mitigar o risco atrelado à reputação e ao regulatório". Em outros termos, trata-se do conjunto de procedimentos adotados por uma empresa visando ao cumprimento de normas legais e regulamentos, diretrizes e políticas estabelecidas para a organização. Por sua vez, o Compliance anticorrupção, que é o que

> interessa para este estudo, vem a ser o conjunto de mecanismos e medidas que visam à prevenção, à detecção e ao combate de crimes de corrupção e outros atos contra a administração pública, bem como assegurar que valores e normas de conduta sejam observados pelos empregados.[7]

O programa de compliance se encontra disposto no inciso VIII do Art. 7º da Lei 12.846/13 que ora se reproduz, a despeito de ser uma legislação nacional de conhecimento específico, mas o presente estudo exige que seus termos sejam tratados de forma mais objetiva possível, razão pela qual se faz necessária sua leitura detalhada e atenta.

Art. 7° Serão levados em consideração na aplicação das sanções:

> (...)
>
> VIII - a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica; [8]

Assim, a lei busca dividir com as empresas que tratam com a administração pública a responsabilidade de fiscalizar e de evitar atos lesivos a essa, deste modo, fazendo com que as próprias empresas criem mecanismos internos de controle e de fiscalização de seus gestores, administradores e prepostos.

> Pela nova legislação, a pessoa jurídica passa a ser a melhor fiscal dos comportamentos cometidos por seus integrantes. É a ideia da boa prática da governança corporativa. [9]Adoção de medidas preventivas e de combate à corrupção que deverão ser incrementadas através de um programa de compliance. As empresas devem mostrar que agem de boa-fé em suas relações com a Administração Pública.[10]

É importante frisar que tal dispositivo não tem condão de obrigatoriedade perante a sociedade, e sim de uma faculdade, portanto, fica a cargo da sociedade decidirem por sua implantação ou não, pode inclusive ser visto apenas com uma “sugestão legal” [11]

Tal característica advém do fato do artigo que trata o sistema de compliance ao mencionar como um meio para redução das sanções que possam vir a ser aplicadas a sociedade que cometa atos lesivos em face da administração pública. Não se pode progredir no tema sem antes deixar claro o conceito de ato lesivo trazido pela lei em voga em seu artigo 5º:

> Art. 5° Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1o, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:
>
> I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

> II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;
>
> III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
>
> IV - no tocante a licitações e contratos: [12]

Assim a pessoa jurídica que cometer os atos lesivos previstos no artigo transcrito anteriormente fica sujeita a uma das sanções previstas nos artigos 6º ou 19º da lei 12.846/13.

> Art. 6° Na esfera administrativa serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos nesta Lei as seguintes sanções:
>
> I - multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e
>
> II - publicação extraordinária da decisão condenatória.
>
> Art. 19. Em razão da prática de atos previstos no art. 5o desta Lei, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio das respectivas Advocacias Públicas ou órgãos de representação judicial, ou equivalentes, e o Ministério Público, poderão ajuizar ação com vistas à aplicação das seguintes sanções às pessoas jurídicas infratoras:
>
> I - perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtido da infração ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé;
>
> II - suspensão ou interdição parcial de suas atividades;
>
> III - dissolução compulsória da pessoa jurídica;
>
> IV - proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 5 (cinco) anos. [13]

Desta forma, a implantação de um sistema de compliance poderia fazer com que as sanções estabelecidas nos artigos em comento fossem reduzidas, minimizadas, ou seja, o programa de compliance não é um programa obrigatório, e sim um "atenuante de penalidade imposta à pessoa jurídica infratora" [14]

> A Lei nº 12.846/13 não exime a pessoa jurídica infratora das penalidades que lhe sejam atribuídas pela adoção dos mecanismos de Compliance e cumprimento integral dos preceitos contidos nos referidos programas, trazendo apenas parâmetros legais para fixação das penalidades previstas no artigo 6º, ajustando a sanção à gravidade do fato. Em outras palavras, presta-se para auxiliar o agente administrador na dosimetria da sanção, vinculando-o e obrigando-o a considerar tais mecanismos de Compliance como um atenuante da penalidade imposta à pessoa jurídica infratora. [15]

Deste modo, as pessoas jurídicas (em caráter geral artigo 40 a 44 do Código Civil, a despeito de desenvolverem ou não atividade empresaria) que cometerem atos lesivos a administração pública e possuírem um sistema de compliance não terão aplicado a si a mesma sanção que fora aplicada a outra que não tenha tal sistema implantando quando o ilícito cometido seja praticado nas mesmas condições.

Não se pode entender que o sistema de compliance seja apenas cumprir leis e normas, apesar de ser essa uma de sua principal função:

> Verifica-se que o compliance tem como função principal garantir o cumprimento das normas e processos internos, prevenindo e controlando os riscos envolvidos na administração da empresa, seguindo as normas estabelecidas pela legislação nacional e internacional, conforme o ramo de atividade empresarial em que atua.[16]

Compliance é mais do que isso, assim a doutrina chama tal aspecto de "estar em compliance" [17] porém para um sistema de compliance ser exemplar é necessário "ser compliance" [18] que seria ter condutas éticas independente de regulamentos, assim para alcançar tal status é necessário um alto grau de comprometimento da alta administração, fazendo com que a atuação de forma ética esteja na cultura organizacional da sociedade[19]

> "Ser compliance" é conhecer as normas da organização, seguir os procedimentos recomendados, agir em conformidade e sentir quanto é fundamental a ética e a idoneidade em todas as nossas atitudes.
>
> "Estar em compliance" é estar em conformidade com leis e regulamentos internos e externos.
>
> "Ser e estar compliance" é, acima de tudo, uma obrigação individual de cada colaborador dentro da instituição[20]

2.2 BENEFÍCIOS DO SISTEMA DE COMPLIANCE

O sistema de compliance eficaz traz para pessoa jurídica, vários benefícios além da atenuação em possíveis sanções aplicadas nos casos de atos lesivos contra a administração pública, sendo o principal benefício à agregação de valor à sociedade. [21]

Pode-se citar como exemplo de maneiras com que o compliance agrega valor a pessoa jurídica:

- "Qualidade e velocidade das interpretações regulatórias e políticas e procedimentos de compliance relacionados;
- Aprimoramento do relacionamento com reguladores, incluindo bom retorno das revisões dos supervisores;
- Melhoria de relacionamento com os acionistas;
- Melhoria de relacionamento com os clientes;

- Decisões de negócio em compliance;
- Velocidade dos novos produtos em conformidade para o mercado;
- Disseminação de elevados padrões ético-culturais de compliance pela organização;
- Acompanhamento das correções e deficiências (não conformidades) "[22]

O compliance reduz a incidência de fraudes, desconformidades, evita riscos de sanções legais, perdas financeiras e de reputação. A implantação de um sistema de compliance efetivo traz benefícios para o país como um todo e evitaria a ocorrência de ato de corrupção que é devastador para o país.

2.3 NATUREZAS JURÍDICAS DO SISTEMA DE COMPLIANCE

Considerando que a natureza do direito é uma atividade que uma determinada organização pode expressar em todos os aspectos do direito, e se expressar como parte do âmbito mais amplo das questões jurídicas, o sistema de compliance pode ter duas propriedades. "Ideais de valores morais." ou como vigilância nas operações sociais[23], ou seja, o estabelecimento do compliance serve apenas para monitorar o comportamento da empresa, ou mudar a cultura corporativa de sua gestão.

É claro que, ao mitigar as penalidades sofridas pela empresa, o juiz responsável deve analisar essa natureza do plano, pois não se pode considerar que seu escopo seja mudar a sociedade empresarial e a cultura do sistema com o mesmo valor e sua finalidade é monitorar seu desempenho.

2.4 PRINCÍPIOS DO SISTEMA DE COMPLIANCE

Os princípios e diretrizes básicos que o sistema de compliance deve ter: o princípio da separação de poderes; o princípio da documentação ou verificação; o princípio da consistência e continuidade da operação; o princípio da independência e imparcialidade da agência de supervisão; o princípio da conformidade ou interpretação e o princípio da confidencialidade.

O primeiro princípio da separação dos poderes, é correlato ao princípio da independência e imparcialidade dos órgãos de controle, para garantir assim que o setor de compliance não sofra qualquer interferência de outros órgãos da pessoa jurídica. [24] Ou seja, o programa de compliance necessita ter autonomia na sua atuação para poder realizar o devido controle interno.

O princípio da documentação ou da verificação refere se a todos os procedimentos realizados no âmbito empresarial e devem documentá-los para análise posterior pelo setor de compliance [25].

Já o princípio da transparência de gestão empresarial e o da confidencialidade apesar de parecem antagônicos, não o são já que o primeiro se refere à transparência entre as estruturas, ou melhor,

busca-se evitar qualquer tipo de atividade escondida entre seus membros, enquanto o preceito da confidencialidade “garante o segredo dos dados investigados” [26]

Portanto, nota-se que os princípios que regem o programa de compliance visam à integração de todas as estruturas da pessoa jurídica, desde sua alta administração, até a conduta particular de qualquer funcionário, assim, não se pode ver o sistema de compliance como um departamento isolado na empresa.

3. COMPLIANCE NO ÂMBITO NACIONAL

O que é possível encontrar no âmbito nacional é uma parte de um capítulo no trabalho denominado “A responsabilidade Social das Empresas no Combate à Corrupção" de 2009 realizada pela Controladoria Geral da União intitulado de Instituição de um Programa de Integridade e Combate à Corrupção em tal trabalho sugere a utilização pela empresa dos seguintes elementos:

- Elaboração de Códigos de Conduta
- Implantação de política de comunicação permanente
- Criação de um Comitê de Ética
- Sistema de recrutamento centrado em ética
- Instituição de sistemas de controle interno e auditoria[27]

Como perceber-se, tais elementos estão longe de promover uma normativa ou uma real diretriz de aplicação de um sistema tão complexo quanto o sistema de compliance torna-se evidente que o inciso VIII do artigo 7º da lei 12.846/13140 não é suficiente para normatizar um sistema que visa prevenir atos ilícitos contra a Administração Pública, tal dispositivo apenas o implementar no sistema jurídico nacional o programa de compliance.

A redução da sanção é um meio de incentivo a utilização do sistema de compliance para garantir uma tutela jurisdicional mais ampla, ou seja, para a sociedade seria mais válida uma redução nos atos ilícitos contra a Administração Pública, do que a aplicação de uma sanção mais rigorosa a pessoa jurídica, assim, sendo preferível uma sanção menos gravosa que busca evitar esse tipo de atuação, do que não incentivar a implementação de um sistema capaz de evitar tais ilícitos.

Portanto, a redução da sanção tem por base ”atender mais eficientemente o interesse público primário”.[28], assim em tese não se podendo afirmar que a redução da sanção mitiga o princípio da indisponibilidade do interesse público, até por ter previsão na legislação, porém, só se pode realizar tal afirmação se de fato o interesse público for alcançado, restando então exatamente essa indagação

a redução da sanção através da utilização do sistema de compliance vem alcançando o interesse público de reduzir atos lesivos a Administração Pública?

Assim não existindo qualquer outra normativa, ou diretriz interna, além da mencionada alhures, como ocorre no âmbito internacional, para a correta aplicação do dispositivo em comento se tornando fugaz a sua utilização, sendo colocado em pratica ao bel prazer da pessoa jurídica, porém a constatação de sua aplicação reduz do mesmo modo as sanções a ser estabelecida a sociedade que cometer ilícitos previstos da lei em tela.

Portanto, resta claro, que o sistema de compliance é aplicado sem qualquer normativa, podendo ser criado de acordo com o interesse da pessoa jurídica, ou seja, a pessoa jurídica pode implementar um programa de compliance fazendo com que o mesmo não tenha a menor efetividade dentro da sociedade, tendo por único objetivo a redução das sanções previstas na Lei 12.846/2013. [29]

3.1 OS NOVE PILARES DE UM PROGRAMA DE COMPLIANCE

Os pilares que sustentam toda a engrenagem do compliance trabalhista, e tem o intuito de conferir efetividade, solidez e perpetuação do programa. Veja cada um deles:

> **Primeiro Pilar - Suporte da Alta Administração:** Trata-se do alinhamento entre a decisão da empresa sobre o caminho a ser trilhado e os objetivos a serem alcançados pelo programa. Fundamental para qualquer compliance verdadeiramente efetivo.
>
> **Segundo Pilar – Avaliação de Riscos:** Traçadas as metas a serem atingidas pelo programa, passamos ao mapeamento dos riscos internos e externos aos quais a empresa está exposta, considerando a legislação e as normas internas da empresa. A partir de métodos e técnicas apropriadas, é possível conhecer os obstáculos com antecedência, evitá-los, mitigá-los e oferecer soluções estratégicas.
>
> **Terceiro Pilar – Código de Conduta, Regulamento Interno e as Políticas da Empresa:** Servem como guia para o devido cumprimento do programa de compliance trabalhista, da legislação inerente ao modelo de negócio da empresa e, principalmente, traz os princípios e valores adotados pela organização.
>
> **uarto Pilar – Controles Internos:** podem ser subdivididos em controles preventivos (ex.: segregação de funções) e controles detectivos (ex.: prestação de contas). Servem como obstáculo ao fluxo desenfreado e buscam reduzir os riscos anteriormente mapeados, devendo, contudo, ser utilizados de forma racional para que não atrapalhe as atividades que sustentam a empresa.
>
> Nesse momento, medidas importantes são tomadas, como a criação de novos procedimentos, eventual sugestão de modificação no quadro de colaboradores (especialmente no que se refere às suas posições e

salários), além da adoção de documentos essenciais na rotina da empresa que lhe garantam segurança nas suas relações de trabalho.

Quinto Pilar – Treinamentos: Uma vez estabelecidos os padrões a serem seguidos, os valores a serem adotados e os procedimentos internos, o treinamento periódico da equipe se torna prioridade. Tem o intuito de disseminar a cultura de ética nos negócios e nas atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, estabelecer novas condutas, além de transmitir conceitos e princípios que afetam a performance de cada colaborador.

Sexto Pilar – Canais de Denúncia: Através deles, relatos de possíveis violações das leis e de normas internas, bem como de desvios de conduta dos colaboradores são investigados e, uma vez apurados os fatos, medidas correspondentes são tomadas. Além de averiguar denúncias, o canal tem o intuito de inibir condutas graves, como, por exemplo, o assédio moral muito comum nas relações de trabalho.

Sétimo Pilar – Investigações Internas: Em caso de denúncia, indicação de conduta indevida através dos controles internos e processos de monitoramento ou mesmo a partir de notícias, as investigações internas são instauradas. Trata-se de procedimento de averiguação capaz de revelar, com credibilidade, se houve uma conduta imprópria ou não, quais foram as circunstâncias, quem estava envolvido e se, de fato, ocorreu a violação de leis ou políticas da empresa.

Oitavo Pilar – Due Diligence: As empresas que operam seus negócios com a participação de terceiros (parceiros, representantes, revendedores, etc.) devem estar atentas e promover um processo de avaliação desse terceiro seguindo suas regras e cultura vigentes, antes de celebrar contrato com este. Através dessa ferramenta, é possível levantar informações acerca da estrutura societária e situação financeira do terceiro, verificar se tem histórico de práticas trabalhistas contrárias à ética e às leis, dentre outras informações relevantes, sempre no intuito de evitar que a empresa seja exposta a riscos legais.

Nono Pilar – Auditoria e Monitoramento: Para avaliarmos a efetividade do programa de compliance, é necessário implementar um processo de avaliação constante (monitoramento), além de auditorias regulares. Assim, é possível identificar se a empresa está seguindo o rumo esperado, se a produtividade dos funcionários atende às expectativas e se os riscos anteriormente diagnosticados estão sendo evitados. [30]

Ainda de acordo com Lec Legal (2017), esses nove pilares de um programa de compliance foram compilados para nortear a implantação. Se forem seguidos corretamente, podem ajudar o profissional da área e os gestores a garantir um bom planejamento, assim como sua posterior execução.

3.2 CASO ODEBRECHT S.A.

Pode-se citar como exemplo dessa aplicação conforme o interesse da pessoa jurídica o caso da companhia Odebrecht S.A. que apesar de possuir um sistema de compliance ativo se envolveu em um dos maiores escândalos de corrupção do Brasil.

> Uma conclusão coerente do anúncio feito pela Odebrecht por ocasião do fechamento do acordo de leniência com o Ministério Público Federal é a de que a empresa precisará de uma radical mudança no compliance para que as ações que se compromete a implementar representem nova postura para fazer negócios.
>
> Até porque, enquanto se envolvia em práticas escusas, a empresa já possuía formalmente um código de conduta, um program a de compliance, um canal de denúncias e outras medidas que foram divulgadas no longo anúncio da semana passada[31]

A situação na companhia era tão extrema que em 2007 ela criou formalmente um departamento específico para o pagamento de propina, o Setor de Operações Estruturais, conhecido como compliance às avessas[32], para realizar o pagamento de propinas aos agentes públicos, recebendo em troca a concessão de obras superfaturadas, leis para redução dos impostos a serem pagos, auxilio em operações no Brasil e no exterior. [33]

> Na opinião de procuradores ouvidos pelo Blog, o mais impressionante desta fase é que a Odebrecht montou este sistema, apelidado de “compliance às avessas” ou “anti compliance”, e que funcionava no setor com o intuito de fazer pagamentos ilegais para pessoas, inclusive funcionários públicos. [34]

O departamento de “Compliance às avessas” [35] não era apenas um departamento fantasmas dentro da companhia, ele possuía funcionários, local, computadores e um diretor, Hilberto Mascarenhas que coordenava as operações ilícitas[36,] e tudo mais que um departamento necessita para o seu real funcionamento. [38]

O departamento em questão movimentou aproximadamente US$3,37 bilhões (três bilhões trezentos e setenta milhões de dólares) entre os anos de 2006 e 2014, 40 o sistema de compliance apesar de existir na S.A. não foi capaz de evitar ou de até mesmo fiscalizar a atuação da companhia, ou seja, o mesmo não veio a ser aplicado de forma correta a fim de evitar que atos lesivos à Administração Pública fossem cometidos, pois o sistema de compliance deveria verificar a atuação de todos os departamentos existentes dentro da empresa o que não ocorreu.

4. CONCLUSÃO

O programa de compliance afasta dos ambientes corporativos e governamentais práticas de suborno, propina, fraude ou qualquer outro desvio de recursos por parte de seus agentes, o compliance visa combater essas práticas antiéticas e ilegais, pois a corrupção gera prejuízos incalculáveis, tanto financeiros como sociais.

Mesmo que o compliance tenha se originado do combate à corrupção, atualmente ele é aplicado em todas as áreas, inclusive na seara empresarial, na qual, vem ganhado força e notoriedade pelos benefícios gerados ao setor e as organizações.

A busca constate pela conformidade com toda e qualquer norma trabalhista, implica necessariamente em aperfeiçoamento dos processos internos da empresa, os quais orientam-se pelos referenciais normativos, isto é estar em conformidade.

A conformidade é vetor do programa de integridade, é ela que conecta a realidade factual com aquela idealizada pela norma, também é ela que garante a conciliação entre essas duas realidades.

Infelizmente essa realidade ainda é apenas teoria nos ambientes corporativos das micro e pequenas empresas brasileiras, isso precisa ser desmistificado, pois o programa de compliance é perfeitamente ajustável a essas empresas, e pode sim, colaborar de modo a mitigar os litígios judiciais e conseqüentemente os passivos trabalhistas dessas empresas.

Ao contrário do que os gestores das micro e pequenas pensam, a implementação de um programa de compliance empresarial é um investimento e não uma despesa, a adoção trará ganhos de produtividade e lucratividade, melhora no ambiente de trabalho, no clima e cultura organizacional.

Por essas razões concluímos que a implementação do programa de Compliance servirá sim, como instrumento hábil como ferramenta de redução da corrupção, pois também garantirá maior qualidade na atividade empresarial e economia de recursos, afinal evitará gastos com multas, punições e cobranças judiciais, colaborando para o fortalecimento da marca no mercado e comprovando a seriedade e a ética da organização.

5. REFERÊNCIAS

BLOK, Marcella. Compliance e governança corporativa. 3. Ed. Rio de janeiro: Freitas Bastos, 2020.

AMBEV. Código de Conduta de Negócios. Disponível em: https://www.ambev.com.br/sobre/etica/. Acesso em: 03/05/2021 as 07:00.

ANTONIK, Luis Roberto. Compliance, ética, responsabilidade social e empresarial: uma visão prática. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

_____. Governança, riscos e compliance. São Paulo: Saint Paul Editora, 2019.

CARLOTO, Selma. Compliance trabalhista. São Paulo: LTR, 2019.

FEROLA, Bruno; POLAINO, Victor. A história do compliance no Brasil. Disponível em: <http://compliancepb.com.br/pt/peb_explica/detalhes/saiba-a-historia-do-compliance-no-brasil>. Acesso em: 04/05/2021 as 07:15

NEVES, Edmo Conlnaghi. Compliance empresarial [livro eletrônico]: o tom da liderança: estrutura e benefícios do programa. São Paulo: Trevisan Editora, 2018.

ROCHA JUNIOR, Francisco de Assis do Rego Monteiro; GIZZI, Guilherme Frederico Tobias de Bueno. Fraudes Corporativas e Programas de Compliance. Curitiba: Intersaberes, 2018.

SALES, Cleber. Entenda tudo sobre compliance: o que é, o que faz e as possibilidades de atuação. Disponível em: <https://blog.ipog.edu.br/direito/compliance/>. Acesso em 03/05/2021 as 08:25

SANCHEZ, Wagner. Gestão da mudança. São Paulo: Editora Senac, 2020.

SERPA, Alexandre da Cunha. Compliance Descomplicado: um guia simples e direto sobre Programas de Compliance. 1.Ed. [s.l.: s.n.], 2016.

SIQUEIRA, James Augusto. Compliance Trabalhista: segurança para novos tempos. Disponível em: <https://administradores.com.br/noticias/compliance-trabalhista-seguranca-para-novos-tempos. Acesso em: 06/05/2021 as 08:50.

TONON, D.H.P; RANGEL, Ronaldo R. Compliance Estratégico. Minas Gerais: Editora Dialética, 2020.

Lei nº 12.846 de agosto de 2013. Anticorrupção. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm Acesso em 10/05/2021 as 09:05

FERREIRA, Fábia Duarte. A prática do Compliance como um instrumento empresarial anticorrupção para a preservação das empresas. Revista De Direito Bancário e do Mercado de Capitais. vol. 81/2018, p. 161 – 178. São Paulo: Revista dos Tribunais, Setembro, 2018.

CRUZ, Marco. Fazendo certa a coisa certa. Porto Alegre: Simplíssimo, 2017.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge e SAAD-DINIZ, Eduardo; Compliance, Direito Penal e Lei Anticorrupção, São Paulo, Saraiva, 2015, pág. 156

CONSULTOR JURIDICO. Moro abre ação penal contra "compliance às avessas" da Odebrecht. Disponível em: < http://www.conjur.com.br/2016-abr-29/moro-abre-acao-penal-compliance-avessas-odebrecht> Acesso em: 11/10/2021 as 10:00

COSTA, Helena Regina Lobo da; ARAÚJO, Marina Pinhão Coelho. Criminal Compliance. Op. Cit., 223 apud SILVEIRA, Renato de Mello Jorge e SAAD-DINIZ, Eduardo; Compliance, Direito Penal e Lei Anticorrupção, São Paulo, Saraiva, 2015, pág. 144/145

CRUZ, Priscila Onha, Os desafios do compliance após a operação lava jato. disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=bih7siiisoi> acesso 05/11/2021 as 10:25

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, A responsabilidade Social das Empresas no Combate a Corrupção Disponível em:

<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica-e integridade/arquivos/manualrespsocialempresas_baixa.pdf> Acesso em: 06/11/2021 as 12:35

BOLONHA, Carlos e RANGEL, Henrique. O projeto kantiano de valores: moral, política e direito1. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD) pag. 78

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 11 ed. Brasília: UNB, 1998. , p. 291

BACIGALUPE, Enrique. Compliance y derecho...., Op. cit., p. 86 apud DAVID, Décio Franco. BUSATO, Paulo César, REINALDET, Tracy Joseph Compliance e direito Penal. São Paulo, Atlas, 2015, pag. 46

XAVIER, Christiano Pires Guerra, Programas de compliance anticorrupção no contexto da Lei 12846/13 – Elementos e estudo do caso.

[1]TEXEIRA, Ariele Salles; O que é Gestão de Risco? Disponível em:

< http://www.blogdaqualidade.com.br/o-que-e-gestao-de-risco/> Acesso em: 05/11/2021 as 13:00

REDE DE ENSINO LUIZ FLÁVIO GOMES. validade, vigência e eficácia das normas. Disponível em: < https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/147091/validade-vigencia-e-eficacia-das-normas> acesso em 15/11/2021 as 13:50

POLÍTICA G1. Departamento de propina da Odebrecht: origem, destino e finalidade do dinheiro, segundo as delações. Disponível em: < http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/departamento-de-propina-da-50 odebrecht-origem-destino-e-finalidade-do-dinheiro-segundo-as-delacoes.ghtml> acesso em 11/11/2021 as 14:40

NETO, Oscar Röcker. Acordo da Odebrecht implica mudança radical no compliance. Disponível em: < http://www.sindsegsp.org.br/site/noticia-texto.m aspx?id=24739> Acesso em: 11/11/2021 as 14:50

LEC, Legal Ethics & Compliance. Os 9 Pilares De Um Programa De Compliance, 2017. Disponível em: <https://lec.com.br/blog/os-9-pilares-de-um-programa-de-compliance/>. Acesso em 16.11.2021 as 13:00

CADE. Guia Programa de Compliance, 2016. Disponível em: <http://www.cade.gov.br/acesso-a-informacao/publicacoes-nstitucionais/guias_do_Cade/guia-compliance-versao-oficial.pdf>. Acesso em 17/11/2021 as 08:00

NOTAS

Nota 1

XAVIER, Christiano Pires Guerra, Programas de compliance anticorrupção no contexto da Lei 12846/13 – Elementos e estudo do caso. Pág. 33.

Nota 2

GONÇALVES, Carlos Roberto (Direito Civil Brasileiro – Responsabilidade Civil. Pág. 54)

Nota 3

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge e SAAD-DINIZ, Eduardo; Compliance, Direito Penal e Lei Anticorrupção, Saraiva, São Paulo, 2015, pág. 131

Nota 4

XAVIER, Christiano Pires Guerra Programas de compliance anticorrupção no contexto da lei 12.846/13: elementos e estudo de caso, 2015, pag. 41

Nota 5

BRASIL. Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm> acesso em 03/09/2021 as 15:00

Nota 6

MORANO, Cintia Uma breve análise das disposições da lei nº 12.846/13, Revista de direito brasileira, ano 5, vol 11, 2015 pag. 196

Nota 7

XAVIER, Christiano Pires Guerra Programas de compliance anticorrupção no contexto da lei 12.846/13: elementos e estudo de caso, 2015, pag. 48

Nota 8

BRASIL Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm> Acesso em 08/08/2021 as 14:30

Nota 9

MORANO, Cintia Uma breve análise das disposições da lei nº 12.846/13, Revista de direito brasileira, ano 5, vol 11, 2015 pag. 204

Nota 10

ABBI e FEBRABAN, Função de Compliance, Disponível em:

<http://www.abbi.com.br/download/funcaodecompliance_09.pdf > pag. 5 acesso em 17/10/2021 as 09:00

Nota 11

XAVIER, Christiano Pires Guerra Programas de compliance anticorrupção no contexto da lei 12.846/13: elementos e estudo de caso, 2015, pag. 48

Nota 12

BRASIL Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm> Acesso em: 03/11/2021 as 07:00

Nota 13

BRASIL Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm> Acesso em:

03/11/2021 as 10:20

Nota 14

XAVIER, Christiano Pires Guerra Programas de compliance anticorrupção no contexto da lei 12.846/13: elementos e estudo de caso, 2015, pag. 49

Nota 15

XAVIER, Christiano Pires Guerra Programas de compliance anticorrupção no contexto da lei 12.846/13: elementos e estudo de caso, 2015, pag. 49

Nota 16

GABARDO, Emerson e Castella, Gabriel Morettini e; A nova lei anticorrupção e a importância do compliance para as empresas.. A&C – R. de Dir. Administrativo & Constitucional, Belo Horizonte, ano 15, n. 60, abr./jun. 2015 pág.135

Nota 17

ABBI e FEBRABAN, Função de Compliance, Disponível em:

<http://www.abbi.com.br/download/funcaodecompliance_09.pdf > acesso em 04/11/2021 às 18:00 pag. 8

Nota 18

ABBI e FEBRABAN, Função de Compliance, Disponível em:

<http://www.abbi.com.br/download/funcaodecompliance_09.pdf > acesso em 04/11/2021 às 18:20 pag. 8

Nota 19

ABBI e FEBRABAN, Função de Compliance, Disponível em: <http://www.abbi.com.br/download/funcaodecompliance_09.pdf > acesso em 04/11/2021 às 18:40 pag. 8

Nota 20

ABBI e FEBRABAN, Função de Compliance, Disponível em:

<http://www.abbi.com.br/download/funcaodecompliance_09.pdf > acesso em 04/11/2021 às 18:50 pag. 8

Nota 21

ABBI e FEBRABAN, Função de Compliance, Disponível em:

http://www.abbi.com.br/download/funcaodecompliance_09.pdf > acesso em 04/11/2021 às 19:00 pag. 5

Nota 22

ABBI e FEBRABAN, Função de Compliance, Disponível em:

<http://www.abbi.com.br/download/funcaodecompliance_09.pdf > pag. 5 acesso em 05/09/2021 as 23:00

Nota 23

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge e SAAD-DINIZ, Eduardo; Compliance, Direito Penal e Lei Anticorrupção, Saraiva, São Paulo, 2015, pág. 127

Nota 24

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge e SAAD-DINIZ, Eduardo; Compliance, Direito Penal e Lei Anticorrupção, Saraiva, São Paulo, 2015, pág. 127

Nota 25

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge e SAAD-DINIZ, Eduardo; Compliance, Direito Penal e Lei Anticorrupção, Saraiva, São Paulo, 2015, pág. 127

Nota 26

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge e SAAD-DINIZ, Eduardo; Compliance, Direito Penal e Lei Anticorrupção, Saraiva, São Paulo, 2015, pág. 127

Nota 27

XAVIER, Christiano Pires Guerra Programas de compliance anticorrupção no contexto da lei 12.846/13: elementos e estudo de caso, 2015, pag. 61

Nota 28

MORANO, Cintia Uma breve análise das disposições da lei nº 12.846/13, Revista de direito brasileira, ano 5, vol 11, 2015 pag. 211

Nota 29

BRASIL. Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm> acesso em: 21/10/2021 as 12:00

Nota 30

LEC, Legal Ethics & Compliance. Os 9 Pilares De Um Programa De Compliance, 2017. Disponível em: <https://lec.com.br/blog/os-9-pilares-de-um-programa-de-compliance/>. Acesso em 16/11/2021 as 10:50

Nota 31

NETO, Oscar Röcker. Acordo da Odebrecht implica mudança radical no compliance. Disponível em: < http://www.sindsegsp.org.br/site/noticia-texto.aspx?id=24739> Acesso em 21/11/2021 as 15:10

Nota 32

IBC Instituto Brasileiro de Compliance. Odebrecht tinha sistema ‘anti-compliance’ para facilitar pagamentos ilícitos, diz lava jato. Disponível em:

<http://ibcompliance.com.br/index.php/2016/12/21/odebrecht-tinha-sistema-anti-compliance-para-facilitar-pagamentos-ilicitos-diz-lava-jato/> acesso em: 11/10/2021 as 17:30

Nota 33

POLÍTICA G1. Departamento de propina da Odebrecht: origem, destino e finalidade do dinheiro, segundo as delações. Disponível em: < http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/departamento-de-propina-da-odebrecht-origem-destino-e-finalidade-do-dinheiro-segundo-as-delacoes.ghtml> acesso em: 11/06/2021 as 18:50

Nota 34

POLÍTICA G1. Departamento de propina da Odebrecht: origem, destino e finalidade do dinheiro, segundo as delações. Disponível em: < http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/departamento-de-propina-da-odebrecht-origem-destino-e-finalidade-do-dinheiro-segundo-as-delacoes.ghtml> acesso em: 11/10/2021 as 19:45

Nota 35

IBC INSTITUTO BRASILEIRO DE COMPLIANCE. Odebrecht tinha sistema ‘anti-compliance’ para facilitar pagamentos ilícitos, diz lava jato. Disponível em:

<http://ibcompliance.com.br/index.php/2016/12/21/odebrecht-tinha-sistema-anti-compliance-para-facilitar-pagamentos-ilicitos-diz-lava-jato/> Acesso em: 11/10/2021 as 14:15

Nota 36

AFFONSO, Julia; BRANDT, Ricardo; MACEDO, Fausto E VASSALLO, Luiz. Departamento de propinas da Odebrecht girou US$ 3,37 bilhões em 9 anos. Disponível em: < http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/departamento-de-propinas-da-odebrecht-girou-us-337-bilhoes-em-9-anos/> acesso em: 11/10/2021 as 17:55

Nota 37

CONSULTOR JURIDICO. Moro abre ação penal contra "compliance às avessas" da Odebrecht. Disponível em: < http://www.conjur.com.br/2016-abr-29/moro-abre-acao-penal-compliance-avessas-odebrecht> Acesso em: 11/10/2021 as 14:00

Nota 38

AFFONSO, Julia; BRANDT, Ricardo; MACEDO, Fausto E VASSALLO, Luiz. Departamento de propinas da Odebrecht girou US$ 3,37 bilhões em 9 anos. Disponível em: < http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/departamento-de-propinas-da-odebrecht-girou-us-337-bilhoes-em-9-anos/> Acesso em: 11/10/2021 as 16:00

Capítulo 6

10.37423/220706293

A ATUAÇÃO DOS ENFERMEIROS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE NO ÂMBITO DA SEXUALIDADE DO IDOSO

CLESIOMAR SILVA LOBATO

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVERSUS VERITAS GRUPO SER EDUCACIONAL

Resumo: O presente projeto trata-se, da atuação dos enfermeiros da atenção primária em saúde no âmbito da sexualidade do idoso, tema inserido no eixo temático da sociedade, saúde e enfermagem. A sexualidade humana é uma necessidade humana básica é um elemento essencial desta etapa da vida e não pode ser resumida à ausência de disfunção ou doença sexual, entretanto é um estado de bem–estar, físico, emocional, mental e social.A metodologia é uma pesquisa descritiva do tipo revisão bibliográfica e abordagem qualitativa, com as busca nas base de dados LILACS, MEDLINE, PORTAL CAPES , BDENF, PUMED a abordagem dos estudos de 2011 a 2021 em português, utilizando os descritores, idoso, sexualidade, enfermagem da atenção primária, serviços de saúde para idoso A Questão Norteadora, Como é a atuação dos enfermeiros da atenção primária em saúde no âmbito da sexualidade do idoso? E Objetivo, identificar ações a atuação dos enfermeiros da atenção primária em saúde no âmbito da sexualidade do idoso.

Palavra Chaves: Atuação do enfermeiro, atenção primária, saúde, sexualidade do idoso

INTRODUÇÃO

A motivação para esse estudo surgiu após leitura sobre o assunto pois, ao término da disciplina Saúde do Idoso, onde pude compreender que o envelhecimento é um processo natural, onde muitas questões podem ser evidenciadas, dentre elas a sexualidade, e isso me instigou a realizar uma busca por uma resposta mais assertiva, com relação à temática da sexualidade.

Quando relacionada ao envelhecimento, a sexualidade remete a mitos e estereótipos levando idosos à condição de pessoas assexuado, e consequentemente representando um tabu, influenciando, negativamente a vida do mesmo (OLIVEIRA, BAIA ,DELGADO et.al ,2015).

No Brasil nos últimos anos teve um aumento significativos de idosos que foram infectados pelo vírus ISTs/HIV/AIDS, devido a sociedades e poder público não reconhecerem os idosos como uma população de risco. Esse olhar negativo é um fator que contribuiu para que as incidências de casos de idosos infectados com o vírus ISTs/ HIV/AIDS aumentasse no Brasil nas últimas décadas (MASCHIO, BALBINO, DE SOUZA, et al 2011)

Outros fatores que contribuíram com o aumento de idosos com doenças sexualmente transmissível como IST/HIV,AIDS foram o desenvolvimento de drogas que melhoram a atividades sexual dos idosos, uso de próteses para disfunção erétil para os homens e reposição hormonal para mulheres, com isso , esses idosos que antes se viam como um ser no fim da suas atividades sexual, com recursos disponíveis passaram ter a vida sexual ativa (MASCHIO,BALBINO,DE SOUZA, et al 2011)

Para as mulheres existem outros fatores que contribuem para a contaminação por infecções sexualmente transmissíveis o fato de fazer sexo sem proteção, e não uso da camisinha e após a menopausa, devido fragilidade da vagina e o ressecamento das paredes, se tornarem finas nessa fase, gerando ferimentos e dores durante a atividades sexuais, para os homens usos inadequado de medicamentos e uso errado da camisinha leva a serem contaminado com mais frequências (MASCHIO, BALBINO,DE SOUZA, et al 2011)

Com esse avanço tecnológico que trouxe qualidade de vida para esses idosos e uma vida sexual ativa na terceira idade, entretanto, a prevenção das infecções ISTs/HIV/AIDS, não cresceu no mesmo ritmo das contaminação (MASCHIO, BALBINO, DE SOUZA et al 2011)

De acordo com o Ministério da saúde, o envelhecimento pode ser entendido como um processo natural de declínio gradual das reservas funcionais de um indivíduo, o envelhecimento geralmente não é um problema em circunstâncias normais, no entanto, sobrecargas como doenças, acidentes e

estresse psicológico podem levar à doenças que exigem apoio a medida que envelhecemos. Curiosamente certas mudanças devido ao envelhecimento podem mitigar seus efeitos, equiparando – se a um estilo de vida mais ativo (BRASIL,2006)

O sexo é considerado parte integrante do caráter humano. Seu desenvolvimento se completa para atender às necessidades humanas básicas como contato, intimidade, expressão emocional, afeto e carinho. Além de estreitar os laços com o outra pessoa, estabelecemos uma forma de comunicação que visa a alegria, felicidade, autoestima e busca de relacionamentos mais íntimos (OLIVEIRA, BAIA, DELGADO et al, 2015).

Durante muito tempo, a sociedade vem ditando certos padrões de comportamento, que limitam a sexualidade humana a um período compreendido entre a puberdade e o início da maturidade (OLIVEIRA, BAIA,DELGADO et,al,2015).

A aceitação da vida sexual ativa no processo de envelhecer enfrenta barreiras como à falta de informação, comunicação e principalmente pela percepção da sexualidade centrada e limitada aos órgãos genitais (ZANCO, DE MELO, CARDOSO, et al 2020)

O principal acesso da população aos serviços de saúde é através da atenção básica em saúde (ABS) e esta é a oportunidade para o profissional enfermeiro abordar o assunto sexualidade com o idoso. São os profissionais que atuam na estratégia da saúde da família tem maior acesso ao idoso e sua família, onde passa a criar vínculos de ambos, e a compartilhar e dividir suas inquietações com o profissional enfermeiro (EVANGELISTA; et al 2019).

O enfermeiro tem que estar preparado para a oportunidade de abordar o tema com o idoso, sem gerar desconforto para o idoso e para si, é um assunto delicado ,muitos idosos por razões pessoais ou por gerar desconforto na sua família acaba não expressando os seus anseios da sexualidade com receios de sofrer preconceitos (EVANGELISTA; et al 2019).

Os enfermeiros precisam esta cuidadosamente preparados para fornecer o suporte necessário para aos idosos que estão enfrentando mudanças dramáticas relacionadas á plasticidade física e aos fatores biológicos que impede a orientação sexual. Os profissionais enfermeiros precisa ser honesto é importante não tratar essa população como um organismo degenerado. Portanto eles devem elevar sua autoestima, falar diretamente sobre o assunto esclarecer as dúvidas criar uma situação que ajuda o bem - estar psicossocial sem se deixar levar ou se confundir (EVANGELISTA,MOREIRA,FREITAS et al, 2019)

O enfermeiro deve utilizar linguagem compatível com o perfil sociocultural de cada idoso, para facilitar sua compreensão. Por ser inexplorado o modo como os enfermeiros da estratégia da saúde da família detêm os conhecimentos e as atitudes acerca da sexualidade na velhice, a compreensão dessas demandas por parte desses profissionais da saúde poderá auxiliar na análise das ações e comportamentos no que concerne à promoção da sexualidade do idoso (EVANGELISTA; et al 2019).

Os obstáculos a sexualidade em mulheres e homens idosos, são a perda hormonais mudanças físicas, doenças crônicas, certos medicamentos e disfunções sexuais, outros intempéries que os idosos enfrentam nessa fase do amadurecimento, a rejeição dos familiares sobre a sexualidade, religião e sociais, bem como por razões socioculturais, como viúvês, a falta de privacidade e de informações, além de tudo, existe outros fatores que também contribui e influência nessa fase do envelhecimento as emoções, ansiedade, depressão, culpa e vergonha, entretanto a falta de desejo, impotência sexual ou limitação física, são os fatores mais recorrente nos idosos (DE PAULA ; RODRIGUES; et al,2020)

A enfermagem possui as ferramentas básicas para lidar com esse declínio. Para se adaptar a adversidade que todos vivenciam, é importante ter competência, os enfermeiros podem lidar com questões da sexualidade de uma perspectiva critica e usar worshops, construir autonomia, através da roda de conversas ouvir essas mulheres e homens mais velhos podem ser o momento certo para conversar e tratar questões sexuais, para esclarecer dúvidas, curiosidades e ansiedade, dessa forma apoiar, acolher essa população (DE PAULA; RODRIGUES; et al, 2020)

Este estudo tem como objeto de pesquisa: a atuação dos enfermeiros da atenção primária em saúde no âmbito da sexualidade do idoso; tema inserido no eixo temático sociedade, saúde e enfermagem.

A questão norteadora: Como é a atuação dos enfermeiros da atenção primária em saúde no âmbito da sexualidade do idoso? O objetivo da pesquisa: Identificar ações a atuação dos enfermeiros da atenção primária em saúde no âmbito da sexualidade do idoso.

Embora tenha havido uma série de estudos publicados por enfermeiros especializados nos últimos anos, muito pouco foi feito sobre sexualidade em adultos mais velhos. Justificando a relevância deste trabalho. Atualmente, mais de 30,2 milhões de pessoas com mais de 60 anos vivem no Brasil. Chama - se a atenção para uma observação do profissional enfermeiro no ato da consulta com o idoso a necessidade de investigar à saúde sexual do idoso, cabe aos enfermeiros especialistas que atuam na atenção básica em saúde (ABS) (BRASIL,2002)

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa, do tipo revisão integrativa que foi necessário percorrer seis etapas distintas a saber: Identificação do tema seleção de uma hipótese ou questão de pesquisa; estabelecer critérios para inclusão e exclusão de estudos para pesquisa/amostragem ou recuperação de leitura definir as informações a serem extraídas dos estudos selecionados/ categorização dos estudos; avaliação dos estudos incluídos; interpretação dos resultados; e apresentação da revisão/síntese do conhecimento (ERCOLE, MELO, ALCOFORADO et al 2014)

A busca na base de dados foi realizada por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), realizada durante os meses Fevereiro a Novembro do ano dois mil e vinte um.

Os seguintes critérios de seleção foram por meio de análise detalhada do título e o resumo de cada publicação, foi realizada em duas fases, a primeira fase foi feito a seleção dos descritores na base de dados Ciências da Saúde (DesC) a segunda ocorreu através do cruzamento de dados sexualidade, saúde do idoso, enfermagem da atenção primária, serviços de saúde para idoso, por meio da base de dados com a combinação booleano AND.

O diagrama da figura 1 apresentado o resultado dos cruzamentos dos dados que ocorreu nas bases de dados (BVS) com o booleano AND por meios dos descritores, sexualidade, saúde do idoso, enfermagem da atenção primária, serviços de saúde para o idoso, foram encontrados 22.345 artigos ,sendo que , o que estavam dentro do critério de inclusão e exclusão 85, os artigos duplicados contabilizados apenas uma vez total 55 , na LILACS 16, BDENF 12, MEDLINE 13, PUBMED 14, após a leitura do título e resumo totalizaram 27,os artigos excluídos após a leitura na integra total de 18 artigos, artigos selecionados que foram utilizados 9 artigos.

Tabela.1 Revista Interdisciplinar em Saúde, Cajazeiras,7:399-414,2020,ISSN: 2358-7490.

BVS		
Cruzamentos (DeCS	Artigos encontrados	Quantitativos de estudos após os critérios de inclusão e exclusão
Sexualidade AND Saúde do idoso AND Atenção primária de enfermagem	18.135	48

AND serviços de saúde para o idoso		
Sexualidade AND Saúde do Idoso	506	5
Saúde do idoso AND Atenção primária de Enfermagem	2.589	23
Atenção primária de enfermagem AND Serviços de Saúde para o idoso	113	4
Saúde do Idoso AND Sexualidade	1.002	5

Fonte: Fonte: Elaborado pelos autores

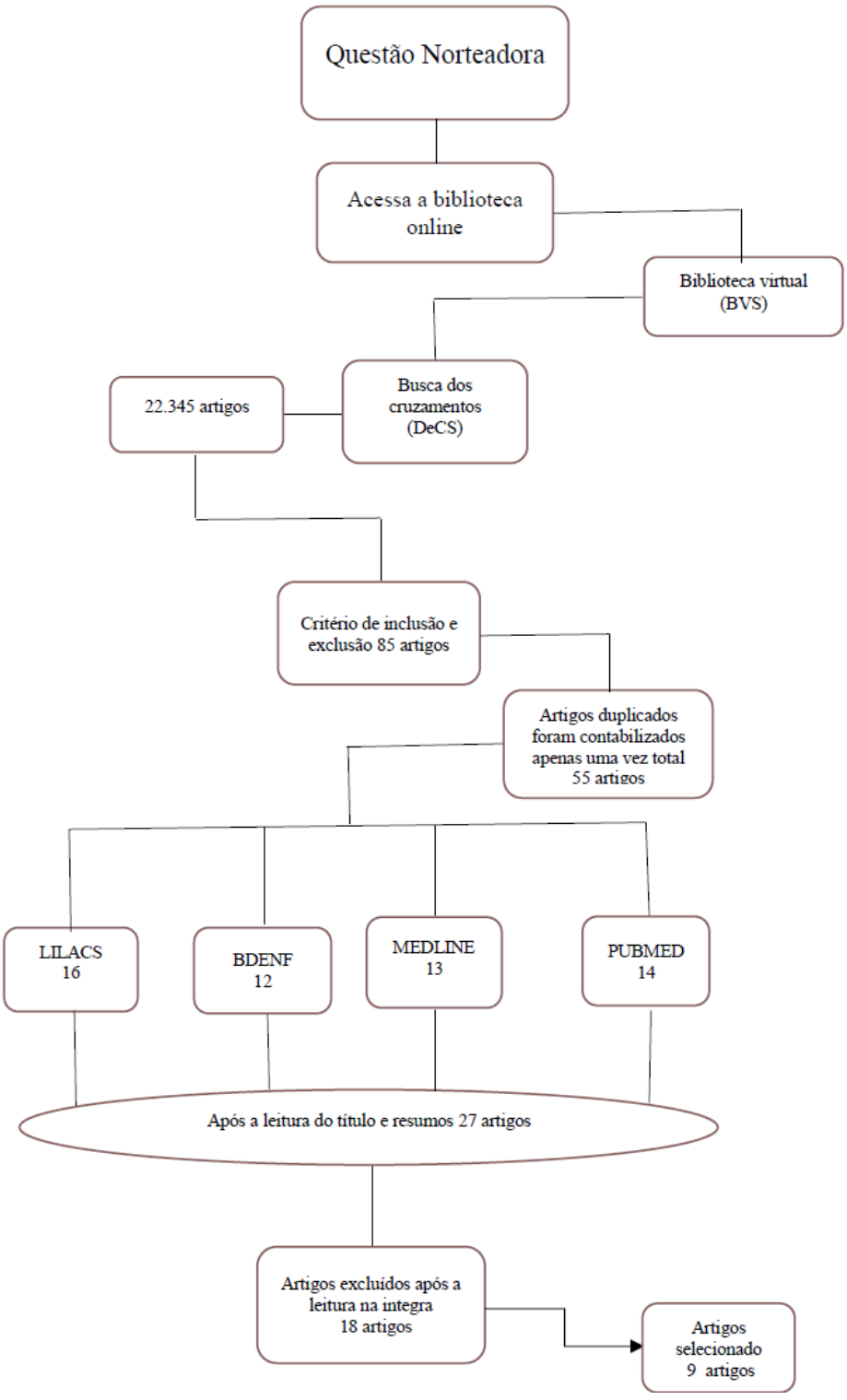
Foram utilizados para a inclusão idioma português, textos completos, temas de acordo com a pergunta norteadora, que foi realizados durante os meses Fevereiro a Novembro do ano de dois mil e vinte e um, com artigos com recorte temporal de dez anos entre 2011 a 2021, os critérios de exclusão ocorreu da seguinte maneira, teses, monografias, textos não científicos, e que estivessem com problemas no acesso ao artigo indexado nas bases de dados selecionados para construção de estudo científico, textos não completos, artigos que exigiam pagamentos.

RESULTADOS

A primeira busca encontrou 22.345 artigos pelos quais foram achados no MEDLINE 18.135, LILACS 2.589, PUBMED 506, BDENF 1.115,após as busca iniciou-se os critérios de inclusão e exclusões dos artigos contabilizando 85 artigos, foram encontrados 55 artigos duplicados sendo 16 LILACS, 13 MEDLINE, 12 BDENF, 14 PUBMED, após leituras dos títulos e resumos restaram 27 artigos, após a leitura na integra dos artigos completos 18 artigos foram excluídos, os artigos selecionados que

atenderam aos requisitos dos critérios de pesquisa do tema foram 9 artigos, conforme apresentado no fluxograma abaixo.

Figura 2. Fluxograma de apresentação do processo de seleção dos estudos, Rio de Janeiro RJ BRASIL,2021



Fonte: Fonte: Elaborada pelos autores

Primeiramente, foram lidos os resumos dos artigos e selecionados os segundo os critérios de exclusão. Em seguida foi realizada uma segunda leitura para uma melhor interpretação, com consideração especial dos resultados e conclusões. Em seguida passamos a interpretar os textos que foram lidos, qualificados e catalogados, seguindo os pontos que correspondiam ao objetivo proposto para a criação do texto final.

Nas bases de dados, a maioria dos artigos foram encontrados na LILACS 4 artigos que correspondendo a 44,44% dos artigos, BDENF 3 artigos 33,33%, MEDLINE 2 artigos 22,22% os artigos foram categorizados por tema, todos relacionados à sexualidade do idoso o que correspondeu 100% perfazendo um total de 9 artigos.

Nesta revisão de literatura 9 artigos aderiram estritamente à seleção predeterminada de amostra, do quadro 1 a seguir mostra os artigos selecionados em ordem cronológica, de acordo com as publicações. Dentre os periódicos que mais receberam publicações, observou – se um grande número de periódicos que publicaram artigos sobre o mesmo tema.

Na intenção de sistematizar, otimizar e apresentar os achados, um quadro foi elaborado com as informações que subsidiaram a busca, contemplando os seguintes aspectos: Titulo; Tipo de estado; atuação do enfermeiro na atenção primária

Quadro.2 Caracterização dos estudos segundos código A1 a A20 título tipo de estudo, as estratégias de comunicação apresentadas e nível de evidências Rio de Janeiro RJ 2021

Título	Tipo de Estado	Atuação do Enfermeiro da atenção primária
Ações em educação em saúde sobre sexualidade com idoso	Trata-se de um estudo de intervenção com abordagem quantitativo	A partir das falas dos participantes foi possível compreender que grande parte dos idosos acreditam que a sexualidade está restrita ao ato sexual. Resultado este que pode ser justificado pela falta de conhecimento e de discussões sobre o assunto. Além disso, há uma aceitação das mudanças na prática sexual justificadas por condições da idade e doenças que dificultam ou comprometem a sua ação.

Atividade sexual, satisfação e qualidade de vida em pessoas idosas	Estudo transversal de base domiciliar que utilizou a base de dados do Estudo Saúde, Bem-estar e Envelhecimento (SABE), no ano de 2010	Assim, destaca-se a importância do profissional enfermeiro implantar ações de educação e proteção em relação aos benefícios e à vulnerabilidade da sexualidade dos idosos, fortalecendo a rede de atenção à saúde do idoso.
Atuação da equipe de enfermagem frente à sexualidade de idosas institucionalizadas	Este estudo corresponde ao recorte de uma dissertação de mestrado que se utilizou de abordagem qualitativa e descritiva, realizado em uma ILPI, na região sul do Brasil.	Formações sociais, ideológicas e imaginárias mostraram-se como constituintes das numerosas redes relacionais que permitem o funcionamento do dispositivo sexualidade no âmbito institucional. A dificuldade em abordar o tema sexualidade, seja por constrangimento ou por embasar as tratativas em crenças pessoais, enfatiza hiatos da formação acadêmica e profissional.
Concepção de mulheres idosas sobre a sexualidade na velhice	Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo, realizado no âmbito do projeto de extensão Universidade Aberta à Terceira Idade (UAT	Ressalta-se que os profissionais de saúde, em especial, os de Enfermagem, devem considerar as concepções das mulheres idosas com relação à sexualidade ao construir, com essas mulheres, o projeto terapêutico singular, vislumbrando o cuidado integral à pessoa idosa, sobretudo, no contexto da atenção primária em saúde.

Conhecimento e Atitude de Futuros Profissionais da Saúde em Relação à Sexualidade na Velhice	Tratou-se de um estudo descritivo, de campo, quantitativo, com delineamento transversal, devidamente aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa.	Os estudantes mostraram um conhecimento razoável sobre a sexualidade no envelhecimento e uma atitude relativamente liberal. O profissional qualificado está apto a prestar assistência integral ao idoso e a sua respectiva família e comunidade, promovendo saúde e bem-estar de maneira holística, o que inclui aqui a sexualidade.
Envelhecimento sexualidade e cuidados de enfermagem o olhar da mulher idosa.	Tratou-se de uma pesquisa qualitativa,descritiva e exploratória, que é um tipo de estudo que tem sido utilizado para descrever uma situação social circunscrita descritiva, ou para explorar determinadas questões (exploratória) que dificilmente o pesquisador conseguiria abordar com o método quantitativo.	Notou-se que as idosas têm receio de falar sobre sexualidade, principalmente com os profissionais da saúde. Pelas próprias influências da sociedade, muitas vezes excluem essa temática do cuidado da saúde da mulher idosa. Ressalta-se que mudanças devem ser pensadas sobre a assistência prestada no que cerne à sexualidade.
Sexualidade e envelhecimento a percepção de idosos participantes de grupo de convivência	Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa	A partir das falas dos participantes foi possível compreender que grande parte dos idosos acreditam que a sexualidade está restrita ao ato sexual. Resultado este que pode ser justificado pela falta de conhecimento e de discussões sobre o assunto. Além disso, há uma aceitação das mudanças na prática sexual justificadas por condições da idade e doenças que dificultam ou comprometem a sua ação.

		O estudo demonstrou que grande parte dos enfermeiros possui
Sexualidade de idosos conhecimento/atitude de enfermeiros da Estratégia Saúde da Família	Trata-se de um estudo de corte transversal, exploratório, descritivo, de abordagem quantitativa.	conhecimento sobre a sexualidade na velhice, mas ainda detém atitudes conservadoras sobre o assunto. Portanto, faz-se necessário dar ênfase ao modo como os profissionais percebem, conceituam, bem como agregam medo, preconceito, vergonha e falsas ideologias acerca da temática. Essas questões devem ser vistas como barreiras para deflagrar processos de educação em saúde nos espaços coletivos tão presentes na Estratégia Saúde da Família, a exemplo das rodas de conversas e grupos.
Velhice ativa, a vivência afetivo sexual da pessoa idosa.	Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujos depoimentos foram obtidos por meio de uma entrevista	Há necessidade de capacitação continuada aos profissionais da saúde, responsáveis por receber os idosos nos serviços, para que possam acolher e orientar de forma adequada, livre de preconceitos e julgamentos.

Fonte: fonte: Elaborado pelos autores

DISCUSSÃO

A partir dos achados percebe-se a incipiência por parte dos profissionais enfermeiros da estratégia da saúde da família em abordar a temática da sexualidade com os idosos em seus atendimentos e em

focar, mais nas doenças pré-existentes nesta fase de vida, que, em além do envelhecimento, são comuns nessa fase (DOS SANTOS, FORMIGA, et al, 2017)

Constatou-se que as estratégias de educação em saúde continuam a visar outros grupos-alvo, as estratégias de educação em saúde para os idosos incluem outras questões associadas a fardos fisiológicos, socioculturais e socioeconômicos, mas não incorporada à questão da sexualidade (DOS SANTOS,FORMIGA, et al,2017)

Diante do aumento da população idosa no Brasil nos últimos anos, os profissionais de Enfermagem estratégia da saúde da família devem incluir a educação em saúde para esse público, a fim de esgotar os mitos e verdade sobre a sexualidade dos idosos, tendo como o autor principal o idoso e sua sexualidade, para informar, orientar o idoso, e assim contribuir para a melhoria da saúde sexual (DOS SANTOS, FORMIGA, et al, 2017)

Estudos afirmam que a baixa escolaridade é um dos fatores que dificultam o desenvolvimento da sexualidade em pessoas idosas, devido a incompreensão das limitações com o aumento da idade, que acompanham o sexismo , religião, aspecto cultura, preconceitos e a falta de informações que idosos possui, dessa forma deixam de prática a sua sexualidade por terem uma autopercepção negativa de seu corpo, daí a importância do profissional enfermeiro para orientar e desmitificar a cultura de valorização do corpo (RODRUES, DUARTE et al, 2019)

Dito isto, confirma à desvalorização da saúde do idoso, com uma política pública não assertiva para o bem-estar desta população, com os profissionais de enfermagem não preparados para o enfrentamento do problema, trás consigo muitas consequências para a saúde dos idosos como a contaminação por infecções sexualmente transmissíveis, como ISTs/HIV AIDS são condições que têm aumentado sua prevalência nas últimas décadas, devido à falta de uma assistência básica que pudesse contribuir com prevenção para que os idosos pudesse desmistificar que as infecções sexualmente transmissíveis são para jovens (RODRIGUES, DUARTE, et al, 2019)

Diante do exposto percebe-se que muitos enfermeiros utilizam suas ideologias pessoais e acabam não abordando a questão da sexualidade e, não analisando à história da vida sexual desse idoso, por não acreditarem que não o fazem mais ou não têm uma vida sexual ativa, (RODRIGUÊS, DUARTE, et al, 2019)

Por ser uma temática de difícil abordagem abre- se uma lacuna durante o atendimento desses profissionais, essa problemática exige reconhecer as deficiências que levam a esses profissionais

negligenciar essa temática e compreender que a sexualidade deve ter um cuidado integral (RODRIGUES,DUARTE, et al,2019)

A enfermagem deve compreender que sexualidade não basta ter conhecimento da anatomia e a fisiologia sexuais portanto é necessário compreender os aspectos psicossociais e culturais em que esses indivíduos estão inseridos (VENTURI, BACKERS, et al, 2017)

A pesquisa confirma que as mulheres mais idosas são mais afetadas na vida sexual, inclusive devido aos costumes culturais de que os homens idosos mantenha a vida ativa mais dos que as mulheres idosas (SANTOS, SANTOS, et al,2018)

Para homens idosos que mantém a vida sexual ativa é sinônimo de vigor masculinidade. As mulheres idosas são vista como pessoas fora da sua época, principalmente quando essas mulheres tem companheiro mais novo, os profissionais enfermeiros da estratégia da saúde da família desempenham um papel importante para orientar esses idosos, através nas suas consultas para ouvir-los sobre seus medos, esclarecer dúvidas, tantos sobre a sexualidade como também sobre as perdas nessa fase da maturidade (SANTOS, SANTOS, et al,2017)

Quebrar o tabu de que a mulher idosa não pode ter uma vida sexual ativa, a informação é essencial para que essas mulheres aprendam mais sobre as alterações fisiológicas que levam às perdas, principalmente nessa fase de desconstrução corporal, como a dor durante a relação sexual, que é causada pela a perda da lubrificação vaginal e alterações na autoimagem. Outro fator que está relacionado a esta fase da maturidade é à depressão (SANTOS, SANTOS et al, 2018)

No entanto, muitos profissionais enfermeiros reconhecem que o seu papel é fundamental na saúde sexual do idoso, e afirmam que devido ao déficit de aprendizagem por razão de não ter uma disciplina específica para o tema ,esse é um dos fatores que dificulta a abordagem, durante as suas consultas com a pessoa idosa (RABELO, LIMA, et al, 2011)

Além de tudo, existem outros fatores que inibem o enfrentamento do problema com os idosos hoje, eles tiveram uma educação mais rigorosa, muitos foram privados de sua sexualidade com mais liberdade na juventude, principalmente as mulheres que eram criadas com um único propósito, da continuidade a descendência, viver para seu marido, cuidar do lar e dos filhos, esses idosos demonstram grande vergonha ao abordar a saúde sexual com profissional enfermeiro (RABELO, LIMA, et al,2011).

Percebe-se as dificuldades encontradas em lidar com problema de ambos lados, tantos profissionais enfermeiros que deveriam estar aptos para prestar assistência mais holística para esses idosos. E encarar à questão com naturalidade, impõe barreiras que levam a assistência para o lado senilidade dos idosos, os mitos e tabus pelos enfermeiros que o idoso é assexuado, deixando de investigar a temática, as dificuldades encontradas pelos idosos estão relacionadas à falta de confiança no profissional durante a consulta (REBELO,LIMA, et al,2011).

O processo do envelhecimento tem uma marca biológica mais forte nas mulheres do que nos homens, nas mulheres idosas a diminuição mais acentuada dos estrogênios começa no final do período reprodutivo onde começa a regressão dos órgãos reprodutores, atrofia da vulva, trompas de falópio, ligamentos pélvicos, vagina, flacidez das mamas, aparecimento de cabelos brancos, rugas, e flacidez da pele, diante disso algumas perdem sua feminilidade, sente-se menos atraentes, e portanto levam à perda da libido (SOUZA, FERREIRA, et al, 2019).

Nos homens, o envelhecimento é menos agressivo, quando ocorre a andropausa começa ocorrer a perda gradual do hormônio sexual masculino, a testosterona, as alterações fisiológicas são perdas muito pequenas, em comparação com as que ocorrem nas mulheres, as perdas nos homens ocorre a capacidade de ereção se torna mais lenta, o período refratário aumenta, a ejaculação reduzida, os orgasmos são mais curtos, menos intensos e perda muscular (SOUZA, FERREIRA, et al, 2019)

Tendo em vista que essas perdas na maturidade exigem de um acompanhamento de um profissional enfermeiro da estratégia da saúde da família, para orientar e informar sobre as mudanças fisiológica, que nessa fase ocorrem as alterações estéticas do corpo, o profissional tem que ter em mente que o envelhecimento é subjetivo, cada ser é único, que ninguém envelhece igual (SOUZA, FERREIRA, et al 2019).

A equipe de enfermagem conhecendo seu julgamento sobre a sexualidade do idoso, pode assim, desenvolver um cuidado mais integral, e a abordar a questão com mais naturalidade, visto que durante a pesquisa constatou-se que as medidas das intervenções de enfermagem são todas voltadas para doenças crônicas como hipertensão, diabete mellitus, osteoporose e demência, portando deixando assim de dar uma assistência na saúde sexual do idoso (SOUZA; FERREIRA, et al,2019)

As dificuldades que encontram ao falar sobre sexualidade com os idosos tem mais a ver com a parte cultural, conversar com o idoso sobre sua vida sexual gera desconforto, e esta relacionada à ideia de que não é conveniente falar sobre esse assunto, o despreparo dos acadêmico de enfermagem e, dos

profissionais de enfermagem na atenção à saúde, evidência o desconhecimento sobre a sexualidade dos idosos (SOUZA; FERREIRA, et al, 2019).

Diante da análise 11,11% das pesquisas que confirmam que os enfermeiros da estratégia da saúde da família durante suas consultas abordaram a temática da sexualidade com os idosos, sendo que dessa quantitativa só as enfermeiras que discutiram a sexualidade com os idosos, enquanto que os enfermeiros, não abordaram, sobre a temática da sexualidade com os idosos, principalmente com as idosas que se sentem envergonhadas, quando o profissional enfermeiro é homem (EVANGELISTA, AZEVEDO, et al 2019).

Constatou-se que o enfermeiros da estratégia da saúde da família, focam mais na assistência no aconselhamento sobre medicações, violência, vacinação e situação de risco do idoso, e não focam também na necessidade de falar sobre a sexualidade, portanto constatou-se que a não abordagem estava relacionado ao conservadorismo por parte da maioria dos profissionais (EVANGELISTA, AZEVEDO et al 2019).

Dada a análise e atuação dos profissionais de enfermagem e a falta de diligência em conversar com os idosos sobres a sexualidade, essa dificuldade abriu espaço para ignorar os riscos das infecções das ISTs/HIV/AIDS, são doenças que não faziam parte do passado dessa população, por não ter uma diligência na prestação de uma atenção mais integral a saúde, os idosos se tornaram grupo de riscos para essas doenças sexualmente transmissíveis (GATTI, PINTO et al, 2017)

Percebeu que os idosos não recebem orientação dos profissionais enfermeiros da estratégia da saúde da família, para orienta-lo sobre risco da atividade sexual sem o preservativo, a deficiência de uma implantação de campanha de saúde voltada para esse tema, aumenta ainda mais o risco desse grupo ser infectado e, ser considerado de risco, para a propagação de doenças sexualmente transmissíveis (PINTO, REIS, et al,2019)

No entanto, a vulnerabilidade dos idosos diante dessas infecções, precisa ter clareza sobre os aspectos biológicos, epidemiológicos e psicossociais, levando-se em conta não apenas as vivências individuais, mas também o perfil social, histórico e cultural que leva a ter essa importante característica para a suscetibilidade às infecções e o adoecimento dessa população (PINTO,REIS, et al, 2019)

CONCLUSÃO

Considerando ao objetivo proposto da pesquisa percebeu-se que os profissionais enfermeiros da (ESF) por meio de seus conhecimentos sobre a sexualidade do idoso são limitados e , durante suas consultas destacou-se uma abordagem bastante tímida sobre o assunto. Propõe-se para que esses profissionais enfermeiros tenham mais engajamento e apropriação do assunto, necessitem de educação permanente e continuada, para que possam desmitificar tabus e preconceitos sobre a temática e, abordar a sexualidade com o idoso livre de seus julgamentos ou ideologias equivocadas.

Embora a pesquisa tenha mostrado que os idosos, mesmo estejam cientes de suas mudanças biofisiológicas, querem manter sua vida sexual ativa. Percebeu que os idoso tem uma visão da sexualidade mais centrada no ato sexual, portanto, esta pesquisa destaco a necessidade dos profissionais enfermeiros para trabalhar com uma compreensão aprofundada da sexualidade para atingir esse público por falta de informação.

A partir dos resultado deste estudo fica claro que o desenvolvimento de um programa de educação em saúde na estratégia da saúde da família, é de fundamental importância para que os idosos possam alcançar autonomia e possam ter independência nesta fase da vida. Para isso os enfermeiros, como os demais profissionais da saúde, devem atuar na perspectiva da promoção da saúde, com atenção integral ao processo do envelhecimento e à sexualidade do idoso, que afetam negativamente à vida familiar, os relacionamentos e na qualidade de vida dos idosos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Amauri dos Santos, Da Silva , Isadora Nunes, Silva Glaúcia dos Santos, Do Nascimento Vanessa Maria, Atuação da Enfermagem Frente À Sexualidade do Idoso no Contexto Familiar: Uma Revisão Integrativa; Revista Interdisciplinar em Saúde, Cajazeiras, 7 (único): 399-414, 2020, ISSN: 2358-7490;2019;Acessado- Setembro/2021

BRASIL, Ministério da Saúde. Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa. Saúde da Família. Caderno de Atenção Básico – nº 19. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Atenção Básica.BrailiaDF.2006.Disponívelem:https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/27/Caderneta-Pessoa-Idosa-2017-Capa-miolo.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – Brasília : Ministério da Saúde, 2006.

DE PAULA,Valqueria Maria, M.sc, Rodrigues,Leiner Resnde, D.sc, Sexualidade de idosos e contribuições da enfermagem, Enerfmagem Brasil ,Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM),Profa Associada do Departamento de Enfermagem em Educação e Saúde Comunitária, Universidade Federal do Triângulo Mineiro,2020;19(4);345-54

https://doi.org/10.33233/eb.v19i4.4281

DOS SANTOS, Núbia Fernanda Vieira, Formiga,Laura Maria Feitosa, Silva, Ana Klisse Araújo, Mota,Mariane da Silva,Bezerra,Gabriele Sabttine Ribeiro,Feitosa,Lorena Mayara Hipólito, Ações de Educação em Saúde Sobre Sexualidade com Idosos, Universidade Federal do Piauí – UFPI/ CSHNB. Picos (PI), Brasil. Saúde em Redes. 2017/Acesso Setembro2021

DOS Reis Rosane Pereira, Oliveira Josian Karen Claudino ,Vanderlei Maiza Gomes ,Barbosa Douglas Ferreira Rocha, Dos Santos Jirliane Martins, Gomes Marcelle Perdigão,Lima Alexandre De Souza,Da Costa Renné Cosmo, Silva Paulo Jorge torres, Guimarães,Bezerra Daniele, a atuação do enfermeiro frente à sexualidade na terceira idade;Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió – AL; Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas (COREN-AL), Maceió–AL;Faculdade Estácio de Alagoas (FAL), Maceió –AL/2020/Acessado-Setembro/2021

EVANGELISTA AR, Moreira ACA, Freitas CASL, Val DR, Diniz JL, Azevedo SGV. Sexuality in old age: knowledge/attitude of nurses of Family Health Strategy. Rev Esc Enferm USP. 2019;53:e03482. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S1980-220X2018018103482/acesso Setembro/2021

ERCOLE, Flávia Falci, De Melo Laís Samara, Alcoforado, Carla Lúcia Gulart Constant, Revisão Integrativa versus Revisão Sistemática,Básica da Escola de Enfermagem da UFMG. Belo Horizonte, MG – Brasil-JAN/2014/Acessado-09/2021

GATTI Maria Carolina, Pinto Maria Jaqueline Coelho, Velhice Ativa: A vivência Afetivo-Sexual da Pessoa Idosa, Universidade Estadual Paulista (UNATI/UNESP), DOI: 10.32467/issn.19982-1492v16n2p133-159/ acessado – setembro/2021

GIL,Antonio Carlos, Como Elaborar Projetos de Pesquisa, 6º edição, Ferreira Ebooks, Adquirido em,ww.mercadolivre.com.br,GrupoEditoralNacional ano 2017.Acessado Fevereiro 2021.

MOURA, Meriene do Nascimento; Silva , Claudia Fernandes Trindade; Santos, Flavia Farias//:A Sexualidade na Terceira Idade: o tabu que envolve os idosos. Universidade Católica do Salvador | Anais da 22ª Semana de Mobilização Científica- SEMOC | 2019.Acesso Fevereiro/2021.

MASCHIO, MBM, Balbino AP, De Souza PFR, Kalinke LP. Sexualidade na terceira idade: medidas de prevenção para doenças sexualmente transmissíveis e AIDS. Rev Gaúcha Enferm., Porto Alegre (RS) 2011 set;32(3):583-9.

OPAS, Organização Pan – Americana de Saúde. Década do Envelhecimento Saudável 2020-2030. Paho.org.com. 2021. Disponível em https://www.paho.org/pt/topicos/envelhecimento-saudável. Acesso em : 14/03/2021.

OLIVEIRA, Ludmila Barbosa; BAÌA, Rodrigo Vergetti; Delgado, Anna Raquel Temoteo; Vieira, Kay Francis Leal; Lucena, Adriana Lira Rufino de:// Sexualidade e Envelhecimento: Avaliação do Perfil Sexual de Idosos não Institucionalizados. Revista de Ciências Saúde Nova Esperança – Dez. 2015.

OLIVEIRA, Ludmila Barbosa; BAÌA, Rodrigo Vergetti; Delgado, Anna Raquel Temoteo; Vieira, Kay Francis Leal; Lucena, Adriana Lira Rufino de:// Sexualidade e Envelhecimento: Avaliação do Perfil Sexual de Idosos não Institucionalizados. Revista de Ciências Saúde Nova Esperança – Dez. 2015.

PINTO, Monique Xavier Romano, Luana Araújo dos Reis, D.Sc, Elaine dos Santos Santana Luciana Araújo dos Reis, Ft. D.Sc; Sexualidade e envelhecimento: a percepção de idosos participantes de grupo de convivência;Fisioter Bras 2019;20(1);43-49/Acesso –Setembro-2021

RABELO, Dóris Firmino, Lima Claudia Feio da Maia, Conhecimento e Atitude de Futuros Profissionais da Saúde em Relação à Sexualidade na Velhice/ Revista Temática Kairós Gerontologia, 14(5), ISSN 2176-901X. São Paulo (SP), Brasil, dezembro 2011: 163-180/acesso-Setembro -2021

RODRIGUES, Carolina Freitas do Carmo, Duarte,Yeda Aparecida de Oliveira, Resende, Fabiane Aparecida Canaan, De Brito Tábatta Renata Pereira, Nunes,Daniella Pires Nunes, Atividade sexual, satisfação e qualidade de vida em pessoas idosas, Universidade Federal do Tocantins – Palmas (TO), Brasil, Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto (SP), Brasil, Universidade Federal de Alfenas – Alfenas (MG)/2019-Acessado-2021

SANTIAGO, Maria Elizabeth da Costa Felipe, Longevidade e Sexualidade. Uma Abordagem Inerente à Atuação do Enfermeiro Enquanto Educador em Saúde ano 2019.Acessado Maio de 2021. Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, Pós-Graduação Lato Sensu em Enfermagem do Trabalho. RN, Brasil, Acesso em Abril/2021.

SILVA, Eva Maria de Moura Lauriano, Oliveira, Danilo Morais, Pereira, Neirillanny da Silva, Olhar do Enfermairo na Atenção Primári de Saude. Prática Sexualidade na Terceira Idade 2017. 1 Graduando enfermagem pela Facene.2 Mestre em Saúde Coletiva e Gestão Hospitalar e docente na FACENE.Acessado Maio/2021.

SILVA, Eva Maria de Moura Lauriano, Oliveira, Danilo Morais, Pereira, Neirillanny da Silva, Olhar do Enfermairo na Atenção Primári de Saude. Prática Sexualidade na Terceira Idade 2017. 1 Graduando enfermagem pela Facene.2 Mestre em Saúde Coletiva e Gestão Hospitalar e docente na Facene. Acessado Maio/2021.

SANTOS AD, Santos ALS, Andrade LM, Sorte ETB, Santos ES, Guerra SS. Concepção de mulheres idosas sobre sexualidade na velhice. Rev enferm UFPE on line. 2019;13:241752 DOI: https://doi.org/10.5205/1981-8963.2019.241752

SOUZA CL, Gomes VS, Silva RL, Santos ES, Alves JP, Santos NR, et al. Aging, sexuality and nursing care: the elderly woman's look. Rev Bras Enferm. 2019;72(supl 2):71-8. doi: http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0015/acesso Setembro 2021

VENTURINI L, Beuter M, Leite MT, Bruinsma JL, Backes C. The nursing team's performance towards the sexuality of institutionalized elderly women. Rev Esc Enferm USP. 2018;52:e03302. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S1980-220X2017017903302/ acessado setembro.2021.

VEIRA, Sara, Hassamo Vanessa, Branco Vera, Vilelas José, A vivência da sexualidade saudável nos idosos: O contributo Mdo enfermeiro, Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa,2014 – Acessado – Maio/2014

ZANCO, Maria Rozeane Chaves de Oliveira, De Melo,Sarah Juliana Feitosa, Cardoso Beatriz Cavalcanti, Dos Santos Raquel Maria Cassemiro, De Figueredo Rogério Carvalho,Silva,Leidiany, Dias, Adriana Keila,Silva, Rafael Souza,Amorin,Renata Cristiana Correia, Sexualidade da pessoa idosa: principais desafios para a atuação do enfermeiro na atenção primária em saúde, Braz. J. Hea. Rev., Curitiba, v. 3, n. 3, p. 6779-6796 may./jun. 2020. ISSN 2595-6825/ DOI:10.34119/bjhrv3n3-217-Acessado-05/2021.

ANEXO 1

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

A Revista Nursing, edição brasileira, tem por objetivo a divulgação de assuntos de Enfermagem, colaborando, assim, com o desenvolvimento técnico-científico dos profissionais. Para a publicação na Nursing, o trabalho deverá atender às seguintes normas:

01 Devem ser feitas as submissões via site e/ou email: www.revistanursing.com.br, artigo1@mpmcomunicacao.com.br acompanhados de solicitação para publicação e de termo de acessão de direitos autorais assinados pelos autores.

02 Será cobrado após aprovação do estudo um valor de R$880,00 por artigo publicado.

03 Os autores devem checar se descritores utilizados no artigo constam no DeCS (Descritores em Ciências da Saúde).

04 Não ter sido enviado e nem publicado em nenhuma outra fonte nacional.

05 Ter no máximo 10 páginas de texto, incluindo resumo (português, inglês e espanhol – inclusive título do artigo), com até 19 mil caracteres com espaços, ilustrações, diagramas, gráficos, esquemas, referências bibliográficas e anexos, com espaço entrelinhas de 1,5 cm, margem superior de 3 cm, margem inferior de 2 cm, margens laterais de 2 cm e letra arial tamanho 12 em todo o texto. Os originais deverão ser encaminhados em formato Word.

06 Caberá à redação julgar o excesso de ilustrações, suprimindo as redundantes. A ela caberá também a adaptação dos títulos e subtítulos dos trabalhos, bem como o copidesque do texto, com a finalidade de uniformizar a produção editorial.

07 As referências bibliográficas deverão estar de acordo com os requisitos uniformes para manuscritos apresentados à revistas médicas elaborado pelo Comitê Internacional de Editores de Revistas Médicas (Estilo Vancouver).

08 Evitar siglas e abreviaturas. Caso necessário, deverão ser precedidas, na primeira vez, do nome por extenso. Solicitamos destacar frases ou pontos-chave. Explicitar os uni termos.

09 É OBRIGATORIO conter, no final do Documento Word, o endereço completo do(s) autor(es), e-mail e telefone(s) e, no rodapé, a função que exerce(m), a instituição a que pertence(m), o ORCID, títulos e formação profissional. Pode conter para cada estudo até 06 (seis) autores.

10 É OBRIGATORIO conter, resumos nos idiomas português, inglês e espanhol.

11 Não será permitida a inclusão no texto de nomes comerciais de quaisquer produtos. Quando necessário, citar apenas a denominação química ou a designação científica. 12 O Conselho Científico pode efetuar eventuais correções que julgar necessárias, sem, no entanto, alterar o conteúdo do artigo.

13 O original do artigo não aceito para publicação será devolvido ao autor indicado, acompanhado de justificativa do Conselho Científico.

14 O conteúdo dos artigos é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es). Os trabalhos publicados terão seus direitos autorais resguardados pela Editora MPM Comunicação LTDA. e só poderão ser reproduzidos com autorização desta.

15 Os trabalhos deverão preservar a confidencialidade, respeitar os princípios éticos da pesquisa e trazer a aceitação do Comitê de Ética em Pesquisa (Resolução CNS – 466/12), quando se tratar de pesquisa com seres humanos.

16 Caso os autores possuam fotos que possam ilustrar o artigo, a Revista Nursing agradece a colaboração, esclarecendo que as mesmas serão devolvidas após a publicação.

Capítulo 7

10.37423/220706299

DIVULGAÇÃO SOBRE COVID-19 NOS SITES INSTITUCIONAIS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

REGIANE RIBEIRO MOTURI — *Universidade do Estado de Mato Grosso*

Francimayre Aparecida Pereira de Jesus — *Universidade do Estado de Mato Grosso*

Giovani Espinola de Carvalho — *Universidade do Estado de Mato Grosso*

Natasha Rayane de Oliveira Lima. — *Universidade do Estado de Mato Grosso*

Priscila Campos Santos — *Universidade do Estado de Mato Grosso*

Resumo: Em vista da alta transmissibilidade do novo corona vírus (Sars-Cov-2), houve delimitações nas atividades do estágio de modo que a UNEMAT buscou novos formatos priorizando as regras de biossegurança. Nessa perspectiva, o presente trabalho teve como objetivo investigar a atuação da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) no cenário pandêmico de Covid-19 por meio da quantificação da divulgação cientifica e como essas informações são levadas ao público. Foram observadas o número de registros das publicações e divulgação científica que são realizadas pelos portais e o número de óbitos em cada município sede dos campi. As publicações foram maiores que as divulgações cientificas em cinco *campi*, mas em dois desses a divulgação científica esteve maior que o número de óbitos. As informações disponibilizadas nos portais são de fácil compreensão para comunidade geral, sendo uma boa ferramenta na disseminação de informações verídicas.

Palavra-chave: Divulgação científica, Sociedade, Covid-19, Comunicação.

INTRODUÇÃO

Em março de 2020, em vista da alta transmissibilidade do novo corona vírus (Sars-Cov-2) e sua rápida disseminação geográfica, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde decretou pandemia,diante do atual cenário pandêmico, surge a reflexão em torno do poder da tecnologia na disseminação de informações divulgadas pelas instituições (DE RAHUL, et al., 2020; SCHMIDT et al., 2020).

O compartilhamento do conhecimento científico com a sociedade é um desafio para comunidade acadêmica, esta dificuldade pode estar relacionada a linguagem complexa utilizada na divulgação científica (ARÊDES, 2020). O papel do cientista vai além da pesquisa propriamente dita, para muitos autores, a pesquisa só é dada como completa quando distribuída para sociedade, para que a sociedade usufrua do conhecimento científico é necessário que ele seja noticiado de maneira compreensível (BARBOSA, 2019; DOS SANTOS CONCEIÇÃO, 2020).

A relação dialógica entre a sociedade e a universidade é de grande importância, pois possibilita a troca de conhecimentos e saberes com a comunidade assegurando a expansão do conhecimento extramuros. (dos SANTOS, 2020).

A divulgação científica compreende a utilização de recursos, técnicas, processos e produtos para a veiculação de informações científicas, tecnológicas ao público geral (BUENO, 2010). A comunicação científica, por sua vez, a Comunicação Científica é um conjunto de atividades associadas à produção, disseminação e uso da informação e se dá pela transferência da informação por meio de canais de comunicação orais ou escritos apresentando diversidade de abordagens GARVEY; GRIFFITH, 1979; SALÉM; KAWAMURA, 1996).

Nessa perspectiva, o presente trabalho teve como objetivo investigar a atuação da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) no cenário pandêmico de Covid-19 por meio da quantificação da divulgação cientifica e como essas informações são levadas ao público.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio de analise exploratória dos portais eletrônicos oficiais dos treze *campi* da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), foram analisadas as notícias gerais e a divulgação científica entre o período inicial da pandemia correspondendo de março de 2020 até maio de 2021.

A analise se baseou em três critérios: estrutura da página inicial, localização do repositório de notícias e linguagem utilizada para abordagem da divulgação. Para a contabilização, foram separadas as '' Noticias'' onde estão agrupadas informações de cunho técnico das divulgações cientificas propriamente ditas.

Websites dos treze *campi* disponibilizados no portal geral da UNEMAT (QUADRO 1).

QUADRO 1 – Localidade dos Campus-UNEMAT e os seus Websites correspondentes, no período de março de 2020 a maio de 2021.

CAMPUS ALTA FLORESTA	http://altafloresta.unemat.br/
CAMPUS ALTO ARAGUAIA	http://www.aia.unemat.br/
CAMPUS BARRA DOS BUGRES	http://bbg.unemat.br/
CAMPUS CÁCERES	http://caceres.unemat.br/portal/
CAMPUS COLÍDER	site indisponível
CAMPUS DIAMANTINO	site indisponível
CAMPUS JUARA	site em reforma
NOVA MUTUM	http://novamutum.unemat.br/
MÉDIA ARAGUAIA	ausência de site eletrônico
CAMPUS JUARA	site em reforma
NOVA MUTUM	http://novamutum.unemat.br/
MÉDIA ARAGUAIA	ausência de site eletrônico
CAMPUS NOVA XAVANTINA	http://nx.unemat.br/
CAMPUS PONTES E LACERDA	ausência de site eletrônico
CAMPUS SINOP	http://sinop.unemat.br/site/
CAMPUS TANGARÁ DA SERRA	http://tangara.unemat.br/
UNEMAT SITE GERAL	http://portal.unemat.br/

Fonte: Autores, (2021)

Dentro do mesmo período em que se procedeu a análise dos websites, também foi feito levantamento de dados relacionado ao número de óbitos em decorrência do Sars-Cov-2 (SES-MT) nos municípios sede dos campus e no estado de Mato Grosso. Os dados após coletados foram agrupados em planilhas do Excel e posteriormente, representados em gráficos.

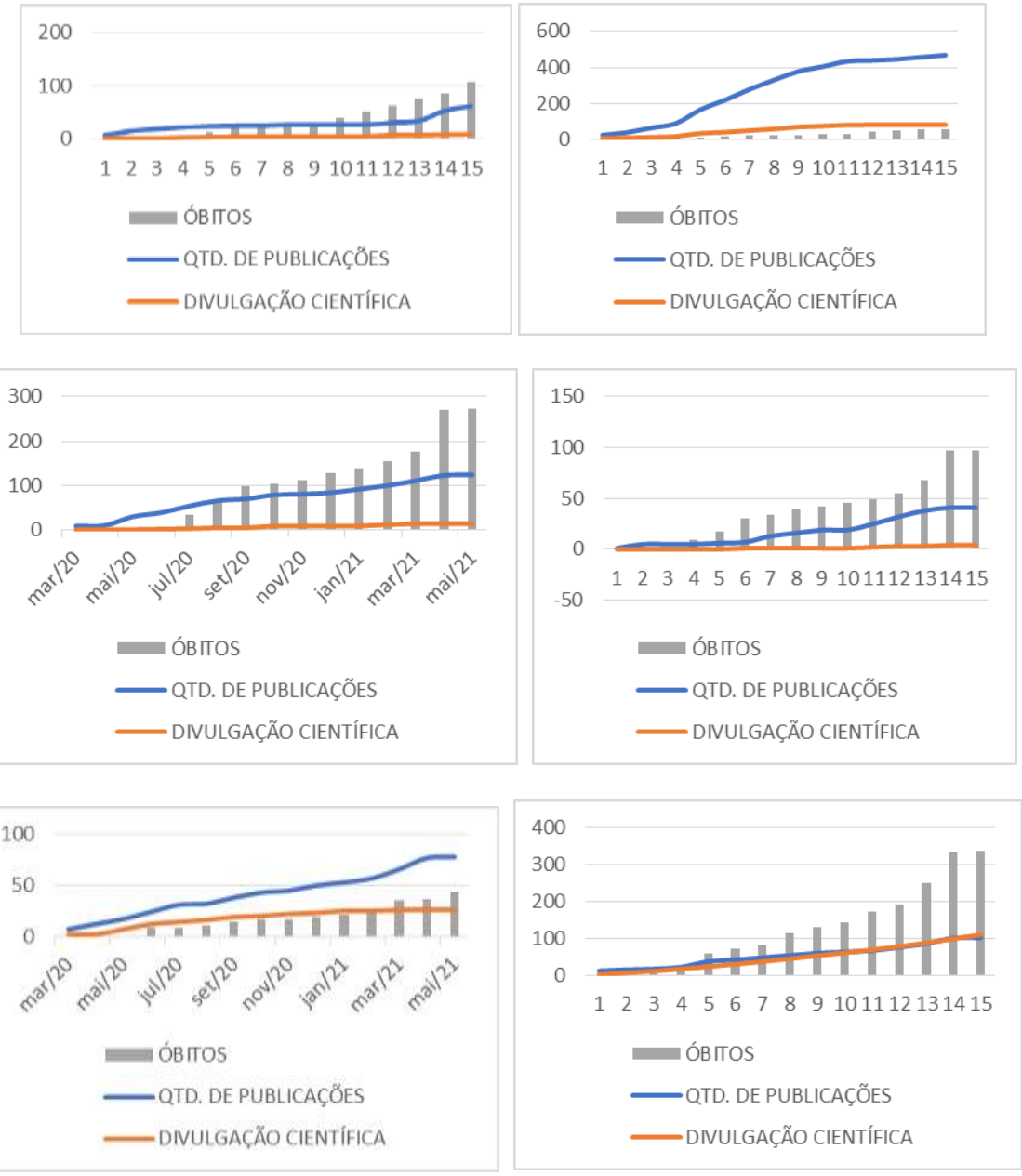
RESULTADOS

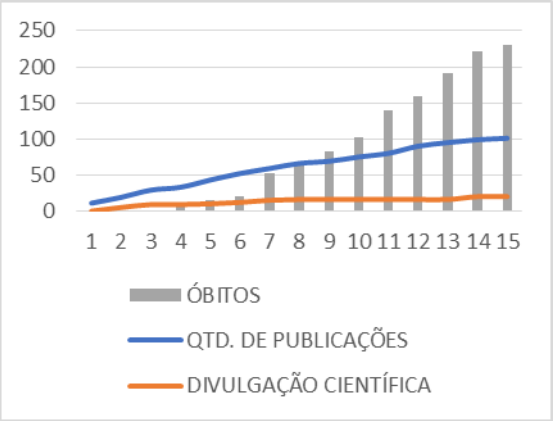
Foi verificado que os *links* de acesso não estavam presentes ou em funcionamento em cinco campus sendo que Médio Araguaia e Pontes e Lacerda não possuem portal oficial, não sendo possível a

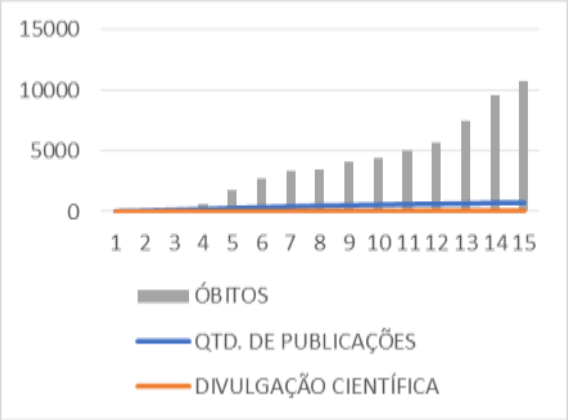
contagem individual. Cabe destacar que os campus Alto Araguaia e Colíder fazem a publicação de suas notícias no site geral.

A relação de óbitos das cidades com a divulgação cientifica feita por cada campus podem ser observados nos gráficos a seguir:

GRÁFICO 1. Relação da divulgação científica no período entre 01 de março, 2020 a 01 de maio, 2021de com número de óbitos por Covid-19 - ALTA FLORESTA (A), BARRA DO BUGRES (B), CÁCERES (C), NOVA MUTUM (D), NOVA XAVANTINA (E), SINOP (F), TANGARÁ DA SERRA (G), SITE GERAL (H).







DISCUSSÃO

Ao analisar os gráficos é possível perceber que as publicações foram maiores que as divulgações cientificas nos seguintes campus: Alta Floresta, Cáceres, Tangará da Serra, Nova Mutum, Nova Xavantina e Barra do Bugres.

A quantidade de publicações foi maior que a divulgações cientificas em Nova Xavantina e Barra do Bugres, contudo a divulgação científica esteve maior que o número de óbitos durante oito meses e doze meses respectivamente.

Quando analisado o gráfico correspondente ao campus de Sinop e as postagens do site Geral, as publicações e a divulgação científica ficaram equilibradas durante quase todo o período desse estudo, mas no último mês analisado a divulgação cientifica de Sinop passou a quantidade de notícias.

O site geral cumpre a função de compartilhar as informações relevantes de outros portais, as notícias são separadas das divulgações, anunciadas por um tópico ‘’Unemat faz pesquisa’’. O resultado desse portal é significativo para que possamos analisar a demanda de serviços realizada por ela. Ainda que esse website desempenhe o papel principal da divulgação cientifica, os números são baixos se considerarmos que ela abrange divulgações sobre todos os portais de Mato Grosso.

Ao investigar os portais eletrônicos, o que encontramos são ações de comunicação para divulgação cientifica, como por exemplo: participação em eventos como simpósios, publicações de editais, conferências etc. Ainda que exista o ‘’Comitê Covid-19’’ com informações atualizadas, estas acabam atingindo, na maioria, somente à academia e profissionais da área da ciência.

Ao longo desse estudo podemos perceber que a divulgação cientifica não é uma tarefa fácil de ser cumprida, mas necessária em virtude do fortalecimento da fake News contrariando o conhecimento

cientifico, culminando no avanço da contaminação do vírus e aumento no número de mortes (HENRIQUES, 2018).

Devido a sua importância no âmbito acadêmico, as instituições no geral estão no processo de busca por novas ferramentas para viabilizar a área da divulgação científica. A existência dos sites institucionais auxilia no processo da disseminação das informações.

A divulgação cientifica por meio do ambiente virtual tem a potencialidade de despertar o interesse do leitor para o mundo da ciência, promover um sentimento de integração uma vez que o texto de divulgação científica pode proporcionar o estabelecimento de pontes entre nas informações sobre ciência e a comunidade (SANTOS, 2001).

A comunicação científica vem se popularizando por meio de ambientes virtuais, estes potencializam a divulgação de informações e alcançam uma maior quantidade de leitores um público ampliado fora da comunidade científica, pode-se configurar numa nova composição de público. (CARIBÉ, 2015).

O interesse do público por assuntos da ciência cresceu e essa aproximação entre academia e a sociedade foi facilitada pelas redes eletrônicas, pois permite maior visibilidade da importância da ciência, favorecendo a conscientização da sociedade, contudo há a necessidade de organizar o acesso e a oferta de informações para otimizar o processo educativo científico que articula a pesquisa e viabiliza a relação entre universidade e sociedade (VALERIO; PINHEIRO, 2008, ALMEIDA, 2020; OLIVEIRA, 2020).

A pandemia de Covid-19 colocou a atividade científica em evidência nos meios de comunicação utilizados pela sociedade, sendo que a pesquisa científica é um conjunto de procedimentos sistemáticos, que tem por objetivo encontrar soluções para os problemas mediante a métodos científicos e se faz essencial em situações de emergência (MEADOWS, 1999; ZIMAN, 1981).

As medidas de mitigação para Covid-19, no Brasil, iniciaram em fevereiro de 2020 havendo grande busca por informações relacionadas às práticas de higiene para diminuir a propagação do COVID-19 em portais confiáveis (ROMEO-ARROYO et al., 2020, RODRIGUEZ-MORALES et al., 2020; Ministério da Saúde, 2020).

Com o início das medidas para minimizar a transmissão da COVID-19 no Brasil, muitas notícias foram propagadas, no entanto nem sempre verídicas, ocasionando uma crescente circulação de informações acerca do contágio, tratamento e cura, sendo as redes sociais as principais propagadoras dessas fake News. (NETO, 2020).

Com o aumento da disseminação do vírus, os veículos de comunicação se empenharam cada vez mais em divulgar as informações descobertas por meio da ciência sobre os cuidados necessários para conter o crescimento nos números de casos, uma vez que a comunicação integra o processo de produção e desenvolvimento da ciência (CARIBÉ, 2015). Cabe destacar que quando a informação é transmitida ao público requer decodificações do discurso especializado, presentes nos artigos científicos (BUENO, 2010).

Em decorrência da alta morbimortalidade causado pela COVID-19 gerou impactos não somente na saúde, mas também no ensino assim, as universidades desenvolveram diversas ações de pesquisa e extensão para o combate aos efeitos da pandemia, dentre as quais estão as voltadas a divulgação de informações, historicamente, o mundo tem enfrentado diversas pandemias e graças a ciência, obtivemos êxito na busca por soluções de caráter acadêmico, científico, comunitário e administrativo. (UNIFESSPA, 2020, FERREIRA, 2020, SANTOS et al., 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações disponibilizadas nos portais são de fácil compreensão para comunidade geral, uma vez que as notícias divulgadas são uma transposição de pesquisa e artigos acadêmicos que utilizam linguagem científica de difícil compreensão para as pessoas que não estão inseridas no meio acadêmico. Desse modo se faz necessário investimentos, que promovam empoderamento do conhecimento e da cultura cientifica, valorização da ciência, e contribuição para o desenvolvimento da sociedade.

REFERÊNCIAS

DE RAHUL; PANDEY, Neena; PAL, Abhipsa. Impact of digital surge during Covid-19 pandemic: a viewpoint on research and practice. Int. J. Inf. Manage, v. 102171, 2020

SCHMIDT, B., etal., Impactos na Saúde Mental e Intervenções Psicológicas Diante da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19). SciELO Preprints, 1(1), 1–26. 2020.

ARÊDES, Anália et al. ROMPENDO OS MUROS DA UNIVERSIDADE: DIVULGAÇÃO E POPULARIZAÇÃO DAS PESQUISAS CIENTÍFICAS COM FORMIGAS. OLIVEIRA, RJ Extensão rural em foco: apoio à agricultura familiar, empreendedorismo e inovação. Guarujá: Científica Digital, p. 196-203, 2020.

BARBOSA M. Isso a impressa não mostra. In: Barbosa A, organizador. Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas. Rio de Janeiro: Cobogó; 2019. p.7-17.

DOS SANTOS CONCEIÇÃO, Verônica Alves; CHAGAS, Alexandre Meneses. O pesquisador e a divulgação científica em contexto de cibercultura e inteligência artificial. Acta Scientiarum. Education, v. 42, 2020.

DOS SANTOS, Ingrid Floriano. PROJETO ONDA–DIVULGANDO A PRODUÇAO CIENTÍFICA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. CIÊNCIA E EXPERIÊNCIA NO CENTRO DE EDUCAÇÃO: a extensão universitária em sua, p. 175. 2020.

NETO, Mercedes et al. Fake news no cenário da pandemia de Covid-19. Cogitare enfermagem, v. 25, 2020.

UNIFESSPA. I Congresso Andifes destaca ações das universidades federais no combate ao coronavírus. 2020.

GARVEYW, D. Communication: TheEssenceofScience. 1979.

SALÉM, Sônia; KAWAMURA, Maria Regina. O texto de divulgação e o texto didático: conhecimentos diferentes. Encontro de pesquisadores em ensino de física, v. 5, p. 588-598, 1996.

HENRIQUES C. A dupla epidemia: febre amarela e desinformação. Rev Eletrônica Comunicação Informação Inovação Saúde 2018; 12(1):9-13

VALEIRO, Palmira Moriconi; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Da comunicação científica à divulgação. Transinformação, v. 20, p. 159-169, 2008.

ROMEO-ARROYO E, MORA M, VÁZQUEZ-ARAÚJO L. Consumer behavior in confinement times: food choice and cooking attitudes in Spain. Int J Gastron Food Sci. 2020;21:100-226.

RODRIGUEZ LM, LITT DM, STEWART SH. Drinking to cope with the pandemic: the unique associations of COVID-19-related perceived threat and psychological distress to drinking behaviors in American men and women. Addict Behav. 2020;110:106532.

Brasil. Ministério da Saúde (MS). Orientações para retomada com segurança [Internet]. 2020 Disponível em: https://coronavirus.saude.gov.br/orientacoes-para-retomada-com-seguranca

SANTOS, P. C. et al., Ensino remoto emergencial: relato de experiência de docência durante covid-19. In: E-book 2 – Estudo sobre o enfrentamento da pandemia de covid-19 sob perspectivas multiprofissionais. p 342 -351. 2021.

BUENO, W. C. Comunicação cientifica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. Informação e Informação, [S.l.], v. 15, n. 1esp, p. 1-12, dez. 2010.

CARIBÉ, R. C. V . COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA: reflexões sobre o conceito. Inf. & Soc.:Est., João Pessoa, v.25, n.3, p. 89-104, set./dez. 2015.

MEADOWS, Arthur Jack. A comunicação científica. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

ZIMAN, J. A força do conhecimento. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

ALMEIDA, Carla; RAMALHO, Marina; AMORIM, Luís. O novo coronavírus e a divulgação científica. Agência Fiocruz de Notícias. Opinião. Rio de Janeiro, 2020. 5 p

OLIVEIRA, T. Desinformação científica em tempos de crise epistêmica: Circulação de teorias da conspiração nas plataformas de mídias sociais. Revista Fronteiras – estudos midiáticos, v. 22, n. 1, p. 21 – 35, jan/abr 2020

Capítulo 8

10.37423/220706309

ANÁLISE SOBRE A EXPECTATIVA DOS ACADÊMICOS APÓS A FORMAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO NA UNIJUÍ

Ariosto Sparemberger — *UNIJUÍ-Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul*

Luciano Zamberlan — *UNIJUÍ- Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul*

Andressa Tesche — *UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul*

Josiane Marcieli Neuhaus — *UNIJUÍ- Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul*

Tiago Dotto de Almeida — *UNIJUÍ- Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul*

Resumo: O presente estudo trata-se de uma pesquisa realizada no componente curricular de Pesquisa de Mercado, do Curso de Administração da UNIJUÍ. Teve como tema central a expectativa dos acadêmicos após a formação superior. Seu objetivo principal tratou de medir a expectativa do universitário da região fronteira noroeste em relação a seu futuro profissional, analisando assim alunos de diferentes cursos da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Campus Santa Rosa. A metodologia utilizada foi de caráter exploratório e descritivo, sendo que na parte exploratória, de abordagem quantiqualitativa, efetuou-se um grupo de foco com alunos de diferentes instituições, com intuito de coletar dados para a realização de um questionário a ser aplicado aos alunos da Unijuí – Campus Santa Rosa. Na parte descritiva realizou-se um *survey,* onde foi aplicado um questionário com 305 alunos, dos quais foram aproveitados 294 questionários. A análise de dados se deu através de tabulação cruzada, por meio de distribuição de frequência, e também análise do nível de significância. Por meio da pesquisa realizada pode-se perceber que existem divergências entre os alunos dos diversos cursos disponibilizados pela Unijuí. Em contrapartida, a partir dos resultados obtidos na pesquisa, pode-se sugerir que sejam realizados alguns aprofundamentos quando se trata da satisfação com o curso realizado e com a expectativa que os alunos têm com seu futuro. Refletindo no desempenho e no comprometimento dos alunos em busca de sucesso profissional.

Palavras chave: expectativa, formação, sucesso profissional, alunos.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, buscar a carreira profissional, de certo modo, tornou-se uma situação imposta pela sociedade, assim muitos jovens ingressam no ensino superior sem ter certeza do que buscar profissionalmente. Mudando por diversas vezes seu foco até encontrar a satisfação profissional. Em contrapartida, outros já tem bem definido que carreira pretendem seguir.

Mello (2002, p.54) conceitua que "carreira é praticamente sinônimo de vida profissional, uma trajetória ocupacional ao longo da vida toda. Nele busca-se deslocar o foco, de uma profissão, para uma perspectiva mais abrangente, na extensão do tempo e na abertura para um possível leque de ocupações". Deste modo, este estudo teve como tema central a expectativa dos acadêmicos após a formação superior. Onde seu objetivo principal tratou de avaliar a expectativa do universitário da região fronteira noroeste em relação ao seu futuro profissional, analisando assim alunos de diferentes cursos da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Campus Santa Rosa.

Já seus objetivos específicos trataram-se em fundamentar o tema, encontrando critérios de segmentação para esses acadêmicos em relação ao seu futuro profissional e pessoal e também verificando as formas pelas quais os acadêmicos se enxergam atuando nessa região.

Assim, o estudo estará estruturado de forma que primeiramente, além desta introdução, virão as ideias de diferentes autores, formando o referencial teórico. A etapa seguinte a dar ênfase será os procedimentos metodológicos, onde será abordada a forma que será realizada cada etapa do referido estudo, seguido da apresentação e analise dos resultados obtidos. Em seu último tópico estará exposto à análise dos resultados, podendo exemplificar cada aspecto relevante a ser utilizado neste estudo. Por fim, apresenta-se a conclusão onde se expõem os conhecimentos obtidos no decorrer da elaboração do trabalho, bem como, as referências bibliográficas que serão utilizadas para compor o presente artigo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico, serão abordadas as definições sobre o referido estudo.

2.1 EXPECTATIVAS COM O ENSINO SUPERIOR

O período do ensino médio cobre uma etapa importante da vida que coincide com a adolescência e com a juventude. Essa faixa etária coincide com expectativas de transição, sejam transições para a

vida adulta, para o trabalho, para o ensino superior, entre outras. Nesse sentido, o ensino médio é um período de transição para o futuro.

Assim, para melhor abordar essa elaboração de projetos de transição para o futuro profissional relacionando com as expectativas dos jovens é importante entender a relação do sujeito com o tempo.

Neste sentido, Mercure (1995), trata que:

> Numerosas contribuições científicas nos ensinam que o estudo das diversas maneiras de tomar consciência do tempo contribui muito para a compreensão de certos fenômenos sociais, precisamente porque esquemas temporais, formas de simbolização do tempo, concepções e atitudes particulares em relação ao tempo, podem ter implicações mais ou menos diretas sobre os diversos modos de atividades. (MERCURE, 1995,p.15).

Assim, aprender como usar bem o tempo disponível é bastante crítico, pois as decisões tomadas sobre a alocação e o gerenciamento do tempo afetam diretamente no futuro e na aprendizagem dos jovens. Ao ingressar no ensino superior os jovens estudantes necessitam de ajuda para gerenciar o tempo necessário para esta aprendizagem, neste ponto que entra o auxílio de familiares e professores proporcionando uma maior eficácia no ensino. Atualmente, buscar a carreira profissional tornou-se uma situação imposta pela sociedade, assim muitos jovens ingressam no ensino superior sem ter certeza do que buscar profissionalmente. Mudando por diversas vezes seu foco até encontrar a satisfação profissional.

Em contrapartida, outros já tem bem definido que carreira pretendem seguir. Neste sentido, Mello (2002, p.54) conceitua “carreira é praticamente sinônimo de vida profissional, uma trajetória ocupacional ao longo da vida toda. Nele busca-se deslocar o foco, de uma profissão, para uma perspectiva mais abrangente, na extensão do tempo e na abertura para um possível leque de ocupações”. Já, Kassoy (1992) define carreira como “uma sequência de atitudes e comportamentos que são conscientes no indivíduo e estão associadas a experiências e atividades no trabalho durante todo o percurso de sua vida”.

Muitos jovens tem atração por diversas profissões ao mesmo tempo, ao se deparar com esse dilema é importante analisar com qual dessas áreas se identifica mais. Nesse quesito Weil (1973, p. 17) menciona “que cabe ao jovem escolher aquela profissão para a qual tem mais interesse e, sobretudo, mais capacidade; o importante é definir-se”. Um fator que leva aos jovens definirem qual profissão seguir é impulsionado pela sua motivação, esse impulso é que leva a ação de cursar um ensino superior para adequar-se para buscar a realização pessoal.

Assim, segundo Mello, (2002, p. 58):

> O papel da motivação na vida de trabalho surgiu de perguntas provocativas: Por que as pessoas trabalham? Pessoas que não têm problemas financeiros ou que não precisam trabalhar trabalham ou desejam trabalhar: por quê? Que satisfações e gratificações elas obtêm no trabalho? Por que, quando podem escolher, elas dão preferência a uma e não a outra? (MELLO,2002,p.58).

É difícil saber se está fazendo a escolha certa, pois não basta se interessar por determinado assunto, e sim analisar se possui aptidão para determinada profissão. Uma vez feita à escolha, é necessário preparar-se para a atividade profissional preferida. Weill (1973, p.26) menciona que: "o problema é evitar erros fatais para o êxito no futuro, duas são as condições para fazer uma escolha acertada: conhecer bem as profissões e conhecer as qualidades pessoais". Seguindo a mesma linha de raciocínio Kassoy (1992, p.15) relata: "o autoconhecimento voltado para o planejamento de carreira se processa em três níveis: habilidades, valores, e preferências. Conhecer o seu potencial ajuda o profissional a optar pelo melhor para si e a se cercar de colaboradores que lhe serão complementares".

Existem centenas de atividades profissionais diferentes, e conhecer a todas elas, é uma tarefa bastante difícil. Assim, conforme relata Weill (1973, p. 29) "pode-se organizar um plano para que o adolescente tome contato com o maior número possível de ocupações; isto despertará o seu interesse e o ajudará a tomar posição; poderá dizer com mais firmeza aquilo de que gosta e o de que não gosta".

2.2 EXPECTATIVAS FUTURAS COM EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Pode-se dizer que expectativa se refere à probabilidade de que um esforço realizado aconteça, assim, atualmente, muitas instituições de ensino vêm aderindo a uma cultura de expectativas dentro dos setores educacionais. Aumentando as possibilidades de um futuro condizente no mercado de trabalho, sendo que este, por sua vez, está em constantes mudanças. Com base nisso, Chiavenato (1999) afirma que Mercado de Trabalho é composto pelas ofertas de oportunidades de trabalho oferecidas pelas várias organizações existentes. O mesmo autor, (2006), afirma ainda, que o mercado de trabalho é condicionado por inúmeros fatores como: o crescimento econômico, a natureza e qualidade dos postos de trabalho, a produtividade, a inserção no mercado internacional. Em um cenário mundial em que os empregos são cada vez mais raros, a educação formal elevada pode ajudar no desenvolvimento de uma trajetória profissional satisfatória, ao aumentar a chance do indivíduo de se inserir e de permanecer no mercado de trabalho (GUIMARÃES & ALMEIDA, 2012; SILVA & SOUZA, 2012). O ensino superior é considerado um fator de empregabilidade, um capital educacional capaz de explicar as diferenças existentes quanto às opções de emprego, remuneração recebida e ascensão

no mundo laboral (BOCK, 2008; LEMOS, DUBEUX, & PINTO, 2009). Além da escala de emprego, também a natureza do trabalho está mudando, segundo Chiavenato (2006, p.105) exige maior velocidade nos processos de transição dos trabalhadores para a nova situação. Por isso os esforços de formação e requalificação profissional tornam-se fundamentais.

Segundo relata Carvalho (1995):

> O processo de constituição da identidade profissional vem sofrendo intensas transformações, decorrentes da assimilação de informações, conceitos e valores relativos às mudanças do mundo do trabalho e da influência da nova ordem social vigente. Tal processo se desenvolve conforme o indivíduo vai assumindo papéis ocupacionais adultos através das participações grupais e da vinculação com os referenciais externos assimilados por meio da socialização.(CARVALHO, 1995,p.38).

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho [OIT] (2005), são as competências que reforçam a capacidade do indivíduo em tirar partido das oportunidades de educação e formação com o intuito de se inserir e de se manter em um trabalho digno, de progredir na empresa, de se adaptar às novas tecnologias e condições do mercado, assim como de ter a possibilidade de mudar de emprego. Com isso, vários jovens têm buscado a educação superior como forma de aumentar suas possibilidades profissionais e galgar melhorias socioeconômicas, mesmo estando inseridos em condições materiais e psicossociais desfavoráveis (POCHMANN, 2007; RIBEIRO, 2011)

3 METODOLOGIA

Para a realização dos objetivos propostos na pesquisa utilizou-se uma metodologia de caráter exploratório e descritivo, sendo que na parte exploratória, de abordagem quantiqualitativa, efetuou-se um grupo de foco, com alunos de diferentes instituições, com intuito de coletar dados para a realização de um questionário a ser aplicado aos alunos da Unijuí – Campus Santa Rosa.

O questionário desenvolvido teve uma sequência de 32 afirmações estruturadas de forma a identificar o que o universitário busca durante o período de formação e 11 afirmações estruturadas de forma a identificar o que o mesmo espera após formação. Utilizou-se escala de respostas do tipo Likert de 5 pontos: onde a 1ª é equivalente ao respondente “Discordo” de tal afirmação, ao 5° que equivalia a “concordo” com essa afirmação. Além disso, após cada bloco de afirmações os acadêmicos precisavam numerar as cinco afirmações que ao seu olhar seriam as mais importantes para sua formação.

Para identificar o número de questionários que deveriam ser analisados para validar a pesquisa utilizou-se o método de cálculo amostral, onde se obteve o número de 294 questionários. Já parte

descritiva realizou-se um survey, onde foi aplicado um questionário com 305 alunos dos cursos de Administração, Ciência da Computação, Direito, Educação Física, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Gestão de Cooperativas, Pedagogia e Psicologia, dos quais foram aproveitados 294 questionários. Referente ao plano de análise dos dados, os dados coletados receberam um tratamento quantitativo e qualitativo. O tratamento quantitativo foi realizado com os dados coletados através da aplicação de um questionário desenvolvido pelos autores do presente artigo.

Os dados foram classificados, tabulados e analisados com métodos estatísticos através do Programa Excel. Após todos os dados terem sido tabulados, foram importados para um software de análise, que utiliza a técnica de tabulação cruzada. Para as questões cujo objetivo era identificar as cinco afirmações mais importantes utilizou-se o método de distribuição de frequência com que as questões eram listadas. Utilizou-se, ainda, o método da análise do nível de significância (ANOVA), analisando as questões aonde os resultados amostrais conduziam a rejeição de uma hipótese nula que era de fato verdadeira. Nesse caso todas as afirmações cujo grau de significância ficou inferior a 0,05 foram analisadas.

A técnica usada para o tratamento qualitativo foi de observação e o conhecimento que os autores têm com relação aos cursos no mercado de trabalho, visto que em muitas das profissões a colocação no mercado só é possível após a formação, para isso utilizou-se as respostas obtidas com a aplicação do questionário.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste tópico apresentam-se os resultados a partir da análise dos dados obtidos com a aplicação do questionário.

4.1 PERFIL DOS PESQUISADOS

Com os dados obtidos através da aplicação dos 293 questionários dentre os alunos da Unijuí, 51,2% são do sexo masculino e 48,8 do sexo feminino, a média de idade dos respondentes é de 23 anos, onde sua maioria são solteiros com renda média entre R$881,00 a R$ 4.000,00, 45,9% residem no município de Santa Rosa. Questionados sobre a formação do ensino médio 71,8% indicaram ter cursado em escola pública, 15% em escola particular e 12,2% apontaram ter cursado parte em escola da rede pública e parte na rede particular, outros 1% não respondeu. Além disso, 61% dos respondentes não possuem bolsa de estudos e outros 17,2% indicaram possuir PROUNI e 15,2% possuem FIES.

4.2 ANÁLISES DOS DADOS DE FREQUÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Considerando que os acadêmicos analisados precisaram indicar as cinco afirmações que consideravam mais importantes durante a formação, apresenta-se a seguir as cinco mais listadas, seguido de uma análise do nível de concordância necessário para verificar se está condizente com a escala de importância apontada pelos respondentes. A afirmação referente à importância de fazer um curso superior ficou em primeiro lugar, e seu nível de concordância ficou com uma média de 97,3%, entende-se então que dificilmente quem está cursando ensino superior não considere importante.

Em segundo lugar foi apontada a afirmação “a busca da realização pessoal a partir da escolha do curso” cujo nível de concordância ficou com 81,9%, ou seja, a maioria dos universitários pesquisados optou por um curso que trouxesse a realização pessoal. Já a afirmação que, remete a importância de seguir estudando para melhor atender o mercado de trabalho, obteve a terceira colocação ao mesmo tempo em que sua média de concordância foi de 95,2%, o que caracteriza que as pessoas que estão buscando uma formação, fazem isso com o intuito de estar preparados adequadamente para exercer a profissão escolhida. Entende-se ainda que, devido ao atual cenário que o país se encontra, ter uma boa qualificação profissional é um grande diferencial para se obter boa colocação no mercado de trabalho.

Em quarto lugar a afirmação que diz respeito à felicidade dos respondentes em relação à profissão que escolheram, obteve um nível de concordância de 87,7% dos respondentes, ou seja, buscar a realização própria, a satisfação será quase que inevitável. Devido à alta complexidade das dinâmicas de mercado, o trabalho em equipe vem sendo introduzido como uma importante ferramenta nas organizações que buscam sucesso em suas ações, sendo assim, a afirmação “Possuo capacidade de trabalhar em equipe” ficou em quinto lugar na escala de importância e 87,8% dos pesquisados concordam que a possuem.

Tais dados são apresentados de forma simplificada na figura 1.

Figura 1 – Nível de discordância, Neutralidade e Concordância, com relação ao período de formação

AFIRMAÇÃO	ND	N	NC
Considero importante fazer um curso superior	1,4	1,4	97,3
Procurei a minha realização pessoal com a escolha do curso	8,5	9,5	81,9
Considero importante seguir estudando par melhor atender o mercado de trabalho	0,3	4,4	95,2
Estou feliz com a profissão que escolhi seguir	2,4	9,9	87,7
Possuo capacidade de trabalhar em equipe	3,1	9,2	87,8
Legenda: ND -> Nível de Discordância N-> Neutralidade NC -> Nível de Concordância			

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

A partir das afirmações que levavam em conta as perspectivas do pós-formação, era necessário que assim como nas perspectivas do período de formação os acadêmicos também indicassem as cinco afirmações consideradas por eles mais importantes a se ter após a conclusão do ensino superior, sendo assim após analisadas as frequências com que as afirmações apareciam e após se o nível de concordância estava condizente com a importância que as afirmações apresentaram. Esses dados de concordância podem ser verificados na figura 2.

De modo geral, pode-se dizer que as cinco afirmações mais listadas apresentam um nível de concordância maior do que os demais níveis (discordância e neutralidade). Assim, 86,45% dos respondentes concordam que após concluir o ensino superior pretendem dar continuidade no mundo acadêmico, tal afirmação, foi apontada como a mais importante, isso mais uma vez, demonstra a preocupação dos mesmos em estarem bem preparados para o futuro profissional. Tem-se em segundo lugar a afirmação que diz respeito ao objetivo de tornar-se referência na área de formação, 89,8% dos respondentes concordaram com essa afirmação.

Figura 2 – Nível de discordância, Neutralidade e Concordância com relação aos pós formação

AFIRMAÇÃO	ND	N	NC
Após concluir o ensino superior pretendo dar continuidade no mundo acâdemico, fazendo alguma especialização.	4,4	9,2	86,4
Quero ser referencia profissional na área de formação	1,7	8,5	89,8
Pretendo buscar ideias inovadoras que impactam em melhorias significativas para as empresas	2,7	9,5	87,8
Assim que concluir o ensino superior vou buscar uma boa colocação na minha area de formação	2	5,1	92,8
Pretendo ter comprometimento profissional e também compromisso social/ambiental na minha atuação	0,7	5,1	94,2
Legenda: ND -> Nivel de Discordância N-> Neutralidade NC -> Nivel de Concordância			

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

O desejo de buscar ideias inovadoras que impactam em melhorias significativas para as empresas, torna-se visível uma vez que esta afirmação ficou em terceiro lugar e 87,8% dos respondentes concordam com essa afirmação, pode-se dizer que os futuros profissionais estão preocupados em realmente fazer a diferença, auxiliando as empresas no seu desenvolvimento. Quando se conclui o ensino superior o que se espera é conseguir uma boa colocação na área de formação, desta forma está afirmação obteve a quarta colocação na escala de importância, não diferente disso, o nível de concordância foi de 92,8%. Entende-se ainda que estar comprometido com o meio em que está inserido é fundamental para a obtenção de bons resultados, deste modo a afirmação que diz respeito ao compromisso profissional, social e ambiental ficou em quinto lugar, e 92,8% dos acadêmicos pesquisados pretendem ter tal comprometimento após a sua formação.

4.3 ANÁLISE DOS DADOS DA ANOVA

Utilizou-se ainda o método da análise ANOVA, com questões aonde os resultados amostrais conduziam a rejeição de uma hipótese nula que era de fato verdadeira. Nesse caso todas as afirmações cujo grau de significância ficou inferior a 0,05 foram analisadas. Conforme apresentado na figura 3.

Sendo assim a afirmação, referente ao ingresso no ensino superior ter sido influenciado por terceiros teve um grau de significância em que o mínimo e máximo ficou entre os cursos de Direito e Gestão de Cooperativas.

Neste sentido, entende-se que o motivo, do nível de influência no curso de Gestão de Cooperativas se deve ao fato de que a maioria destes, já trabalha em uma cooperativa e a mesma disponibiliza bolsas e auxílios para os colaboradores ingressar no curso. Ou para obter crescimento dentro de sua organização. Analisando esses mesmos dados com foco nos alunos do Curso de Direito, entende-se

que estes não sofrem muita influência por partes de terceiros na decisão da escolha do curso, já que esta é uma decisão geralmente tomada pelo próprio aluno, por aptidão ou identificação com a área.

Essa mesma explicação pode ser utilizada na afirmação, “Busquei a formação para aprofundar conhecimentos na área de atuação” ,uma vez que os cursos de Direito e Gestão de Cooperativas ficaram com os menores e maiores índices respectivamente.

Figura 3- ANOVA

Questão	Curso									Significância	Tukey
	Administração	Direito	Ciência da Computação	Educação Física	Pedagogia	Eng. Elétrica	Eng. Civil	Gestão de Cooperativas	Psicologia		
2	3,20	2,18	3,05	2,60	3,11	2,86	2,59	3,22	2,38	0,042	2 e 8
4	3,39	2,08	2,81	2,60	3,00	2,64	2,55	4,44	1,94	0,000	9 e 8
5	3,47	2,28	3,60	3,72	4,00	3,00	2,78	4,89	2,81	0,000	2 e 8
7	3,78	4,48	4,14	4,48	4,79	4,57	4,24	3,89	4,63	0,006	1 e 5
9	4,02	4,35	4,10	4,72	4,84	4,79	4,53	4,67	4,81	0,000	1 a 5
12	3,53	3,85	4,00	3,92	4,47	4,14	4,01	3,67	3,13	0,005	9 e 5
13	3,25	3,30	3,10	2,64	3,47	3,64	3,54	3,78	2,44	0,014	9 e 8
14	3,90	3,55	3,48	4,44	4,37	4,00	3,45	4,33	3,31	0,000	9 e 4
16	3,98	4,25	3,67	3,68	4,74	4,43	4,03	4,67	4,13	0,000	3 e 5
17	4,16	4,20	4,05	3,44	5,00	4,50	4,20	4,56	4,19	0,000	4 e 5
19	4,45	4,30	3,86	4,68	4,63	4,00	4,43	5,00	4,13	0,020	3 e 8
21	3,65	3,45	3,52	4,20	4,05	3,86	3,52	4,00	3,44	0,023	9 e 4
23	3,96	4,15	3,52	4,32	4,37	4,43	3,91	4,67	4,19	0,020	3 e 8
24	3,61	2,65	3,24	4,40	4,11	3,71	2,87	4,33	3,13	0,000	2 e 4
25	3,47	2,58	3,29	4,24	4,16	3,64	2,82	3,44	3,31	0,000	2 e 4
26	4,25	4,08	4,29	4,68	4,84	4,21	4,26	4,89	4,75	0,010	2 e 8
30	4,37	4,25	4,10	4,84	4,50	4,64	4,33	4,89	4,69	0,010	3 e 8
31	4,20	4,08	4,24	4,68	4,63	4,50	4,27	4,78	4,56	0,009	2 e 8
32	4,18	4,33	4,10	4,52	4,68	4,36	4,47	4,89	4,69	0,010	3 e 8
33	4,37	4,40	4,05	4,60	4,84	4,21	4,43	5,00	4,75	0,046	3 e 8
39	3,92	3,98	3,81	4,60	5,00	4,29	3,96	4,67	4,13	0,000	3 e 5
40	3,45	3,30	2,62	3,16	3,84	3,29	2,95	4,44	3,50	0,007	3 e 8
41	3,49	3,73	4,24	3,80	3,53	4,07	4,02	2,78	3,06	0,006	8 e 3
42	3,73	3,45	3,19	4,08	2,53	3,79	3,89	2,22	3,75	0,000	8 e 4

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Já com relação à “busca da formação superior para ser promovido no trabalho”, a significância mínima e máxima ficou entre os cursos de Psicologia e Gestão de Cooperativas respectivamente. Isso se deve ao fato de que os acadêmicos de Gestão de Cooperativas em sua maioria já se encontrar no mercado pretendido, podendo influenciar para uma promoção no trabalho. Por outro lado, os acadêmicos de Psicologia, cujo índice de significância é o menor, não podem exercer sua profissão de forma efetiva sem terem concluído sua formação superior, a maioria busca o curso unicamente por vontade de exercer a profissão.

Dentre esta análise encontram-se ainda as seguintes afirmações: “a escolha do curso está ligada a realização pessoal” e “estou feliz com a profissão que escolhi seguir” respectivamente, a significância maior ficou com o curso de pedagogia que se deve ao fato de ser uma profissão que leva muito em conta a parte vocacional dos acadêmicos, já o menor índice, foi encontrado no curso de Administração,

entende-se que por ser uma profissão que abrange diversas áreas, muitos acadêmicos não sabendo qual profissão seguir, optam por este curso, que mesmo não sendo seu curso preferido, é o que dará maiores possibilidades de ingresso imediato no mercado de trabalho.

Com relação à afirmação "já tinham ideia de como seria o mercado de trabalho para a profissão escolhida", os níveis mínimos e máximos ficaram entre o curso de Psicologia e Pedagogia, nesta ordem, pode-se dizer que para se tornar um psicólogo é preciso, primeiramente, formar-se na área, para mais tarde poder atuar, deste modo, conhecendo realmente a área depois de vivenciá-la na prática. Já o curso de Pedagogia é possível ver a prática da atuação no dia a dia nas escolas, sabendo bem o que esperar da profissão. Com relação ao conhecimento adquirido durante o ensino superior ser suficiente para uma boa colocação profissional e ao preparo para atuar na área de formação os acadêmicos de Psicologia apresentaram o menor índice, ou seja, sentem-se despreparados e acreditam que o conhecimento que vem adquirindo durante sua formação não será suficiente para uma boa colocação, porém isso não significa que a formação que estão recebendo seja inadequada e sim que por ser uma profissão muito vivencial, trabalhando diretamente com as pessoas e suas emoções, o preparo e a técnica só vêm após exercerem efetivamente a função, além disso, para uma boa colocação no mercado será necessário possuir boas experiências. Ainda com relação a tal afirmação o Curso de Educação Física, apresentou o índice mais elevado, ou seja, dizem estar bem preparados para atuar na área de formação, isto por ser uma área bastante técnica e o período de formação permitir atividades práticas durante a realização do curso.

Os acadêmicos de Educação Física ainda se mostraram pouco satisfeitos com relação à instituição de ensino que escolheram para aprofundar seus conhecimentos, isso se deve principalmente ao fato de a instituição não possuir a estrutura necessária para a realização de atividades práticas tendo que se deslocar para outros locais. Enquanto que o curso de Pedagogia mostrou um índice maior de satisfação com a instituição. Para afirmação "Acredito que estou sendo bem preparado para o futuro profissional", o menor índice ficou com o curso de Ciência da Computação, que acreditam não estarem sendo bem preparados, já os acadêmicos de Pedagogia, se mostraram satisfeitos com o preparo que veem recebendo para seu futuro profissional.

Com relação à afirmação "Possuo capacidade de trabalhar em equipe" pôde-se analisar os perfis de cada estilo de curso. Como menor índice foi o curso de Ciência da Computação, o que se justifica pelas suas características de trabalho. Já para o curso de Gestão de Cooperativas, que atingiu o maior índice, pode-se analisar que o próprio nome do curso já diz bastante sobre o perfil destes profissionais,

cooperativa é justamente a união de várias pessoas para alcançar objetivos em comum. Quando o assunto é ter metas bem estabelecidas para o crescimento pessoal e profissional após concluir a formação superior, o curso que obteve o menor índice foi o de Direito, deve-se pelo fato, de ser uma profissão que exige outras especializações após a conclusão do ensino superior, pois se o aluno pretende tornar-se advogado, este necessita passar na prova da OAB.

Diferentemente do curso de Educação Física, que as metas já foram pré-definidas, antes mesmo de iniciar a graduação, pois neste aspecto o estudante que escolhe este curso, já tem definido onde e como atuar. “Apresento elevado conhecimento específico na área em que pretendo atuar”, novamente o menor índice foi encontrado para o curso de Direito e o maior com o curso de Educação Física. Entende-se que o Curso de Direito abrange muitas áreas e que sofre constantes alterações de leis, sendo assim boa parte do conhecimento específico será adquirido somente na prática. Já o curso de Educação Física, apesar de possuir várias atividades complexas, não sofre com alterações constantes, porém isso não significa que o aperfeiçoamento e busca de novos conhecimentos seja desnecessário.

Tenho apresentação pessoal condizente com o meio em que quero atuar (vestuário, cuidados com higiene, aparência profissional) obteve diferença de índices entre os cursos de Direito com o menor índice e o de Gestão de Cooperativas com o maior. Pode-se dizer que tal resultado explica-se pelo fato dos acadêmicos de Direito, na sua maioria, não estarem exercendo sua profissão, lembrando que estes só poderão atuar diretamente, após a formação, sendo assim não veem a necessidade de terem tal preocupação. Já os acadêmicos do Curso de Gestão de Cooperativas declararam que possuem apresentação pessoal condizente com o meio em que atuam, pois muitos já atuam na respectiva área e estas têm por normas o uso de uniformes ou trajes adequados à área de atuação, além de terem uma boa aparência e cuidados com sua apresentação.

Levando em conta ainda a apresentação pessoal mencionada anteriormente tem-se a afirmação que diz respeito à preocupação dos acadêmicos com a imagem pessoal que transmitem para as pessoas, mais uma vez, o curso de gestão de cooperativas apresentou um índice maior. Em contrapartida, o curso de Ciência da Computação, por não estar inserido em um ambiente que necessite ter uma boa imagem pessoal devido a não ter relação direta com clientes finais e sua preocupação precisa estar voltada a qualidade do seu serviço não estão preocupados com a imagem pessoal que transmitem.

Os acadêmicos de Direito mais uma vez acreditam não possuir uma boa imagem no meio social e profissional, entende-se que isso possa estar ligado mais uma vez ao fato de muitos ainda não estarem

atuando na área, ainda não sendo uma preocupação de imediato. Já os acadêmicos de Gestão de Cooperativas, mais uma vez, por já estarem atuando na área, em sua maioria, precisam ter uma boa imagem e bom relacionamento com clientes. “Tenho entusiasmo e otimismo constantes na execução do trabalho, procurando apresentar resultados”, obteve-se o menor índice no Curso de Ciências da Computação, o qual demonstra, de certo modo, uma infelicidade dos acadêmicos com o curso que escolheram. Justifica-se ainda que as atividades relacionadas a esta profissão apresentem alto grau de complexidade, o que por vezes, a torna muito maçante.

Por outro lado, o Curso de Gestão de cooperativas com destaque mais uma vez, obtendo o maior índice de concordância com a hipótese apresentada. Já com relação às afirmações voltadas ao período de pós-formação também foram necessárias análises em algumas afirmações. Como se sabe, nem sempre a formação superior é suficiente para ter uma boa colocação profissional e atender de forma satisfatória o mercado atual, tendo em vista isso os acadêmicos foram questionados se pretendiam após a conclusão do ensino superior dar continuidade no mundo acadêmico, fazendo alguma especialização. Os acadêmicos de Ciências da Computação não concordaram com essa afirmação apresentando assim o menor índice, ou seja, fazer especializações não está nos planos da maioria, no momento.

De outro modo, esta afirmação foi indicada com maior intensidade pelos acadêmicos de pedagogia que pretendem seguir seus estudos fazendo especializações e abrangendo assim maiores campos de atuação na sua área. Devido às atividades do curso de Ciência da Computação ser muito complexas, imagina-se que a transferência de conhecimento torna-se quase inviável para um recém-formado. Já com relação ao curso de Psicologia, o principal objetivo do curso é justamente a transferência do conhecimento adquirido. Sendo assim, ficam claros os índices apresentados na afirmação, que se refere à transferência dos conhecimentos adquiridos na área para outras pessoas após a formação, ter sido bastante elevada para o Curso de pedagogia e baixa para o de Ciências da Computação. Fazendo uma análise geral do mercado atual na região, entende-se que para os acadêmicos de Ciência da Computação, as melhores oportunidades de trabalho nesta área estão localizadas em grandes centros. Já para os acadêmicos do curso de Gestão de Cooperativas, tem-se um amplo mercado de atuação na região, tendo em vista que as cooperativas estão fortemente inseridas nos pequenos municípios. O que justifica os acadêmicos de Ciências da Computação em sua maioria terem discordado da afirmação “Pretendo continuar na região depois de me formar” e os acadêmicos de Gestão de cooperativas terem apresentado alto nível de concordância. A mesma situação pode ser

analisada na afirmação que se refere à possibilidade de buscar novas oportunidades em outras regiões, porém de forma oposta uma vez que o menor índice ficou para o curso de gestão de cooperativas e o maior para ciências da Computação.

Quando questionados se com a formação superior buscam estabilidade financeira, ou para muitos, o enriquecimento, os índices de maiores discrepâncias estão com os cursos de Gestão de Cooperativas, que discordam e Educação Física, que concordam. Isso se justifica devido ao Curso de Cooperativas já iniciar a graduação com perspectivas de crescimento dentro do estabelecimento onde atua, e não com o intuito de abrir um negócio próprio. Já, o curso de Educação física, na grande maioria dos estudantes, almeja ter seu próprio estabelecimento, focando em aumentar o seu rendimento.

Tal análise tornou-se importante tendo em vista que todas as hipóteses eram validas, porém não se aplicavam a determinados cursos cujos objetivos eram opostos a algumas afirmações apresentadas. Deste modo, um olhar mais direcionado para cada uma das questões cujo grau de significância apresentou-se inferior a 0,05 fez entender as particularidades apresentadas pelos cursos analisados nestas afirmações.

5. CONCLUSÃO

Levando em consideração as análises realizadas no estudo sobre as expectativas após formação do ensino superior dos acadêmicos da Unijui Campus Santa Rosa, e tendo em vista o objetivo principal do estudo que era observar a realidade educacional vivenciada pelos alunos ao se depararem com a formação superior, podendo identificar o que mais é buscado pelos acadêmicos ao adentrar uma Universidade e o que estes esperam ao finalizá-la, entende-se que tal objetivo foi cumprido uma vez que a partir dos resultados algumas afirmações obtiveram um maior destaque.

A partir da análise pode se dizer que as informações obtidas são satisfatórias e validas uma vez que a partir delas pode-se pensar em aplicar melhorias nas graduações e práticas que possam nortear de maneira mais especifica o estudante sobre qual caminho percorrer, para que este conclua a graduação e esteja ainda mais preparado para o mercado de trabalho.

De modo geral, muitas são as expectativas quando o assunto é ingressar na universidade, às vezes esse ingresso se dá por influência de terceiros, outras vezes por vontade própria. Já com relação à escolha do curso muitas vezes não é por realização pessoal. Em contrapartida, a expectativa com a formação superior desencadeia diversas indagações do que fazer após a conclusão do curso, como buscar especialização, colocação na área de formação, estabilidade financeira ou até mesmo a

abertura de um negócio próprio. Entende-se ainda que os acadêmicos têm pleno conhecimento da importância do ensino superior para atender o mercado de trabalho, sabendo ainda que em muitos casos a mesma não será suficiente para se obter os objetivos almejados, compreendem a importância e objetivam buscar especializações após a conclusão da graduação.

Acreditam ainda que uma boa capacidade de comunicação os auxiliará numa boa colocação em sua respectiva área de atuação. Através da pesquisa realizada podem-se perceber diversas divergências entre os diversos cursos disponibilizados pela Unijuí uma vez que os focos nem sempre poderão ser os mesmos devido às diversidades de cursos ofertados.

Observou-se ainda que o os alunos do curso de Gestão de Cooperativas tiveram um grande destaque em diversas questões, o que se explica pelo fato de que em sua maioria estes já atuam na área de formação e deste modo conhecem exatamente o que a formação lhes irá proporcionar.

Esse estudo instigará ainda os estudantes a se questionarem sobre seus reais interesses após a formação e traçarem metas e objetivos para alcançar tais interesses bem como a pensarem profundamente no que já fazem atualmente para a obtenção desse sucesso que todos almejam, visto que a preocupação com o pós-formação deverá vir já durante o período de graduação não somente após a conclusão, pois tudo se constrói e é possível o período de formação diz muito a respeito do profissional, um exemplo disso é o comprometimento apresentado em aula que poderá ocasionar numa boa indicação para empresas por parte da universidade.

Por fim pode ser dizer que a realização do estudo, causou uma enorme satisfação e aprendizado para os autores do artigo, tendo em vista o grande acumulo de conhecimento e aprendizado que este gerou. Destaca-se ainda a possibilidade de realizar diversos cruzamentos de dados, gerando analises ainda não estudadas permitindo compreender ainda melhor a expectativa do acadêmico após a formação superior e aprimorando ainda mais o estudo.

Pesquisas desta natureza trazem diversas contribuições para as Universidades devido ao melhoramento nos cursos ofertados e também aos alunos no geral para melhor escolha do curso pretendido deste modo, este estudo visa também a auxiliar à instituição na sua atuação perante os alunos compreendendo de maneira clara o que estes veem buscando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOCK, S. D. (2008). A escolha profissional de sujeito de baixa renda recém-egresso do ensino médio.

CARVALHO, M.M.M.J. Orientação Profissional em Grupo: Teoria e Técnica. São Paulo: Editorial Psy, 1995.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração geral e pública. Rio de Janeiro: Campus, 2006

GUIMARÃES, A. Q., & Almeida, M. E. (2012). Jovens e o mercado de trabalho.

KASSOY, Gisela. Planejamento de carreira: Definindo hoje um futuro profissional de sucesso. São Paulo, SP: BTC/SUMA Econômica, 1992.

MERCURE, Daniel. Les temporalités sociales. Paris: Éditions L'Harmattan, 1995.

MELLO, Fernando Achilles. O desafio da escolha profissional. Campinas, SP: Editora Papirus, 2002.

POCHMANN, M. (2007). Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil. WEILL, Pierre. Sua Vida, Seu Futuro: escolha entre 600 profissões. 3.ed. Petrópolis, RJ, Brasil. 1966.

Capítulo 9

10.37423/220706310

COMPORTAMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL DOS MUNICÍPIOS COM MAIOR PIB DA REGIÃO NORTE MATO-GROSSENSE: UMA ANÁLISE SEGUNDO A LRF

Amanda Scaravonatti Moraes — *Universidade do Estado de Mato Grosso*

Maysa Oliveira de Melo Antonio — *Universidade do Estado de Mato Grosso*

Resumo: Este estudo teve como objetivo analisar o comportamento das Despesas com Pessoal dos municípios que detém maior PIB da região Norte Mato-grossense, utilizando como parâmetro os limites estabelecidos pela LRF. Utilizando a pesquisa do tipo qualitativa, a amostra foi composta pelos municípios de Sorriso, Sinop, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum no período de 2015 a 2017. Observou-se com o estudo realizado que, tanto a Receita Corrente Líquida, Despesa com Pessoal e a população apresentaram crescimento a cada ano da pesquisa. Entre a amostra analisada, referente aos limites propostos pela LRF, pode-se perceber que o município de Sinop demonstrou um resultado desfavorável em relação aos outros, seguido por Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum. Observou-se, contudo, que apesar de alguns municípios ultrapassarem o limite prudencial no período analisado, nenhum deles chegou a atingir o limite máximo, demonstrando preocupação por parte dos gestores públicos em cumprir as exigências da LRF. Assim, este estudo contribui para que a sociedade, bem como para que os gestores públicos se atentem quanto às possíveis implicações em casos onde ocorre o excedente nos limites previstos na LRF, e adotem medidas que previnam tais atos.

Palavras-chave: Lei de Responsabilidade Fiscal; Despesa com Pessoal; Mato Grosso.

1 INTRODUÇÃO

Com a promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988, mudanças político-administrativas relacionadas à autonomia dos municípios puderam ser percebidas, tornando-os com isso, entes federados e autônomos (ARAÚJO; SANTOS FILHO; GOMES, 2015). Porém, tal medida culminou em uma descentralização financeira, resultando em menor eficácia das políticas econômicas e a eficiência das metas e compromissos adotados, gerando alto custo para estados e municípios, (ARAÚJO; SANTOS FILHO; GOMES, 2015).

Macedo e Corbari (2010) apontam que, com o desequilíbrio nas contas públicas, surgiu a necessidade de ampliar o controle para reestabelecer a situação fiscal dos entes públicos. Nesse contexto, foi criada a Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) com a finalidade de regular as contas públicas. A implantação da referida lei ocasionou maior impacto sobre as finanças dos municípios do Brasil, que foram obrigados a buscar maneiras de se adequarem aos limites impostos pela mesma (ARAÚJO; (ARAÚJO; SANTOS FILHO; GOMES, 2015).

A LRF determina que, para avaliar se algumas das atividades realizadas pelos gestores públicos são compatíveis com a lei, é preciso que seja estimada a razão entre a Despesa com Pessoal e a Receita Corrente Líquida (RCL), tendo estas, seus limites preestabelecidos (DALMONECH; TEIXEIRA; SANT'ANNA, 2011). Assim, tais limites estão separados por entes da Federação, sendo: União 50%; Estados 60%; Municípios 60% (BRASIL, 2000).

Considerando o objetivo da União de limitar os gastos públicos, questiona-se: qual o comportamento das Despesas com Pessoal dos municípios com maior PIB da região Norte Mato-grossense frente aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal no período de 2015 a 2017?

Visando responder tal questão, este estudo tem como objetivo geral, analisar o comportamento das Despesas com Pessoal dos municípios que detém maior PIB da região Norte Mato-grossense, utilizando como parâmetro os limites estabelecidos pela LRF. Para alcance do objetivo geral, foram definidos os objetivos específicos: apresentar os dados referentes à Despesa com Pessoal e RCL dos municípios com maior PIB da região Norte Mato-grossense; verificar a relação da RCL e Despesa com Pessoal com a população de cada município; realizar uma análise comparativa dos percentuais alcançados das Despesas com Pessoal em relação à RCL dos municípios com maior PIB da região Norte Mato-grossense.

Considerando que a LRF foi criada com o intuito de disciplinar as contas públicas brasileiras para conter o alto nível de endividamento (MACEDO; CORBARI, 2010), justifica-se este estudo ao analisar dados ligados à destinação do dinheiro público em uma região de alta representatividade econômica do estado do Mato Grosso (FARIA, 2014). Logo, este estudo contribui para que a sociedade, bem como para que os gestores públicos se atentem quanto às possíveis implicações em casos onde ocorre o excedente nos limites previstos na LRF, e assim, adotem medidas que previnam tais atos.

Este trabalho está dividido em cinco capítulos, sendo neste, apresentada a introdução, no segundo capítulo é exposto o referencial teórico que aborda definições e aspectos relacionados à LRF, o terceiro capítulo apresenta a metodologia utilizada, o quarto capítulo revela os resultados encontrados na pesquisa e o quinto e último capítulo demonstra as conclusões, sugestões e limitações do trabalho.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, são apresentados, de acordo com a pesquisa realizada em artigos científicos e à legislação, os seguintes assuntos: A Lei de Responsabilidade Fiscal; Impactos da Implantação da LRF; Receita Corrente Líquida; Despesa com Pessoal.

2.1 A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

No Brasil, a necessidade de controle das finanças públicas, tanto da União quanto dos estados e municípios, é um problema antigo, sendo que este se agravou desde a descentralização política que ocorreu em 1988 (MENEZES, 2006). Tal episódio fez com que aumentasse a disputa dos órgãos governamentais pela participação na receita tributária, tornando fácil a criação de micro municípios (MENEZES, 2006).

Devido a essas transformações, os governos municipais passaram a ter mais autonomia, assumindo assim, papel de grande importância na prestação de serviços da sociedade local, bem como os serviços sociais de âmbito regional, no caso daqueles de maior porte demográfico (BREMAEKER, 2002). Porém, apesar da importância dos serviços prestados à sociedade, com a autonomia recebida pelos municípios surgiram também práticas inadequadas por parte de gestores públicos, ocasionando aumento na dívida pública brasileira (ARAÚJO; SANTOS FILHO; GOMES, 2015).

Entre algumas das ações que influenciaram para a crise de endividamento no Brasil, é possível apontar: “inscrição de restos a pagar sem o correspondente recurso financeiro; antecipação de receitas orçamentárias e obtenção de garantias; renuncias de receitas e criação de despesas de duração

continuada" (MACEDO; CORBARI, 2010, p. 45). Macedo e Corbari (2010), relatam ainda que, nem mesmo a implantação de diversos métodos foi suficiente para conter o aumento do endividamento público no Brasil durante os anos 90.

Com a intenção de fiscalizar o crescimento da dívida pública nos estados e municípios brasileiros, foram criadas e implementadas diversas legislações, porém, parte delas falhou ao sugerir a reestruturação e ajustes fiscais sem a exclusão das fontes do desequilíbrio financeiro da administração pública (LOPES et al., 2018). Assim, surge a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), refletindo a união de diversas normas relacionadas às finanças públicas direcionadas para a responsabilidade na gestão fiscal (MEDEIROS et al., 2017).

Para Menezes (2006), antes da existência da LRF, a legislação que havia não era suficiente para punir de forma rígida os casos de indisciplina fiscal em níveis inferiores de governo. Assim, acabava por permitir a manifestação de condutas oportunistas por parte de diversos governantes (MENEZES, 2006).

A LRF, segundo Medeiros et al. (2017), se baseia em quatro pilares, sendo: planejamento, transparência, controle e responsabilidade no uso de recursos públicos. Cruz e Afonso (2018), esclarecem que no Brasil, a LRF define que a ação planejada e transparente, bem como a utilização de mecanismos eficientes de controle são exigências necessárias para atingir o equilíbrio das contas públicas.

A Lei nº 101/2000, estabelece os limites para gasto com pessoal em relação às receitas, propõe medidas para a correção de desvios; coloca limites: à atuação dos governantes em anos eleitorais, aos endividamentos determinados pelo Senado; proíbe a criação de despesas permanentes ou a redução de receita sem uma fonte adequada de financiamento; estabelece critérios para classificar as dívidas, entre outros aspectos relacionados às finanças públicas (JUNIOR; MENEZES, 2005).

Pode-se observar que desde a Lei 4.320/1964 - a qual estabelece normas gerais de direito financeiro para estruturação e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, já havia a obrigação por parte dos órgãos públicos de apresentar os anexos contidos na mesma, isso, com a intenção de evidenciar os resultados orçamentários, financeiros e patrimoniais ao final do exercício. Porém, a partir implantação da LRF, foram inseridos ainda os Anexos de Metas Fiscais, Riscos Fiscais bem como o Relatório de Gestão Fiscal, para demonstrar como está a condução das contas públicas (SANTOS; ALVES, 2011).

Para Santos e Alves (2011), a criação da LRF tinha como objetivo, aplicar medidas com o intuito de melhorar e expandir o controle, bem como a transparência na gestão pública. Entre tais medidas, pode-se observar: a obrigação de publicar-se os relatórios de gestão periodicamente; fiscalização dos índices orçamentários para controlar o aumento na arrecadação e a despesa pública, fazendo então com que os gestores de cada ente atuassem com maior responsabilidade sobre as finanças públicas (SANTOS; ALVES, 2011).

A própria LRF define em seu Art. 1º a responsabilidade na gestão fiscal:

> § 1o A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar (BRASIL, 2000).

Baseada em experiências internacionais, a lei brasileira reúne algumas normas advindas de países como Nova Zelândia, Estados Unidos, entre outros, as quais foram aplicadas com a intenção de corrigir problemas similares aos que o Brasil possuía (NASCIMENTO, 2014). No Quadro 1 são demonstradas algumas das experiências internacionais relacionadas à LRF:

Quadro 1 - Experiências internacionais relacionadas à LRF

Experiências internacionais	Principais características
Fundo Monetário Internacial – *Fiscal Transparency*	Transparência das contas públicas, apresentando à população tais contas de forma simples e de fácil entendimento.
Comunidade Econômica Européia – Tratado de *Maastricht*	Estabelecimento de metas para seus países-membros, principalmente visando o equilíbrio entre a dívida e o Produto Interno Bruto.
Nova Zelândia – *Fiscal Responsibility Act*	Imposição de limites nos gastos públicos com a intenção de ajustar as finanças, buscando a transparência.
EUA – *Budget Enforcement Act*	Impôs ao Governo Federal limites para empenhos de despesas e buscou criar medidas de compensação.

Fonte: Adaptado de Nascimento (2014).

Kerches e Peres (2010) indicam que a LRF trouxe grandes impactos de natureza política, institucional, fiscal e de gestão às entidades públicas. Assim, para Mantega (2010), a LRF representou um marco na história do Brasil, sendo um passo importante para levá-lo ao seu equilíbrio financeiro.

2.2 IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DA LRF

Estudos realizados com a finalidade de verificar os impactos da implementação da LRF, sugerem uma melhora significativa nas contas públicas municipais, como é o caso de Bremaeker (2002) e Figueiró et al. (2002).

Bremaeker (2002) analisou em nível nacional que, durante o período de 1997 a 2000, identificou-se que em 1998, aproximadamente 55,5% dos municípios apresentavam déficits fiscais. Já os resultados encontrados para o ano de 2000, quando a LRF já havia entrado em vigor, demonstram que 41,5% dos municípios ainda se encontravam em situação de déficit fiscal. Com isso, Bremaeker (2002), analisa que a quantidade de municípios que apresentam déficit fiscal vem sendo reduzida significativamente após a implantação da LRF.

Já Figueiró et al. (2002), em estudo realizado no Brasil, demonstraram que em 2001, após a instituição da LRF, houveram diversos impactos financeiros em 91% dos municípios brasileiros, onde observa-se:

a) geração de poupança corrente;

b) ocorrência de maior dependência das transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios e também do ICMS em relação ao total da receita orçamentária;

c) estagnação de aumento no potencial de exploração da receita tributária;

d) investimentos com cobertura financeira suficiente, porém, não foi verificado se ocorreu aumento per capita;

e) elevação da dívida fundada em apenas 1,1% da amostra estudada.

2.3 APLICAÇÃO DO GASTO PÚBLICO

A fim de desempenhar suas atividades e realizar suas obrigações, os municípios precisam obter meios financeiros, seja por meio da exploração de seu patrimônio, pelas contribuições advindas dos tributos municipais e também pela participação nas receitas do governo estadual e da União (GERIGK; CLEMENTE, 2011). Essa atividade de atendimento às necessidades públicas desenvolvidas pelos municípios é denominada por Gerigk e Clemente (2011) como Gestão e Administração Financeira, a qual consiste em obter, criar, administrar, bem como desembolsar os recursos financeiros necessários para a realização daquelas atividades.

Para que a gestão pública seja considerada eficiente e eficaz, é necessário que haja basicamente a correta aplicação das suas receitas e despesas, ou seja, uma boa administração dos recursos financeiros em todo e qualquer ente público, o que promove as melhorias necessárias na gestão pública (GERIGK; CLEMENTE, 2011). Da mesma forma, Luque e Silva (2004), se posicionam a respeito da importância da LRF, onde, com a sua aplicação de forma adequada é possível identificar que a correta execução das funções do setor público demonstram a qualidade da gestão e desse modo, a obtenção de finanças coerentemente administradas.

2.4 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Com a finalidade de entender os limites propostos pela LRF para as despesas com pessoal, é preciso estabelecer o conceito de Receita Corrente Líquida (RCL), a qual é utilizada para o cálculo dos limites da Lei. Sendo essa definida como a "soma de receitas tributárias, contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, de transferências correntes e outras receitas também correntes" (ROGERS; SENA, 2007, p. 103).

A própria Lei nº 101/2000 em seu art. 2º, inciso IV, ainda determina que, para a formação da RCL, deverão ser deduzidos, no caso dos municípios, os valores relativos a contribuição dos servidores utilizada para custear sua previdência e assistência social, bem como as receitas advindas da compensação financeira mencionada no § 9º do artigo 201 da Constituição Federal brasileira (BRASIL, 2000). Cruz (2015) afirma que, a apuração da RCL deve levar em consideração as receitas arrecadadas no mês em referência e também nos onze meses anteriores, sendo devidamente eliminadas as duplicidades.

2.5 DESPESA COM PESSOAL

Dentre algumas limitações impostas pela Lei nº 101/2000, observa-se o caso das Despesas com Pessoal. Estas, são definidas por Macedo e Corbari (2010), como a soma dos gastos com o ativo, inativo e pensionistas, gastos relativos a mandatos eletivos, bem como outras formas de emprego público as quais são mantidas pelo ente federal, estadual ou municipal. Desse modo, o Quadro 2 representa a composição do cálculo para Despesa com Pessoal:

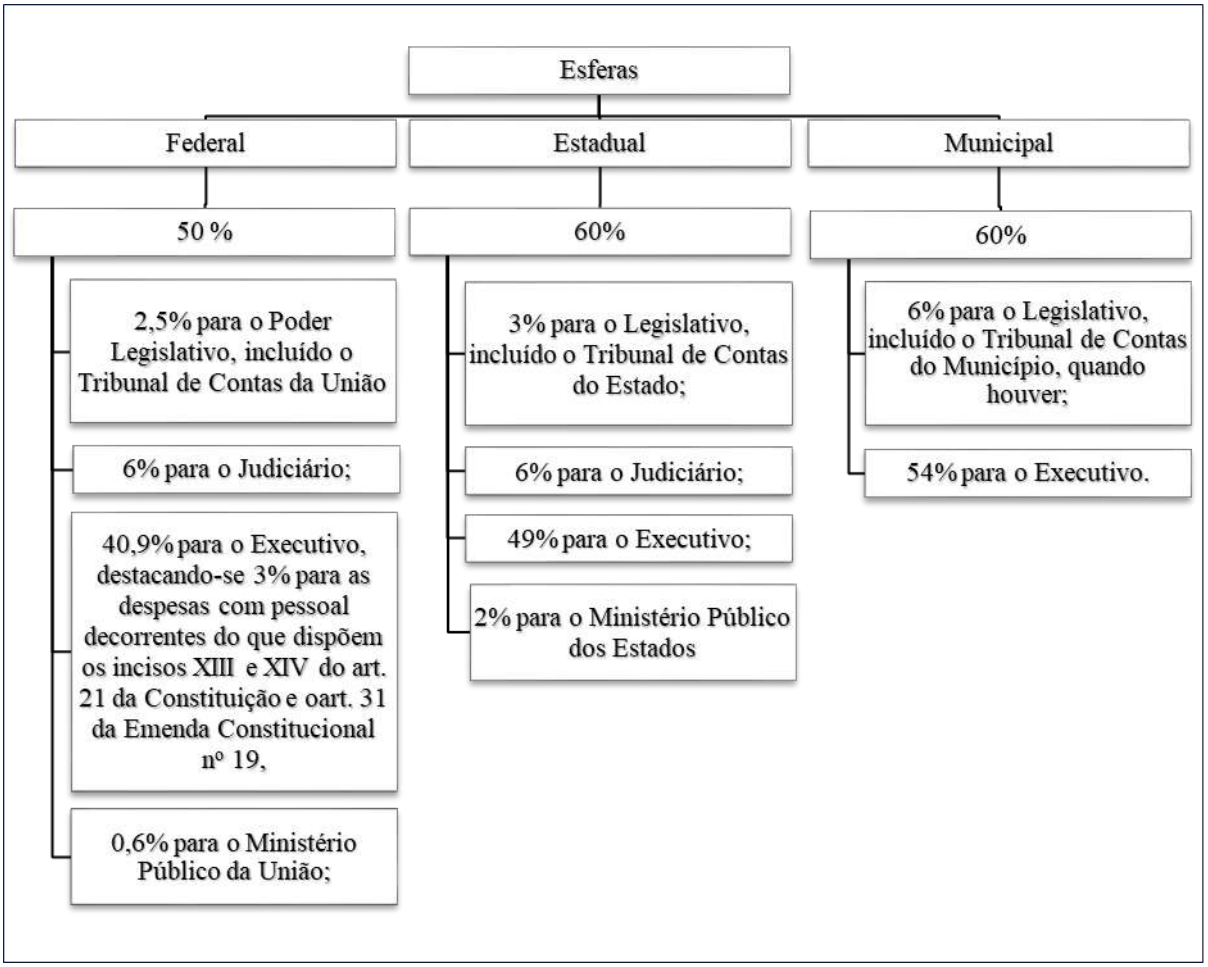
Quadro 2 - Composição do cálculo das Despesas com Pessoal

O que é incluso no cálculo
Despesas com Pessoal Ativo, Inativo e Pensionistas
Encargos Sociais e Previdenciários
AUXÍLIOS: funeral, pré-escolar, creche, natalidade
Salário-família
Sentenças Judiciais relacionadas aos últimos 12 meses
Despesas de Exercícios Anteriores dos últimos 12 meses
Terceirização de Mão de Obra – referente à substituição de servidores/ empregados
Abono de Permanência
O que não é incluso no cálculo
Despesas de Caráter INDENIZATÓRIO como:
- auxílios: alimentação, transporte e moradia
- ajuda de custo e diárias
- demissão de servidores ou empregados e também incentivos à demissão voluntária
- convocação extraordinária do Congresso Nacional
Despesas com INATIVOS custeadas com recursos:
- da arrecadação de contribuições dos segurados
- da compensação financeira entre o Regime Geral e o Regime Próprio de Previdência Social
- das demais receitas arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive alienação de bens e superávits

Fonte: Adaptado de Paludo (2018).

Dessa forma, a LRF institui os limites para gastos com a Despesa com Pessoal, dos quais não poderão ser excedidos da Receita Corrente Líquida as seguintes porcentagens: União: 50% (cinquenta por cento); Estados: 60% (sessenta por cento); Municípios: 60% (sessenta por cento) (BRASIL, 2000). Além dos limites gerais estabelecidos pela LRF para cada Esfera do governo, foram definidos ainda os percentuais a serem destinados a cada poder pertencente a tais esferas, o que pode ser observado no quadro 3, o qual demonstra os limites de Despesas com Pessoal para cada esfera governamental:

Quadro 3 - Limites de Despesas com Pessoal para cada esfera governamental



Fonte: Adaptado de Brasil (2000).

Conforme o art. 59, § 1º, II, caso a Despesa total com Pessoal ultrapasse 90% do limite máximo aceitável ao Poder ou órgão, os Tribunais de Contas irão alertá-los. Esse é o chamado Limite de Alerta (BRASIL, 2000). Para Cruz (2015), isso significa que, caso ocorra esse excedente não haverá penalizações, porém, será realizada uma comunicação formal por parte do Tribunal de Contas habilitado.

Vale ressaltar ainda, que, conforme o art. 22, em seu Parágrafo único, a lei nº 101/2000, estabelece que se a Despesa total com Pessoal ultrapassar 95% do limite estabelecido (este, chamado de Limite Prudencial), será vedado ao Poder ou órgão referido no art. 20 em que ocorrer o excesso:

> I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
>
> II - criação de cargo, emprego ou função;

> III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
>
> IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
>
> V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias. (BRASIL, 2000).

Para Cruz (2015), a LRF ainda estabelece que, nos casos onde a Despesa total com Pessoal ultrapassar o limite máximo admissível aos poderes ou órgãos, o percentual excedente deverá ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, representando pelo menos um terço no primeiro. Nos casos em que não acontecer a redução do excedente do limite da Despesa total com Pessoal, no prazo estabelecido, e ainda enquanto permanecer o excesso, em seu art. 23, § 3º, a LRF determina que o ente não poderá: "receber transferências voluntárias; obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal" (BRASIL, 2000).

Em seu Art. 73, a lei nº 101/2000 evidencia como poderão ser aplicadas as punições ao gestor que infringir tais normas. Para isso considera-se: o Código Penal brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) ; a Lei do *Impeachment* (Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950); o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967; a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992); bem como outras normas da legislação apropriada (BRASIL, 2000). Assim, o Quadro 4 apresenta algumas das infrações que podem ser cometidas pelos gestores públicos e suas respectivas sanções/penalidades.

Quadro 4 - Infrações da Lei de Responsabilidade Fiscal e suas penalidades

Continua...

Infração	**Sanção/Penalidade**
Deixar de apresentar e publicar o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) no prazo e detalhado conforme a lei.	Multa de 30% dos vencimentos anuais. Proibição de receber transferências voluntárias e contratar operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.
Extrapolar o limite de Despesa Total com Pessoal em cada período de apuração.	Cassação do mandato.
Praticar atividade que provoque aumento da Despesa com Pessoal em desacordo com a lei.	Nulidade do ato; Reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

Continuação...

Praticar atividade que provoque aumento da Despesa com Pessoal nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder ou órgão.	Nulidade do ato; Reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

Deixar de aplicar as medidas previstas na LRF, quando a Despesa Total com Pessoal do Poder ou órgão exceder a 95% do limite.	Reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos; Proibições previstas em lei.
Deixar de aplicar as medidas previstas na lei, quando a Despesa Total com Pessoal ultrapassar o limite máximo do Poder ou órgão.	Reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos.
Manter gastos com inativos e pensionistas acima do limite estabelecido em lei.	Cassação do mandato.
Não cumprir com o limite de Despesa Total com Pessoal em até dois anos, caso o Poder ou órgão tenha estado acima desse limite em 1999.	Proibição de receber transferências voluntárias, contratar operações de crédito e de obter garantias; Cassação do mandato.
Não cumprir, até 2003, o limite de Despesa Total com Pessoal do exercício em referência que não poderá ser superior, em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício imediatamente anterior, acrescida de até dez por cento, se esta for inferior ao limite definido em lei.	Cassação do mandato.

Fonte: Adaptado de Brasil ([S.d.]).

O art. 22 da LRF, estabelece que, ao final de cada quadrimestre, será realizada a apuração dos dados (BRASIL, 2000). A partir desta apuração, será averiguado o cumprimento ou não dos limites estabelecidos pela lei (BRASIL, 2000).

3 METODOLOGIA

Com o objetivo de analisar o comportamento das Despesas com Pessoal dos municípios que detém maior PIB da região Norte Mato-grossense, utilizando como parâmetro os limites estabelecidos pela LRF, o presente estudo se trata de uma pesquisa qualitativa, pois será baseada na identificação dos dados necessários e posteriormente a descrição dos mesmos. Para Beuren (2013), é comum o uso da pesquisa do tipo qualitativa na contabilidade, a qual, apesar de utilizar muito os números, se trata de uma ciência social, justificando assim a importância da aplicação da abordagem qualitativa em estudos da área.

Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa do tipo descritiva, pois os resultados alcançados serão demonstrados e descritos de forma que o leitor possa compreender os dados identificados. Gil (2002), explica que o propósito da pesquisa descritiva é o de descrever as características de certo fenômeno ou população, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis.

Em relação aos meios, trata-se de uma pesquisa documental. A principal característica da pesquisa documental se deve ao fato de que a fonte de coleta de dados se restringe a documentos – que podem ser classificados por suas fontes (arquivos públicos; arquivos particulares; fontes estatísticas) e por seus tipos (escritos; outros), escritos ou não (LAKATOS; MARCONI, 2017).

Para a obtenção dos dados populacionais, foram extraídas informações disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), obtidas por meio de uma planilha contendo informações sobre os municípios brasileiros. Para os dados referentes à RCL, Despesa com Pessoal e percentuais alcançados de cada município selecionado, analisou-se na pesquisa os Pareceres emitidos pelo Tribunal de Contas do Mato Grosso, disponibilizados no próprio site do órgão (https://www.tce.mt.gov.br) no período de 2015 a 2017. A análise foi realizada em base anual, observando-se os limites impostos pela LRF, e delimitando-se à verificação das Despesas com Pessoal do poder Executivo de cada município. A escolha do período se deve à disponibilidade de tais documentos apresentados pelo Tribunal de Contas do estado.

Lopes et al. (2018) consideram que apesar dos métodos propostos pela LRF visarem resultados positivos, a consistência orçamentária depende também de diversos fatores macroeconômicos, como exemplo, os juros e inflação, bem como o PIB. Tais fatores são caracterizados por comportamentos de instabilidade e incerteza, o que torna então, a RCL um indicador incerto (LOPES et al., 2018).

Assim, a amostra da pesquisa é composta pelos municípios que apresentaram maior PIB na região Norte do estado do Mato Grosso segundo o IBGE (2016), sendo selecionados então: Sorriso, Sinop, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, conforme a tabela a seguir:

Tabela 1 - PIB da amostra selecionada

Município	Produto Interno Bruto, a preços correntes (R$ 1.000,00)
Sorriso	5.640.821
Sinop	5.117.868
Lucas do Rio Verde	3.697.053
Nova Mutum	2.927.799

Fonte: Adaptado de IBGE (2016).

Os dados coletados na pesquisa foram apresentados em forma de tabelas, onde estão descritos os valores identificados de Despesa com Pessoal, bem como os percentuais que representam a relação com a Receita Corrente Líquida.

4. RESULTADOS

Para obtenção, coleta e tratamento dos dados, foram utilizados os Pareceres emitidos pelo Tribunal de Contas do estado do Mato Grosso e os com o objetivo de oferecer maior confiabilidade à pesquisa elaborada.

4.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a coleta dos dados, os percentuais foram calculados individualmente para cada município da região definida em estudo, a fim de conferir as informações obtidas e analisar as mesmas.

4.1.1 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA, DESPESA COM PESSOAL E POPULAÇÃO

Com os dados tabulados, obteve-se os valores de Despesas com Pessoal e Receita Corrente Líquida. Os resultados podem ser verificados na Tabela 2:

Tabela 2 - Comparativo anual da Receita Corrente Líquida e Despesas com Pessoal – Poder Executivo, 2015 - 2017

	Sorriso	Sinop	Lucas Do Rio Verde	Nova Mutum
RCL* - 2015	R$ 222.498.277,56	R$ 276.901.236,25	R$ 178.925.047,73	R$ 124.481.846,32
DP – 2015**	R$ 96.750.960,67	R$ 140.998.411,34	R$ 81.467.372,84	R$ 56.127.117,85
RCL – 2016	R$ 251.161.000,55	R$ 323.637.017,28	R$ 195.062.580,00	R$ 148.708.551,32
DP – 2016	R$ 118.819.676,47	R$ 150.784.962,23	R$ 81.349.150,29	R$ 61.371.201,36
RCL – 2017	R$ 259.117.256,15	R$ 316.557.455,84	R$ 196.386.478,99	R$ 150.456.103,58
DP – 2017	R$ 130.862.997,04	R$ 166.089.566,03	R$ 95.874.923,67	R$ 69.634.151,05

Fonte: Dados da pesquisa. Nota: * RCL: Receita Corrente Líquida; ** DP: Despesa com Pessoal.

Nota-se na Tabela 2 que a RCL obteve elevação gradativa a cada ano da pesquisa, exceto para o município de Sinop no ano de 2016 para 2017. O aumento gradativo da RCL pode ser explicado, segundo estudo realizado por Tesch (2008), por haver relação entre a arrecadação dos tributos municipais com o crescimento da população municipal. Essa relação se deve à RCL ser formada parte pela arrecadação tributária (ROGERS; SENA, 2007).

Na tabela 3, é demonstrada a população dos municípios pesquisados, sendo que os anos de 2015, 2016 e 2017 correspondem às estimativas realizadas pelo IBGE:

Tabela 3 - População dos Municípios analisados, 2015-2017

Ano/Município	Sorriso	Sinop	Lucas do Rio Verde	Nova Mutum
2015	80.298	129.916	57.285	39.712
2016	82.792	132.934	59.436	41.178
2017	85.223	135.874	61.515	42.607

Fonte: Adaptado de IBGE (2016).

Consoante ao relato de Tesch (2008), pôde-se observar na Tabela 3 a estimativa de aumento populacional para os 4 municípios analisados a cada ano da pesquisa, o que sugere a relação com o aumento na Receita Corrente Líquida segundo o próprio autor.

Com o aumento populacional, aumenta, por consequência a necessidade da contratação de pessoal para gerir a administração pública, segundo FARONI *et al* (2005). Assim, os gastos com pessoal do setor público apresentam um crescimento natural vegetativo a cada ano, o qual pode ocorrer devido ao aumento no quadro de funcionários do setor, ou até mesmo corresponder às vantagens relativas aos direitos dos servidores públicos como biênio, quinquênio, etc., demandando mais empenho por parte da administração pública, para o cumprimento dos limites referentes à Despesa com Pessoal (FARONI *et al.*, 2005).

A relação entre o aumento populacional e o aumento das Despesas com Pessoal pode ser verificada também nas Tabelas 2 e 3, sendo que na maioria dos anos e dos municípios, houve o aumento da Despesa com Pessoal, exceto no ano de 2015 para 2016, no município de Lucas do Rio Verde, onde houve uma queda nas Despesas com Pessoal, sugerindo a existência de eficiência na administração do gasto público (NETO *et al.*, 2016).

Como análise adicional, calculou-se a relação percentual entre o aumento da população e o aumento nas Despesas com Pessoal, apresentando-se os dados na Tabela 4:

Tabela 4: Relação Percentual entre o aumento populacional e o aumento nas Despesas com Pessoal

	ANO	SORRISO	SINOP	LUCAS DO RIO VERDE	NOVA MUTUM
POPULAÇÃO	**2015-2016**	3,1059%	2,3230%	3,7549%	3,6916%
	2016-2017	2,9363%	2,2116%	3,4979%	3,4703%
DESPESA COM PESSOAL	**2015-2016**	22,8098%	6,9409%	-0,1451%	9,3432%
	2016-2017	10,1358%	10,1500%	17,8561%	13,4639%

Fonte: Elaboração Própria

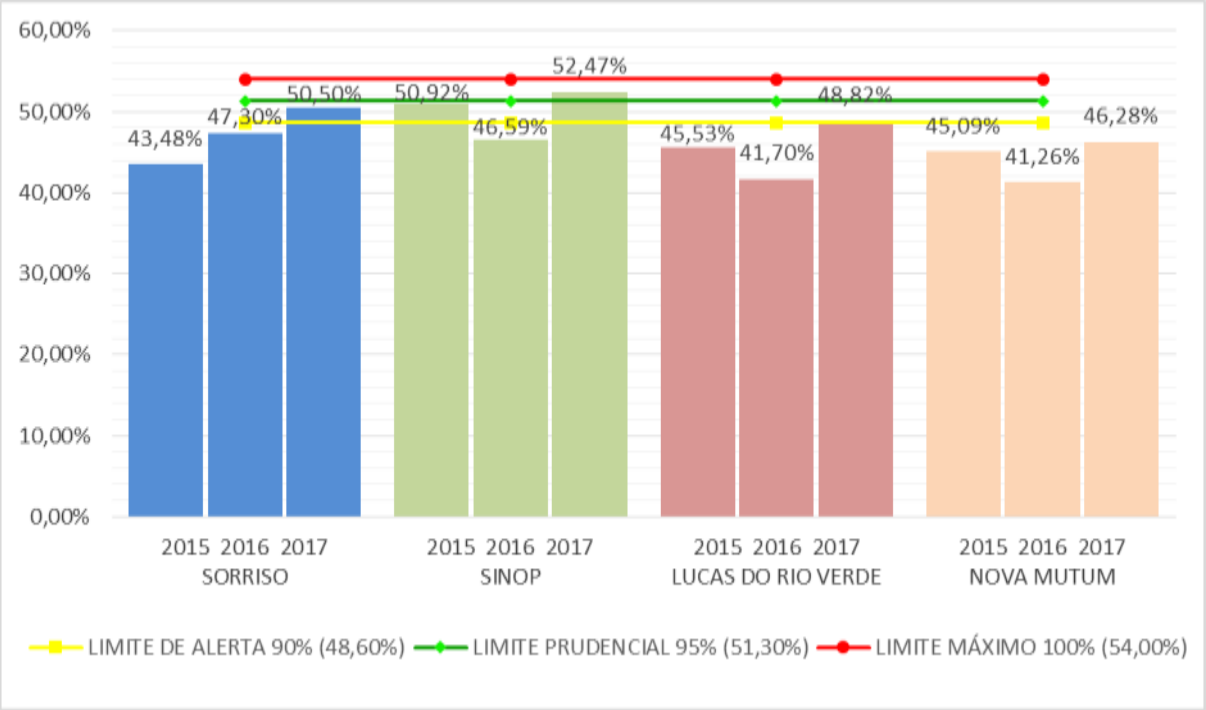
Na Tabela 4 é possível observar o crescimento tanto populacional quanto das Despesas com Pessoal, com exceção no caso das despesas no município de Lucas do Rio Verde do ano 2015 para 2016. Entretanto, os resultados percentuais se mostram, na maioria dos casos desproporcionais, podendo sugerir uma direção contrária aos relatos de Faroni *et al.* (2005), os quais relacionam o aumento populacional com o aumento nas Despesas com Pessoal.

4.1.2 COMPARATIVO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Com o intuito de verificar o cumprimento ou não dos limites propostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, apresenta-se a Figura 1, retratando o percentual das Despesas com pessoal em relação à Receita

Corrente Líquida dos municípios da região Norte do estado do Mato Grosso: Sorriso, Sinop, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum nos anos compreendidos entre 2015 a 2017.

Figura 1 – Percentual da Despesa com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida, 2015 – 2017



Fonte: Dados da pesquisa

Quanto aos limites estabelecidos pela LRF, observa-se na Figura 1, que no exercício de 2015, os municípios em análise apresentaram diferentes resultados entre si quanto aos limites impostos pela LRF. Nota-se que apesar de nenhum deles ter extrapolado o limite máximo de 54% para o Poder Executivo imposto pela LRF, o município de Sinop ultrapassou o limite de alerta de 48,6 % atingindo o percentual de 50,92 %.

Em casos como o de Sinop em 2015, o qual ultrapassou o limite de 48,6%, deverá haver comunicação formal por parte do Tribunal de Contas do estado a fim de alertar a gestão do Poder Executivo por atingir 90 % do limite estabelecido, conforme a própria LRF determina em seu parágrafo primeiro, inciso segundo (BRASIL, 2000).

No exercício de 2016, todos os municípios asseguraram o cumprimento de todos os limites estabelecidos pela LRF, sendo que nenhum deles chegou a alcançar nem mesmo o limite de alerta (48,6%).

Já no ano de 2017, em relação ao alerta (48,6%), três dos municípios analisados não cumpriram as exigências da LRF, sendo Sorriso (50,50 %), Sinop (52,47 %) e Lucas do Rio Verde (48,82 %), devendo

receber também o alerta conforme § 1º e inciso segundo da Lei de Responsabilidade Fiscal. E, para o limite prudencial (51,30%), no mesmo ano, somente o município de Sinop descumpriu a legislação atingindo o percentual de 52,47 %.

Em situações de extrapolar o percentual de 95% da Despesa com Pessoal em relação com a Receita Corrente Líquida, como no caso de Sinop em 2017, o gestor público será notificado, deverá eliminar o percentual excedente nos dois quadrimestres seguintes, devendo ser pelo menos um terço no primeiro, além de estar vedado de práticas previstas no parágrafo único do art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal, como por exemplo a criação de cargos ou funções.

Durante o período analisado, é possível observar na Figura 1 que, o município de Sorriso ultrapassou por uma vez o limite de 48,6%. O município de Sinop extrapolou por duas vezes o limite de 48,6%, sendo que uma delas chegou a ultrapassar o limite de 51,30%. O município de Lucas do Rio Verde, por uma vez e Nova Mutum nenhuma vez.

Diante do exposto, entre os municípios analisados, Sinop foi o que alcançou percentuais mais altos em relação aos limites estabelecidos pela LRF, representando uma média de 49,99% durante os anos de 2015 a 2017, em segundo lugar, Sorriso apresentou uma média de 47,09%, seguido por Lucas do Rio Verde (45,35%) e Nova Mutum (44,21%) – sendo que o último, indicou o município que mais respeitou os limites da lei.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho apresentou a pesquisa nos municípios de Sorriso, Sinop, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, nos anos de 2015 a 2017, sobre os gastos com Despesas de Pessoal sob a ótica dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, promovendo análise e discussão sobre os resultados apurados.

Com o objetivo de analisar o comportamento das Despesas com Pessoal dos municípios que detém maior PIB da região Norte Mato-grossense, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, analisou-se a relação entre o aumento populacional e o aumento nas Despesas com Pessoal e na Receita Corrente Líquida, concluindo-se que na maioria dos anos analisados, os resultados foram de crescimento em todas as variáveis.

Quanto aos limites estabelecidos na LRF, foi possível observar que apesar de alguns municípios ultrapassarem o limite prudencial, no período analisado, nenhum deles chegou a atingir o limite máximo, demonstrando preocupação por parte dos gestores públicos em cumprir as exigências da LRF.

Entre a amostra analisada, pode-se perceber que o município de Sinop demonstrou um resultado desfavorável em relação aos outros, seguido por Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum – sendo o último, o município que mais cumpriu os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A partir do estudo realizado, pode-se observar que a Lei de Responsabilidade Fiscal vem prestando um importante papel no controle de despesas e equilíbrio nas finanças públicas brasileiras, notadamente no que se refere a limites de Despesas com Pessoal, além de intensificar os aspectos da transparência e fiscalização da conduta do gestor público.

Como limitação da pesquisa, destaca-se a falta de informações atualizadas no portal da transparência dos municípios em análise. Além disso, há ambiguidade na publicação dos relatórios de gestão fiscal dos municípios pesquisados com relação à diferentes relatórios no mesmo período, contendo informações diferentes, o que influenciou na opção de análise por meio dos Pareceres emitidos pelo Tribunal de Contas do estado.

Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se um estudo baseado nos dados referentes ao estado do Mato Grosso, para que seja verificado o cumprimento ou não dos limites estabelecidos pela LRF.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Anderson Henrique dos Santos; SANTOS FILHO, José Emilio Dos; GOMES, Fábio Guedes. Lei de Responsabilidade Fiscal: efeitos e consequências sobre os municípios alagoanos no período 2000-10. Revista de Administração Pública v. 49, n. 3, p. 739–759 , 2015. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/49092/47834>. Acesso em: 25 fev. 2019.

BEUREN, Ilse Maria. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3a ed. São Paulo - SP: Atlas, 2013. 189 p. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522486977/cfi/89!/4/4@0.00:34.6>. Acesso em: 2 maio 2019.

BRASIL. Infrações da Lei de Responsabilidade Fiscal e suas penalidades. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/infracoes-da-lei-de-responsabilidade-fiscal-e-suas-penalidades>. Acesso em: 21 ago. 2019.

BRASIL. LEI COMPLEMENTAR No 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 25 fev. 2019.

BREMAEKER, François E. J. De. Panorama das finanças municipais no período de 1997 a 2000. Revista TCU v. 33, p. 13–27 , 2002. Disponível em:

<https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/815>. Acesso em: 23 abr. 2019.

CRUZ, Claudia Ferreira Da. Responsabilidade na Gestão Fiscal: um estudo em grandes municípios com base nos pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal no período de 2010-2013. Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Tese (Doutorado), São Paulo - SP, 2015. 301 p. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-25062015-094403/pt-br.php>. 9781450349185. Acesso em: 14 abr. 2019.

CRUZ, Cláudia Ferreira Da; AFONSO, Luís Eduardo. Gestão fiscal e pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal: evidências em grandes municípios. Revista de Administração Pública v. 52, n. 1, p. 126–148 , 2018. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/73930/70962>. Acesso em: 1 mar. 2019.

DALMONECH, Luiz Fernando; TEIXEIRA, Arilton; SANT'ANNA, José Mário Bispo. O impacto ex-post da Lei de Responsabilidade Fiscal no101/2000 nas finanças dos estados brasileiros. Revista de Administração Pública v. 45, n. 4, p. 1173–1196 , 2011. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7031/5590>. Acesso em: 10 mar. 2019.

FARIA, Alexandre Magno de Melo. Perspectivas para o desenvolvimento de Mato Grosso. Um olhar territorial para o desenvolvimento: Centro-Oeste v. 13, p. 394–423 , 2014. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/7521>. Acesso em: 25 ago. 2019.

FARONI, Walmer et al. A influência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) na tomada de decisão pelos gestores públicos municipais. Contabilidade Vista & Revista v. 16, n. 3, p. 9–26 , dez. 2005. Disponível

em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/issue/view/43>. Acesso em: 3 out. 2019.

FIGUEIRÓ, Ricardo et al. Municípios: os bons resultados orçamentários se repetem em 2001. Informe-se BNDES, AFE n. 49, p. 8 , 2002. Disponível em:

<https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/informesf/Inf_49.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2019.

GERIGK, Willson; CLEMENTE, Ademir. Influência da LRF sobre a gestão financeira: espaço de manobra dos municípios paranaenses extremamente pequenos. Revista de Administração Contemporânea v. 15, n. 3, p. 513–537 , 2011. Disponível em:

<https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/860/857>. Acesso em: 3 abr. 2019.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4a ed. São Paulo - SP: Atlas, 2002. 137-142 p. Disponível

em:<http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo v -

como_elaborar_projeto_de_pesquisa__antonio_carlos_gil.pdf>. 85-224-3169-8. Acesso em: 16 maio 2019.

IBGE. PIB dos municípios. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=downloads>. Acesso em: 12 mar. 2019.

JUNIOR, Rudinei Toneto; MENEZES, Rafael Terra De. O Impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre as Despesas Municipais para os Municípios do Sudeste. 2005, Brasilia - DF: ANPAD, 2005. p.16. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2005-apsa-2225.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2019.

KERCHES, Cristiane; PERES, Ursula Dias. Lei de Responsabilidade Fiscal, federalismo e políticas públicas: um balanço crítico dos impactos da LRF nos municípios brasileiros. In: CUNHA, Alexandre dos Santos; MEDEIROS, Bernardo Abreu de; AQUINO, Luseni Maria C. de; (Orgs.). Estado, instituições e democracia : república. Brasilia - DF: IPEA, 2010. 1 v. p. 213–248. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro09_estadoinstituicoes_vol1.pdf>. 9788578110567. Acesso em: 2 maio 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica. 7a ed. São Paulo - SP: Atlas, 2017. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011845/cfi/6/10!/4/8/2@0:0>. Acesso em: 16 maio 2019.

LOPES, Bruno Lobão et al. A gestão fiscal do estado do Rio de Janeiro: uma análise à luz da LRF e da sustentabilidade da dívida no período de 2001 a 2017. Revista de Administração Pública v. 52, n. 4, p. 764–775 , 2018. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/75726/72548>.0034761217. Acesso em: 14 abr. 2019.

LUQUE, Carlos Antonio; SILVA, Vera Martins Da. A Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal: Combatendo Falhas de Governo à Brasileira. Revista de Economia Política v. 24, n. 3, p. 404–421 , 2004. Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/95-6.PDF>. Acesso em: 19 mar. 2019.

MACEDO, Joel de Jesus; CORBARI, Ely Célia. Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos Municípios Brasileiros: uma análise de dados em painéis. Revista Contabilidade & Finanças v. 20, n. 51, p. 44–60 , 2010. Disponível em

<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34300/37032>. Acesso em: 25 fev. 2019.

MANTEGA, Guido. A Lei de Responsabilidade Fiscal e a economia brasileira. In: GONZALEZ;, Sidnei; COSTA, Carlos Augusto;; BANDEIRA, Melina; (Orgs.). Lei de Responsabilidade Fiscal Históricos e Desafios. Rio de Janeiro - RJ: FGV Projetos, 2010. 5 v. p. 100. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7778/CADERNOS FGV PROJETOS_LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL_15_DEZ2010.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19 mar. 2019.

MEDEIROS, Katia Rejane De et al. Lei de Responsabilidade Fiscal e as despesas com pessoal da saúde: uma análise da condição dos municípios brasileiros no período de 2004 a 2009. Ciência & Saúde Coletiva v. 22, n. 6, p. 1759–1769 , 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n6/1413-8123-csc-22-06-1759.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2019.

MENEZES, Rafael Terra De. Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre as categorias e funções de despesas dos municípios brasileiros (1998 – 2004). Universidade de São Paulo, Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Dissertação (Mestrado), 2006. 128 p. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96131/tde-21102006-103632/pt-br.php>. 9780874216561. Acesso em: 3 mar. 2019.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Gestão Pública. 3o ed. São Paulo - SP: Saraiva, 2014. 363 p. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502220409/cfi/0>. . Acesso em: 14 abr. 2019.

NETO, Luiz Medeiros de Araujo et al. Uma análise comparativa dos Gastos Públicos na esfera municipal de governo. XXIII Congresso Brasileiro de Custos p. 1–15 , nov. 2016. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4150>. Acesso em: 12 out. 2019.

PALUDO, Augustinho Vicente. Série Provas & Concursos - Orçamento Públicos, AFO e LRF - Teoria e Prática. 8a ed. São Paulo - SP: Método, 2018. 409 p. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530978976/>. 978-85-309-7897-6. Acesso em: 5 abr. 2019.

ROGERS, Pablo; SENA, Ludiany Barbosa. Análise agregada dos municípios mineiros de grande porte quanto à adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Revista Contemporânea de Contabilidade v. 1, n. 8, p. 99–119 , 2007. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/1958/4597>. Acesso em: 26 mar. 2019.

SANTOS, Sandra Regina Toledo Dos; ALVES, Tiago Wickstrom. O impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal no desempenho financeiro e na execução orçamentária dos municípios no Rio Grande do Sul de 1997 a 2004. Revista de Administração Pública v. 45, n. 1, p. 181–208 , 2011. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6988/5549>. Acesso em: 3 maio 2019.

TESCH, José Marcos. Estudo comparativo da arrecadação dos tributos municipais dos municípios catarinenses com maior índice populacional. Universidade Federal de Santa Catarina Centro, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91681>. 9788578110796. Acesso em: 5 out. 2019.

Capítulo 10

10.37423/220706314

A RELAÇÃO DO ICMS ECOLÓGICO (ICMS-E) COM GASTOS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE NOS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO: UMA ANÁLISE DE DADOS EM PAINEL

Jaqueline Rodrigues Gonçalves — *Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)*

Cleiton Franco — *Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)*

Magno Alves Ribeiro — *Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)*

Ariel Lopes Torres — *Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)*

Resumo: O ICMS Ecológico (ICMS-E) apoia a iniciativa de sustentabilidade por meio da compensação financeira dos municípios que possuem restrições de uso de solos e que tenham Áreas Indígenas ou Unidades de Conservação em seus territórios. Este artigo analisa a política ambiental denominada ICMS-E, tendo como referência os municípios do estado de Mato Grosso no período de 2006 a 2012. sendo assim, objetivou-se verificar a relação desta política sobre gastos com saúde e educação. Para tanto considerou-se as receitas, despesas e dados de cada município deste período. A metodologia consistiu em uma abordagem quantitativa, por meio de coleta dos dados junto Secretária do Tesouro Nacional, dados de Finanças do Brasil (FINBRA) e estimação utilizando o método de regressão com dados em painel. Os resultados mostraram que essa política possui um efeito positivo e significante para gastos com saúde e educação, esse efeito é de ordem de 32% para educação e 31% nos gastos com saúde. Ao final, para confirmar os resultados foram aplicados testes de respostas heterogêneas para as variáveis de extensão territorial, população, repasse de ICMS, pib percapita, e índices FIRJAN de desenvolvimento municipal (IFDM). A conclusão é de que a política de preservação das unidades de conservação e áreas indígenas pode proporcionar efeitos de geração de retorno sobre investimento com saúde e educação nos municípios beneficiados, o que pode determinar melhoria nos indicadores FIRJAN de desenvolvimento (IFDM).

Palavras-chave: Política Ambiental. ICMS Ecológico. Estado do Mato Grosso. Dados em Painel.

1 INTRODUÇÃO

A partir do século XX o meio ambiente tornou-se o foco principal de todos os países do mundo, e toda população tem observado que a natureza tem reagido negativamente a todas as agressões que vem sofrendo, diante dos fatores como o desenvolvimento, globalização e expansão rápida da população, tornando assim cada vez mais necessário a implantação de políticas públicas para a proteção do meio ambiente e de uma sociedade que tenha uma maior consciência sobre a preservação e conservação do meio ambiente (CAMARGO, 2002).

Nos últimos anos, o crescimento da atividade econômica produz mudanças ambientais em escala global, as atividades do homem estão produzindo mudanças sem precedentes na natureza, o desenvolvimento está usando os recursos humanos, recursos financeiros, recursos naturais e a infraestrutura, compromissado com a ideia de lucro gerador do progresso (CAMARGO, 2002). Conforme relata Souza (2012) são muitos os fatores que influenciaram a degradação do meio ambiente pela sociedade, dentre eles pode se destacar o crescimento populacional e o crescimento do agronegócio.

O homem mostrou–se mais preocupado com o meio ambiente, e os governos passaram a estruturar suas políticas, legislações e ações com a natureza. Neste sentido no mesmo ano foi assinado um documento conhecido como Declaração de Estocolmo, iniciando portanto, a construção de mecanismos de proteção ao meio ambiente (PASSOS, 2009).

Vinte anos após a Conferência de Estocolmo, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro a RIO-92, onde 179 países acordaram e assinaram a Agenda 21 Global que teve entre seus objetivos discutir alternativas para a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente (SCHMITT; RIBEIRO; KNEBEEL, 2017). Na década de 60 foi criado no Brasil o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, construídas reservas indígenas, parques nacionais e reservas biológicas.

De acordo com o art. 225 da Constituição Federal “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Inúmeras situações vêm ocorrendo ao longo dos anos, mostrando que é necessário promover uma educação voltada ao respeito a natureza e o bem-estar da sociedade (BRASIL, 1988).

Nesta perspectiva destaca se o ICMS Ecológico (ICMS-E), uma ação dos Estados nos municípios, que apoia a sustentabilidade, com essa iniciativa as áreas de conservação passam a ser vistas como fonte de riqueza e não como uma barreira ao desenvolvimento econômico (SOUZA, 2012). Os repasses provindos do ICMS-E tem como finalidade garantir um meio ambiente digno para as presentes e futuras gerações ao utilizarem os recursos dessa arrecadação para manutenção e conservação das áreas de preservação e terras indígenas de cada município (PAULA, 2017).

De acordo com Scarione (2013) a criação e a efetiva gestão das áreas protegidas, são uma das principais ações para ajudar a preservação da biodiversidade, e suprir as necessidades humanas sem comprometer as gerações futuras. Sendo assim o ICMS-Ecológico visa prover condições objetivas que favoreçam as iniciativas que buscam minimizar ou eliminar os problemas ambientais, pois é num incentivo financeiro dado aos municípios que protegem e conservem a natureza (MIRANDA, 2012).

Neste contexto o ICMS-Ecológico é uma ferramenta auxiliar a gestão socioambiental, não um novo tributo, mas sim uma nova maneira de incentivar os munícipios que tem parte de seu território restrito ao uso, por possuírem Unidades de conversação ou terras indígenas, uma receita que pode ser utilizada segundo o critério de cada município (OLIVEIRA; PFITSCHER; CASAGRANDE, 2010).

O ICMS-Ecológico (ICMS-E) foi inicialmente implantado no estado do Paraná no ano de 1991, diante do sucesso alcançado, outros estados passaram a adotar esse mecanismo para incentivar seus municípios a preservação o meio ambiente, Mato Grosso adotou o ICMS-Ecológico através da Lei Complementar n° 73 de 07 de dezembro de 2000.

Diante do exposto, surge a seguinte questão problema: Qual o impacto do ICMS Ecológico na educação e saúde dos Municípios de Mato Grosso? Para amparar a problemática, o objetivo geral é avaliar se com os valores repassados de ICMS Ecológico houve uma maior contribuição para investimento na educação e saúde dos municípios do estado do Mato Grosso. Os objetivos específicos foram: Avaliar o efeito desta política em gastos com saúde e educação dos municípios por extensão territorial, por receita liquida, por população, repasse de ICMS, pib per capta, regiões do estado e o índice FIRJAN.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ICMS ECOLÓGICO (ICMS-E)

Ainda existem muitos obstáculos que impedem as mulheres de obter esse nível de liderança (como, tetos de vidro, o termo teto de vidro refere-se às dificuldades enfrentadas pelas mulheres para crescer

na carreira e chegar a posições de liderança na hierarquia das empresas. Essas barreiras invisíveis são culturais e não pessoais. Ou seja, não têm relação com aspectos relacionados à qualificação ou à competência, mas com fatores socioculturais associados ao gênero). Muitas organizações implementam programas de desenvolvimento de liderança voltados exclusivamente para o sucesso da liderança feminina. Esses programas identificam barreiras e obstáculos e, em seguida, sugerem estratégias para as mulheres contornarem essas barreiras (Brito Filho, 2013).

O ICMS Ecológico, ou ICMS Socioambiental ou ICMS Verde segundo a visão de alguns autores: ICMS-Ecológico é um instrumento econômico de compensação fiscal que tem importante relevância como incentivo ás ações que implicam em conservação da natureza, criado no Paraná teve efeito positivo e multiplicador (HEMPEL, 2008). Já para Miranda (2012) o ICMS–E é um instrumento que visa estimular a preservação e proteção do meio ambiente, e em contrapartida oferece um benefício financeiro aos municípios devido a limitação do uso do solo que iram sofrer.

Segundo Loureiro (2002) o surgimento do ICMS Ecológico está associado a união de municípios que identificaram em seus territórios a presença de unidades de conservação e abastecimento, em algumas situações estes fatores impedem o desenvolvimento de atividades industriais, por exemplo, que pudessem contribuir com a arrecadação municipal. Neste contexto, o ICMS Ecológico foi proposto primeiramente no Paraná em 1991, devido alguns municípios alegarem que suas economias estavam sendo prejudicadas pelas restrições de uso do sol (SANTANA, 2017).

De acordo com Paula (2017) o ICMS-E busca desvincular o conceito de que a preservação ambiental só traz gastos, mas sim que o investimento em ações de proteção ambiental melhora a qualidade das áreas protegidas dos municípios, além disso, busca meios para incentivar e demonstrar a sociedade e os municípios que a preservação e conservação é mais benéfica e pode aumentar sim os recursos financeiros. A implementação do ICMS Ecológico apresenta os seguintes resultados: melhoria da qualidade na conservação da biodiversidade, justiça fiscal aos municípios que preservam, resgate de comunidades tradicionais, organização do meio ambiente (LOUREIRO, 2002).

O ICMS-E não é mais uma forma de tributação, mas sim, uma nova forma de redistribuição do ICMS. Tem como principal objetivo a conservação e preservação da natureza, e está demonstrando ser eficaz por incentivar os municípios a valorizar suas unidades de conservação, mananciais de abastecimentos, pois antes da instituição do ICMS–E essas áreas eram consideradas como obstáculos para o progresso econômico (OLIVEIRA; PFITSCHER; CASAGRANDE, 2010).

Por ser considerado um benefício fiscal, já foi implantado em vários Estados, beneficiando diversos municípios. Foi implementado no estado do Paraná em 1991, depois São Paulo em 1993, Minas Gerais em 1995, Amapá e Rondônia em 1996, Rio Grande do Sul em 1997, em 2000 nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Pernambuco, Tocantins em 2002, no Acre em 2004, Rio de Janeiro em 2007, nos estados de Ceará e Piauí no ano de 2008 e por fim Goiás e Paraíba em 2011 (WENGLAREK; GERIGK, 2017).

Loureiro (2002) afirma que em determinados estados existem critérios quantitativos e qualitativos, ou ambos na legislação quanto ao repasse do ICMS Ecológico aos municípios, critérios quantitativos consideram a proporção da área protegida em relação ao território do município, já critérios qualitativos consideram a qualidade da área de preservação. A qualidade da área funciona como uma função de induzir os municípios a conservarem suas áreas e evitarem a má qualidade de conservação.

2.2 ICMS ECOLÓGICO EM MATO GROSSO

O ICMS Ecológico em Mato Grosso foi instituído através da Lei Complementar n° 73 de 07 de dezembro de 2000, onde dispõe os critérios de distribuição do ICMS aos municípios, e é regulamentada pelo Descreto Estadual n° 2.758 de de 16 de julho de 2001 (MATO GROSSO, 2001). Conforme o art. 2° da Lei Complementar 73:

> A parcela de receita do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS, pertencente aos Municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 157 da Constituição Estadual, será de 25% (vinte e cinco por cento), distribuída conforme os seguintes critérios: Receita Própria, População, Área do Município, Cota Igual, Saneamento Ambiental e Unidade de Conservação/Terra Indígena.

Em 20 de janeiro de 2004, a Lei Complementar n°157 do Estado, alterou os critérios para o cálculo do índice de distribuição do ICMS nos municípios, fazendo a exclusão do critério de saneamento ambiental, conforme demonstra o art. 2° da referente Lei Complementar:

> II - receita tributária própria: 4% (quatro por cento);
>
> III - população: 4% (quatro por cento);
>
> IV - área: 1 % (um por cento);
>
> V - coeficiente social: 11% (onze por cento);
>
> VI - unidade de conservação/terra indígena: 5% (Cinco por cento).
>
> Parágrafo único. Os Municípios criados irão compor o número de municípios para os cálculos, após a comunicação do Tribunal Regional Eleitoral de que os

> mesmos estão políticos - administrativamente instalados no ano da aplicação do índice.

Neste sentido todos esses critérios são utilizados para o cálculo de quanto cada município deverá receber na repartição do montante do ICMS. Dos 141 munícipios que integram o estado de Mato Grosso, 86 recebem os repasses referentes as unidades de conservação (UC) e terras indígenas (SOUZA, 2012). Sendo assim uma compensação financeira aos municípios que deixam de produzir bens, ou riquezas econômicas para a proteção das UCs e terras indígenas.

O Estado de Mato Grosso está fazendo a implementação de forma gradual, ou seja, num primeiro momento está sendo adotado apenas o critério quantitativo (SEMA, 2011). O critério de distribuição quantitativo, leva em consideração as relações do tamanho em hectares (ha) e o fator de conservação das categorias das áreas protegidas contidas no município com a área (ha) do próprio município (SCARIONE, 2013).

O decreto n° 2.758/ 01 determina que o ICMS Ecológico tem como objetivos o aumento da quantidade das áreas protegidas do Estado, a melhoria da qualidade de sua conservação e a implantação de um programa de apoio ás ações de conservação da biodiversidade.

Unidades de Conservação conforme o art. 1°, parágrafo primeiro do decreto 2.758/01 que regulamenta o art. 8° da Lei Complementar n° 73/00 (MATO GROSSO, 2000):

> Para efeito deste Decreto, as Unidades de Conservação são definidas como espaço territorial, incluindo as águas jurisdicionais e seus componentes, com características naturais relevantes, de domínio público ou propriedade privada, legalmente instituído pelo Poder Público para a proteção da natureza, com objetivos e limites definidos e com regimes específicos de manejo e administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção, organizadas nas seguintes categorias de manejo:
>
> a) Reservas Biológicas;
>
> b) Estações Ecológicas;
>
> c) Parques;
>
> d) Monumentos Naturais,
>
> e) Refúgios de Vida Silvestre;
>
> f) Reservas Particulares do Patrimônio Natural;
>
> g) Florestas;
>
> h) Reservas de Fauna,
>
> i) Reservas Extrativistas;
>
> j) Áreas de Relevante Interesse Ecológico;
>
> l) Áreas de Proteção Ambiental;

> m) Reservas de Desenvolvimento Sustentável;
>
> n) Estradas Parque;
>
> o) Áreas de Proteção Especial, consoante com o disposto nos Sistemas Nacional (SNUC) e Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) e as Terras Indígenas.

Para fazer o cadastro para o recebimento do ICMS Ecológico, os municípios que possuem essas unidades de conservação, precisam estar devidamente registrados no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), conforme demonstra o art. 2°do decreto n° 2.758/01 (MATO GROSSO, 2001):

> Para que surtam os efeitos da Lei, com o consequente crédito do benefício aos municípios, as respectivas unidades de conservação deverão estar devidamente registradas no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação - CEUC, publicada na forma da atualização imediatamente anterior à execução dos cálculos dos índices das Unidades de Conservação/Terras Indígenas.

2.3 ESTUDOS CORRELATOS

Tabela 1 Estudos anteriores publicados sobre o tema

Autor / Ano	Objetivos	Resultados
Mattei; Neto (2015)	Este artigo analisa a política ambiental denominada de ICMS Ecológico. O objetivo central é analisar o impacto redistributivo dessa política.	Considerou-se as receitas de alguns municípios no período anterior e posterior à implantação do programa ICMS Ecológico. Os resultados mostraram que essa política foi responsável por um aumento de repasse de recursos financeiros para os munícipios envolvidos com o programa.
Scarione (2013)	O presente estudo teve como objetivo verificar a aplicação dos recursos oriundos do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços com fim ecológico, tendo em vista, a formulação das políticas públicas ambientais e o controle social no âmbito ambiental no município de Cáceres-MT.	Para isso realizou-se um estudo de caráter, predominantemente qualitativo, descritivo e exploratório, fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados apontam que o município de Cáceres não tem promovido ações ambientais a partir dos repasses oriundos do ICMS Ecológico.
Loureiro (2002)	Nesta tese avalia-se a contribuição do ICMS Ecológico à conservação da biodiversidade no Paraná.	Desta análise, conclui-se por uma resposta positiva proveniente do incentivo, confirmando as hipóteses relacionadas especialmente ao aumento do número e da superfície das unidades de conservação e à melhoria da qualidade da conservação destas unidades. Conclui-se, ainda, que o ICMS Ecológico contribuiu para o desenvolvimento institucional do IAP, órgão gestor da política, e de pelo menos seis dos sete municípios selecionados para análise.
Miranda (2012)	O presente trabalho tem por objetivo analisar quais os principais municípios do estado de Mato Grosso que se concentra a arrecadação do ICMS Ecológico, ou seja, analisar quais são os municípios que exercem certa concentração produtiva de ICMS ecológico bem como a	constatou-se que dos oitenta e seis municípios que implantaram o ICMS ecológico apenas 24 apresentaram o ICN maior que 1 (um), o que indica que estes municípios são os que possuem uma maior agregação na arrecadação do ICMS. Portanto, o ICMS ecológico representa um grande instrumento de arrecadação de recurso financeira para estes municípios, além de contribuir para a preservação ambiental dos mesmos. O mesmo não se restringe apenas ao quesito ambiental, mas também visa à melhoria econômica dos municípios e o incentivo para os municípios

	dependência de sua economia sobre este "imposto ecológico".	se dedicarem mais a gestão ambiental.
Souza (2012)	Este trabalho tem como objetivo analisar os benefícios da aplicação do mecanismo fiscal conhecido como ICMS Ecológico.	O trabalho conclui que implantação do ICMS Ecológico no Estado de Mato Grosso, trouxe benefícios apenas financeiros para maior parte dos Municípios, e que a implantação do critério de qualidade será um dos meios de transforma-lo em um instrumento de Política Pública eficaz para todos os Municípios e não apenas um instrumento compensatório.

Nota: Elaborado pelos autores

2. METODOLOGIA

A amostra da pesquisa compreende os 141 municípios Mato-grossenses, onde segregamos os que recebem o ICMS ecológico como grupo de tratamento, enquanto que os municípios que não receberam o ICMS ecológico irão compor o grupo de controle. Para a coleta dos dados utilizou-se como base o Banco de dados Finanças do Brasil (FINBRA), acessado através da Secretária do Tesouro Nacional.

Dados em Painel consiste no método empregado que analisa vários indivíduos ao longo do tempo (WOOLDRIDGE, 2017). Para a obtenção dos dados em painel, os dados dos 141 munícipios foram coletados ao longo dos anos de 2006 a 2012. Dessa forma o modelo econométrico a ser estimado resume-se na equação abaixo:

$$lOGdes_{it} = \beta_0 + \beta_1 ICMSE_{it} + \theta X_{it} + \lambda_t + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Onde $lOGdes_{it}$ é o resultado de saúde e educação para o município i, no ano t. $ICMSE_{it}$ é um indicador que toma o valor igual a 1, se o município i recebeu o ICMS Ecológico (ICMS-E) no ano t, e 0 caso contrário. X_{it} é um grupo de covariáveis. A λ_t representa efeito fixo de tempo. Finalmente, ε_{it} é um termo de erro.

Sendo os dados em painel o método mais adequado para o trabalho, utilizamos o modelo de efeitos fixos. De acordo com Marques (2000), o modelo de efeitos fixo possibilita identificar o comportamento da heterogeneidade e da interdependência considerando os coeficientes β iguais para todos os indivíduos, exceto β_{1i} que mantem especifico para cada indivíduo, o que não descaracteriza a homogeneidade dos dados.

Ainda, para garantir estatisticamente nossos resultados, aplicamos testes de resposta heterogênea. Os testes de resposta heterogênea, são feitos através de regressões com subgrupos amostrais com municípios utilizando as variáveis de população, pib percapita e extensão territorial.

A tabela 2 apresenta as variáveis independentes e dependentes utilizadas para aplicação do modelo de dados em painel para o município i (tabela 1), no ano t.

Tabela 2 Estatística descritiva das covariáveis do modelo de dados em painel de efeitos fixos

Variável	Observações	Média	Desvio Padrão	Min	Max
Repasse ICMS	987	7853076	1.63e+07	745670	2.08e+08
ICMS ecológico	987	393255.9	627166.7	0	3258007
Despesas Orçamentárias	974	3.27e+07	8.24e+07	4092421	1.30e+09
Despesas Correntes	974	2.76e+07	7.23e+07	3497428	1.14e+09
Despesas de Pessoal	974	1.43e+07	3.70e+07	1217795	5.74e+08
Despesas Legislativas	974	980734.9	2063579	0	2.69e+07
Despesas de Educação	974	8059896	1.71e+07	0	2.78e+08
Despesas Saúde	974	8097893	2.39e+07	0	3.67e+08
Extensão Territorial	907	75.19131	207.3272	1.022	913
População	974	21247.43	53606.61	1058	561329
Receitas Orçamentárias	974	3.37e+07	8.28e+07	3896337	1.28e+09
Receitas Correntes	974	3.34e+07	8.34e+07	406182	1.33e+09
Receitas Tributárias	974	4159557	1.83e+07	36343	3.29e+08
Impostos	974	3727036	1.67e+07	0	3.04e+08
Impostos sobre patrimônio	974	1623469	6018690	0	1.17e+08
PIB	968	410741.2	1045825	8236	1.33e+07
Indice Firjan Desenv. Educ.	987	.6411963	.1159749	0	.9008287
Indice Firjan Desen. Saúde	987	.6983734	.1337132	.2895834	.9879679
Indice Firjan Desen. E&R.	987	.5199333	.1373168	0	.8746591
PIB per capta	987	19.47647	18.58412	0	167.737

Nota: FINBRA (2021), IPEADATA (2021) e dados da pesquisa (2021)

Uma vez que o modelo de dados em painel se torna o método mais adequado para a pesquisa, utilizou-se o modelo de efeitos fixos. De acordo com Marques (2000), o modelo de efeitos fixos possibilita identificar o comportamento da heterogeneidade e da interdependência, considerando os coeficientes β iguais para todos os indivíduos, exceto β_1i que mantem específico para cada indivíduo, o que não descaracteriza a homogeneidade dos dados.

Ainda, para garantir estatisticamente nossos resultados, aplicamos testes de resposta heterogênea. Os testes de resposta heterogênea são realizados através de regressões com subgrupos amostrais com municípios com PIB per capta superior e inferior à média, bem como, população, extensão territorial, repasse de ICMS e Receita Líquida.

4. RESULTADOS

A Tabela 3 demonstra o resultado principal da pesquisa, onde observou-se que o efeito do ICMS ecológico (ICMS-E) para os municípios que recebem o convênio, possui efeito positivo e significante

para gastos com saúde e educação. Cabe ressaltar que esse efeito pode estar causando variação de aumento nos investimentos da ordem de 32% para educação e 31% nos gastos com saúde para regressão com dados em painel de efeitos fixos, ou seja, retirando as habilidades como gestão orçamentária e equalizando os municípios.

Tabela 3 Efeito da relação do ICMS ecológico com educação e saúde nos municípios mato-grossenses

Variável	(Educação)	(Saúde)
ICMS-E	0,32***	0,31***
	(0.042)	(0.043)
Efeitos Fixos	SIM	SIM
Covariáveis	SIM	SIM
N. Observações	901	901

Obs.: Erros Padrão estão entre parênteses. *** representa p<1%; ** representa p<5%; * representa p<10%;

Nota: FINBRA (2021), IFGF FIRJAN (2021), IPEADATA (2021) e dados da pesquisa (2021).

As Tabelas 4 a 9 representam os testes de robustez com respostas heterogêneas, ou seja, testou-se o quanto as regressões mantem estatisticamente relevante em situações com amostras estratificadas. Foram realizadas com subgrupos amostrais, acima e abaixo da média estadual por Extensão Territorial, Pibpercapta, população, repasse de ICMS e Receita Líquida. Visando resultados de estratificação regional foi realizado um teste adicional na busca por identificar padrões únicos para os municípios integrantes das 5 regiões de Mato Grosso.

A Tabela 4 demonstrou o impacto do ICMS ecológico dos municípios de acordo com a extensão territorial. Observa-se que nos municípios com maiores extensões territoriais o efeito é positivo e significante. Já para os municípios com menores extensões territoriais, o efeito é reduzido. Uma hipótese é que grandes extensões territoriais são apresentam maiores áreas de conservação, levando a um acréscimo mínimo para os municípios de área de km2 maiores que a média.

Tabela 4 Efeito da relação do ICMS ecológico com educação e saúde nos municípios mato-grossenses por Extensão Territorial, menores e maiores que a média.

Variável	(Educação)	(Saúde)
ICMS-E Área>Media	0.28***	0,35***
	(0.071)	(0.064)
Efeitos Fixos	SIM	SIM
Covariáveis	SIM	SIM
N. Observações	163	163
ICMS-E Área<Media	0.27***	0,34***
	(0.065)	(0.065)

Efeitos Fixos	SIM	SIM
Covariáveis	SIM	SIM
N. Observações	805	805

Obs.: Erros Padrão estão entre parênteses. *** representa p<1%; ** representa p<5%; * representa p<10%;

Nota: FINBRA (2021), IFGF FIRJAN (2021), IPEADATA (2021) e dados da pesquisa (2021).

A Tabela 5 apresenta os resultados das regressões levando em consideração municípios com Receita líquida maiores e menores que a média. Os resultados são significativamente maiores para os municípios com Receita Líquida menor em relação à média. Possivelmente o impacto do ICMS ecológico se mostra mais importante para a saúde e educação uma vez que a receita líquida é menor que a média estadual. De acordo com Souza (2012) 100% de seus entrevistados acreditam que o ICMS Ecológico trouxe benefícios a seus municípios, mesmo que só financeiros.

Tabela 5 Efeito da relação do ICMS ecológico com educação e saúde nos municípios mato-grossenses por Receita líquida, menores e maiores que a média.

Variável	(Educação)	(Saúde)
ICMS-E RL>Media	0.19**	0,25***
	(0.063)	(0.064)
Efeitos Fixos	SIM	SIM
Covariáveis	SIM	SIM
N. Observações	196	196
ICMS-E RL<Media	0.29***	0,36***
	(0.073)	(0.065)
Efeitos Fixos	SIM	SIM
Covariáveis	SIM	SIM
N. Observações	705	705

Obs.: Erros Padrão estão entre parênteses. *** representa p<1%; ** representa p<5%; * representa p<10%;

Nota: FINBRA (2021), IFGF FIRJAN (2021), IPEADATA (2021) e dados da pesquisa (2021).

A Tabela 6 apresenta os resultados das regressões levando em consideração municípios com população maiores e menores que a média. Observa-se que o estado possui um quantitativo de 10 municípios acima de 50.000 habitantes, o que não representa a média populacional. Os resultados parecem indicar que o efeito do ICMS ecológico é mais significante em saúde e educação para os municípios com menor taxa populacional.

Outra possível razão seria que os municípios que possuem contingente populacional menor que a média, apresenta um número maior de áreas de conservação. Municípios que possuem menor taxa populacional, recebem um maior repasse do ICMS Eco existindo então uma relação entre a quantidade recebida do incentivo e população do município (MIRANDA, 2012).

Tabela 6 Efeito da relação do ICMS ecológico com educação e saúde nos municípios mato-grossenses por população, menores e maiores que a média.

Variável	(Educação)	(Saúde)
ICMS-E pop>Media	0.12*	0,24**
	(0.059)	(0.070)
Efeitos Fixos	SIM	SIM
Covariáveis	SIM	SIM
N. Observações	179	179
ICMS-E pop<Media	0.32***	0,40***
	(0.066)	(0.054)
Efeitos Fixos	SIM	SIM
Covariáveis	SIM	SIM
N. Observações	722	722

Obs.: Erros Padrão estão entre parênteses. *** representa p<1%; ** representa p<5%; * representa p<10%;

Nota: FINBRA (2021), IFGF FIRJAN (2021), IPEADATA (2021) e dados da pesquisa (2021).

A Tabela 7 apresenta os resultados das regressões levando em consideração municípios com repasse de ICMS maiores e menores que a média. Os resultados parecem indicar que o efeito do ICMS ecológico é mais significante em educação e saúde para os municípios com repasses de ICMS acima da média.

Tabela 7 Efeito da relação do ICMS ecológico com educação e saúde nos municípios mato-grossenses por Repasse de ICMS, menores e maiores que a média.

Variável	(Educação)	(Saúde)
ICMS-E Repasse ICMS>Media	0.30***	0,43***
	(0.068)	(0.050)
Efeitos Fixos	SIM	SIM
Covariáveis	SIM	SIM
N. Observações	209	209
ICMS-E Repasse ICMS<Media	0.26***	0,28***
	(0.0451	(0.063)
Efeitos Fixos	SIM	SIM
Covariáveis	SIM	SIM
N. Observações	692	692

Obs.: Erros Padrão estão entre parênteses. *** representa p<1%; ** representa p<5%; * representa p<10%;

Nota: FINBRA (2021), IFGF FIRJAN (2021), IPEADATA (2021) e dados da pesquisa (2021).

A Tabela 8 apresenta os resultados das regressões levando em consideração municípios com *pib per capta* maiores e menores que a média. Os resultados parecem indicar que o efeito do ICMS ecológico é mais significante em educação e saúde para os municípios com pib per capta abaixo da média. Municípios com maior PIB tendem a apresentar resultados reduzidos de investimentos em saúde e

educação. Miranda (2012) afirma que o recurso do ICMS ecológico possui uma maior representatividade em municípios com uma população e PIB baixos.

Tabela 8 Efeito da relação do ICMS-E com educação e saúde nos municípios mato-grossenses por pib per capta, menores e maiores que a média.

Variável	(Educação)	(Saúde)
ICMS-E PIB>Media	0.25***	0,32***
	(0.031)	(0.047)
Efeitos Fixos	SIM	SIM
Covariáveis	SIM	SIM
N. Observações	255	255
ICMS-E PIB<Media	0.28***	0,36***
	(0.079)	(0.081)
Efeitos Fixos	SIM	SIM
Covariáveis	SIM	SIM
N. Observações	652	652

Nota: Erros Padrão estão entre parênteses. *** representa p<1%; ** representa p<5%; * representa p<10%;

Nota: FINBRA (2021), IFGF FIRJAN (2021), IPEADATA (2021) e dados da pesquisa (2021).

Visando resultados de estratificação regional foi realizado um teste adicional na busca por identificar padrões únicos para os municípios integrantes das 5 regiões de Mato Grosso. A Tabela 9, por fim, apresenta os resultados das regressões em regiões do estado. Os resultados parecem indicar que o efeito do ICMS ecológico é mais significante em educação e saúde para os municípios da região Centro Sul do estado, com municípios expoentes como Cuiabá, Várzea Grande, Chapada dos Guimarães e Cáceres.

O impacto do ICMS ecológico atinge mais sensivelmente os gastos com educação nas regiões Centro Sul e Nordeste, enquanto que a sensibilidade em gastos com saúde apresenta-se mais significante nas regiões Centro Sul e Sudeste do Estado. De acordo com Mattei (2015) a região nordeste possui municípios que recebem altos valores provenientes do ICMS Ecológico e suas áreas de conservação ou terras indígenas constituem mais de 50% da área total desses municípios.

Tabela 9 Efeito da relação do ICMS-E com educação e saúde por Regiões de Mato Grosso.

Variável	(Educação)	(Saúde)
ICMS-E - CS	0.90***	0,81***
	(0.0608)	(0.0458)
N. Observações	102	102
ICMS-E - NE	0.28*	0,30*
	(0.120)	(0.127)

N. Observações	162	162
ICMS-E - N	0.27*** (0.025)	0,27*** (0.025)
N. Observações	360	360
ICMS-E – SE	0.24*** (0.056)	0,49*** (0.045)
N. Observações	138	138
ICMS-E - SDO	0.22*** (0.0519)	0,11** (0.0389)
Efeitos Fixos	SIM	SIM
Covariáveis	SIM	SIM
N. Observações	139	139

Obs.: Erros Padrão estão entre parênteses. *** representa p<1%; ** representa p<5%; * representa p<10%; CS corresponde a região Centro Sul; NE corresponde a região Nordeste; N corresponde a região Norte; SE corresponde a região Sudeste; SDO corresponde a região Sudoeste.

Nota: FINBRA (2021), IFGF FIRJAN (2021), IPEADATA (2021) e dados da pesquisa (2021).

O IFDM (Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal) acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde. É realizado com base em estatísticas públicas oficiais. Os índices variam de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de cada localidade em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) desenvolvimento. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. As regressões (1), (2) e (3) representam o efeito dos do ICMS ecológico sobre os Índices Firjan de saúde, educação, emprego e Renda. O índice de educação avalia creches e crianças na escola. Já o indicador de saúde leva em conta a quantidade de consultas de pré-natal. Para o índice Emprego & Renda, o instituto Firjan avalia o número de empregos com carteira assinada.

Tabela 10 Efeito da relação do ICMS-E sobre educação ao considerar os Índices Firjan de desenvolvimento municipal nas áreas da educação, saúde, Emprego e Renda para os municípios matogrossenses.

Variável	(Emprego)	(Educação)	(Saúde)
ICMS-E E Educação Municípios A	0.25** (0.129)	-0,15 (0,103)	0,63*** (0.061)
N. Observações	23	31	217
ICMS-E	0,48***	0,44***	0,41***

E Educação Municípios B	(0.080)	(0.038)	(0.036)
N. Observações	228	585	480
ICMS-E E Educação Municípios C	0,10*** (0.037)	0,23*** (0,049)	0,12** (0.061)
Efeitos Aleatórios	SIM	SIM	SIM
Covariáveis	SIM	SIM	SIM
N. Observações	485	256	180

Obs.: Erros Padrão estão entre parênteses. *** representa p<1%; ** representa p<5%; * representa p<10%; colunas são explicadas da seguinte forma: Conceito A refere-se a nota acima 0,8; Conceito B refere-se a nota 0,6 a 0,8; Conceito C refere-se a nota 0,4 a 0,6

Nota: FINBRA (2021), IFGF FIRJAN (2021), IPEADATA (2021) e dados da pesquisa (2021).

Analisando e interpretando os resultados da tabela 9, os municípios que possuem uma boa gestão de emprego e renda e estão situados na coluna de conceito B (0.6 a 0.8), possuem maior geração de empregos. Para estes municípios o efeito é de acréscimo de 48% a mais nos investimentos com educação se comparado aos municípios que não a possuem. Ainda para os municípios de conceito B ao considerar o indicador de crianças nas escolas (educação) há um acréscimo de 44% nos investimentos com educação. Por fim os municípios com ótima gestão com conceito ótimo (coluna A), os impactos do ICMS ecológico são mais sensíveis para educação, gerando um aumento de investimentos de 64% se comparado aos municípios na mesma faixa de estimação.

Analisando e interpretando os resultados da tabela 11, os municípios que possuem uma boa gestão de emprego e renda e estão situados na coluna de conceito B (0.6 a 0.8), possuem maior geração de empregos. Para estes municípios o efeito é de acréscimo de 58% a mais nos investimentos com saúde se comparado a outros municípios. Ainda para os municípios de conceito B ao considerar o indicador de crianças nas escolas (educação) há um acréscimo de 44% nos investimentos com saúde. Por fim os municípios com ótima gestão com conceito ótimo (coluna A), o impacto do ICMS ecológico é mais sensível para saúde, gerando um aumento de investimentos de 64% se comparado aos municípios na mesma faixa de estimação.

Tabela 11 Efeito da relação do ICMS-E com gastos de saúde considerando os Índices Firjan de desenvolvimento municipal nas áreas da educação, saúde, Emprego e Renda para os municípios matogrossenses.

Variável	(Emprego)	(Educação)	(Saúde)
ICMS-E E Saúde Municípios A	0.17 (0.176)	-0.05 (0.153)	0.64*** (0.054)
N. Observações	23	31	217
ICMS-E E Saúde Municípios B	0,58*** (0.098)	0,44*** (0.088)	0,36*** (0.116)
N. Observações	228	585	480
ICMS-E E Saúde Municípios C	0,13*** (0.048)	0,40*** (0.064)	0,14*** (0.041)
Efeitos Aleatórios	SIM	SIM	SIM
Covariáveis	SIM	SIM	SIM
N. Observações	485	256	180

Obs.: Erros Padrão estão entre parênteses. *** representa p<1%; ** representa p<5%; * representa p<10%; As colunas são explicadas da seguinte forma: Conceito A refere-se a nota acima 0,8; Conceito B refere-se a nota 0,6 a 0,8; Conceito C refere-se a nota 0,4 a 0,6

Nota: FINBRA (2021), IFGF FIRJAN (2021), IPEADATA (2021) e dados da pesquisa (2021).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ICMS Ecológico é um instrumento de incentivo para formulação de políticas públicas ambientais e tem mudado a visão de muitos municípios no Mato Grosso quanto da necessidade de proteção e preservação do meio ambiente. Dessa forma pode se evitar a perda do desenvolvimento econômico de cada município e ainda há o incentivo através das unidades de conservação e terras indígenas. Podendo assim ser considerado como um modelo de gestão ambiental entre os estados e municípios de todo Brasil.

Desde a sua primeira experiência no ano de 1990 no estado do Paraná, cresce a cada ano a quantidade de municípios que aumentaram e cuidaram de suas unidades de conservação visando assim aumentar sua participação na distribuição do ICMS Ecológico. Por isso diz-se que este instrumento nasceu com o intuito de compensar aqueles municípios que possuem unidades de conservação e outras restrições, que impossibilitam que eles aumentem suas atividades econômicas.

O ICMS ecológico busca demonstrar a preservação das unidades de conservação e seu respectivo reembolso. A hipótese de investimento do ICMS ecológico está centrado em gastos em educação e saúde, objetivo principal deste trabalho. Para realizar a pesquisa, usou-se o método de Dados em

Painel, onde a preocupação é identificar um efeito que impacta as variáveis dependentes deste modelo. Ao utilizar covariáveis que poderiam influenciar na variável explicada, se pode ajustar o modelo de forma melhorar a especificação, e para evitar problemas de diferenças entre os dados e garantir confiança estatística utilizamos efeito fixo de tempo, aplicamos regressões com extrato populacional para podermos ter situações diferentes e verificar a magnitude do impacto do ICMS ecológico.

Deste modo os resultados alcançados, demonstram a importância deste instrumento para os municípios, pois os investimentos com educação alcançam 32% e 31% com saúde conforme já demonstrado. Isso demonstra que os municípios têm muito a ganhar valorizando suas unidades de conservação e áreas indígenas, uma vez que os efeitos podem geram um incremento nos investimentos com saúde e educação em cada município. Em relação ao efeito dessa política a todas as variáveis utilizadas obteve-se um efeito positivo em diversas situações.

REFERÊNCIAS

Brasil. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Art. 155.

Brasil. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Art. 158. Cap. I, Seção VI.

Brasil. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Art. 225.

Camargo, A. L. de Brasil (2002). As dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável: concepções, entraves e implicações à sociedade humana. 2002. Dissertação (Pós-graduação em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

Firjan. Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF). Disponível em: . Acesso em: mar. 2021.

Franco, D. H.(2006) O ICMS Ecológico como instrumento de gestão ambiental: contribuições para o Estado de São Paulo. 2006. Dissertação (Pós graduação em Engenharia de Produção) – Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Santa Barbara D´oeste, 2006.

Hempel, W. B. (2008) A importância do ICMS Ecológico para a sustentabilidade ambiental no Ceará. REDE - Revista Eletrônica do PRODEMA, Fortaleza, v. 2, n. 2, jun. 2008. Disponível em: http://www.revistarede.ufc.br/rede/article/view/14. Acesso em: 01 maio 2019.

Hempel, W.B., Mayorga, M. I. de O., Aquino, M. D & Cabral, N. R. A. J.(2006) A importância do ICMS Ecológico como instrumento de compensação financeira na aplicação do princípio protetor-recebedor. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL - SOBER, 44., Fortaleza, 2006. Anais[...] Brasília-DF: SOBER, p. 1-20, 2006. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/5298. Acesso em: 05 de Maio de 2019.

Ipeadata. Base de dados do Ipea. Disponível em: . Acesso em: 11 mar. 2021.

Loureiro, W. (2002) Contribuição do ICMS Ecológico à conservação da biodiversidade no Estado do Paraná. 2002. Tese (Pós graduação em Engenharia Florestal) – Faculdade Ciências Florestais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

Marques, L. D (2000). Modelos Dinâmicos com dados em painel: revisão de literatura. Série Working papers do Centro de Estudos Macroeconômicos e Previsão (CEMPRE) da Faculdade de Economia do Porto, Portugal, no. 100.

Mattei, L. F. & Meirelles Neto, J.(2015) O ICMS Ecológico como instrumento de política ambiental: evidências a partir do estado de Mato Grosso. Revista de Ciências da Administração, Florianópolis, p. 86-98, dez. 2015. ISSN 2175-8077. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/37010>. Acesso em: 29 set. 2019. doi:https://doi.org/10.5007/2175-8077.2015v17n43p86.

Mato Grosso. [Decreto (2001)]. Regulamenta o artigo 8º da Lei Complementar nº 73, de 07 de dezembro de 2000, seus anexos e dá outras providencias. Decreto nº 2.758, de 16 de julho de 2001: Governo do Estado de Mato Grosso.

Mato Grosso. [Lei Complementar (2000)]. Dispõe sobre os critérios de distribuição da parcela de receita do ICMS pertencente aos Municípios, de que tratam os incisos I e II do parágrafo único do art. 157 da Constituição Estadual e dá outras providências. Lei Complementar nº 73, de 07 de dezembro de 2000: Governo do Estado de Mato Grosso.

Mato Grosso. [Lei Complementar (2004)]. Estabelece normas relativas ao cálculo dos Índices de Participação dos municípios do Estado de Mato Grosso no produto da arrecadação do ICMS, e dá outras providências. Lei Complementar nº 157, de 20 de janeiro de 2004: Governo do Estado de Mato Grosso.

Miranda, P.(2012) Identificação dos Municípios do Estado de Mato Grosso que Possuem Maior Arrecadação do ICMS Ecológico. Revista de Estudos Sociais, Cuiabá, v. 14, n. 28, p. 186-198, 2012. Disponível em: http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/1837. Acesso em: 01 de Maio de 2019.

Oliveira, F. G. C., Pfitscher, E. D., & Casagrande, M. D. H.(2010) ICMS Ecológico: Análise do ICMS Ecológico no Estado do Paraná. In: XII ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE- ENGEMA, São Paulo, 2010. Anais [...]Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - USP, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121456?show=full. Acesso em: 05 de Maio de 2019.

Passos, P. N. C. (2009) A conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. Revista Direitos Fundamentais & Democracia, Curitiba, v. 6, n. 6, 2009. Disponível em: http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/18. Acesso em: 01 de Maio de 2019.

Paula, A. A. de. (2017) Conhecer o impacto do ICMS Ecológico no município de Tangará da Serra em relação a sua receita orçamentária e a receita do ICMS. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC em Ciências Contábeis) - Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Tangará da Serra, 2017.

Ribeiro, V. D. (2008) ICMS ecológico como instrumento de política florestal. 2008. Monografia (Monografia em Engenheiro Florestal) – Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2008, p. 2.

Santana, B. S. F. de.(2017) Análise do ICMS Ecológico no município de Tangara da Serra – MT. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC em Ciências Contábeis) - Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Tangará da Serra, 2017.

Santos, Heloisa Lizzi dos.(2019) Contabilidade Ambiental: Percepção dos profissionais contábeis da cidade de Alta Floresta. Revista Eletrônica da Faculdade de Alta Floresta, Alta Floresta, v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: http://faflor.com.br/revistas/refaf/index.php/refaf/article/view/169/0. Acesso em: 01 de Maio de 2019.

Scarione, D. X.(2013) A Aplicação do ICMS ecológico e seu controle social no município de Cáceres (MT), no período de 2008 a 2012. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, 2013.

Schmitt, M., Ribeiro, A. M. & Knebell, P. R.(2017) Impacto do ICMS Ecológico como instrumento de desenvolvimento municipal: uma análise no estado do paraná. In: 3º CONGRESSO UNB DE CONTABILIDADE E GOVERNANÇA, 2017. Brasília. Anais [...]. Brasília: USFC, 2017.

SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso (2014). ICMS Ecológico. Cuiabá, Mato Grosso. . Disponível em:

http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=591&Itemid=291. Acesso em: 01 de jun. de 2021.

Souza, R. F. da S.(2012) Análise do repasse do Icms Ecológico aos municípios do Estado de Mato Grosso, com ênfase à melhoria das políticas públicas. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC em Ciências Contábeis) - Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, 2012.

Wenglarek, K. J. & Gerigk, W.(2017) ICMS Ecológico e as finanças municipais: um estudo de seu aporte financeiro nas regiões do estado do Paraná. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO-ADM, Ponta Grossa, 2017. Anais [...] Ponta Grossa-PR, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2017.

Wooldridge, Jeffrey Marc. Introdução a econometria uma abordagem moderna. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

Capítulo 11

10.37423/220706315

EFEITOS DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE) NOS INDICADORES DE ESTRUTURA DE CAPITAL DAS EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS DA B3

Cleiton Franco — *UNEMAT - Universidade do Estado do Mato Grosso*

Natalie Cristi Guzatti — *UNEMAT - Universidade do Estado do Mato Grosso*

Sonia Aparecida Beato Ximenes — *UNEMAT - Universidade do Estado do Mato Grosso*

Weister Fernandes Martins — *UNEMAT - Universidade do Estado do Mato Grosso*

Ariel Lopes Torres — *UNEMAT - Universidade do Estado do Mato Grosso*

Resumo: O presente estudo busca identificar a influência do índice de sustentabilidade empresarial (ISE) na estrutura de capital das empresas não financeiras da B3. O período englobará os anos de 2006 a 2019, com a finalidade de demonstrar se a adoção do ISE afeta os indicadores de estrutura de capital das empresas, comparando às empresas da B3 não participantes do ISE. São os índices Endividamento Geral, Participação de Capital de Terceiros, Composição do endividamento, Imobilização do Patrimônio Líquido, Imobilização de Recursos não Correntes, Grau de Alavancagem Financeira. Esta pesquisa se classifica como explicativa, descritiva, quantitativo e documental, sendo aplicado a técnica de dados em painel para analisar um total de 270 empresas não financeiras participantes presentes na B3 que foram extraídas do banco de dados da Economática. Os resultados foram extraídos em torno de três mil e quinhentas e dez observações, sendo elas positivas, com resultados de 35% para o endividamento geral, 74% para a participação de capital de terceiros, na imobilização do patrimônio líquido a um efeito de 99%, para a imobilização de recursos não correntes há uma variação de 210% e 98% para a alavancagem financeira. Com isso, entende-se que aa empresas não financeiras da carteira do ISE possuem maior desempenho dentre os anos de 2006 a 2019.

Palavras-chave: Índice de Sustentabilidade Empresarial. Indicadores de Estrutura de Capital. Responsabilidade Social.

1 INTRODUÇÃO

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) com origem na América Latina, procura um ambiente adequado para investimentos em desenvolvimentos sustentáveis da atualidade buscando incentivar a ética ambiental nas organizações. O índice foi criado em 2005, financiado pela *International Finance Corporation* (IFC) juntamente com o Banco Mundial, toda sua metodologia foi desenvolvida pelo FGVces e o próprio B3 (ISE B3, 2019).

O ISE B3 é um mecanismo que avalia e analisa o desempenho de empresas participantes do Brasil Bolsa Balcão (B3) com foco na sustentabilidade empresarial, equilíbrio ambiental, eficiência econômica, governança corporativa e justiça social (ISE B3, 2019). Deste modo, abrangendo o conhecimento com base em grupos e empresas fiéis à sustentabilidade, apresentando-os por nível de transparência, qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, natureza do produto, equidade, prestação de contas, ainda compreende o desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, mudança do clima, ambiental e social.

Perante a temática ser estudada, o atual estudo expõe o questionamento: O índice de sustentabilidade empresarial impacta nos indicadores de estrutura de capital das empresas não financeiras da B3?

Desse modo o presente estudo busca identificar a influência do índice de sustentabilidade empresarial (ISE) na estrutura de capital das empresas não financeiras da B3. O período englobará os anos de 2006 a 2019, com a finalidade de demonstrar se a adoção do ISE afeta os indicadores de estrutura de capital das empresas, comparando às empresas da B3 não participantes do ISE (ISE B3, 2019).

Com relevância ao assunto apresentado os objetivos específicos, busca identificar e separar as empresas participantes do B3 e da carteira do ISE no período de 2006 a 2019; verificar se as empresas ISE apresentam melhores resultados para os indicadores de estrutura de capital.

O presente estudo se justifica por de evidenciar através de resultados, se as empresas participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), apresentam resultados positivos sobre os indicadores de estrutura de capital, buscando comprovar a proposta inicial de criação do ISE.

2. INDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE)

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) conforme a B3 (2019) refere-se a um índice que analisa a atuação das empresas listadas na B3, tais empresas em suas atividades devem adotar a sustentabilidade corporativa, que possuem o intuito de uma melhor economia, buscam ponderar o

consumo ambiental, enfocando a justiça social e governança corporativa. Trata-se de um mecanismo que de forma comparativa analisa a atuação dessas empresas. Observa se o retorno de uma carteira teórica composta por ações, se essas empresas estimulam práticas sustentáveis, que tendem a se importar com sustentabilidade empresarial, constituindo condições para arcar com riscos econômicos, sociais e ambientais.

Criado em 2005 com o posto de primeiro índice de sustentabilidade na América Latina, financiado pela International Finance Corporation (IFC) juntamente com o Banco Mundial, toda sua metodologia foi desenvolvida pelo FGVces e o próprio B3. O anseio desses indicadores é um ambiente conveniente com o desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea trazendo à tona a responsabilidade que organizações devem ter, a ética perante ao meio ambiente (B3, 2019).

Para a constituição do ISE várias instituições se reuniram para criar um índice referência aos investimentos sustentáveis e responsáveis, são as instituições B3, Abrapp, Anbima, Apimec. IBGC, IFC, Instituto Ethos, Ministério do Meio Ambiente e FGV. Logo após a formação da ideia financiada pela IFC, foram estabelecidas oito organizações para compor o mais novo Conselho Deliberativo do ISE, sendo ele o maior órgão de governança, buscando garantir a transparência de construção e de seleção das empresas. Mais à frente foi incrementada mais três instituições a Pnuma, Gife e Ibracon, sendo um total de onze instituições que são responsáveis pelo CISE (B3, 2019).

O ISE foi o quarto a ser implantado, o índice brasileiro foi inspirado em vários outros estrangeiros, como o DJSI, FTSE4Good e o JSE, com a finalidade de reunir empresas que mais agregam a sustentabilidade e responsabilidade social (NASCIMENTO; KROENKE; MARCOS, 2016 *apud* Bovespa, 2015). Como influenciadores, diversos órgãos deram força ao ISE, sendo eles o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) e o Instituto Ethos da BM&FBOVESPA.

Objetiva todas aquelas empresas que em suas atividades buscam evidenciar a sustentabilidade a longo prazo, estimulando aos meios práticas sustentáveis, sendo assim referência nesse ramo. O ISE serve aos interessados como um fator de analise entre empresas e grupos empresariais que enfocam a sustentabilidade, dando – os a possibilidade de analisar as diferenças, vantagens, qualidade, o nível de compromisso, transparência, desempenho entres outros que possam ser ponto de partida para investidores (FIGUEIREDO; ARAÚJO 2016 *apud* MACEDO; SOUSA; CÍPOLA 2007).

Há três condições de participar do ISE: a Elegível, Treineira e Simulado. A elegível é para empresas que contenham as 200 ações mais liquidas na B3, e as treineiras e simulado é atribuída para todas as

empresas que compõem a B3 (B3, 2019). No Quadro 1 é possível observar a comparação das categorias no ISE, dando a possibilidade de as empresas avaliar suas metodologias, buscando um planejamento e melhorias para ingressar na carteira ISE.

Tabela 1 comparativo das categorias do ISE.

ATRIBUTOS	ELEGÍVEL	TREINEIRA	SIMULADO
Possibilidade de integrar a carteira	Sim	Não	Não
Oportunidade de reunião com Equipe ISE	Sim	Não	Não
Questionário a ser respondido	Ano em curso	Ano em curso	Do ano anterior
Dimensões do questionário	Todas	Todas	Opcional
Relatório qualitativo (Análise dos documentos)	Sim	Não	Não
Relatório quantitativo (desempenho da empresa, desempenho máximo e médio da carteira e médio das participantes)	Sim	Sim	Sim*
Recebimento do relatório quantitativo	No fim do ciclo	No fim do ciclo	Imediato
Flexibilidade de prazos	Não	Não	Sim
Quem pode participar	Emissoras das 200 ações mais líquidas	Todas as empresas listadas	Todas as empresas listadas

**Possibilidade de realizar o simulado considerando duas situações diferentes na empresa, recebendo dois relatórios quantitativos, um para cada momento.*
Nota: Adaptado com base em B3 (2019).

Empresas que possuem as 200 ações mais liquidas, que possuem os critérios de sustentabilidade de acordo com o conselho do ISE e com existência de 50% (cinquenta por cento) em pregões das três ultimas carteiras, correspondente aos 12 últimos meses, estão aptas para passar pelo processo avaliativo do modo elegível para a composição da Carteira ISE.

No processo de seleção das empresas a serem incluídas no ISE, a B3 analisa as repostas coletadas através de questionários, os mesmos são compostos por sete dimensões que avaliam os diferentes aspectos da sustentabilidade, são eles: Dimensão Geral, Natureza do Produto, Governança Corporativa, Econômico – Financeira, Ambiental e Social, Mudança do Clima. Através dessas dimensões, será analisado se essas empresas estão aptas para entrar para o ISE, B3 (2019).

Segundo o B3 (2019) cada dimensão possui o mesmo peso, entretanto são divididos em vários critérios, como base em cada um é atribuído um peso, essa avaliação está embasada em contextos atuais da gestão empresarial e das demandas da sociedade. Ainda sim passam por analises de documentos para basear as informações recebidas com uma deliberação final conduzida pelo Conselho Deliberativo do ISE, o CISE, conduzida pela B3 e assegurado pela KPMG. Após a analise o conselho considera um montante de 40 empresas. Ao termino, é publicado ao final de cada ano o resultado da carteira, vigorando no início da primeira segunda-feira de janeiro (ou dia útil após, se

caso não houver transações no segmento BOVESPA nesse dia) até o dia precedente à vigência da nova carteira, janeiro do próximo ano (B3, 2019).

2.1 ESTUDOS CORRELATOS

Tabela 2 Estudos anteriores publicados sobre o tema

Autor / Ano	Objetivos	Resultados
Cavalcante, Bruni Costa (2009)	Estudou o desempenho da carteira ISE com a carteira Bovespa e índice Brasil, em 345 pregões distribuídos com relação a data de criação do índice. Embasa-se na comparação dos retornos acumulados, retornos médios e desvio padrão.	Constatou que entre os resultados encontrados o melhor desempenho foi alcançado pelo ISE no período que antecede sua criação pode ser creditado ao desempenho das instituições que o compõem.
Sousa, Albuquerque, Rêgo, Rodrigues (2011)	Os autores buscaram comprovar o desempenho das empresas e apontar qual o grau de correlação entre suas receitas líquidas e o ISE no período de 2005 a 2009. Utilizou-se da análise de regressão e correlação cujo método utilizado foi a regressão simples, não linear buscando descrever a suposta existência de relação entre essas variáveis	Os resultados obtidos apontaram que as receitas líquidas aumentaram em relação ao ano anterior, assim concluindo que as variações do ISE são explicadas pela variação nos resultados da carteira, quanto mais varia o ISE, mais as receitas líquidas das empresas variarão respectivamente no percentual declarado.
Dalmacio e Buoso (2016)	Confrontaram através de indicadores contábeis se as empresas brasileiras que participantes do ISE da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) no período de 2006 a 2012 representam resultado superior aos demais que não compõem o índice.	Se porventura empresas da carteira ISE desempenham resultados superiores à outras empresas em quatro indicadores: retorno das ações; rentabilidade do ativo (ROE); rentabilidade do patrimônio líquido (ROA); e composição do endividamento.
Klöppel, Schnorrenberger e Lunkes (2013)	Se embasou na criação e distribuição de riquezas presentes no índice IBOVESPA através da DVA	com base nos resultados empresas pertencentes a esses índices apresentou efeitos maiores, sendo 92,6% do resultado. Entre os segmentos constatou-se que 38,5% da distribuição de riquezas foram destinadas para o governo.
Mazzioni, sady et. al (2013)	Com base na geração e distribuição de valor adicionado de empresas participantes da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial e as empresas participantes do BM&FBOVESPA no período de 2009 a 2011, analisou a desenvoltura dessas empresas.	Todavia as empresas participantes do ISE, demonstraram um desempenho superior no período pesquisado no montante médio do valor adicionado.
Ignacio (2019)	Buscou analisar o desempenho de empresas listadas na B3, com o intuito de estudar os indicadores de desempenho dentro dos anos 2000 a 2018.	Pretendeu-se identificar e separar as empresas participantes do B3 e da carteira do ISE, verificando os dados com base nos indicadores de Valor de Mercado, Lucro por Ação, Preço/VPA e Q de Tobin.

Nota: Elaborado pelos autores

3. METODOLOGIA

Dados em painel se trata do método empregado para analisar vários entes em determinado período (WOOLDRIDGE, 2016). Na obtenção desses dados em painel, utiliza-se 270 empresas não financeiras retiradas do banco de dados da Economática, com o intuito de analisar a desenvoltura através de indicadores de estrutura de capital, são eles Endividamento Geral, Participação de Capital de Terceiros, Composição do endividamento, Imobilização do Patrimônio Líquido, Imobilização de Recursos não Correntes, Grau de Alavancagem Financeira, com informações coletadas nos anos de 2006 a 2019. Logo o modelo econométrico a ser estimado resume-se na equação 1.

$$\boldsymbol{lOGy_{it} = \beta_0 + \beta_1 ISE_{it} + \theta X_{it} + \lambda_t + \varepsilon_{it}} \qquad \textbf{(1)}$$

Onde $lOGy_{it}$ é o resultado de interesse das variáveis que compõe a estrutura de capital de empresas não financeiras listadas na B3, tais como, Endividamento Geral, Participação de Capital de Terceiros, Imobilização do Patrimônio Líquido, Imobilização de Recursos não Correntes, Grau de Alavancagem Financeira para a empresa i, no ano t. ISE_{it} é um indicador que toma o valor igual a 1, se a empresa i realizou adesão ao Índice de Sustentabilidade Empresarial no ano t, e 0 caso contrário. X_{it} é um grupo de covariáveis descritos na seção dados das variáveis descritivas (tabela 4). A λ_t representa efeito fixo de tempo. Finalmente, ε_{it} é um termo de erro.

A estimativa para a amostra é de 270 empresas não financeiras presentes na B3 entre os períodos de 2006 a 2019. O Índice de Sustentabilidade Empresarial com surgimento em 2006, tem o intuito de avaliar a relação sustentável empresarial e a atuação das empresas inclusas na B3. Com sua adoção, empresas participantes buscam alcançar as expectativas da carteira de ações, podendo sair em anos posteriores até 2019.

Esta pesquisa se classifica como explicativa, descritiva, quantitativo e documental. Se qualifica como explicativa conforme Moresi (2003), tem a finalidade de justificar, esclarecer, contribuindo para o entendimento de determinado acontecimento. Portanto o atual estudo procura demonstrar o impacto financeiro positivo que a carteira do ISE gera ou não às empresas participantes. Segundo Gil (1999), o descritivo, aponta a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. No entanto, a amostragem deste estudo utiliza métodos e teorias que ajudam na coleta e interpretação de dados, através de indicadores de estrutura de capital.

A abordagem quantitativa provém pelo tratamento das informações, por meio de técnicas estatísticas, que demonstram o resultado e interpretação dos indicadores de estrutura de capital das empresas.

Se considera como quantitativa, a partir do momento que é necessário recursos estatísticos (MORESI, 2003). O método documental conforme Martins e Theóphilo (2009), executa-se por meio analítico de fontes documentais, registros e informações. Deste modo os dados serão coletados por intermédio dos indicadores de estrutura de capital, sendo eles: Endividamento Geral, Participação de Capital de Terceiros, Composição do endividamento, Imobilização do Patrimônio Líquido, Imobilização de Recursos não Correntes, Grau de Alavancagem Financeira, estes dados serão analisados de empresas listadas na B3 e na carteira ISE dentre os períodos de 2006 a 2019.

Empresas listadas na carteira ISE, são propicias a oscilações ao longo do período de estudado, portanto, podem deixar ou não de estar na carteira, por não estar de acordo com os critérios do ISE. Essas empresas estão listadas na B3. Na tabela 3 é possível evidenciar os indicadores utilizados e suas fórmulas para os cálculos.

Tabela 3 Indicadores

Indicadores	Descrição	Fórmula
Endividamento geral	Quanto de dividas em relação ao investimento total.	(Passivo Total / Ativo Total) *100
Participação de Capital de Terceiros	Demonstra o endividamento com base nos financiamentos através de recursos próprios.	(Capital de Terceiros / Patrimônio Líquido) *100
Imobilização do Patrimônio Líquido	Apresenta quanto de capital próprio há em bens permanentes.	(Ativo Permanente / Patrimônio Líquido) *100
Imobilização de Recursos não Correntes	Proporção existente entre Ativo Permanente e recursos não Correntes.	(Ativo Permanente / (Patrimônio Líquido + Exigivel a Longo Prazo)) *100
Grau Alavancagem Financeira	Evidencia quais os efeitos das variações ocorridas no Lucro Antes dos Juros e do Imposto de Renda.	GAF = LAJIR / LAIR

Nota: Elaborado pelos autores

Conforme Poeta (2007) com esses índices é possível analisar o endividamento da empresa. Consideravelmente importante, pois é ele que irá definir se a companhia possui alguma dependência com capitais de terceiros, sendo a base para o cálculo o Balanço Patrimonial, possibilitando a comparação e participação de capital próprio ou capital de terceiros. Para Lima e Lima (2013) citando Marion (2010) trata-se do “do volume de dinheiro de terceiros ou de proprietários usados para gerar lucros”, medindo a estrutura, capacidade de financiamentos da organização empresarial.

Em conformidade com Lima e Lima (2013) o primeiro índice listado no quadro acima, Endividamento Geral, compreende os ativos totais que são financiados por capitais de terceiros, apresentado que, quanto maior for esta participação, maior será o índice, considerando também maior a alavancagem

financeira. Poeta (2007) traz que o EG justifica o quanto em relação ao seu investimento total a empresa deve, reforçando ainda que quanto menor for, melhor será.

Sobre a Participação de Capitais de Terceiros, Poeta (2007) diz que é a relação dos exigíveis totais com os fundos totais adquiridos por capital próprio investido. Corroborando com Silva (2013), considera-se quanto menor este índice, menos risco oferecerá para a empresa. No entanto, é uma possibilidade a escolha de trabalhar com capitais de terceiros, considerando um lucro mais vantajoso do que os custos de pagamentos a terceiros. Ainda com Poeta (2007 idem Iudícibus 1995, p. 105) o PCT representa uma parte do ativo total subsidiado por capital de terceiros, caracterizando um risco ou dependência perante terceiros, é também reconhecido como índice de Grau de Endividamento.

A Imobilização do Patrimônio Líquido conforme Poeta (2007) é o responsável por apresentar os quantitativo pertencentes ao PL utilizados para compor o ativo permanente, simbolizando o quanto de imobilizado para cada real de PL. Da mesma forma, aos anteriores, destaca se há dependência de recurso de terceiros ou não para financiamentos a curto prazo, considera-se que quanto maior a porcentagem, menor será a participação de capital próprio.

Silva (2013) traz que o índice ilustra a participação do capital próprio nos ativos imobilizados da empresa. Sendo nativos do patrimônio líquido, são investidos no ativo circulante e no ativo permanente, porem reforça o uso de capital de terceiros, se tornando dependente, pois boa parte do capital próprio está presente no ativo permanente.

De acordo com Camargo (2017) a Grau de Alavancagem Financeira é encontrada através da estrutura de capital da empresa envolvendo suas dívidas, fazendo necessário a compra de mais ativos, simbolizando o aumento do retorno do capital investido. Basicamente trata-se de uma maneira de buscar recursos de terceiros, sendo eles empréstimos, ações, debêntures entre outros, possibilitando investimentos que irão aumentar a produção, as vendas e posteriormente nos lucros. Seu resultado deve surtir efeitos na variação do lucro antes dos juros e imposto de renda (LAJIR) sobre os lucros.

Uma vez que o modelo de dados em painel se torna o método mais adequado para a pesquisa, utilizou-se o modelo de efeitos fixos. De acordo com Marques (2000), o modelo de efeitos fixos possibilita identificar o comportamento da heterogeneidade e da interdependência, considerando os coeficientes β iguais para todos os indivíduos, exceto β_1i que mantem específico para cada indivíduo, o que não descaracteriza a homogeneidade dos dados.

A Tabela 4 apresenta os resultados de médias de valores absolutos de todas as empresas analisadas no período de 2006 a 2019. As 3.510 observações são resultantes de 270 empresas em treze anos de (análises) banco de dados. As variáveis são compostas por médias de valores absolutos das 270 empresas nos treze anos, como por exemplo, as variáveis patrimônio líquido, investimentos, imobilizado, dívida total líquida, exigível a longo prazo, passivo circulante, lucro líquido, ativo total, lucro líquido, Receitas de vendas, etc. As demais variáveis são compostas pelas médias dos indicadores calculados sobre as empresas citadas nos treze anos. A exemplo, podemos citar: Taxa Interna de Retorno, Liquidez, Margem Líquida, P/VPA, etc.

Tabela 4 Estatística descritiva das covariáveis do modelo de dados em painel de efeitos fixos

Variáveis	Obs.	Média	Desvio Padrão	Min.	Max.
Empresas	3510	201.6815	108.0545	1	396
setor	3510	3.368661	2.539343	1	9
subsetor	3510	16.4302	9.505475	1	35
Quantidade de Ações	3510	2.46e+10	4.45e+11	0	1.64e+13
Quantidade de Negócios	3510	313131.6	871890.2	0	1.45e+07
Volume	3510	2.89e+09	1.25e+10	0	3.51e+11
Dívida Total Bruta	3510	3122189	1.73e+07	0	4.93e+08
Receita de Vendas	3510	4981697	1.96e+07	-17954	3.50e+08
Lucro Bruto	3510	1491078	6218635	-806957	1.25e+08
Ebitda	3510	969270.3	4710207	-1.51e+07	1.09e+08
Lucro líquido	3510	279267.5	2365298	-4.42e+07	3.78e+07
Passivo Circulante	3510	1866012	6046184	0	1.12e+08
Exigível a Longo Prazo	3510	546305.8	4065895	0	1.27e+08
Patrimônio Líquido	3510	3560638	1.85e+07	-1.38e+07	3.48e+08
Ativo Total	3510	9399043	4.46e+07	0	9.00e+08
Dívida Total Liquida	3510	2169764	1.37e+07	-1.02e+07	3.92e+08
Valor de Mercado	3510	5498212	2.48e+07	0	4.30e+08
Taxa Interna de Retorno	3510	24.15954	234.2348	-96	9651
P/VPA	3510	1.41567	6.151746	-224	150
Rentabilidade do Patrimônio	3510	.5957265	335.3868	-12765	9122
Alavancagem Financeira	3510	.3541311	178.8189	-10011	2268
Alavancagem Operacional	3510	2.767521	33.21695	-230	1556
imobilizado	3510	3862627	2.90e+07	0	6.30e+08
Investimentos	3510	306908.2	2060290	-37260	3.58e+07
Liquidez	3510	0.1709402	.6627825	0	14
Margem Liquida	3510	-121.9068	3871.944	-132283	46635
Vendas por ação	3510	168.7356	1441.057	-53	33614
Índice de Sustentab. Empresarial	3510	0.0888889	.2846238	0	1
Ano	3510	2012	3.742191	2006	2018

***Nota*:** Economática, 2020.

A Tabela 5 apresenta as variáveis utilizadas para composição dos resultados de interesse do trabalho. As variáveis LOG representam o logaritmo das variáveis de referência. A variável logarítmica quando utilizada como variável dependente demonstra (variável de interesse de acordo com o modelo de regressão de dados em painel) a variação percentual do resultado, ou seja, quanto variam os resultados para as empresas que participam do grupo do ISE se comparado às empresas que não participam do grupo.

Tabela 5 Estatística descritiva das variáveis criadas para o trabalho

Variáveis	Obs.	Média	Desv.Padrão	Min.	Máx.
Passivo Total	3510	2412318	8220550	0	1.85e+08
Endividamento Geral	3510	39.33466	85.88187	0	3564.371
Capital de Terceiros	3510	2412318	8220550	0	1.85e+08
Participação de Capital Terceiros	3510	139.8261	2137.242	-54209.3	99225.13
Composição de Endividamento	3510	72.86482	38.66715	0	100
Ativo Permanente	3510	4169535	2.98e+07	0	6.44e+08
Imobilização Patrimônio Líquido	3510	102.1536	1304.077	-12942.33	68510.95
Imobilização de Recursos não Correntes	3510	5.46e+07	4.07e+08	-12942.33	1.27e+10
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	3510	.0543639	2.275878	-63.57421	70.42463
Retorno sobre Ativo	3510	-.0041564	.4230695	-11.73634	11.88856
Grau de Alavancagem Financeira	3510	294.3961	2571.706	-77317.32	99325.13
logEG	3510	2.902736	1.49195	-6.995495	8.178742
logPCT	3510	3.275684	2.147568	-6.863362	11.50515
logCompEnd	3510	3.704511	1.64018	-.0826042	4.60517
logIPL	3510	2.835752	2.270337	-5.752318	11.13475
logIRNC	3510	6.118863	6.645366	-5.637835	23.26095
logGAF	3510	4.237608	2.49913	0	11.50615

***Nota*:** Economática, 2020.

Na Tabela 6 é possível identificar toda a evolução da carteira ISE em relação a quantidade de empresas participantes ao longo dos treze anos. Como demonstrado, ao longo dos anos obteve-se um crescimento na composição do ISE, sendo as maiores altas em 2014 e 2015 e uma queda em 2018.

Tabela 6 Evolução anual da adoção a carteira do ISE pelas empresas não financeiras da B3.

Ano	Carteira de Empresas ISE	Carteira de Empresas não ISE
2006	16	254
2007	20	250
2008	22	248
2009	21	249
2010	24	246
2011	25	245
2012	26	244
2013	26	244

2014	29	241
2015	29	241
2016	26	244
2017	27	243
2018	21	249

Fonte: Economática, 2020; Ignacio (2019).

4. RESULTADOS

Nas tabelas dos resultados das regressões, 7 e 8 apresentadas mais abaixo, demonstram o resultado principal da pesquisa, tendo a finalidade de identificar as margens percentuais dos indicadores das empresas pertencentes ao grupo do ISE, frente as empresas que não participam do grupo.

Na Tabela 7 observou-se que o efeito do ISE para as empresas que aderiram a carteira de sustentabilidade empresarial. Observa-se um efeito positivo e significante para Endividamento Geral de 35%. Isso significa que as empresas participantes do ISE possuem um grau de endividamento 35% maior do que as empresas que não participam do ISE. Há também uma situação positiva e significante de 74% para PCT para as empresas que participam do ISE, ou seja, as empresas que participam do ISE, possuem um acréscimo de 74% de capital de terceiros se comparadas as empresas que não são do grupo ISE.

Os efeitos fixos representam as variáveis constantes entre os indivíduos. Ou seja, emprega-se a isonomia de variáveis para as diferentes empresas, reduzindo a aleatoriedade. Efeito fixo de ano, setor e subsetor representa variáveis constantes, de forma a equalizar (reduzir os efeitos) todas as empresas no ano, setor e subsetor. Covariáveis representam a utilização das variáveis (constantes da Tabela 7) dependentes para ajuste do modelo de regressão. Quanto maior a quantidade de covariáveis, melhor o ajuste nos resultados.

Tabela 7 Efeito do ISE sobre Endividamento Geral e Participação de Capital de Terceiros das empresas não financeiras da B3

Variável	**(EG)**	**(PCT)**
ISE	0.35***	0,74***
	(0.095)	(0.147)
Efeitos Fixo de ano	SIM	SIM
Efeitos Fixos de Setor	SIM	SIM
Efeitos Fixos de Subsetor	SIM	SIM
Covariáveis	SIM	SIM
N. Observações	3510	3510

Obs.: Erros Padrão estão entre parênteses. *** representa p<1%; ** representa p<5%; * representa p<10%;

Nota: Economatica (2020) e dados estimados na pesquisa.

Na Tabela 8 estão apresentados os resultados das estimações para Imobilização do patrimônio líquido (IPL), Imobilização de Recursos não Correntes (IRNC) e Grau de Alavancagem Financeira (GAF) das empresas não financeiras da B3. O IPL indica quanto do Patrimônio Líquido da empresa está aplicado no Ativo não circulante, ou seja, o quanto do Ativo não circulante da empresa é financiado pelo seu Patrimônio Líquido, evidenciando, dessa forma, a maior ou menor dependência de recursos de terceiros para manutenção dos negócios. Neste caso, estamos interessando em demonstrar se as empresas participantes do ISE possuem maior IPL frente as empresas não participantes. As empresas ISE possuem um acréscimo 99% de IPL no período de 2006 a 2019 se comparado as empresas não ISE. Entende-se que, o uso do PL no ativo não circulante das empresas ISE é 99% maior.

O IRNC representa também a conhecida imobilização de recursos permanentes, representa o capital investido em recursos permanentes. Através desse indicador, pode-se descobrir o quanto de capital próprio (patrimônio líquido) e/ou capital de terceiros (passivo não circulante) a empresa reserva para o ativo não circulante. As empresas participantes do ISE possuem um IRNC 210% maior do que as empresas não pertencentes ao grupo ISE. Deste modo, chegamos a entendimento que, o grupo ISE possui uma composição maior de capital.

O Grau de Alavancagem Financeira (GAF) significa o que a empresa consegue alavancar, ou seja, aumentar o lucro líquido por meio da estrutura de financiamento. Segundo Matarazzo (1995), alavancagem financeira é “o efeito da estrutura de financiamento no lucro dos acionistas”. As empresas do ISE possuem um GAF 98% maior do que as empresas não ISE. De outra forma interpretativa, as empresas participantes do ISE geram um retorno maior para os seus acionistas em termos de Grau de Alavancagem.

Tabela 8 Efeito do ISE sobre Imobilização do Patrimônio líquido, Imobilização de Recursos não Correntes e Grau de Alavancagem Financeira das empresas não financeiras da B3.

Variável	**(IPL)**	**(IRNC)**	**(GAF)**
ISE	0.99***	2,10***	0,98***
	(0.152)	(0.612)	(0.121)
Efeitos Fixo de ano	SIM	SIM	SIM
Efeitos Fixos de Setor	SIM	SIM	SIM
Efeitos Fixos de Subsetor	SIM	SIM	SIM
Covariáveis	SIM	SIM	SIM
N. Observações	3510	3510	3510

Obs.: Erros Padrão estão entre parênteses. *** representa p<1%; ** representa p<5%; * representa p<10%;

Nota: Economatica (2020) e dados estimados na pesquisa.

As Tabelas 9 a 12 representam os testes de robustez com respostas heterogêneas, ou seja, testou-se o quanto as regressões mantem-se estatisticamente relevantes em situações com amostras estratificadas. Foram realizadas com subgrupos amostrais, de setores econômicos da B3, buscando identificar padrões únicos para os diferentes setores econômicos integrantes da carteira de ações das empresas não financeiras da B3. Nesta seção foram realizadas estimações para os setores de Consumo Cíclico e de Bens industriais.

Como discorrido acima, a análise por setor obteve resultados positivos, o setor de consumo cíclico da B3 é composto por um mil e setecentas e treze observações, sendo elas com maiores resultados em relação as empresas não ISE, nessa esfera o endividamento geral foi de 33%, a composição de capitais de terceiros é de 77%.

Tabela 9 Efeito do ISE sobre Endividamento Geral, Participação de capital de terceiros e composição de endividamento controlando para o setor de Consumo Cíclico das empresas da B3.

Variável	(EG)	(PCT)
ISE	0.33**	0,77***
	(0.114)	(0.176)
Efeitos Fixo de ano	SIM	SIM
Efeitos Fixos de Setor	SIM	SIM
Covariáveis	SIM	SIM
N. Observações	1713	1713

Obs.: Erros Padrão estão entre parênteses. *** representa p<1%; ** representa p<5%; * representa p<10%;

Nota: Economatica (2020) e dados estimados na pesquisa.

Como presente na Tabela 10, neste setor a participação do PL no ativo não circulante é de 76%, na imobilização de recursos não correntes 185% está presente no setor cíclico e para alavancagem financeira desse grupo a porcentagem é de 96%.

Tabela 10 Efeito do ISE sobre Imobilização do Patrimônio líquido, Imobilização de Recursos não Correntes e Grau de Alavancagem Financeira controlando para o setor de Consumo Cíclico das empresas da B3.

Variável	(IPL)	(IRNC)	(GAF)
ISE	0.76***	1,85**	0,96***
	(0.188)	(0.692)	(0.144)
Efeitos Fixo de ano	SIM	SIM	SIM
Efeitos Fixos de Setor	SIM	SIM	SIM
Covariáveis	SIM	SIM	SIM
N. Observações	1713	1713	1713

Obs.: Erros Padrão estão entre parênteses. *** representa p<1%; ** representa p<5%; * representa p<10%;

Nota: Economatica (2020) e dados estimados na pesquisa.

O setor de consumo cíclico é composto dos subsetores automóveis e motocicletas, comércio, construção civil, hotéis e restaurantes, mídia, utilidades domésticas, tecidos, vestuário e calçados e viagens e lazer. já para o setor de bens industriais sua composição envolve os subsetores de comércio, construção e engenharia, material de transporte, máquinas e equipamentos, serviços e transporte.

No setor de bens industriais há um total de quatrocentas e noventa e duas observações, como presente na tabela 11, encontramos um endividamento geral de 64% maior em relação as não participantes, comparada a participação de capitais de terceiros se depara com uma composição de 148% maior se relacionada as não ISE.

Tabela 11 - Efeito do ISE sobre Endividamento Geral, Participação de capital de terceiros e composição de endividamento controlando para o setor de Bens Industriais das empresas da B3.

Variável	**(EG)**	**(PCT)**
ISE	0.64**	1,48***
	(0.245)	(0.399)
Efeitos Fixo de ano	SIM	SIM
Efeitos Fixos de Setor	SIM	SIM
Covariáveis	SIM	SIM
N. Observações	492	492

Obs.: Erros Padrão estão entre parênteses. *** representa p<1%; ** representa p<5%; * representa p<10%;

Nota: Economatica (2020) e dados estimados na pesquisa.

Com está presente na Tabela 12, destacados os índices de imobilização do PL, imobilização de recursos não correntes e o grau de alavancagens financeira temos os resultados respectivamente de 165%, 413% e 154% em destaque. Como pode-se observar, os setores industriais possuem resultados consideráveis se relacionados as empresas não participantes do ISE. Se comparados com os demais setores analisados, este é o com maior resultado, possuindo sua estrutura de capital mais elevada.

Tabela 12 Efeito do ISE sobre Imobilização do Patrimônio líquido, Imobilização de Recursos não Correntes e Grau de Alavancagem Financeira controlando para o setor de Bens Industriais das empresas da B3.

Variável	(IPL)	(IRNC)	(GAF)
ISE	1.65***	4,13**	1,54***
	(0.411)	(1.361)	(0.332)
Efeitos Fixo de ano	SIM	SIM	SIM
Efeitos Fixos de Setor	SIM	SIM	SIM
Covariáveis	SIM	SIM	SIM
N. Observações	492	492	492

Obs.: Erros Padrão estão entre parênteses. *** representa p<1%; ** representa p<5%; * representa p<10%;

Nota: Economatica (2020) e dados estimados na pesquisa.

Com os resultados apresentados no decorrer deste estudo, sendo eles geral e separados por dois setores, pode-se identificar que o grupo ISE há um maior desenvolvimento, ou seja, a relevância do índice sustentável em seu intuito é através de novas práticas obter um desenvolvimento avantajado, considerando o meio social e ambiente. Deste modo a análise feita, considerando o desempenho do índice, faz valer os resultados relacionados as empresas não pertencentes.

Diversos autores em seus estudos relacionam o desempenho do ISE, se comparado a desenvoltura desses estudos a este, facilita o entendimento da comparação da estrutura de capital. Alguns deles apresentam o desenrolar da carteira ISE.

Nos estudos de Dalmacio e Buoso (2016) se tratando do Índice de Sustentabilidade Empresarial, analisa-se os indicadores contábeis das empresas integrantes, perante a comparação das que não compõem a carteira. Neste estudo os intuitos se conversam, os resultados obtidos foram positivos, através do estudo relatado, analisa o retorno financeiro das empresas ISE, nos três anos estudados o desempenho tem sofrido poucas oscilações, e como prova do melhor desempenho segunda a sua estrutura de capital se mostram mais vantajosa no grupo ISE.

Assim com Mazzioni et. al. (ano) apresentam em sua análise, comparadas a este estudo, o desempenho da carteira ISE é relativamente maior se comparados as empresas não ISE. Conforme o autor, os resultados indicam que existem diferenças no montante absoluto de valor adicionado médio da amostra de empresas pertencentes ao ISE, sendo mais de cinco vezes superiores aos valores médios da amostra das empresas que não constam no ISE. Desta forma entende-se que o ISE em sua existência possui resultados expressivos relacionados as não ISE.

O resultado vai ao encontro da pesquisa de Guimarães e Nossa (2018) confirma que as empresas presentes no ISE possuem maior rentabilidade, da mesma forma que o estudo de Silva e Nascimento (2019). No entanto, o desempenho da carteira ISE proporciona retornos mais avantajados. Ainda corroborando com o autor, o tamanho das empresas enquadrados no ISE são proporcionais aos resultados encontrados, endividamento geral, GAF entre outros, portanto, o retorno também é maior. Como visto nesse estudo, a GAF proporciona uma diferença de 98% comparadas as empresas não pertencentes ao ISE.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Intentou-se confrontar o desempenho da influência do índice de sustentabilidade empresarial (ISE) com empresas não pertencentes ao grupo, perante a estrutura de capital das empresas não financeiras da B3. O período englobado são os anos de 2006 a 2019, com a finalidade de demonstrar se a adoção do ISE afeta os indicadores de estrutura de capital das empresas. Os resultados foram calculados com base nos índices de endividamento geral, participação de capital de terceiros, imobilização do patrimônio líquido, imobilização de recursos não correntes e grau de alavancagem financeira.

Nas análises realizadas foi possível identificar resultados consideráveis, sendo primeiro o endividamento geral com 35% o qual representa o quanto de seu passivo total há no total de investimento, já para a participação de capital de terceiros o resultado encontrado foi de 74%, desta forma entende-se que, o índice de sustentabilidade empresarial detém maior desempenho, tende a ter maior demanda de recursos.

Nos demais índices estudados, o que mais apresentou resultado positivo, foi o índice de imobilização de recursos não correntes, com uma decorrência de 210%, simbolizando que o grupo ISE possui mais capital de terceiros em recursos não corrente do que as não pertencentes.

Com o intuito de melhor demonstrar os resultados, foi dividido em dois subgrupos amostrais, sendo eles setores econômicos de consumo cíclico e de bens industriais, entre eles o que mais se obteve resultados foi o de Bens Industriais com efeitos maiores. Desta forma, conclui-se que o objetivo do artigo foi atingido, pois como visto, o desempenho dos índices tem se mostrado positivos quanto ao intuito do Índice de Sustentabilidade Empresarial

Como sugestão para futuros estudos, orienta-se confrontar os índices de rentabilidade contra índices de endividamento, sobre as empresas não financeiras da B3, pertencentes e não pertencentes a

carteira ISE, buscando medir o desempenho da carteira comparando os resultados e apresentando-os para melhor compreensão, demonstrando a performance do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) comparadas as empresas fora desta carteira.

REFERENCIAS

CAMARGO, Renata Freitas de. Alavancagem financeira e operacional: crescer com capital de bancos e investidores é uma boa opção? Disponível em: https://www.treasy.com.br/blog/alavancagem-financeira-operacional/. Acesso em: 15 nov. 2019.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira; BRUNI, Adriano Leal; COSTA, Fábio José Mota. Sustentabilidade empresarial e valor das ações: uma análise na bolsa de valores de São Paulo. Revista de Gestão Social e Ambiental, v. 3, n 1, p. 70-86, 2009.

DALMACIO, Flávia Zobóli; BUOSO, Daniel. Comparação dos indicadores contábeis das empresas com ações listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE) com os das demais empresas listadas na Bovespa. Revista de Finanças e Contabilidade da Unimep – REFICONT. v. 3, n. 2, Jul/Dez, 2016.

DA SILVA GUIMARÃES, Vanderléia Aparecida; NOSSA, Valcemiro. Cue194- custo de capital e indíce de sustentabilidade empresarial: relação entre as empresas brasileiras de capital aberto. In: XII CONGRESSO ANT CONT, 2018, João Pessoa-PB, Brasil. Anais... João Pessoa-PB, 2018.

FIGUEIREDO, Rebeca; ARAÚJO, Elaine Aparecida. Desempenho financeiro de empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ise): uma abordagem utilizando método multicritério. Relatórios de Pesquisa em Engenharia de Produção, v. 16, n. 1, p. 1-17, 2016.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IGNACIO, Fabiula Cristina. A influência do índice de sustentabilidade empresarial no desempenho de mercado das empresas não financeiras listadas na B3. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) -Universidade do Estado de Mato Grosso. Tangará da Serra, MT, 2019.

ISE B3. O que é o ISE B3?. 2019. Disponível em: http://iseb3.com.br/o-que-e-o-ise. Acesso em: 25 mai. 2019.

KLÖPPEL, Fabio; SCHNORRENBERGER, Darci; LUNKES, Rogério João. Análise da geração e distribuição da riqueza originada pelas empresas que compõem o IBOVESPA por meio da DVA. Revista Catarinense da Ciência Contábil, v. 12, n. 34, p. 23-39, 2013.

LIMA, Aline Ferreira Alves de, LIMA, José Eduardo de Carvalho. Índices econômico-financeiros como instrumentos para análise das demonstrações financeiras na tomada de decisão gerencial. Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia. Ano 1, v. 1, n.3, jun, 2013. Faculdade Leão Sampaio.

MARTINS, Gilberto Andrade.; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAZZIONI, Sady et. al. Análise dos indicadores de valor adicionado das empresas participantes do índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e das demais empresas listadas na BM&FBovespa. Revista Contemporânea de Economia e Gestão. v. 11, nº 2, jul/dez 2013.

MORESI, Eduardo. (Org.). Metodologia da pesquisa. 2003. Trabalho Científico (Especialização em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação) -Universidade Católica de Brasília, 2003. Disponível em: http://inf.ufes.br/~pdcosta/ensino/2010-2-metodologia-de-pesquisa /MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf. Acesso em: 23 out. 2019.

NASCIMENTO, Juliana Constâncio; KROENKE, Adriana; MARCOS, Cleyson. Efeito da participação no índice de sustentabilidade empresarial (ise) no desempenho econômico-financeiro das empresas do setor de transporte. In: XVI Congresso, USP – Controladoria e Contabilidade, São Paulo, 27 a 29 de julho de 2016. Anais... São Paulo 2016.

POETA, Ismael Schilling. A importância da análise das demonstrações contábeis para obter informações econômico-financeiras das empresas: um estudo de caso nas empresas

Perdigão S.A. e Sadia S.A. 2007, 93f. Monografia do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

PRATES, Wlademir Ribeiro. O que é alavancagem financeira, operacional e total? Disponível em: https://www.wrprates.com/o-que-e-alavancagem-financeira-operacional-e-total/. Acesso em: 15 nov. 2019.

SILVA, Evandro José dos Santos. A importância dos índices contábeis na análise das demonstrações. 2013. 25 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Joaquim Nabuco, Recife, 2013.

SOUSA, Fabrício Alves.; ALBUQUERQUE, Lúcia Silva; RÊGO, Thaiseany Freitas; RODRIGUES, Marconi Araújo. Responsabilidade social empresarial: uma análise sobre a correlação entre a variação do índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e o lucro das empresas socialmente responsáveis que compõem esse índice. REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade, v. 1, n. 1, p. 52-68, 2011.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. Introdução à econometria: uma abordagem moderna. São Paulo/SP. Editora Cengage Learning, 4. Ed. 2016. ISBN 978-85-221-0446-8.

Capítulo 12

10.37423/220706316

A PATERNIDADE SOCIOAFETIVA E A OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS

Ericka Patrícia Freitas

INSTITUTO LUTERANO DE ENSINO SUPERIOR – ILES/ULBRA

Resumo: O presente artigo possui a finalidade de demonstrar a evolução que gira em torno da paternidade e da família, amparados pela jurisprudência e pela legislação em voga, bem como contemplar as abordagens da paternidade socioafetiva, discorrendo sobre a possibilidade jurídica deste no nosso ordenamento jurídico e a obrigação decorrente do reconhecimento da paternidade socioafetiva, partindo da problemática: Os pais socioafetivos têm obrigação de prestar alimentos aos filhos? Analisando um contexto histórico, é nítida a mudança no conceito de família, e este artigo traz, de forma sintetizada, a análise dessa evolução histórica da família e discorre sobre o reconhecimento da paternidade socioafetiva e as obrigações advindas da mesma. Parte-se da hipótese que os filhos socioafetivos possuem os mesmos direitos que os filhos biológicos, logo, os pais (biológico e socioafetivo) também possuem os mesmos deveres. Analisa-se ainda se, no caso de dupla paternidade no registro civil, o pai socioafetivo e o pai biológico possuem igualitária obrigação alimentar. A fim de investigar o tema proposto, utiliza- se como metodologia a pesquisa bibliográfica e análise de julgados. Ao final, constatou-se que os pais biológicos e os socioafetivos possuem igualdade de direitos e deveres em relação aos filhos.

Palavras-chave: Multiparentalidade. Alimentos. Paternidade Socioafetiva.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo possui a finalidade de analisar a evolução que gira em torno da paternidade e da família, amparados pela jurisprudência e pela legislação em voga, bem como contemplar as abordagens da paternidade socioafetiva, discorrendo sobre a possibilidade jurídica deste no nosso ordenamento jurídico e a obrigação dos pais socioafetivos prestarem alimentos aos filhos.

Para que isso ocorra de modo satisfatório é necessário enfatizar e apresentar a evolução do conceito de família e filhos tendo em vista não mais apenas relações legais ou as relações consanguíneas, mas sim vínculos afetivos e sentimentais que representam a evolução e desenvolvimento do instituto familiar.

Ao longo dos vários acontecimentos históricos ocorridos no Brasil o conceito de família foi sendo lapidado. Atualmente, os laços sanguíneos foram superados pela questão do afeto, valorizando-se as relações pautadas em sentimentos, interação, carinho mútuo, proteção e cuidado, nascendo, então, um novo conceito de família.

O objetivo principal deste trabalho é discorrer sobre a possibilidade do reconhecimento da paternidade socioafetiva, respondendo, ainda, à seguinte questão: Os pais socioafetivos têm obrigação de prestar alimentos aos filhos? Considerando que a legislação brasileira não normatiza, de forma expressa, nada relacionado ao tema, pretende-se verificar se os Tribunais brasileiros, ao reconhecerem o vínculo socioafetivo entre pais e filhos, também reconhecem a obrigação daqueles de prestar alimentos a estes, bem como esclarecer como fica a obrigação alimentar no caso da dupla paternidade no registro civil do filho.

Para tanto, o método utilizado foi a pesquisa bibliográfica, a qual é baseada na consulta de todas as fontes secundárias relativas ao tema do presente trabalho, o qual abrange todo o material encontrado em domínio público, como, no caso, conceituados livros de Direito Civil, mais precisamente, os que tratam sobre o Direito de Família, artigos da internet e, como mencionado acima, por ainda não existir previsão legal expressa sobre a prestação de alimentos por pais socioafetivos, nesse sentido a principal fonte de pesquisa foram os textos jurisprudenciais dos Tribunais do nosso país.

Finalmente, importa ressaltar que a análise desse tema é importante, pois visa aprofundar o conhecimento sobre a evolução do conceito de família, que importa em significativas mudanças tendo o afeto superado os laços sanguíneos, passando-se a reconhecer as filiações socioafetivas, bem como mostra-se relevante por esclarecer se a justiça reconhece o direito dos filhos pleitearem alimentos dos

pais afetivos e, em caso de dupla paternidade no registro civil, ou seja, um pai biológico e um pai socioafetivo, como fica a questão alimentícia.

2. O CONCEITO DE FAMÍLIA E A CONSEQUENTE EVOLUÇÃO DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

A conceituação de família sofreu grandes e profundas mudanças ao longo das últimas décadas, desde preceitos sociais à aplicação jurídica e legal. De uma família patriarcal, voltada para o domínio masculino, formada por um homem e uma mulher ligados pelo matrimônio, para uma moldada e baseada no afeto e convivência, onde todos os membros, independente do sexo, possuem iguais direitos e deveres.

Neste mesmo sentido a concepção de filiação também evoluiu profundamente. A aceitação da filiação sem laços sanguíneos era inviabilizada pelo Código Civil de 1916, situação esta que caiu por terra com o advento do Código Civil de 2002. Com este muda-se o foco da construção de família, não é mais a herança genética, mas sim os vínculos afetivos que sustentam e norteiam a constituição familiar.

Os princípios do direito baseiam a construções desta evolução e a doutrina é unânime em afirmar que tão importante quanto o próprio texto legal, a aceitação da existência dos princípios do direito, que também estão presentes na vida de todos os cidadãos, é que torna o ordenamento jurídico possível de ser aplicado para a sociedade e não apenas ser um amontoado de normativas.

A conceituação e aceitação da multiparentalidade é outra mudança importante e significativa do ordenamento jurídico, que somente foi possível devido às grandes evoluções ocorridas na sociedade. Padrastos, madrastas, enteados, filhos adotivos, filhos fora do casamento, pais de sangue, todos possuem poderes igualitários dentro do instituto familiar, e com isso seus direitos e deveres também são iguais.

Para a construção coerente deste trabalho é premente iniciar com o conceito de família. Etimologicamente a palavra família tem sua origem no latim famulus, cuja tradução literal é “escravo doméstico”, grupo na Roma antiga que submetido à trabalhos escravos agrícolas. Vejamos a conceituação de Maria Berenice Dias (2006, p.26):

> A família tinha uma formação extensiva, verdadeira comunidade rural, integrada por todos os parentes, formando uma unidade de produção. Sendo entidade patrimonializada, seus membros eram forças de trabalho. O crescimento da família ensejava melhores condições de sobrevivência a todos.

Neste sentido percebe-se uma formação totalmente patriarcal e voltada para o patrimonialismo, onde havia um líder, responsável por tomar as decisões, o conhecido chefe de família. Além de ser um conceito calcado pela constituição familiar apenas através do matrimônio, não havendo nenhum outro meio de se constituir uma família se não fosse através do casamento.

Com o passar dos tempos e a evolução social, esse modelo familiar sofreu mudanças profundas, muito influenciada pelos conceitos de dignidade da pessoa humana, igualdade e o respeito a diversidade. Sendo assim, a família passa a ser vista com mais democracia e há uma descentralização do poder de decisão da figura paterna (masculina) e todos participam igualitariamente. Ademais, admite-se outros meios para a constituição desta família.

Conforme nos orienta Diniz (1987):

> A evolução da vida social traz em si novos fatos e conflitos, de maneira que os legisladores, diariamente, passam a elaborar novas leis; juízes e tribunais constantemente estabelecem novos precedentes e os próprios valores sofrem mutações devido ao grande e peculiar dinamismo da vida.

Seguindo então, nessa mesma direção surge o divórcio, a união estável, união homoafetiva, além do reconhecimento da paternidade socioafetiva, dentre várias outras manifestações e transformações sociais. É possível afirmar, portanto, que houve uma transição de uma família-instituição para uma família-instrumental, pois esta deixa de ser um fim em si e passa a ser instrumento de repersonalização e reconstrução de seus membros, além de assegurar o empoderamento e crescimento individual destes.

Corroborando com essa abordagem, Oliveira (2002) afirma:

> A família passou ao longo desses tempos, principalmente no final do século passado e durante todo o transcorrer deste século, pelas maiores mudanças jamais vistas e que acabaram por lhe conferir sua contemporânea constitucional estrutura.

Diante de todas essas conquistas realizadas ao longo da história, a própria conceituação de família sofreu uma profunda mudança. No dicionário Houaiss, constava que o termo família era “Grupo de pessoas vivendo sob o mesmo teto (especificamente o pai, a mãe e os filhos)”, porém os autores do dito dicionário apresentam hoje uma nova significação que é: “Núcleo social de pessoas unidas por laços afetivos, que geralmente compartilham o mesmo espaço e mantém entre si uma relação solidária”.

É fato portanto, que o ordenamento jurídico precisa acompanhar essas mudanças temporais e se adequar às novas necessidades da sociedade. Ao longo da história, desde o Código Civil de 1916, a

promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 e também o Código Civil de 2002, se viu esse movimento de atualização da legislação com o intuito de legitimar essas transformações sociais.

Como ressalta Alves (2006):

> Até o advento da Constituição Federal de 1988, o conceito jurídico de família era extremamente limitado e taxativo, pois o Código Civil de 1916 somente conferia o status família a àqueles agrupamentos originados do instituo do matrimônio.

É possível perceber que não havia uma preocupação com os indivíduos que compunham o núcleo familiar em si, mas como essa família seria constituída. Essa aplicabilidade pode ter sido coerente para o momento e época de sua promulgação, porém esse não faz mais nenhum sentido, haja vista o atual cenário social que a família está inserida.

Como muito bem apontado por Pereira (2006):

> É, portanto, da Constituição da República que se extrai o sustentáculo para a aplicabilidade do princípio da pluralidade de família, uma vez que, em seu preâmbulo, além de instituir o Estado Democrático de Direito, estabelece que deve ser assegurado o exercício dos direitos sociais e individuais, bem como a liberdade, o bem-estar, a igualdade e a justiça como valores supremos da sociedade. Sobretudo da garantia da liberdade e da igualdade, sustentadas pelo macro princípio da dignidade, que é que se extrai a aceitação da família plural, que vai além daquelas previstas constitucionalmente e, principalmente, diante da falta de previsão legal.

Por certo, no artigo 226 a Constituição Federal traz expressa que a família é a base da sociedade e que deve ser protegida pelo Estado. Além disso, com base neste dispositivo é possível compreender que é neste núcleo que o ser humano pode desenvolver todas as suas capacidades e potencialidades. Como afirma Flávio Tartuce (2017), “as novas categorias legais valorizam o afeto, a interação existente entre pessoas no âmbito familiar”. De modo geral, o conceito familiar foi criado, amplamente protegido e amparado pela legislação brasileira.

O campo jurídico responsável por realizar o estudo e análise da família é sem dúvida, o civil, por intermédio do Direito de Família. Observa-se a presença desta disciplina em várias posições do Ordenamento Jurídico Brasileiro, porém de forma mais robusta e enfática na base da legislação brasileira que é sem dúvida, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que dedica o capítulo VII exclusivo para trabalhar de família, e deixa clara que esta deve ser protegida pelo Estado.

> Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.
>
> § 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

> § 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.
>
> § 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. (Regulamento)
>
> § 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.
>
> § 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.
>
> § 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 66, de 2010)
>
> § 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. Regulamento
>
> § 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. (CRFB, 1988).

Em suma, fica evidente que a Constituição se preocupou em enfatizar a composição familiar e deliberou sobre a admissão do casamento civil, religioso ou união estável. Ademais, os entendimentos e súmulas do STF e STJ ratificam a família homoafetiva, monoparental e a pluriparental. Fica evidente portanto, a primariedade com que a Constituição Federal abordou a temática de modo claro, trazendo a primeira grande revolução no Direito de Família, o da família plural, com várias formas de constituí-la (casamento, união estável e a monoparentalidade familiar), conforme ressalta Madaleno (2017).

Já quando a análise recai sobre o Código Civil de 1916, há uma predominância patriarcal com subserviência total ao membro mais antigo do seio familiar. O casamento religioso e civil eram os únicos válidos na época, não tendo consideração oficial qualquer outro tipo de relação não oficializada ou divergente destas. Também não havia previsão de nenhum tipo de separação conjugal, sendo admitido apenas o desquite do casal que é, tão somente, a separação dos corpos.

Com advento da nova Constituição (1988), muitos dos artigos do Código Civil de 1916 não foram recepcionados por ela, desta forma houve a necessidade da criação de um novo Código Civil, o qual surge em 2002. Promulgado através da Lei nº 10.406/2002, o Novo Código Civil, como ficou conhecido, traz mudanças muito significativas para a família, mudando completamente a submissão e patriarquismo que existia na legislação de 1916. Os termos em alta no atual código são, solidariedade, afeto e dignidade humana.

Entre as inovações apresentas pelo Código Civil de 2002, vale ressaltar a criação de um título para tratar do direito pessoal da família e outro para abordar o patrimônio por ela constituído. Além disso, apresenta a paternidade com base no melhor interesse da criança e desta maneira nasce o reconhecimento da paternidade por vínculo afetivo. Institui ainda a possibilidade de contestação de paternidade legítima de um filho nascido de sua esposa, desde que nos casos resguardado pela jurisprudência. Por último, porém de tanta relevância quanto os demais, atualiza a prestação de alimento, deixando de lado o requisito de mera garantia de subsistência e atrela nesta o dever de atender todas as necessidades essenciais que a criança possa ter.

2.1. PRINCÍPIOS E GARANTIAS DO DIREITO DE FAMÍLIA

O direito é composto por uma série de princípios norteadores que são, por sua essência, a base sustentadora de sua aplicação e existência. Com o Direito de Família não poderia ser diferente, e neste contexto serão apresentados 04 princípios que são prementes para embasar o presente estudo. São eles: Princípio da paternidade responsável; Princípio da pluralidade familiar; Princípio da afetividade e Princípio da igualdade entre os filhos.

O primeiro a ser abordado é o Princípio da paternidade responsável, este está intimamente ligado ao princípio da dignidade da pessoa humana, presente na Constituição Federal em seu artigo 1º, inciso III e artigo 226 §7º também da carta magma. O objetivo principal é assegurar a responsabilidade social da mulher e homem que decidem, em comum acordo, gerarem uma criança. Aqueles que resolvem ter uma criança precisam atentar-se ao seu bem-estar e demais necessidades inerentes ao seu crescimento.

Por sua aplicação, este deveria ser chamado de “Princípio da Parentalidade Responsável” pois tanto o pai quanto a mãe possuem responsabilidade igualitária sobre o filho, devendo ter como objetivo principal o desenvolvimento dessa criança e futuro adolescente, não obstante o planejamento familiar para que o filho tenha todos os seus direitos garantidos. Tal responsabilidade é notoriamente vitalícia e irrevogável, não podendo ser transferida ou abdicada a qualquer momento que seja.

O Princípio da Parentalidade Responsável é marcado pelos deveres e obrigações de prover alimentos, mas vai além disso, ressalta a importância do fornecimento de amor e responsabilidade. Uma relação íntima e baseada na afetividade é a construção de laços parentais na ótica deste princípio. Maria Berenice Dias publicou em seu artigo intitulado “Alimentos e paternidade responsável” a seguinte observação:

> O filho tem direito à identidade, à proteção integral, merece viver com dignidade, precisa de alimentos mesmo antes de nascer. Pai é pai desde a concepção do filho. A partir daí, nascem todos os ônus, encargos e deveres decorrentes do poder familiar. O simples fato de o genitor não assumir a responsabilidade parental não pode desonerálo.

Que existe uma vulnerabilidade por parte das crianças é bastante óbvio, e desta forma exigem cuidados especiais, por isso a intervenção e proteção do Estado é de extrema importância, que seja por intermédio de leis especiais ou mesmo a própria Constituição Federal.

Assim, o Princípio do Pluralismo Familiar se refere as novas formas de concepção e construção das famílias a partir de bases afetivas de convivência. Conforme ensina Eduardo Gesse (2019, p.74):

> O conceito de família ganhou nova roupagem constitucional: nuclear e pluralizada. A Constituição Federal possibilitou vários modelos de família – como a conjugal, monoparental, socioafetiva – rompendo com o tradicional conceito de família outrora arraigado nos padrões impostos pelo patriarcalismo. Assim, a unidade familiar é formada com objetivo de buscar a felicidade por meio do afeto, da solidariedade e do respeito à dignidade de todos os membros que a compões, distanciando-se cada dia mais da finalidade econômica antes governante das entidades familiares.

Durante muitos anos o formato de família aceito pela legislação era aquele formado pelos moldes do patriarcado. Porém com as evoluções sociais e jurídicas vividas nos últimos anos, esse conceito caiu por terra e novas condições sociais são aceitas e protegidas pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Sendo assim, a essência deste princípio está na aceitação às novas concepções de família do modo que seja mais conveniente para seus membros, sem a expressa obrigação de adequação a um padrão ou molde definido previamente. Reforçando tal situação Maria Berenice Dias (2013, p.70) afirma:

> Mesmo que não indicadas de forma expressa, outras entidades familiares, como as uniões homossexuais – agora chamadas de uniões homoafetivas – e as uniões paralelas – preconceituosamente denominadas de 'concubinato adulterino' -, são unidades afetivas que merecem ser abrigadas sobre o manto do direito das famílias.
>
> No mesmo âmbito se inserem tanto as famílias parentais como as pluriparentais.
>
> Excluir do âmbito da juridicidade entidades familiares que se compõem a partir de um elo de afetividade e que geram comprometimento mútuo e envolvimento pessoal e patrimonial é simplesmente chancelar o enriquecimento injustificado, é ser conivente com a injustiça.

Em suma, observa-se que este princípio atribui total liberdade ao formato de elaboração de uma família, com valorização do afeto e da convivência entre seus membros. A proteção do Estado através de sua tutela jurídica, garantindo os mesmos direitos para todas as formas de família, é fundamental

para garantir a segurança necessária para que seus membros ajam da forma que desejarem e sejam efetivamente felizes.

Por advento deste princípio que foi possível os vários tipos de relações afetivas percebidos ao longo do tempo, destituindo a ideia de formação familiar somente a partir do matrimônio, aceitando desta forma, as diversas entidades familiares existentes na atualidade.

Compartilhando deste pensamento Maria Berenice Dias (2015, p.49) afirma que:

"O princípio do pluralismo das entidades familiares é encarado como o reconhecimento pelo estado da existência de várias possibilidades de arranjos familiares."

É percebido que este princípio abriu margens para vários outros modelos familiares que agora também são protegidos constitucionalmente e na esfera cível, assim como as tidas famílias tradicionais, compostas por pai, mãe e filhos. Vale reforçar ainda, mesmo não sendo mérito do presente artigo, que o termo "família tradicional" não possui mais relevância comparada com as inúmeras formações familiares hoje existentes.

A exemplo, pode ser citado a união estável, que segundo Diogenes (2014), nada mais é do que "o casamento baseado na vontade livre dos nubentes que assumem perante a lei e suas formalidades a vontade de constituir uma união duradoura com vistas a Constituição de uma família". Ainda para o mesmo autor "a união estável é um acerto fático entre os conviventes sem muitas formas ou sem qualquer uma, muitas vezes."

O Código Civil brasileiro de 2002 traz em seu texto bases efetivas para a composição da família de modo diferente do já conhecido matrimônio, haja vista o seu artigo 1723 e seguintes descritos a seguir:

> Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.
>
> § 1o A união estável não se constituirá se ocorrerem os impedimentos do art. 1.521; não se aplicando a incidência do inciso VI no caso de a pessoa casada se achar separada de fato ou judicialmente.
>
> § 2o As causas suspensivas do art. 1.523 não impedirão a caracterização da união estável.
>
> Art. 1.724. As relações pessoais entre os companheiros obedecerão aos deveres de lealdade, respeito e assistência, e de guarda, sustento e educação dos filhos.
>
> Art. 1.725. Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens.

> Art. 1.726. A união estável poderá converter-se em casamento, mediante pedido dos companheiros ao juiz e assento no Registro Civil.
>
> Art. 1.727. As relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato.

Ressalta-se que a união estável homoafetiva é reconhecida legalmente pelo Supremo Tribunal Federal desde 2011, data em que foi aprovada por unanimidade. Esta relação é também regulada e protegida pelo Código Civil brasileiro e por todo o ordenamento jurídico que tange o Direito de Família.

Surge ainda a família anaparental, na qual não há uma hierarquia, nem a ascendência e inexiste interesse sexual. Como exemplo, pode ser citado irmãos dependentes entre si para manterem o patrimônio, onde é percebido afeto e não há a presença de seus pais.

Por último será apresentada a concepção de família paralela, cuja origem se deu através do concubinato, onde um dos membros ainda permanece casado perante a lei, porém, vive separado do membro desta reunião. Para que seja reconhecida como entidade familiar essa deve ser constituída por boa-fé, estabilidade e principalmente afeto.

A terceira abordagem será realizada a respeito do Princípio da afetividade. Este princípio atribui ao afeto um valor jurídico, sendo, portanto, um elemento primário da estruturação familiar E está diretamente ligado a paternidade socioafetivo. Exemplo real pode ser percebido na adopção, onde há a inserção de um novo membro desconhecido a família, pelo simples vínculo sentimental que há entre esses indivíduos.

O Princípio da Afetividade vem adquirindo cada vez mais força jurídica, impulsionado pelo clamor social e implicitamente pela Constituição Federal de 1988. Ricardo Calderón, (2011, p. 265), ressalta:

> Parece possível sustentar que o Direito deve laborar com a afetividade e que sua atual consistência indica que se constitui em princípio no sistema jurídico brasileiro. A solidificação da afetividade nas relações sociais é forte indicativo de que a análise jurídica não pode restar alheia a este relevante aspecto dos relacionamentos. A afetividade é um dos princípios do direito de família brasileiro, implícito na Constituição, explícito e implícito no Código Civil e nas diversas outras regras do ordenamento.

Este princípio, é responsável também pelo surgimento e desenvolvimento de vários outros de extrema relevância para o direito de família, com a preponderância total do afeto, em situações jurídicas como adoção, abandono afetivo dentre outros inúmeros tipos de conflitos relacionados a afetividade.

O quarto e último a ser abordado será o Princípio da igualdade entre os filhos. Este princípio possui previsão legal na Constituição Federal de 1988, no Art. 227 §6º que diz: Os filhos, havidos ou não da

relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

O Código Civil de 2002 também assegura que não haja nenhum tipo de distinção ou discriminação decorrentes da paternidade afetiva e consanguíneos, devendo ambos possuírem o mesmo tratamento no âmbito familiar. Maria Helena Diniz (2004) ensina que a diferença entre as categorias de filiação seria unicamente o ingresso, ou não, no mundo jurídico, através do reconhecimento e que, assim, só poderá falar em filho, "didaticamente, matrimonial ou não matrimonial reconhecido e não reconhecido".

Complementando esse posicionamento, Flávio Tartuce (2017) enriquece a discussão ao afirmar que:

> Em suma, juridicamente, todos os filhos são iguais perante a lei, havidos ou não durante o casamento. Essa igualdade abrange os filhos adotivos, os filhos socioafetivos e os havidos por inseminação artificial heteróloga (com material genético de terceiro). Diante disso, não se pode mais utilizar as odiosas expressões filho adulterino, filho incestuoso, filho ilegítimo, filho espúrio ou filho bastardo.
>
> Apenas para fins didáticos utiliza-se o termo filho havido fora do casamento, eis que, juridicamente, todos são iguais.

3. UMA ABORGAGEM SISTÊMICA SOBRE A FILIAÇÃO NO DIREITO CIVIL

Como já exposto outrora, o Código Civil de 1916 detinha toda a normatização que disciplinava as regras da composição familiar, e neste mesmo contexto se aplica para o que se refere às designações de filiação. Nesta visão arcaica filiação legítima seria aquela originada da conjunção carnal de dois indivíduos unidos pelo matrimônio, conforme orientação objetiva no art. 337 do Código de 1916: "São legítimos os filhos concebidos na constância do casamento, ainda que anulado ou mesmo nulo, se contraiu de boa fé".

Neste mesmo ordenamento jurídico consta a proibição de adulterar, sendo tratado inclusive como um ato criminoso. E na hipótese de haver um filho envolvido este era o maior prejudicado conforme relata Maria Berenice Dias (2007, p. 318) a respeito do filho adulterino:

> Singelamente, a lei fazia de conta que ele não existia. Era punido pela postura do pai, que se liberava do ônus do poder familiar. E negar reconhecimento ao filho é excluí-lhe direitos, é punir quem não tem culpa, é brindar quem infringiu os ditamentos legais.

E assim como o adultério era considerado crime, o incesto seguia a mesma racionalidade, porém este, se mantem até os dias atuais. Percebe-se que a represália gira em torno dos filhos que são responsabilizados, socialmente, por todo desvio de conduta praticados por seus pais biológicos. Neste

sentido, fica clara uma hierarquização do direito ao que tange a filiação. Nas palavras de Ramos (2008, p. 22):

> Assim, apenas os filhos legítimos e os filhos naturais – estes quando fossem reconhecidos voluntariamente pelos pais, ou procedessem à investigação de paternidade/maternidade – poderiam manter relações jurídicas fundadas na parentalidade, ao passo que os filhos espúrios eram excluídos de qualquer proteção já que não poderiam sequer investigar a sua parentalidade. Os argumentos que se apresentavam para justificar a exclusão eram basicamente os mesmos: a necessidade de proteção da paz doméstica; a estabilidade dos casamentos; a tradição das famílias; a repressão aos escândalos que poderiam advir do estabelecimento dos vínculos de paternidade-maternidade-filiação.

A luz do atual Código Civil, filiação é muito mais do que apenas laços genéticos existentes entre dois indivíduos, criada através de uma relação conjugal ou não. É uma relação que pode ser estabelecida através do carinho, afeto e amor recíprocos. Desta forma é relevante afirmar que a doutrina admite três critérios para se estabelecer a filiação. Para Heloísa Helena

Barboza (2007):

> O critério jurídico, previsto no Código Civil, sendo a paternidade presumida nos casos ali previstos, independentemente da existência ou não de correspondência com a realidade; b) o critério biológico, hoje predominante como antes mencionado, pelo qual prevalece o vínculo biológico e c) o critério socioafetivo, fundamentado nos princípios do melhor interesse da criança e da dignidade da pessoa humana, segundo o qual o pai deve ser aquele que representa tal função, mesmo que não haja o vínculo de sangue.

Silvio Rodrigues (2012) conceitua filiação como sendo uma “relação de parentesco em linha reta de primeiro grau que se estabelece entre pais e filhos, seja essa relação decorrente de vínculo sanguíneo ou de outra origem legal”, citando como o exemplo desta última os casos de adoção ou reprodução assistida, na qual utiliza-se material genético de uma terceira pessoa, estranha ao casal.

Já a renomada doutrinadora Maria Helena Diniz traz o conceito de filiação como:

> Filiação é o vínculo existente entre pais e filhos; vem a ser a relação de parentesco consanguíneo em linha reta de primeiro grau entre uma pessoa e aqueles que lhe deram a vida, podendo, ainda (CC, arts. 1.593 a 1.597 e 1.618 e s.), ser uma relação socioafetiva entre pai adotivo e institucional e filho adotivo ou advindo de inseminação artificial heteróloga. (DINIZ, 2006, p.436-437).

A Constituição Federal de 1988 no artigo 227 § 6º dispõe que: “Os filhos havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”. Há, portanto, uma mudança sine qua non para atribuir

legitimidade a outras formas de filiação sem levar em consideração a condição dos genitores como é percebido no texto do Código Civil de 1916.

Na visão da especialista Maria Berenice Dias:

> O reconhecimento da adoção de fato, de acordo com os princípios consagrados na CRFB e o mais moderno entendimento doutrinário, é de grande importância, na medida em que é valorizado o vínculo socioafetivo no melhor interesse da criança, relevando-se o caráter biológico e registral, com consequências, inclusive, na órbita atinente à obrigação de prestar alimentos. (DIAS, 2009, p.42).

Fica evidente o grande salto que fora dado tanto socialmente quanto no ordenamento jurídico brasileiro. Avanços de suma importância para o desenvolvimento e manutenção do instituto familiar. Elevando o poder da afetividade sobre os laços sanguíneos ao que tange a aquisição e manutenção de vários direitos antes restritos a uma parte do seio da família.

Paralelo a tudo isso, abre-se outra esfera de discussão que envolve o conceito de filiação. Neste sentido, a doutrina é unânime em admitir três possíveis formatos para a filiação, sendo um primeiro chamado de filiação biológica, a segunda de filiação adotiva e a última, porém não menos importante, a filiação socioafetiva. Conforme relatado por Jorge Siguemitsu Fujita (2011, p. 64), não há a necessidade de presunção de casamento para que seja possível haver a filiação, uma vez que tais situações são previamente respaldadas pela regra constitucional da isonomia.

A filiação biológica é aquela oriunda de vínculos sanguíneos entre pais e filhos, estabelecida e comprovada através da ciência por meio de um exame de DNA. A esse respeito é importante ressaltar a afirmação de Clovis Beviláqua (1975, p. 769):

> O parentesco criado pela natureza é sempre a cognação ou consanguinidade, porque é a união produzida pelo mesmo sangue. O vínculo do parentesco estabelece-se por linhas. Linha é a série de pessoas provindas por filiação de um antepassado. É a irradiação das relações consanguíneas.

A filiação biológica ou natural, como é também conhecida, se origina pela conjunção carnal de um homem e uma mulher, ou com auxílio de reprodução e/ou fertilização assistida. Vale reforçar que não importa o método utilizado desde que se presuma a concepção.

A respeito das mudanças apresentação pelo Código Civil, Maria Berenice Dias, (2003, p. 372) traz:

> O primeiro foi ter deixado a família de se identificar pelo casamento. No momento em que se admitiram entidades familiares não constituídas pelo matrimônio, passou-se a reconhecer a afetividade como elemento constitutivo da família. Essa mudança de paradigma não se limitou ao âmbito das relações familiares. Refletiu-se também nas relações de

> filiação. Com isso o estado de filiação desligou-se da verdade genética, relativizou-se o papel fundador da origem biológica. Como diz Paulo Lobo, na realidade da vida, o estado de filiação de cada pessoa humana é único e de natureza socioafetiva, desenvolvido na convivência familiar.

Em suma, a filiação natural é aquela originada e motivada por fenômenos fisiológicos, marcados por laços sanguíneos ou mesmo por carga genética transmitidas de um ascendente para o seu descendente. Porém, a própria Constituição Federal de 1988 deixa evidente que tais relações não são a essência da composição das relações familiares.

Já a filiação adotiva é aquela capaz de gerar vínculo de filho entre pessoas sem nenhum vínculo genético, porém para haver legitimidade precisa ser realizado seguindo todos os procedimentos previstos no Estatuto da Criança e Adolescente – ECA. É possível observar ainda que quando o pedido de adoção é deferido, há a total extinção do registro anterior do adotado, ou seja, perde-se totalmente os elos com os pais biológicos e estes são anulados.

Na visão do doutrinador Antônio Chaves, adoção pode ser definida como:

> Adoção é o ato solene pelo qual, obedecidos todos os requisitos da Lei, alguém estabelece, geralmente com um estranho, um vínculo fictício de paternidade e filiação legítimas, de efeitos limitados e sem total desligamento do adotado da sua família de sangue (CHAVES, 1995, p.01).

Adotar não é apenas atender as necessidades materiais do adotado, mas possui relação direta em oferecer atenção, amor e carinho. Sobre isso, Wilson Donizete Liberati reforça:

> A adoção não admite ter “pena”, nem “dó” ou “compaixão”; a adoção como a entendemos nos dias de hoje, não se presta para resolver problemas de casais em conflito, de esterilidade, de transferência de afetividade pelo falecimento de um filho, de solidão, etc., ela é muito mais que isso; é a entrega de amor e dedicação a uma criança que, por algum motivo, ficou privada de sua família. Na adoção, o que interessa é a criança e suas necessidades: a adoção de ser vivida privilegiando o interesse da criança. (LIBERATI, 2003, p. 20).

É notório portanto, que o ato de adoção é marcado por constituir poder de pais e todos os seus fins aos adotantes, ato este irrevogável. A adoção atribui a responsabilidade de cumprimento de todos os deveres oriundos do ato, fazendo valer todos os direitos intrínsecos do filho, como recebimento de alimentos, na sucessão, ou mesmo na guarda.

A última categoria apontada pela doutrina é a Filiação Socioafetiva. Aparece como um tipo de filiação arraigada na convivência, amor e carinho recíproco entre os membros da família. Jorge Siguemitsu Fujita (2011, p.73) conceitua da seguinte forma:

> Filiação socioafetiva é aquela consistente na relação entre pai e filho, ou entre mãe e filho, ou entre pais e filho, em que inexiste liame de ordem sanguínea entre eles, havendo, porém, o afeto como elemento aglutinador, tal como uma sólida argamassa a uni-los em suas relações, quer de ordem pessoal, quer de ordem patrimonial.

Corroborando neste mesmo sentido, Christiano Cassettari (2017, p.8), afirma que:

> Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus Maluf conceitua a afetividade como a relação de carinho ou cuidado que se tem com alguém íntimo ou querido, como um estado psicológico que permite ao ser humano demonstrar os seus sentimentos e emoções a outrem, sendo, também, considerado como o laço criado entre os homens, que, mesmo sem características sexuais, continua a ter uma parte de amizade mais aprofundada.

Esse tipo de relação é tida, portanto, como a construção de uma relação fática, onde fica evidente que apenas a transmissão da carga genética não assegura ou garante o poder paterno/materno a um indivíduo, mas que essa relação pode ser construída cotidianamente através da manifestação do afeto, amor e confiança recíprocos entre os envolvidos.

A manifestação desse afeto deve ocorrer de modo voluntário, sem interesses de qualquer natureza ao que se refere a relação parental. O texto do artigo 1953 do Código Civil de 2002 aceita o parentesco civil como sendo de “outra forma” e não apenas ou somente através da adoção, como era trazido no Código Civil de 1916. Por decorrência disso, foi permitido o surgimento de filiação e parentalidade com base nos princípios de afetividade.

Reforçando a importância do afeto nesta nova concepção legal, Eduardo Gesse (2019, p.77) apresenta:

> O afeto, então, erigiu-se a elemento essencial de todos os núcleos familiares – tanto no ambiente conjugal e convencional, como no paterno/materno-filial. Várias são as hipóteses em que o afeto é o principal mote daquelas relações. Aliás, isso não é novidade. O casamento, em tempos atuais, tem, como principal elemento, a afeição entre os cônjuges. É o que os romanos denominavam de affectio Maitalis. Outrora e em especial antes do advento da atual Constituição, para se decretar a dissolução de uma sociedade conjugal era necessário que houvesse uma grave sanção exigia isso como pré-requisito para a dissolução da sociedade conjugal. Com a valorização do afeto, tornou-se possível dissolver a sociedade conjugal, bem como pôr fim aos vínculos matrimoniais, em especial após a Emenda Constitucional 66/2010, tendo como fundamentos apenas e tão só o desamor, que implica dizer que só deve ser mantido o matrimonio quando existir entre os consortes vínculos afetivos que justifiquem essa convivência a dois.

Não obstante a importância e relevância do afeto para o ordenamento jurídico, outro ponto de destaque é a convivência familiar destes indivíduos que foi totalmente protegida e amparada pela lei, fato este comprovado nas palavras de Christiano Cassettari (2013, p. 14):

> A nova ordem jurídica consagrou como fundamental o direito à convivência familiar, adotando a doutrina da proteção integral. Transformou a criança em sujeito de direito.
>
> Deu prioridade à dignidade da pessoa humana, abandonando a feição patrimonialista da família. Proibiu quaisquer designações discriminatórias à filiação, assegurando os mesmos direitos e qualificações aos filhos nascidos ou não da relação de casamento e aos filhos havidos por adoção.

De um modo geral filiação socioafetiva é a confirmação da paternidade ou maternidade sem que haja laços sanguíneos, é a criação de um filho como sendo seu próprio sem a presença de traços biológicos, garantindo desta forma, todos os direitos e deveres que possuem as filiações biológicas.

4. OBRIGAÇÃO FAMILIAR E A MULTIPARENTALIDADE

O ordenamento jurídico brasileiro foi baseado, durante muitos anos, na teoria positiva, ou seja, era aceito como regra somente o que estava expressamente (escrito) nos diplomas legais, não aceitando nenhum tipo de princípio como base da constituição de direitos.

Antes de adentrar nesta orbita é necessário reforçar a diferença entre regras e princípios. Nas palavras de Eduardo Gesse (2019, p. 53):

> Logo, enquanto as regras são normas jurídicas que podem ser cumpridas ou não, os princípios, por seguirem o critério de ponderação, dependerão das possibilidades jurídicas e reais existentes no caso concreto, para que o intérprete e o aplicador do direito analisem quais fundamentos terão maior peso naquela hipótese, sem que isso invalide o princípio de menor peso. É por isso que Robert Alexy afirma que os princípios, ao contrário das regras, limitam-se reciprocamente, coexistindo ainda que haja a prevalência de um deles.

Outrora fora mencionado a importância de o ordenamento jurídico acompanhar e aceitar as evoluções sociais conforme o passar dos anos. Essa aceitação é primordial para colaborar com a harmonia e coesão do sistema jurídico brasileiro, tipificando assim, comportamentos comuns dos indivíduos.

Conforme reforça Maria Berenice Dias (2015, p. 43):

> Princípios gerais que se aplicam a todos os ramos do direito, assim o princípio da dignidade, da igualdade, da liberdade, bem como os princípios da proibição de retrocesso social e da proteção integral a crianças e adolescentes [...] e princípios especiais que são próprios das relações familiares e devem servir de norte na hora de apreciar qualquer relação que envolva questões de família, despontando entre eles os princípios da solidariedade e da afetividade. Alguns princípios não estão escritos nos textos legais, mas têm fundamentação ética [...], inexistindo hierarquia entre os princípios constitucionais explícitos ou implícitos.

Diante do exposto é notória a relevância e importância dos princípios para o ordenamento jurídico. Dos vários conhecidos e elencados pela doutrina aqueles que melhor se relacionam com a temática abordada são: Princípio da Dignidade da Pessoa Humana; Princípio da Parentalidade Responsável; Princípio da Afetividade; e Princípio do Pluralismo Familiar, sendo que falta apenas discorrer sobre o primeiro aqui citado, pois os demais já foram explanados anteriormente.

O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana está presente no artigo 1º, III da Constituição Federal e é tido, pela maioria dos doutrinadores, como o princípio base para a construção de todos os demais. Na esfera familiar, esse princípio provocou uma disrupção do instituto familiar, uma vez que trouxe maior valoração para os elos afetivos em detrimento do patrimônio biológico, além de assegurar a igualdade entre todos os filhos, independente da origem e principalmente, garantindo proteção as diversas formas de concepção de paternidade e construção de família. Nas palavras assertivas de Maria Berenice Dias (2013, p.66), "significa, em última análise, igual dignidade para todas as entidades familiares".

Na fala de Eduardo Gesse (2019, p. 56), fica clara essa nova visão a respeito da família:

> Em especial no direito civil, as famílias converteram-se em ambiente de realização existencial dos seres que as compõem, sendo espaço para a afirmação da dignidade de seus integrantes. Os valores coletivos da família em sentindo amplo, bem como de cada indivíduo devem buscar permanentemente o equilíbrio, em clima da felicidade amor e compreensão.

Portanto, é possível observar que na esfera do direito de família, o princípio da dignidade da pessoa humana surge para extinguir toda e qualquer desigualdade que possa existir entre os filhos, contribuindo para que haja respeito no tratamento entre eles, mantendo as condições, direitos e deveres iguais.

Assim, ante todo o contexto anteriormente apresentado, é evidente as evoluções sociais e do direito ao longo das últimas décadas. O que tange a construção da família apresenta também grandes e significativas mudanças, como por exemplo a normatização do preceito de multiparentalidade, temos utilizado para designar a presença de múltiplas paternidades ou maternidades ligadas socioafetivamente.

Na conceituação de Eduardo Gesse (2019, p.119):

> A pluralidade de ascendentes de primeiro grau deriva da manutenção ou da coexistência dos elos biológicos e afetivos, bem como civis e afetivos, permitindo a esses parentes assumir obrigações e gozar de direitos que se originam exclusivamente desse parentesco. Registra-se, ainda, que o vínculo paterno/materno-filial plúrimo atinge e se espraia alcançando os parentescos

> mais distantes, seja na linha reta ascendente, como na descendente e na colateral, ou seja, se "A" tiver como pais "B" e "C" e como mãe "D", estabelecido esse vínculo plurimo, será ele neto dos genitores de seus pais, bem como irmão dos filhos destes, sobrinho dos irmãos de seus múltiplos genitores e assim sucessivamente.

Corroborando com tais afirmações, Caio Mário da Silva Pereira (2017, p. 307), complementa:

> É a família que tem múltiplos pais/mães, isto é, mais de um pai e/ou mais de uma mãe. Geralmente, a multiparentalidade se dá em razão de constituições de novos vínculos conjugais, em que padrastos e madrastas assumem e exercem as funções de pais biológicos e/ou registrais ou em substituição a eles e também em casos de inseminação artificial com material genético de terceiros. É o mesmo que família pluriparental.

Essa evolução permitiu o aparecimento de inúmeras composições de famílias, e uma pluralidade destas mesmas entidades, como por exemplo, o surgimento das famílias recompostas, aceitando a figura da madrasta e do padrasto.

Nesse sentido Karina Barbosa Franco e Marcos Ehrhardt Júnior (2018. P. 104) esclarecem:

> Calderón entende que entre outros fatores que possibilitaram o reconhecimento da multiparentalidade certamente se acha o número crescente de famílias recompostas, cada vez mais frequentes, em que o novo companheiro da mãe, que passa a conviver diretamente com ele e o filho dela de forma afetiva, pública ou duradoura, por longo tempo, pode assumir a função paterna de fato (socioafetiva); por consequência, esse filho poderá ter duas referências paternas: um pai biológico (o genitor) e outro "pai socioafetivo" (o novo companheiro de sua mãe).

Não se trata apenas de colocar um nome na certidão de nascimento de uma criança, mas proporcioná-la o reconhecimento da filiação juridicamente, atribuindo a esta direitos prementes para o seu desenvolvimento, bem como a manutenção do direito primário da dignidade da vida humana.

O preceito da multiparentalidade possui importância expressiva no ordenamento jurídico brasileiro, uma vez que este visa resguardar o melhor interesse da criança, unificando as paternidades biológicas e socioafetivas, uma vez que não é possível mais ignorar a existência do padrasto ou da madrasta na vida dessas crianças. Conforme muito bem apresenta Christiano Cassettari (2017, p. s/p), "será fundamental o reconhecimento da parentalidade socioafetiva ser averbado no registro civil que ela seja oponível erga omnes, e se inclua pai ou mãe e os novos avós, e se modifique, ou não, o nome do filho."

Portanto, fica comprovada a importância para o ordenamento jurídico e para esses menores do reconhecimento da multiparentalidade. Sua relevância vai muito além da compreensão simplória da formação familiar ou do reconhecimento jurídico do fato. O seu principal impacto está no

fornecimento de afeto, amor, carinho, respeito e diversas outras fontes que norteiam a nova ótica do Direito de Família.

4.1 A PATERNIDADE SOCIOAFETIVA E A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR

Como já explanado, a paternidade socioafetiva é reconhecida pela legislação atual e esta pode ocorrer de várias formas, como, por exemplo, nos casos de "filhos de criação", que possuem vínculo afetivo com os pais socioafetivos, porém não têm vínculo genético. Ressaltase ainda outros exemplos, como da "adoção à brasileira", na qual o homem registra como seu o filho de sua companheira, mesmo sabendo que não é o pai biológico da criança; há ainda o caso das reproduções assistidas, onde um terceiro fornece o material genético para inseminação e ao nascer, o filho é registrado pelo pai socioafetivo.

Nestes três exemplos, não existe relação genética entre os pais e os filhos, sendo estes ligados apenas por laços afetivos e a convivência pautada no cuidado e carinho mútuos.

Cumpre ressaltar que para caracterizar a paternidade socioafetiva é necessária a posse de estado do filho, e para tal, há de se considerar a existência dos seguintes elementos: o uso do nome do pai afetivo; o trato/cuidado, que é a demonstração de afeto, atenção e carinho mútuo; e a fama, que é o reconhecimento pela sociedade em relação ao status de filho.

Sobre as relações socioafetivas, Rolf Madaleno, afirma que:

> (...) nova estrutura da família brasileira que passa a dar maior importância aos laços afetivos, e aduz já não ser suficiente a descendência genética, ou civil, sendo fundamental para a família atual a integração dos pais e filhos por meio do sublime sentimento da afeição. Acresce possuírem a paternidade e a maternidade um 25 significado mais profundo do que a verdade biológica, em que o zelo, o amor filial e a natural dedicação ao filho revelam uma verdade afetiva, um vínculo de filiação construído pelo livre-desejo de atuar em interação entre pai, mãe e filho do coração, formando verdadeiros laços de afeto, nem sempre presentes na filiação biológica, até porque a filiação real não é a biológica, e sim cultural, fruto dos vínculos e das relações de sentimento cultivados durante a convivência com a criança e o adolescente. (MADALENO, 2017, p. 160)

Os Tribunais brasileiros reconhecem a paternidade socioafetiva, ou seja, a relação afetiva entre pai e filho que não têm vínculo biológico, senão vejamos:

> APELAÇÃO CÍVEL. **AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO PÚBLICO**. **RECONHECIMENTO DE FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA**. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO MNISTÉRIO PÚBLICO EM PRIMEIRO GRAU. POSSIBILIDADE DE PAI BIOLÓGICO SER CONHECIDO. EXISTÊNCIA

> DE PATERNIDADE SOCIOAFETIVA REGISTRAL QUE NÃO OBSTA O RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE BIOLÓGICA. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM PRECEDENTE DE REPERCUSSÃO GERAL (RE Nº 898.060/SC). PARTERNIDADE SOCIOAFETIVA. POSSIBILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. (TJPR - 18ª C. Cível - 0000066-43.2019.8.16.0179 - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU ALEXANDRE KOZECHEN - J. 19.07.2021) (TJ-PR - APL: 00000664320198160179 Curitiba 0000066-43.2019.8.16.0179 (Acórdão), Relator: Alexandre Kozechen, Data de Julgamento: 19/07/2021, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: 19/07/2021) (grifo nosso)
>
> DIREITO CIVIL. DIREITO DE FAMÍLIA. APELAÇÃO CÍVEL. NEGATIVA DE PATERNIDADE. ÓBITO DO PAI REGISTRAL. PATERNIDADE SOCIOAFETIVA RECONHECIDA. PAI BIOLÓGICO VIVO. DUPLA PATERNIDADE. SENTENÇA MANTIDA. 1. O menor nasceu antes do falecimento do pai registral que tempo suficiente, enquanto vivo, para contestar a paternidade. 2. **Conquanto o exame de DNA, realizado após o falecimento do pai registral, demonstre a ausência de vínculo biológico, foi constatado que o falecido tinha vínculo sócio-afetivo com o menor, tratando-o como seu filho, registrando-o, dando-lhe seu sobrenome e, ainda que separado da genitora, pagava voluntariamente pensão alimentícia ao filho**. 3. Apelação conhecida, mas não provida. Preliminares rejeitadas. Unânime. (TJ-DF 20151410083579 - Segredo de Justiça 0028108-03.2015.8.07.0015, Relator: FÁTIMA RAFAEL, Data de Julgamento: 16/08/2017, 3ª TURMA CÍVEL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 28/08/2017. Pág.: 245/250) (grifo nosso)

É fato que os juristas e os aplicadores da lei consideram toda essa evolução em relação às famílias, baseando-se na dignidade da pessoa humana e cada vez mais no melhor interesse das crianças, permitindo a estas diversas formas de paternidade (biológica, socioafetiva ou jurídica) a fim de lhes assegurar a melhor condição possível para sua criação e bem estar.

Neste sentido, em 21 de setembro de 2016, o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu que constasse no registro de uma criança o nome de dois pais, sendo o socioafetivo e o biológico, em igualdade de direitos e deveres.

O Ministro Relator Luiz Fux, afirmou que:

> A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica,com todas as suas consequências patrimoniais e extrapatrimoniais" (Recurso Extraordinário 898.060 São Paulo Relator: MIN. LUIZ FUX, 2016).

Essa decisão tornou-se repercussão geral, fixando a tese que mesmo em caso de haver dupla paternidade no registro do menor, o pai biológico também deve cumprir com seus deveres perante o filho, em igualdade com o pai socioafetivo. Na votação da repercussão geral do RE 898.060, o Ministro

Luiz Fux, disse ainda que a base para todas as mudanças está no princípio da paternidade responsável, onde ambos os pais devem ser responsáveis por seus filhos, e o duplo registro só poderá ocorrer se for do interesse da filiação a qual o caso se trata.

Os demais ministros, inclusive a presidente da Corte, a Ministra Carmen Lúcia, acompanharam o relator em sua decisão, onde afirmaram que é possível a paternidade biológica e socioafetiva estarem no mesmo registro, sem que uma exclua a outra, e que sejam produzidos efeitos jurídicos para ambas. Dessa forma, restou reconhecido juridicamente o vínculo afetivo como essencial para a constituição familiar.

A Constituição Federal Brasileira declara que homens e mulheres são iguais perante a lei e que ambos são responsáveis por prover o sustento aos filhos e o ECA dispõe que o poder familiar deve ser exercido de forma igualitária pelos genitores.

Ao introduzir o conceito da dupla paternidade ou multiparentalidade no ordenamento jurídico, houve o reconhecimento dos direitos e obrigações da pessoa que cria o filho, por possuir entre eles laços afetivos, porém sem excluir o que possui com este laços biológicos. Assim, o filho pode ter em seu registro civil o nome do pai/mãe biológicos e dos socioafetivos.

Na decisão do RE 898.060, o Ministro Relator Luiz Fux afirmou ainda que:

> Da mesma forma, nos tempos atuais, descabe pretender decidir entre a filiação afetiva e a biológica quando o melhor interesse do descendente é o reconhecimento jurídico de ambos os vínculos. (...) Por isso, é de rigor o reconhecimento da dupla parentalidade.

Assim, tal decisão, serviu de base para outras sobre a dupla paternidade. Senão, vejamos:

> DIREITO DE FAMÍLIA. PROCESSUAL CIVIL. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. DUPLA PATERNIDADE. RECONHECIMENTO DE UM SEGUNDO VÍNCULO SOCIOAFETIVO. CONDIÇÕES DA AÇÃO.
>
> VERIFICAÇÃO. TEORIA DA ASSERÇÃO. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. QUESTÕES QUE SE CONFUNDEM COM O MÉRITO. PATERNIDADE ANTERIOR QUE SOBRESSAI BIOLÓGICA, SOCIOAFETIVA E REGISTRAL. ESTADO DE FILIAÇÃO ESTABILIZADO. POSSE DO ESTADO DE FILHO EM RELAÇÃO AO PAI REGISTRAL. CONFIGURAÇÃO. REGISTRO CIVIL. IMUTABILIDADE. DECLARAÇÃO DE PATERNIDADE
>
> SOCIOAFETIVA DE PESSOA FALECIDA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA INTENÇÃO DO PADRASTO DE ASSUMIR JURIDICAMENTE A FILIAÇÃO QUANDO EM VIDA. EXISTÊNCIA DE MERA RELAÇÃO AFETUOSA ENTRE PADRASTO E ENTEADA. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DE TRATAMENTO IGUALITÁRIO ENTRE IRMÃOS. ARTIGO 227, § 6º, DA CF. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. 1. A convivência familiar e a afetividade constroem e consolidam o estado de filiação, independentemente da

superveniência de outros fatores tais como a revelação da origem biológica do filho, a morte do pai ou ainda o surgimento de um padrasto. 2.

Tendo sido regularmente constituída a relação de filiação da autora com seu pai biológico, afetivo e registral, com todos os seus inerentes elementos, não há que se falar em relação futura a modificar esse estado de coisa que restou configurado. 3. Sendo a relação paterno-filial irretratável ou irrevogável, não se mostra possível que uma natural e harmoniosa relação entre enteada e padrasto altere o que sobejou perfeitamente constituído no tempo, notadamente, para sobrevir nos assentamentos civis da postulante um segundo pai, mais de cinquenta anos depois de configurada a paternidade originária, tendo esta sido estabelecida com laços biológicos e socioafetivos. 4. O fato do falecido padrasto ter tratado a autora com afeição, dando-lhe o esperado carinho durante o casamento que manteve com a sua genitora, e mesmo após a morte desta, não repercute diretamente no reconhecimento da paternidade socioafetiva, especialmente, quando não restar claramente comprovada a intenção do padrasto em assumir juridicamente a paternidade da enteada, em vida. 5. Do contrário, qualquer indivíduo que vier a se relacionar com mulher que já tenha filhos e os trate de forma harmoniosa e afetuosa, tal como se espera, estará correndo sério risco de tornar-se pai, mesmo que não seja essa a sua intenção, o que não é minimamente razoável e inverte a lógica do instituto, sobretudo quando existe um genitor que assumiu a paternidade com todos os seus inerentes requisitos, mesmo que tenha falecido no início da adolescência da filha, como na espécie. 6. Nesse contexto, entendo que a relação parental regularmente estabelecida entre a autora e seu pai registral, biológico e socioafetivo deve se perpetuar sem qualquer interferência superveniente, asseverando-se ainda que resta demonstrado nos autos que ela tão somente estabeleceu uma relação natural e harmoniosa com o seu padrasto, o que porsi só não indica que este, quando vivo, teria apresentado a intenção de assumir juridicamente a paternidade dela, requerida somente após a morte daquele, circunstância que também informa a inexistência de paternidade socioafetiva na hipótese. 7. Logo, considerando que autora já tivera um pai biológico, com o qual guardara relação de afeto, de modo a restar satisfatoriamente estabelecida e estabilizada a relação paterno-filial entre eles, a pretensão autoral de ver reconhecida a existência de uma dupla paternidade entre seu pai originário e seu padrasto não se justifica. 8. De qualquer sorte, pelas provas produzidas no feito, a pretensão também não é procedente porque não sobressaiu suficientemente demonstrada a intenção do de cujus de assumir juridicamente a aduzida paternidade socioafetiva em face da autora quando ainda era vivo, evidenciando-se, ao menos no que diz respeito ao padrasto, que ele nutria apenas um esperado afeto e carinho pela enteada, num mero relacionamento familiar harmonioso. 9. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

SENTENÇA MANTIDA. (TJ-DF - APC: 20150111157545, Relator: ALFEU MACHADO, Data de Julgamento: 16/03/2016, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 06/04/2016. Pág.: 210)

Apelação - Ação de investigação de paternidade c.c. oferta de alimentos **– Ação julgada procedente para reconhecer a paternidade biológica do autor em relação ao filho, mantendo a paternidade sócio afetiva do pai registral**, fixando alimentos a serem pagos pelo autor – Inconformismo do autor que pretende sejam fixados alimentos a serem pagos pelo pai sócio afetivo – Impossibilidade – Questão dos alimentos devidos pelo pai sócio afetivo que não

> faz parte da ação – Autor que é parte ilegítima para pleitear alimentos em nome do filho - Impossibilidade de apreciação na presente ação – Decisão mantida – Apelo improvido. (TJ-SP - AC:
>
> 10026209020188260210 SP 1002620-90.2018.8.26.0210, Relator: Silvério da Silva, Data de Julgamento: 09/03/2021, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 09/03/2021) (grifo nosso).

De forma geral, vale mencionar que o dever de prestar alimentos possui ordem de vocação hereditária, ou seja, primeiramente a obrigação recai sobre os parentes em linha reta, sendo estes os ascendentes mais próximos, e na falta destes, a obrigação é dos descendentes; se estes estiverem ausentes, a obrigação alimentar recai sobre os colaterais de segundo grau, ou seja, os irmãos. Essa ordem está disposta no Código Civil. Vejamos:

> Art. 1.694. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação. § 1o Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada. § 2o Os alimentos serão apenas os indispensáveis à subsistência, quando a situação de necessidade resultar de culpa de quem os pleiteia. Art. 1.695.
>
> São devidos os alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria mantença, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento. Art. 1.696. O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.
>
> Art. 1.697. Na falta dos ascendentes cabe a obrigação aos descendentes, guardada a ordem de sucessão e, faltando estes, aos irmãos, assim germanos como unilaterais.
>
> Art. 1.698. Se o parente, que deve alimentos em primeiro lugar, não estiver em condições de suportar totalmente o encargo, serão chamados a concorrer os de grau imediato; sendo várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos, todas devem concorrer na proporção dos respectivos recursos, e, intentada ação contra uma delas, poderão as demais ser chamadas a integrar a lide.

Considerando que houve a equiparação do pai biológico e do pai socioafetivo, estando ambos em igualdade de direitos e deveres, logicamente a obrigação alimentícia recai sobre ambos, também de forma igualitária. Neste sentido, em relação à dupla paternidade, os Tribunais Brasileiros mantêm o entendimento que os pais socioafetivos e os biológicos têm o dever de contribuir com o sustento do filho. Vejamos o entendimento dos nossos Tribunais:

> APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE CUMULADA COM ALIMENTOS. DEMANDA AJUIZADA CONTRA A GENITORA E O PAI SOCIOAFETIVO. PROVA PERICIAL (EXAME DE DNA). PATERNIDADE BIOLÓGICA DO AUTOR COMPROVADA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. MAGISTRADO QUE ENTENDEU PELA PREVALÊNCIA DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA. RECURSO DO

> DEMANDANTE. PLEITO DE RECONHECIMENTO DA MULTIPARENTALIDADE. VIABILIDADE.
>
> RECONHECIMENTO NESTE GRAU DE JURISDIÇÃO DA DUPLA PARENTALIDADE. DETERMINAÇÃO DE RETIFICAÇÃO DO REGISTRO CIVIL PARA CONSTAR O NOME DO PAI BIOLÓGICO COM A MANUTENÇÃO DO PAI SOCIOAFETIVO. VÍNCULO SOCIOAFETIVO QUE NÃO EXCLUI O BIOLÓGICO. POSSIBILIDADE DE COEXISTÊNCIA DE AMBOS. PREVALÊNCIA INTERESSE DA CRIANÇA. TESE FIRMADA EM REPERCUSSÃO GERAL. FIXAÇÃO DE ALIMENTOS A PEDIDO DO AUTOR.
>
> RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. "A paternidade responsável, enunciada expressamente no art. 226, § 7º, da Constituição, na perspectiva da dignidade humana e da busca pela felicidade, impõe o acolhimento, no espectro legal, tanto dos vínculos de filiação construídos pela relação afetiva entre os envolvidos, quanto daqueles originados da ascendência biológica, sem que seja necessário decidir entre um ou outro vínculo quando o melhor interesse do descendente for o reconhecimento jurídico de ambos" (STF, RE n. 898.060/SP. Rel. Min. Luiz Fux, j. 21.9.2016). (TJ-SC - AC:
>
> 03026749320158240037 Joaçaba 0302674-93.2015.8.24.0037, Relator: Sal Steil, Data de Julgamento: 17/04/2018, Terceira Câmara de Direito Civil ALIMENTOS. FIXAÇÃO. DUPLA PATERNIDADE. Necessidade do menor presumida. Possibilidade do alimentante baixa. **Levando em conta que a necessidade da criança é superior ao que seus três genitores conseguem suprir, a pensão deve ser fixada, ainda que considerada a dupla paternidade**, de forma que o apelado contribua com sua total possibilidade. Recurso parcialmente provido.
>
> (TJ-SP - AC: 10072749620178260197 SP 1007274-96.2017.8.26.0197, Relator: Mary Grün, Data de Julgamento: 18/11/2020, 7ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 18/11/2020) (grifo nosso)

Assim, restou comprovado que os Tribunais brasileiros não só reconhecem a paternidade socioafetiva como colocam em igualdade de direitos e deveres o pai socioafetivo e o pai biológico, aceitando, inclusive, a possibilidade de constar ambos no registro civil, ao considerar o melhor interesse para a criança.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a história do direito de família traz consigo uma grande revolução tanto legal quanto social. Vários conceitos e processos outrora aplicados e convencionados como corretos não mais se aplicam ou deixaram de possuir importância, seja ela para a sociedade ou para o ordenamento jurídico.

As análises bibliográficas realizadas permitiram compreender que essa evolução é fundamental para garantir a correta aplicabilidade do direito na sociedade, pois do contrário as Leis não teriam a sua principal finalidade atendida, qual seja, a normatização de hábitos e condutas dos cidadãos. Vale reforçar ainda que nesse processo evolutivo, várias mudanças disruptivas foram provocadas, entre

elas a composição da família que muda drasticamente de um sistema patriarcal para um no qual todos os membros possuem iguais poderes, tendo reflexo direto na aquisição de direitos.

A garantia e a igualdade de direitos e deveres foi notadamente o ponto focal de toda essa evolução, para que as partes menos assistidas pudessem obter a proteção do Estado, a fim de assegurar que a legislação seja aplicada na prática e princípios fundamentais também fossem efetivamente aplicados. Neste sentido os direitos dos menores é a base para o sustentáculo desta nova ótica jurídica e social.

Conclui-se, portanto, que os laços sanguíneos cederam espaço para o afeto, amor, carinho, cuidado e atenção e, aos olhos dos legisladores, esses sentimentos são muito mais importantes que o vínculo biológico e que o filho pode ter, concomitantemente, a paternidade biológica e a socioafetiva reconhecida juridicamente, inclusive constando ambas em seu documento registral, tendo ambos os pais igualdade de direitos e deveres, inclusive, quanto aos alimentos.

Assim, restou nítido que a segurança emocional e a garantia de assistência e manutenção dos direitos básicos para a vida e sobrevivência das crianças tornaram-se importantes para a construção da nova visão de família.

Grandes passos foram dados até o momento, porém ainda existe uma longa e profunda trajetória que precisa ser rompida. A sociedade brasileira, arraigada no preconceito e em questões históricas, ainda não está completamente preparada para essa nova abordagem da constituição e construção familiar moderna. Existe a necessidade de um trabalho de educação e conhecimento que sem dúvida podem contribuir ainda mais para garantir a felicidade de todos os membros das famílias que fogem dos padrões moralmente “aceitos”, apesar de reconhecidas juridicamente.

7. REFERÊNCIAS

BARBOZA, Heloísa Helena. Efeitos jurídicos do parentesco socioafetivo. In: Anais do VI Congresso Brasileiro de Direito de Família, 2007.

CHAVES, Antônio. Adoção. Editora Del Rey, Belo Horizonte, 1995.

CALDERÓN, Ricardo. Primeiras Impressões sobre o Provimento 83 do CNJ. Disponível em: http://ibdfam.org.br. Acesso em: outubro 2021.

CASSETARI, Christiano. Multiparentalidade e parentalidade socioafetiva. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017, p. s/p.

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2003.

DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 9. ed. São Paulo: Revista dos

Tribunais 2013.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil brasileiro. 12. Ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Vol. 5. 19ª. ed. rev., aum. e atual. De acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2004.

DELLANI, Diorgenes André. Casamento Civil X União Estável – diferenças e semelhanças.

Disponível em: <https://diorgenes.jusbrasil.com.br/artigos/142918350/casamento-civil-xuniao-estavel-diferencas-e-semelhancas>. Acessando em: outubro/2021.

DORNELAS, José Carlos Assis. EMPREENDEDORISMO: Transformando Ideias em Negócios. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FUJITA, Jorge Siguemitsu. Filiação. 2. ed. São Paulo: Atlas. 2011.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Terra: Ecopedagogia e educação sustentável. Buenos Aires: Clacso, 2000.

GESSE, Eduardo. Família Multiparental: reflexos na adoção e na sucessão legítima em linha reta ascendente. Curitiba: Juruá, 2019.

MADALENO, ROLF. Manual de Direito de Família. 7ª edição. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

OLIVEIRA, José Sebastião. Fundamentos Constitucionais do Direito de Família. São Paulo: RT, 2002.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições do Direito Civil: Volume V: Direito de Família. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2017, p. 307)

TAVARES, Adriano. PINTO, Ricardo. O professor de educação física no programa saúde da família (PSF). Belém: UEPA, 2011.

TARTUCE, FLÁVIO. Manual de Direito Civil. 7ª Edição. ed. São Paulo: Editora Método, v. Volume único, 2017.

STF. RECURSO EXTRAORDINÁRIO: RE 898.060. Relator: Ministro Luiz Fux. DJ: 24/08/2017. Portal STF, 2017. Disponível em:

<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13431919>. Acesso em: 20 nov. 2021

Capítulo 13

10.37423/220706322

A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E SUAS IMPLICAÇÕES NO DIREITO DE PROPRIEDADE E NA TUTELA JURISDICIONAL DA AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE

ADHY DE MAGALHÃES PASCOAL

REDE DE ENSINO DOCTUM - UNIDADE DE CARATINGA

JÚLIA DE PAULA VIEIRA

REDE DE ENSINO DOCTUM - UNIDADE DE CARATINGA

Resumo: O presente artigo versa sobre a função social da propriedade e a maneira como ela afeta o direito de propriedade e, em especial, a ação de reintegração de posse. Os conflitos possessórios têm sido tratados por uma norma positivada que não contempla a função social como seu requisito, o que acarreta na satisfação de um direito em detrimento de outros. Tal fato se comprova mediante a observação do fundamento de decisões judiciais, onde a função social da propriedade não tem relevância. Através da análise da doutrina e de alguns julgados, pretende-se questionar a forma como a ação possessória se dá atualmente no Brasil, demonstrando a necessidade de adequação do referido instituto ao princípio da função social da propriedade, no sentido de que, em sede de ação possessória, seja exigida também a comprovação do cumprimento da função social da propriedade, em conformidade com o modelo constitucional de proteção da propriedade.

Palavras-chave: Função Social da Propriedade; Constitucionalização do Direito Privado; Reintegração de Posse; Proporcionalidade.

INTRODUÇÃO

As ações possessórias sempre tiveram considerada relevância dentro do direito brasileiro, o que se deve, em grande parte, por afetar questões sociais como a concentração de terras e a reforma agrária, bem como pelo fato de constituir um número considerável de ações no judiciário. Enquanto norma positivada e eixo temático a ser discorrido, sabe-se que o art. 561 do Novo Código de Processo Civil não traz como requisito para a concessão da reintegração de posse a prova do cumprimento da função social da propriedade. Por outro lado, a tutela jurisdicional da ação de reintegração de posse, amparada exclusivamente no cumprimento dos requisitos dispostos taxativamente no art. 561 do aludido diploma, quais sejam, a prova da posse, a prova do esbulho, a data do esbulho e a data da perda da posse, tem se mostrado eficaz para aqueles que, ao se verem em situação de esbulho possessório, ajuízam referida ação com o intuito de recuperar a posse de seu bem. Contudo, em face à nova concepção do direito de propriedade, em que a função social lhe é inerente, surge a obrigatoriedade de uma releitura da norma infraconstitucional a partir do fenômeno da constitucionalização do direito civil, isto é, da incidência de direitos fundamentais sobre o direito privado, compreendido assim como um direito civil-constitucional. Partindo desse pressuposto, torna-se ainda mais contundente a oposição ao caráter absoluto da propriedade, sendo a função social da propriedade compreendida, nesse sentido, como parte integrante do direito de propriedade e como ideal proposto pela Constituição Federal de 1988 para que o exercício do direito de propriedade se dê em consonância com um interesse social que se sobreponha ao particular.

Em que pese essa nova perspectiva do ordenamento jurídico, percebe-se que a jurisprudência prevalente no Brasil atualmente é o entendimento de que não se analisa a função social da propriedade em sede de ação possessória, o que parece sinalizar na mitigação desse novo pressuposto constitucional e no retrocesso do direito de propriedade.

Entretanto, noutra vertente, autores renomados no âmbito doutrinário do Direito, como Pedro Lenza e Fredie Didier Júnior, dentre outros, têm sinalizado cada vez mais no sentido de que não há como fazer uso dos dispositivos infraconstitucionais, como o citado art. 561 do Novo Código de Processo Civil, sem uma leitura constitucional que o anteceda, sem que o instituto da reintegração de posse se submeta primordialmente ao princípio da função social da propriedade para o exercício do direito de propriedade.

Em face ao caso em tela, objetiva-se, por meio do presente artigo promover um debate que possibilite questionar a forma como se dá atualmente no Brasil a reintegração de posse no âmbito da norma

processual civil positivada e na esfera dos tribunais, buscando, assim, uma proposta revisional no campo interpretativo acerca do referido instituto, de maneira que o mesmo se alinhe aos princípios e garantias constitucionais e, por conseguinte, a um interesse comum que se sobreponha ao particular, demonstrando que o direito de propriedade não pode ser exercido de forma dissociada de sua função social.

Sendo assim, levanta-se o seguinte questionamento: pode a ação de reintegração de posse se valer exclusivamente dos requisitos processuais civis para os fins da tutela possessória? Consoante será demonstrado no decorrer deste artigo, não; pois, os requisitos processuais civis da ação possessória não incluem a função social da propriedade e, por conseguinte, acabam fazendo justiça em relação ao direito de propriedade sem se preocupar como outros direitos são afetados, o que pôde ser constatado pela análise de posicionamentos da doutrina, de julgados e artigos relacionados à temática proposta.

Sobre o desenvolvimento deste artigo, num primeiro momento, será abordada a função social da propriedade como condicionante para o exercício do direito de propriedade e como elemento que não apenas restringe esse direito, mas adentra a sua própria estrutura, bem como será exposto o fenômeno da constitucionalização do direito privado.

Em seguida, será abordado o instituto da reintegração de posse sob as óticas civil e processual civil.

Posteriormente, será tratado o conflito entre posse e propriedade.

Por fim, em oposição à doutrina prevalente nos julgados de ações possessórias, será tratada a questão da análise do caso concreto sob o crivo da proporcionalidade e da ponderação.

1 A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE: ELEMENTO CONDICIONANTE DO DIREITO DE PROPRIEDADE

O atual conceito de propriedade contrasta com veemência a ideia do caráter absoluto da mesma no que diz respeito à forma de exercício desse direito, e, por conseguinte, se opõe à ideia de muitas terras improdutivas e imóveis vazios e sem qualquer finalidade habitacional concentrados nas mãos de poucos.

Em consonância com esse pensamento, no que tange o aspecto constitucional do direito de propriedade, conforme preleciona Pedro Lenza, “como regra geral, assegura-se o direito de

propriedade, que deverá atender à sua função social, nos exatos termos dos arts. 182, §2º, e 186 da CF/88[1].”

Para Lenza, “esse direito não é absoluto, visto que a propriedade poderá ser desapropriada por necessidade ou utilidade pública e, desde que esteja cumprindo sua função social, será paga a justa e prévia indenização em dinheiro (art. 5º, XXIV)[2]”.

Alexandre de Moraes, citado por Eduardo Augusto Fernandes[3], preleciona que:

> A referência constitucional à função social da propriedade como elemento estrutural da definição do direito à propriedade privada e da limitação legal de seu conteúdo demonstra a substituição de uma concepção abstrata de âmbito meramente subjetivo de livre domínio e disposição da propriedade por uma concepção social de propriedade privada, reforçada pela existência de um conjunto de obrigações para com os interesses da coletividade, visando também à finalidade ou utilidade social que cada categoria de bens objeto deve cumprir.[4]

Nesse ponto, percebe-se a função social não apenas como um instituto paralelo ao direito de propriedade, mas como elemento limitador de tal direito, devendo-se conceder ao bem uma destinação que se alinhe a respectiva função social, sobrepondo-se o interesse coletivo sobre o individual.

Nesse mesmo diapasão, Gabriel Dezen Júnior, *apud* Eduardo Augusto Fernandes[5], destaca que:

> Função social da propriedade é um conceito que dá a esta um atributo coletivo, não apenas individual. Significa que a propriedade não é um direito que se exerce apenas pelo dono de alguma coisa, mas também que esse dono exerce em relação a terceiros. Ou seja, a propriedade, além de direito da pessoa, é encargo contra essa, que fica constitucionalmente obrigada a retribuir, de alguma forma, ao grupo social, um benefício pela manutenção e uso da propriedade[6].

Portanto, não há espaço para se falar em um caráter absoluto da sociedade, pelo contrário, a propriedade é antes um direito que não se exerce individualmente, mesmo se tratando de um bem apropriado por um único indivíduo, pois o mesmo acaba por atingir terceiros, uma vez que, caso seja mal administrado ou em dissonância com o princípio da função social da propriedade, deixa de cumprir sua função em relação à coletividade.

1.1 O FENÔMENO DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PRIVADO: UMA NOVA CONCEPÇÃO DO INSTITUTO DA REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Ainda sobre o aspecto constitucional e sua incidência sobre a propriedade, e agora se estendendo também a tutela possessória, vale ressaltar o fenômeno da constitucionalização do direito privado, o

qual faz reverberar sobre os direitos reais os princípios constitucionais, cabendo uma releitura dos institutos, inclusive o da reintegração de posse, o qual consta de norma infraconstitucional, devendo esta, em razão do princípio da unidade do ordenamento e da supremacia da Constituição, se alinhar aos direitos fundamentais elencados na Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, Lenza preleciona que:

> Sob essa perspectiva, especialmente diante do princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil e princípio-matriz de todos os direitos fundamentais (art. 1º, III, da CF/88), parece mais adequado, então, falar em um direito civil-constitucional, estudando o direito privado à luz das regras constitucionais e podendo, inclusive, em muitos casos, reconhecer a aplicação direta dos direitos fundamentais nas relações privadas [...].[7]

Nesse contexto, Didier Júnior ainda afirma que:

> Desse modo, pode-se afirmar que a Constituição de 1988 criou um novo pressuposto para a obtenção da proteção processual possessória: a prova do cumprimento da função social. Assim, o art. 927 do CPC, que enumera os pressupostos para a concessão da tutela possessória, deve ser aplicado como se ali houvesse um novo inciso (o inciso V), que reputa um pressuposto implícito, decorrente do modelo constitucional da proteção da propriedade.[8]

Ainda conforme Didier Júnior, "a consagração da função da propriedade como princípio constitucional e, não bastasse isso, direito fundamental, naturalmente repercute no regramento infraconstitucional da tutela processual de posse".[9]

Neste ponto, pode-se inferir uma função social da posse a ser cumprida, a qual se legitima na medida em que o direito privado deve estar de acordo com a norma constitucional, e, nas palavras de Albuquerque

> A função social da posse como princípio constitucional positivado, além de atender à unidade e completude do ordenamento jurídico, é exigência da funcionalização das situações patrimoniais, especificamente para atender às exigências de moradia, de aproveitamento do solo, bem como aos programas de erradicação da pobreza, elevando o conceito da dignidade da pessoa humana a um plano substancial e não meramente formal. É forma ainda de melhor se efetivar os preceitos infraconstitucionais relativos ao tema possessório [...].[10]

O que se conclui nesse ponto é que, de fato, torna-se imprescindível a incidência de princípios constitucionais sobre a norma infraconstitucional positivada, uma vez que a mesma, por si só, em especial a que consta do Código de Processo Civil sobre a ação de reintegração de posse, não é capaz de efetivar princípios que garantam a dignidade da pessoa humana no âmbito dos litígios possessórios.

2 O INSTITUTO DA REINTEGRAÇÃO DE POSSE SOB A ÓTICA CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

2.1 O INSTITUTO DA REINTEGRAÇÃO DE POSSE SOB A ÓTICA CIVIL

Partindo para a ótica do Direito Civil sobre o tema, tem-se o direito de propriedade compreendido na esfera dos direitos reais ou do direito das coisas, devendo a propriedade ser compreendida, nesse contexto, como uma coisa suscetível de apropriação pelo homem, e, uma vez que a propriedade alheia deve ser respeitada, a mesma passa também a fazer com que toda a sociedade figure como sujeito passivo nessa relação jurídica, sendo positivada em rol taxativo pelo Código Civil como direito real, conforme preceitua o art. 1.225: "são direitos reais: I – a propriedade".[11]

E ainda, a despeito do Código Civil não conceituar a propriedade, o mesmo traz a noção da figura do proprietário nessa relação jurídica:

"Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha."[12]

Contudo, o exercício do direito real de propriedade deve, também, primar pela função social da mesma.

Nesse aspecto, Pablo Stolze Gagliano ressalta:

> Os direitos reais são oponíveis a todas as pessoas, indistintamente. Consoante vimos acima, essa característica não impede, em uma perspectiva mais imediata, o reconhecimento da relação jurídica real entre um homem e uma coisa. Ressalte-se, outrossim, que essa eficácia erga omnes deve ser entendida com ressalva, apenas no aspecto de sua oponibilidade, uma vez que o exercício do direito real – até mesmo o de propriedade, mais abrangente de todos – deverá ser sempre condicionado (relativizado) pela ordem jurídica positiva e pelo interesse social, uma vez que não vivemos mais a era da ditadura dos direitos.[13]

Nesse sentido, ainda, o próprio Código Civil dispõe em seu art. 1.228, §1º:

> O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.[14]

Percebe-se, então, que a noção de função social da propriedade não está contida apenas na Constituição, mas abarca ainda o Código Civil, o qual já adota uma postura explícita e formalizada acerca da incidência dos princípios constitucionais sobre as demais normas que compõe o

ordenamento jurídico no contexto do direito de propriedade, o que difere da realidade processual civil no âmbito da ação possessória.

2.2 O INSTITUTO DA REINTEGRAÇÃO DE POSSE SOB A ÓTICA PROCESSUAL CIVIL

Seguindo para o plano processual civil no contexto do direito de propriedade e, em especial, para a tutela jurisdicional da ação possessória de reintegração de posse, tem-se o disposto no Novo Código de Processo Civil, em seus arts. 560, 561 e 562:

> Art. 560. O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação e reintegrado no de esbulho.
>
> Art. 561. Incumbe ao autor provar:
>
> I - a sua posse;
>
> II - a turbação ou o esbulho praticado pelo réu;
>
> III - a data da turbação ou do esbulho;
>
> IV - a continuação da posse, embora turbada, na ação de manutenção; a perda da posse, na ação de reintegração.
>
> Art. 562. Estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá, sem ouvir o réu, a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração; no caso contrário, determinará que o autor justifique previamente o alegado, citando-se o réu para comparecer à audiência que for designada.[15]

Conforme pode se depreender dos artigos supracitados, o esbulho possessório enseja a reintegração de posse, incumbindo ao autor provar a posse, o esbulho, a data do esbulho e a perda da posse, como requisitos para instruir a petição inicial, mediante a qual o juiz deferirá, sem ouvir o réu, a expedição do mandado liminar de reintegração de posse.

A partir desse ponto, pode-se inferir, então, que a ação de reintegração de posse é a via adequada oferecida pelo legislador infraconstitucional para a obtenção da tutela de posse em razão do esbulho, podendo o possuidor recorrer a esse tipo de ação específica para reaver a posse.

Sob uma análise mais acurada, percebe-se que o disposto no art. 560 do Novo Código de Processo Civil, pelo menos em tese, nos remete ao pressuposto de que a intenção do legislador, ao dizer que o possuidor tem o direito a ser reintegrado em caso de esbulho, foi a de resguardar o direito individual e constitucional da propriedade pela via judicial e, por conseguinte, processual.

Entretanto, o disposto no art. 561 do referido diploma, o qual trata dos requisitos processuais que devem ser provados pelo autor na ação de reintegração de posse (excluída a necessidade da prova do cumprimento da função social da propriedade), chama a atenção para algo intrigante nesse contexto,

pois este último artigo supracitado sinaliza na direção de um esforço para a efetivação de um direito em detrimento de outro, pois o instituto da reintegração de posse, na maneira como foi posto pelo legislador, isto é, sem se preocupar com a prova do cumprimento da função social da propriedade, possibilita a satisfação do direito de propriedade sem considerar outros direitos que estão diretamente envolvidos em uma situação de esbulho possessório, como, por exemplo, o direito à moradia.

Partindo do aludido pressuposto, pode-se relacionar o que Chaves e Rosenvald, *apud* Freitas e Pedra[16], explicam, em relação à posse, afirmando que:

> As teorias clássicas não respondem às atuais expectativas sociais, notadamente por justificarem a proteção da posse como forma de proteção da propriedade, visão que reduz substancialmente o espectro social do instituto.[17]

Em suma, o que acontece no contexto codificado do instituto da reintegração de posse configura de forma cristalina uma proteção da posse estritamente em função do direito de propriedade, sob o aspecto exclusivo desse direito, não abrangendo o seu encargo social, dirimindo, assim, qualquer viés de cunho protetivo em relação à coletividade.

3 O CONFLITO ENTRE POSSE E PROPRIEDADE

Outro ponto relevante a ser discutido a partir da temática proposta neste artigo é que há um notório conflito entre a posse e a propriedade, pois, no contexto de uma ação de reintegração de posse em face a uma situação de esbulho possessório, tem-se, de um lado, invasores na busca do seu direito de ter um lugar para morar, enquanto do outro, proprietários, no seu direito respaldado pela própria Constituição e pelo Código de Processo Civil, de terem de volta a sua posse perdida.

Nesse sentido, Amorim[18] afirma que "os invasores, tomando a posse de um imóvel, buscam a efetividade da proteção constitucional de seu direito à moradia." E ainda nesse mesmo diapasão declara:

> Nesses casos, verifica-se o conflito entre a posse e a propriedade: a posse está relacionada à ocupação e à estada dos invasores, os quais buscam o direito a uma moradia digna; a propriedade, como direito real, que garante ao proprietário usar, fruir e dispor da coisa, no caso a ser tratado, o bem imóvel particular.[19]

Nesse mesmo diapasão, Chaves e Rosenvald, citados por Freitas e Pedra[20], afirmam:

> Ser comum a tensão entre a posse e a propriedade, especialmente em situações em que resta evidenciada tanto a negligência dos proprietários quanto aos seus poderes/deveres em lei, quanto à diligência de possuidores que exercem a ingerência socioeconômica sobre o bem. Nesta hipótese, surge o conflito de

> interesses constitucionalmente protegidos: de um lado, o direito fundamental à propriedade (art. 5º, XXII, da CF); de outro, a função social da propriedade que, apesar de omitida pelo titular formal, é concedida por um possuidor, ao deter poder fático sobre o bem (art. 5º. XXIII, da CF).[21]

Ocorre que, num Estado Democrático de Direito, não há de se falar em direitos individuais que se sobrepõem aos sociais, devendo o Estado velar pela aplicação do direito de forma condizente e integral com o conteúdo programático-constitucional em toda a sua extensão, abrangendo em situações de conflito possessório também a função social da propriedade como elemento condicionante para reintegração de posse, pois, nas palavras de Amorim[22], "para solucionar o impasse existente nesses casos de ocupação é necessário analisar a finalidade do imóvel e como ele será melhor utilizado, uma vez que se trata de um caso de conflito de direitos de nível constitucional." E ainda, o proprietário, ao ingressar com uma ação de reintegração de posse, estando isento de provar e/ou observar o cumprimento da função social de sua propriedade, estará indo de encontro à existência digna e à justiça social, consoante o que dispõe a Constituição Federal em seu art. 170, pois assim a mesma declara:

"Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: […] III- a função social da propriedade."[23]

E sobre esse aspecto, Amorim também destaca que:

> Uma propriedade sem função social não é pressuposto para a existência da justiça social, permitindo o entendimento de que, nos casos de ocupação de bens móveis sem função social, o melhor viés seria assegurar aos ocupantes uma vida digna e a possibilidade de exercê-la em um ambiente favorável, e não garantir a propriedade ao proprietário que não faz bom uso dela.[24]

Ademais, pode-se inferir que a base desse conflito se dá em razão do fato de que, na maioria dos casos, é o possuidor (e invasor) quem efetivamente realiza a função social da propriedade. E, num contexto em que proprietário e possuidor não são a mesma pessoa, isso acaba ensejando um respaldo para o possuidor que, mesmo não sendo proprietário, isto é, sendo apenas possuidor de fato do bem em questão, passe a ter conduta legítima em função do cumprimento da função social da propriedade, enquanto o possuidor, ainda que indireto, porém, de direito, incorre na conduta ilegítima de um proprietário, pois vai de encontro àquilo que caracteriza o exercício do direito de propriedade em conformidade com a função social da propriedade.

Seguindo o mesmo raciocínio, Chaves e Rosenvald, citados por Freitas e Pedra[25], prelecionam que "todavia, sendo o possuidor e o proprietário pessoas distintas, pode ocorrer a mencionada colisão entre princípios da função social da propriedade e da função social da posse" […].[26] E ainda afirma que:

> Não há dúvidas, portanto, quanto a existência da função social da posse que, sendo distinta da função social da propriedade, não apenas se sanciona a conduta ilegítima de um proprietário que não é solidário perante a coletividade, mas também estimula o direito à moradia como direito fundamental de índole existencial, à luz do princípio da dignidade da pessoa humana.[27]

E ainda nesse mesmo diapasão, Chaves e Rosenvald, apud Freias e Pedra[28], ressaltam:

> Na função social da posse o possuidor não é mais inserido entre os erga omnes, como mero sujeito passivo universal de um dever de abstenção, que difusamente titulariza o direito subjetivo de exigir que o proprietário cumpra as suas obrigações perante a coletividade. Aqui, o possuidor adquire individualidade e busca acesso aos bens que assegurem a si e a sua família o passaporte ao mínimo essencial.[29]

Nesse ponto, o que se conclui é que a ausência da prova do cumprimento da função social da propriedade na ação de reintegração de posse acaba acentuando ainda mais o conflito entre a posse e a propriedade, pois acaba reforçando uma imagem que não condiz com a grande maioria dos casos concretos, ensejando o entendimento de que, em que pese as questões sociais de falta de moradia e o fato do possuidor direto do bem estar cumprindo a função social do mesmo, ao proprietário, ainda sim, assistirá razão na referida ação possessória, pois, antes de tudo, está pautado no seu direito de propriedade.

4 A APLICAÇÃO DA PROPORCIONALIDADE E DA PONDERAÇÃO NO CASO CONCRETO DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS

Explanados aqui os conceitos de propriedade e de reintegração de posse, bem como o de função social da posse, percebe-se que a Constituição Federal de 1988 e parte considerável da doutrina são incisivos concernente à função social da propriedade enquanto condicionante para o exercício do direito de propriedade, bem como para o exercício da posse, em razão do fenômeno da incidência dos princípios constitucionais sobre todo ordenamento jurídico. Em contrapartida, tem-se o disposto no Código de Processo Civil a viabilidade para o ajuizamento da ação de reintegração de posse baseado exclusivamente no pressuposto do preenchimento do rol taxativo de seus requisitos, sem qualquer menção à função social da propriedade.

Mencionado contraponto encontra fundamento em diversos julgados no Brasil, conforme se vê adiante:

> *PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO - AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO - CONFLITO AGRÁRIO - POSSE E AMEAÇA DE ESBULHO/TURBAÇÃO - COMPROVAÇÃO - REQUISITOS ESSENCIAIS PARA PROCEDÊNCIA DA AÇÃO PRESENTES - PROVA DA FUNÇAO SOCIAL DA TERRA - DESNECESSIDADE – [...].*
>
> *- Comprovada a posse anterior do bem e o justo receio de ser molestado na posse, cabe o deferimento do interdito proibitório.-* ***O cumprimento da função social da propriedade não está inserido no rol dos requisitos necessários ao deferimento da reintegração de posse, nos termos do art. 927 do CPC****.- […] - Recurso não provido* (TJMG - Apelação Cível 1.0024.10.1759595/002, Relª. Desª. Márcia De Paoli Balbino, 17ª Câmara Cível, j. 28/11/2013, publ. súm. 10/12/2013). (Grifo do autor).[30]
>
> *AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. CONFLITO AGRÁRIO. NULIDADE DA DECISÃO RECORRIDA. RESOLUÇÃO 438/04 DO TJMG. PRÉVIA OITIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. INSPEÇÃO JUDICIAL. DESNECESSIDADE. COMPROVAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL. DESNECESSIDADE. REQUISITOS DO ART. 561 DO CPC DE 2015. [...]. [...].- A função social da propriedade, embora seu status constitucional, não pode ser considerada requisito para a concessão da proteção possessória.* ***A própria Constituição prevê que cabe apenas à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, a propriedade que não cumpra sua função social, mediante prévia e justa indenização. Há procedimento próprio e adequado para a desapropriação, que não cabe nos limites da demanda possessória. Ainda que não cumprida a função social da propriedade, tal fato não legitimaria a ação invasora, em claro e intolerável exercício de autotutela. Não se pode fazer desapropriação mediante uso da própria força.*** *[...]* (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0000.16.066147-6/001, Relator (a): Des.(a) José Marcos Vieira, 16ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 15/12/0016, publicação da sumula em 16/12/2016). (Grifo do autor).[31]

Percebe-se a partir da análise desses dois julgados que o contraponto no que tange a análise da função social da propriedade em sede de ação possessória se justifica por fatores relacionados, primeiramente, conforme à transcrição do primeiro julgado, ao rol taxativo dos requisitos para a concessão da reintegração de posse elencados no art. 561 do CPC/15, e no 927 do antigo CPC, não compreendendo no referido rol a função social da propriedade como requisito.

No que diz respeito ao segundo julgado, o contraponto se dá em relação à competência exclusiva da União para a desapropriação de terras para fins sociais e, especificamente, concernente ao ato de esbulho, o qual, conforme este segundo julgado, configura "claro e intolerável exercício da autotutela".

Todavia, em que pese os fundamentos e argumentos utilizados nesses dois julgados transcritos, não se pode reduzir a hermenêutica jurídica aos referidos julgados no contexto de conflitos pela posse,

pois a via de tentativa de solução dos conflitos que envolvem a tensão entre posse e propriedade não se dá apenas por meio da consequência prevista em lei, mas, também, mediante o emprego da proporcionalidade.

Nesse sentido, e Freitas e Pedra, pautados nos ensinamentos de Teresa Arruda Alvim Wanbier[32], afirmam que tais ensinamentos:

> Demonstram não apenas a dificuldade de se lidar com o processo de interpretação constitucional – para afastar, no caso concreto, a norma positiva em prol da precedência de um princípio constitucional -, mas também a importância – ou necessidade – de se estabelecer critérios objetivos para tal liberdade, ratificando a afirmação de que existe uma constante tensão entre a posse e a propriedade, tendo como origem a possibilidade de aplicação, *prima facie*, de princípios constitucionais colidentes, que podem realizar direitos fundamentais. Referida tensão somente será solucionada no caso concreto, a partir da aplicação do princípio da proporcionalidade, mediante a técnica da ponderação.[33]

Sobre a base desse raciocínio, pode-se inferir que não há como lidar com o caso concreto de uma situação de conflito possessório se utilizando apenas da norma infraconstitucional positivada, mas deve-se atribuir um significado ao caso concreto pelo crivo do princípio da proporcionalidade para a aplicação dos princípios constitucionais, neste caso, do princípio da função social da propriedade, bem como o da dignidade da pessoa humana.

Nessa vertente, Freitas e Pedra discorrem que:

> Já sob a égide do novo Código de Processo Civil, o entendimento no presente tópico voltou a ser utilizado pelo Superior Tribunal de Justiça, também na análise de uma situação fática que acabou sendo consolidada, oportunidade em que a Corte voltou a tornar explícito que a solução de casos singulares não deve ser realizada apenas pela aplicação da norma positiva, com suas respectivas consequências jurídicas, mas também mediante a aplicação tanto do princípio da proporcionalidade quanto do método da ponderação, objetivando o exame do princípio da função social e a concretude de direitos fundamentais, responsáveis pela realização da dignidade humana.[34]

A exemplo deste último posicionamento supracitado tem-se o acórdão proferido pela 4ª Turma do STJ:

> RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. REQUISITOS DO ART. 927 DO CPC/1973 E 561 DO NOVO CPC. [...]. 1. [...]. (Resp 50936/SP, DJ 19/09/94). 2. O art. 927 do CPC/1973, reproduzido no art. 561 do novo diploma, previa competir ao autor da ação possessória de reintegração a comprovação dos seguintes requisitos: a posse; a turbação ou esbulho pela parte ré; a data da turbação ou do esbulho e a perda da posse. 3. **Ainda que verificados os**

> **requisitos dispostos no item antecedente, o julgador, diante do caso concreto, não poderá se furtar da análise de todas as implicações a que estará sujeita a realidade, na subsunção insensível da norma. É que a evolução do direito não permite mais conceber a proteção do direito à propriedade e posse no interesse exclusivo do particular, uma vez que os princípios da dignidade humana e da função social esperam proteção mais efetiva.** [...]. Recurso especial a que se nega provimento (STJ - REsp: 1302736 MG 2011/0230859-5, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 12/04/2016, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/05/2016).[35]

Este último julgado transcrito traz a lume que, de fato, há uma necessidade gritante de adequação do instituto da ação de reintegração de posse à concepção do direito privado constitucionalizado, valendo destacar o pressuposto constante do referido julgado, no momento em que o mesmo se vale da ideia de que, ainda que sejam preenchidos os requisitos para procedência da ação de reintegração de posse, o julgador não poderá se valer do direito de propriedade e posse no interesse exclusivo do particular.

Fica claro que não há de se falar em direito de propriedade quando este se dá em detrimento dos princípios da dignidade humana e da função social da propriedade, devendo os tribunais, além dos requisitos do art. 561 do Novo Código de Processo Civil, considerar a proteção efetiva destes últimos no caso concreto, não se deixando levar pela rigidez da letra pura e exclusiva da norma positivada.

5 CONCLUSÃO

A despeito de sua divisão didática, o Direito é uno. E não apenas isso: há uma necessidade óbvia - e de caráter de eficácia horizontal - de que todas as normas que compõem o ordenamento jurídico brasileiro convirjam para esta unicidade, no sentido de que mantenham significativa harmonia em relação à norma hierarquicamente superior a todas, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Dessa forma, não há motivos razoáveis para não incluir o pressuposto de tal premissa no âmbito do direito real de propriedade e das ações possessórias que, em notória discrepância com o fenômeno da constitucionalização do direito privado, isto é, da incidência dos direitos fundamentais sobre as relações privadas, buscam apenas satisfazer o direito de propriedade do particular sem considerar a função social da propriedade e a dignidade da pessoa humana que figura no polo passivo das ações possessórias.

Ficou claro que o conflito existente entre aqueles que buscam resguardar seu direito real de propriedade e aqueles que buscam concretizar o direito de moradia e vida dignas, se dá em grande parte por decisões judiciais que apreciam os pedidos de reintegração de posse de determinado bem

esbulhado baseados exclusivamente no rol taxativo dos dispositivos elencados no art. 561 do Novo Código de Processo Civil, o que, em conformidade com o discorrido no presente artigo, não se sustenta perante o fato de que, além da consequência jurídica da norma positivada, deve-se levar em consideração o caso concreto sob a égide da proporcionalidade e da ponderação.

Ademais, conclui-se que a ação de reintegração de posse não pode se valer exclusivamente dos requisitos processuais civis para os fins da tutela possessória, uma vez que esta deve estar munida precipuamente de sua legitimidade constitucional e fática, não cabendo mais o fundamento superficial dos referidos requisitos do diploma processual civil, dado o novo pressuposto para a obtenção da proteção possessória, inaugurado pela Constituição Federal de 1988: a função social.

REFERÊNCIAS

[10]ALBUQUERQUE, Ana Rita Vieira. *Da função social da posse e sua consequência frente à situação proprietária*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2002.

[10,19,22,24]AMORIM, Emanuele G. de Oliveira Cavalcante. *O conflito entre posse e propriedade nos casos de ocupação de imóveis particulares*. Disponível em:

https://revistas.direitosbc.br/index.php/CIC/article/view/834. Acesso em: 08 de fevereiro de 2021.

[11,12,14]BRASIL, Código Civil (2002). *Código Civil Brasileiro*. Brasília, DF. Senado, 2002.

[15]BRASIL, Código de Processo Civil (2015). *Código de Processo Civil Brasileiro*. Brasília, DF. Senado, 2015.

[23]BRASIL, [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 08 de fevereiro de 2021.

[35]BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n.º 1302736 MG 2011/0230859-5 da quarta Turma do STJ. Brasília, DF, 12 de abril de 2016.

[30]BRASIL, Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Apelação Cível n.º 1.0024.10.1759595/002 da 17ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 28 de novembro de 2013.

[31]BRASIL, Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Agravo de Instrumento n.º 1.0000.16.066147-6/001 da 16ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 15 de dezembro de 2016.

[17,21,26,27,29]CHAVES, Cristiano de Faria; ROSENVALD, Nelson. *Direitos reais*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

[8,9]DIDIER JR., Fredie. *A função social da propriedade e a tutela processual da posse*. Disponível em:

https:<//www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Politica_Agraria/3diderjrfuncaosocial.pdf/>. Acesso em: 20 de janeiro 2021.

[3,5]FERNANDES, Eduardo Augusto. *A função social como limitadora ao direitos real de propriedade*. Disponível em: https://www.ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-civil/a-funcao-social-como-limitadora-ao-direito-real-de-propriedade/. Acesso em: 20 de janeiro 2021.

[16,20,25,28,33,34]FREITAS, Rodrigo Cardos; PEDRA, Adriano Sant'Ana Pedra. *Posse e Propriedade: Uma constante busca da concretização da função social, 2018*. Disponível em:

http:revista.unisal.br/lo/index.php/direitoepaz/article/view/464. Acesso em: 08 de fevereiro de 2021.

[13]GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo curso de Direito Civil, Volume 5: Direitos Reais. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

[6]JÚNIOR, Gabriel Dezen. *Direito Constitucional*. 11 ed. Brasília: Vesticon Editora, 2006.

[1,2,7]LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 20 ed. rev. atual. ampl. – São Paulo: Saraiva, 2016.

[4]MORAES, Alexandre. Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional . 6 Ed. Atualizada até a EC n.º 52/06,

São Paulo: Atlas, 2006, p. 206.

[32]WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Cláusulas gerais e liberdade judicial. In: ASSIS, Araken et al. (Coord.). Direito civil e processo: estudos em homenagem ao professor Arruda Alvim. São Paulo: RT, 2007.

Capítulo 14

10.37423/220706326

GESTÃO DO AGRONEGÓCIO: UMA ANÁLISE DE ANTES, DENTRO E DEPOIS DA PORTEIRA DE UMA PROPRIEDADE RURAL DO MUNICÍPIO DE MOREIRA SALES – PR

Antonio Guilherme Cadan — *Universidade Estadual do Paraná*

Eloisa Paula de Oliveira — *Universidade Estadual do Paraná*

Rogério Silveira Tonet — *Universidade Estadual do Paraná*

Resumo: O objetivo deste estudo foi conhecer as atividades de gestão do agronegócio realizadas no Sítio Santa Terezinha, propriedade rural localizada em Moreira Sales no Paraná. Para isto foi realizada uma pesquisa qualitiva e descritiva, por meio da coleta de dados primários oriundos de entrevista e observação e dados secundários através de pesquisa bibliográfica em publicações da área. A gestão da propriedade foi estudada dentro da divisão do agronegócio em três segmentos, antes da porteira, dentro da porteira e depois da porteira. Esta divisão permitiu compreender as atividades administrativas relacionadas à produção rural de acordo com a realidade do setor. Visto que a produção agrícola obedece o ciclo biológico da planta, a sazonalidade da produção se estende às práticas de gestão, como pôde ser visto nas atividades relacionadas à compras, mão de obra, armazenagem e distribuição.

Palavras-chave: (Agronegócio; Gestão do Agronegócio; Administração Rural)

1. INTRODUÇÃO

O setor do agronegócio tem influência significativa na economia brasileira. Além de alimentos, fornece matéria prima para, por exemplo, a indústria moveleira, a indústria têxtil e a indústria de combustíveis. Sendo assim, faz-se necessário que o produtor rural desenvolva e aplique ferramentas de gestão na sua propriedade para se inserir nesse sistema maior, mais complexo e diversificado.

Araújo (2007) esclarece que ocorreu um longo processo para a produção rural chegar ao que chamamos hoje de agronegócio, no inicio das civilizações as pessoas viviam do que a terra oferecia, depois de algum tempo passaram a cultivar algumas espécies de plantas e criar alguns animais para subsistência. Com o passar do tempo esta produção foi se tornando mais importante e mais complexa. O agronegócio brasileiro foi modificado no momento em que a população brasileira começou se deslocar das áreas rurais para viverem nas cidades, assim surgiu a necessidade de modificar a produção. No entanto, isto provocou a perda da independência das propriedades, pois os produtores passaram a ter que desenvolver procedimentos para adquirir insumos, receber orientações de como produzir e procurar novos canais para escoamento da produção.

Para este estudo foi escolhida a propriedade rural Sítio Santa Terezinha, localizada no município de Moreira Salles – Paraná, que tem como atividade principal a cultura da soja, visto que este produto tem grande produção e comercialização, inclusive no comércio exterior.

Dall'Agnol (2016) destaca que os primeiros registros de cultivo da oleaginosa no Brasil ocorreram no ano de 1914, mas, somente em 1941 a soja tornou-se um produto com maior destaque e participação econômica. Entretanto o cultivo era apenas para o mercado interno e uso interno na propriedade, visto que, na época, comercializar esses grãos era uma atividade muito difícil de ser realizada. Com o passar dos anos, a soja se tornou um produto de grande destaque, em que a região centro-oeste do país representava sozinha cerca de 55% do território cultivável brasileiro (Pinazza, 2007). Os principais derivados da soja são óleo, farinha, proteína texturizada, extrato e o farelo de soja, este último é utilizado para compor ração para rebanho (Carrão-Panizzi, 2013; Zambom *et al*, 2001). Zagonel (2000) destaca o uso do grão para a produção de biocombustível que é destinado à maquinas a motor, como tratores e caminhões.

Considerando a importância desta produção, a complexidade da cadeia produtiva e a necessidade da especialização em gestão do produtor rural, esta pesquisa teve como objetivo conhecer as atividades

de gestão do agronegócio realizadas no Sítio Santa Terezinha, localizado na cidade de Moreira Sales – PR.

Para atender ao objetivo, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa e descritiva. Foram colhidos dados primários por meio de entrevistas e observação e, dados secundários a partir de pesquisa bibliográfica. Os dados foram analisados por meio do método de análise de conteúdo, sendo divididos em três categorias: a)antes da porteira; b) dentro da porteira; e c) depois da porteira.

A escolha do tema é justificada pela importância do agronegócio para a economia brasileira, o que pode ser observado através do seu reflexo no Produto Interno Bruto Brasileiro. De acordo com dados de 2019 do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, da ESALQ/USP (CEPEA), o PIB do agronegócio Brasileiro teve um acréscimo de 3,81% em 2019, esse percentual acrescido equivale no PIB Brasileiro total, cerca de 21,4%. Importante ressaltar que Amorim (2008) já havia chamado a atenção para o fato de que grande parte das cidades pequenas brasileiras são movidas pelo agronegócio.

Segundo o censo agropecuário de 2017 do IBGE, o Brasil teve, a níve federal, 30.722.657 hectares de área colhida de soja, em 236.245 estabelecimentos rurais, somando uma quantidade produzida de 103.156.255 toneladas, o que gerou um valor de produção de R$ 104.054.613 (*1000). A nível estadual, o Paraná teve 4.271.467 hectares de área colhida, em 84.590 propriedades rurais, gerando uma produção de 15.252.347 toneladas com valor total de produção de R$ 15.795.208 (*1000). Em relação ao Município de Moreira Sales, em que se localiza a propriedade estudada nesta pesquisa, houve uma área colhida de 7.705 hectares, divididos em 142 propriedade rural, obtendo uma quantidade de 26.746 toneladas de soja com o valor de R$ 26.830 (*1000).

De maneira prática, este trabalho torna-se importante para a empresa rural, no sentido de fornecer conhecimento sobre práticas administrativas para gerenciar as atividades rotineiras da propriedade. Desta forma o produtor rural pode vir a tornar os resultados mais satisfatórios.

Além desta introdução, este artigo está dividido em três seções, se iniciando com o referencial teórico sobre a gestão do agronegócio, seguido da apresentação dos resultados e a análise dos dados colhidos e, por fim, uma seção de conclusão.

2. GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

Para Mendes e Padilha Junior (2007) o agronegócio é um conceito amplo, que envolve as operações anteriores e posteriores do processamento de produtos agroindustriais. O agronegócio envolve a

produção e distribuição dos suprimentos, a produção na propriedade rural e também todos os procedimentos que são realizados a partir do momento em que se finaliza a produção. Callado e Callado (2008) associam a apropriação do termo agronegócio, a partir do momento em que a área rural foi analisada com maior interesse. Assim aquele tradicional setor primário, que possuía atividades praticamente autossuficientes, foi deixado de lado e surgiu o agronegócio, que é um modelo mais diversificado, utiliza de práticas modernas e complexas e envolve um cenário muito maior do que era considerado anteriormente.

Araújo (2007) expõe um amplo conceito de agronegócio e reforça a importância de cada um dos elos que o formam. Esses elos são de suma importância para que o todo funcione corretamente, cada parte tem suas responsabilidades de acordo com o trabalho que desenvolve, compondo, assim, um processo macro que abrange desde o fornecimento de insumos até o consumo final. Esse argumento se expande com a visão de Batalha e Silva (2013) de que o agronegócio é um processo macro que abrange diversos procedimentos, sendo necessária a análise de todos os processos envolvidos na produção agroindustrial. Assim agricultura deixa de ser vista como uma atividade individual e passa a ser uma parte de um sistema maior.

Segundo Araújo (2005), ao realizar a gestão da propriedade rural, considerando a complexidade do sistema, o produtor rural necessita ter ciência do percurso que o produto irá percorrer, saindo de sua propriedade até chegar ao consumidor final, para que possa elaborar estratégias assertivas. É valido ressaltar, que ao administrar uma propriedade rural as decisões vão ser influenciadas por questões climáticas, que impactam significativamente na produção, seja ela pecuária ou agrícola. Soma-se a isto a importância de conhecer variações que ocorrem no ambiente externo, pois o mesmo tem grande impacto sobre os produtos, especialmente, no quesito preço.

Moraes (2015) salienta que o mercado do agronegócio é amplo e envolve diversos fatores como questões sociais, ambientais e econômicas, sendo que esta última tem grande impacto também na formação de preços.

> De forma geral, a atividade agropecuária costuma ser utilizada como exemplo de um mercado em competição perfeita, que tem as seguintes características: existência de um grande número de vendedores e compradores (cada um com pequena parcela de mercado), a informação é perfeita (livre e simétrica), o produto é homogêneo e não existem barreiras que impeçam a livre entrada e saída do mercado. A consequência desta estrutura de mercado é que os preços são estabelecidos pelo mecanismo de mercado, ou seja, pela interação entre as curvas de oferta e demanda, de tal forma que os produtores e/ou compradores

> individualmente não têm poder sobre os preços ou quantidades transacionados no mercado, ou seja, são "tomadores de preços" (Moraes, 2015, p. 23).

Na visão de Uecker, Uecker & Braun (2005) o processo para se realizar uma gestão adequada de uma commodity passa por diversas situações, como o tempo de conservação do produto, a característica do setor que sofre influência do clima e podemos citar como especial a questão do preço da mesma que, por sua vez, sofre oscilações externas, onde produtos importados passam a ser subsidiados, portanto o produtor é o que sofrerá as consequências negativas desta situação.

Devido às especificidades da produção rural não é adequado fazer a divisão funcional da estrutura da organização como geralmente é percebido nas empresas urbanas, visto que o empreendimento rural desenvolve as atividades, produtivas e administrativas, em tempos diferentes no decorrer do exercício, sendo influenciada pelo ciclo natural do que se propõe a produzir e, também, por caracteríscas intrínsecas de mão de obra multifuncional requerida em pequena e médias propriedades. Desta forma, para esta pesquisa, a gestão rural é baseada nos segmentos do agronegócio conforme a divisão de Araújo (2007) em: a) antes da porteira, compreendendo a produção e fornecimento de insumos, máquinas, equipamentos e serviços especializados voltados ao produtor rural; b) dentro da porteira, referente às atividades produtivas da lavoura e/ou rebanho; e c) depois da porteira, abrangendo comercialização e entrega da produção.

2.1 ANTES DA PORTEIRA

No segmento "antes da porteira" são tratados todos os insumos a serem utilizados antes do processo de produção propriamente dito, como máquinas, implementos, acesso à água, corretivos para o solo, fertilizantes, agroquímicos, entre outros (Araújo, 2007). Callado e Callado (2008) acrescentam neste segmento a prestação de serviços voltados ao agronegócio, como assistência técnica e financiamento de safra. Estes serviços são ofertados por empresas privadas que trabalham neste setor, mas também há incentivo por parte de instituições públicas como, por exemplo, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Alguns serviços são mais importantes e consequentemente necessários para o produtor rural, visto que, alguns não têm necessidade de serem repetidos a cada nova safra, principalmente se esta safra for de grãos, como soja, milho, trigo, entre outros. A elaboração de projetos, créditos e financiamentos são exemplos de serviços que se repetem a cada safra. Araújo (2007) destaca a elaboração de projetos como uma etapa muito importante que antecede o processo de produção, mas que, muitas vezes, só

é realizada por exigência de instituições bancárias. Estes projetos normalmente são realizados por escritórios privados do setor. Normalmente os créditos são concedidos por empresas fornecedoras de insumos em acordos de recebimento após a colheita. Os financiamentos ocorrem, principalmente, através de bancos públicos em programas governamentais. O autor cita ainda a oferta de outros serviços neste segmento, como a pesquisa agropecuária, atividades de fomento, vigilância e defesa agropecuária, proteção e defesa ambiental, entre outros. Tais serviços desenvolvem tecnologias ou fornecem informações que o produtor rural tem necessidade para produzir e para gerir a propriedade.

A aquisição destes insumos e serviços é, na opinião de Scare & Antolini (2005), um fator que deve ser visto com maior importância pelos produtores, visto que, muitas vezes, a compra é uma atividade encarada como uma obrigação a ser cumprida e não como uma etapa importante do processo. As atividades de compras apresentam grande impacto nas relações diárias da propridade rural e, consequentemente, no desenvolvimento eficiente das atividades. Ballou (2007) descreve o procedimento de compras envolve vários processos logísticos, desde as práticas realizadas pelos fornecedores, a escolha do produto, até o processo de transporte. Ressalta a importância que o processo de compras tem, devido à relação direta que este produto adquirido terá ao produto final.

Da mesma forma é importante utilizar uma estratégia de compras em que o produto é adquirido em um prazo antecipado, possibilitando ao comprador o pagamento de um preço menor pelo produto, resultando em uma vantagem econômica. Essa compra antecipada no meio rural poderia ser exemplificada com o “pacote” que é um acordo de compra entre o produtor e a empresa fornecedora, neste caso, cooperativas são as mais comuns a oferecer essa opção por meio de planejamento do que vai ser utilizado na produção e em quais quantidades, para que se possa calcular o valor necessário para efetuar o pagamento. É valido ressaltar que a quantidade de produtos que devem ser comprados para o estoque precisam passar por uma análise cautelosa, pois altos níveis podem ser prejudiciais, em questões de espaço físico para armazenamento destes produtos, porém, níveis muito baixos podem ocasionar limitações (Martins & Alt, 2009). Para Chiavenato (2005) o processo de compras varia de acordo com as necessidades e a realidade de cada organização, envolvendo o tipo de produto e sua utilização Considerando o mercado da soja, Wesz Junior (2019) exemplifica este processo ao mencionar a compra de calcário para a correção do solo. Só após o produtor entrar em contato com o fornecedor e adquirir o insumo é que será possível iniciar as atividades de preparação, plantio, cuidados com a planta e, por fim, colheita. Outro insumo muito importante para a produção é o fertilizante, para saber qual a quantidade necessária a ser aplicado no solo, realiza-se uma análise das

condições do solo, a partir dai terá o relatório com as instruções para que se possa saber qual produto e quais quantidades comprar (IEA, 2011). Conforme comentado por D'Aragone et al (2016) existem alguns atributos que influenciam no momento das compras de defensivos agrícolas, por exemplo, preço, qualidade e assistência técnica, estes são responsáveis por direcionar a escolha dos fornecedores.

Muitos agricultores aderem a novas tecnologias a partir da influencia de vizinhos, ou seja, o vizinho trabalha com algo mais sofisticado em sua propriedade e acaba gerando interesse nos demais em aderir à mesma tecnologia. É importante comentar que o vínculo criado entre os agricultores de uma comunidade são influentes nas decisões tomadas por estes, assim como no processo de compartilhamento de informação, prática que transmite conhecimento a respeito de uma nova forma de agir perante determinada situação (Pratiwi & Suzuki, apud Petry et al, 2019).

Ao analisar a relação entre o produtor e a cooperativa, podemos perceber como a relação de influencia permeia a interação, uma vez que a cooperativa torna-se formadora do conhecimento acerca de um determinado objeto para o produtor. Assim o mesmo levará consigo um conhecimento das relações externas como, por exemplo, a comercialização, as políticas e tecnologias para o setor, isto agrega valor à atividade realizada pelo produtor (Bertolin et al, 2008).

Ainda dentro deste segmento "antes da porteira" se inserem informações sobre o ambiente, como clima e tecnologia. De modo específico a produção de soja é exposta a fatores externos que interferem expressivamente no futuro da produção, que são os períodos de estiagem ou de excesso de chuva. Quando moderado é muito importante para impulsionar a planta a ter um ótimo desempenho, mas quando em excesso pode prejudicar de maneira expressiva (Sá, 2019). Já a tecnologia se tornou um importante aliado para a agricultura, desta forma com a introdução da tecnologia em base química e mecânica, as práticas na agricultura se tornaram mais fáceis de executar, o que, por sua vez, diminui o uso intensivo de mão de obra (Souza Filho, 2013).

2.2 DENTRO DA PORTEIRA

O segmento "dentro da porteira" envolve todas as atividades diretamente relacionadas com o processo produtivo. Nesta etapa é realizado o processo de preparação do solo para que esteja propicio para o plantio, depois do plantio é necessário realizar os cuidados necessários com a planta, em questão de plantas daninhas, insetos e fungos que prejudicam a plantação e por fim a colheita. Acrescenta-se também as práticas ligadas à gestão de pessoas, controle das atividades financeiras da

propriedade, assistência técnica e procedimentos de armazenagem de produtos a serem utilizado na produção.

Conforme Araújo (2007) “dentro da porteira” se refere ao que é realizado dentro da propriedade rural, isso envolve desde as etapas iniciais para o processo de produção até o final deste ciclo, onde terá o produto in natura pronto para comercializá-lo ou realizar uma primeira transformação. Callado e Callado (2008) acrescentam que as atividades desenvolvidas no meio rural podem ser relacionadas com lavoura, rebanho, transformação da produção em outros produtos a serem comercializados, turimo rural, artesanato, entre outros. Sendo que estas atividades podem ser realizadas dentro de uma mesma propriedade.

Demo (2010) discorre sobre a gestão de pessoas na área rural, afirmando que esta vem recebendo maior atenção por parte de seus gestores ao compreender a relação entre o trabalho e atingimento dos objetivos da propriedade. Visto que as atividades agrícolas possuem um padrão sazonal, é comum a utilização de mão de obra temporária em épocas de plantio e colheita (Mesquita et al, 2016).

Martins e Alt (2009) chamam a atenção para a necessidade de capital e estrutura para a produção e o trabalho, de modo que estejam alinhados e bem administrados. A atividade financeira destes empreendimentos rurais tem suas particularidades, onde o capital de giro é considerado sinônimo do custeio, isso ocorre devido aos dois, no contexto rural, apresentarem a mesma função.

Outro ponto que deve ser analisado separadamente é o investimento, por exemplo, um mesmo investimento serve para mais de um ciclo, como é o caso de maquinário. Estes procedimentos isolados são necessários para que depois sejam incluídos todos os custos correspondentes (custos fixos, variáveis, em transição) para a formação do custo total. Para que então possa comparar os custos totais à receita, a fim de atestar a viabilidade do ciclo de produção (Araújo, 2007). Callado e Callado (2008) afirmam que a contabilidade rural é pouco utilizada entre os produtores brasileiros, devido à mesma ser vista como um processo complexo e de pouca utilidade para a rotina das atividades. A mesma é cumprida mais em situações onde é exigido por lei.

Em relação à assistência técnica, Araújo (2007) afirma que esta pode ser prestada por órgãos públicos de fomento rural e secretarias de agricultura e, também, pela iniciativa privada, como fornecedores de insumos e grandes compradores. Nantes e Scarpelli (2013) acrescentam que ao oferecer assistência técnica, os fornecedores de insumos desenvolvem um diferencial de mercado ao mesmo tempo que os produtores recebem as instruções de como minimizar suas dificuldades.

Por fim, em relação à armazenagem, Chiavenato (2005) ressalta que é uma atividade importante para diminuir as incertezas a respeito das entradas de insumos, pois desta forma a empresa estará garantindo que terá a sua disposição os produtosinsumos necessários para realizar sua produção. De acordo com Ballou (2007) o ato de armazenar produtos é necessário, pois há situações que não tem como trabalhar sem que se tenham materiais estocados. E no caso da propriedade rural, tem-se a necessidade de armazenar alguns produtos que serão utilizados no momento da produção. Sendo estes os insumos tais como: fertilizantes, adubos, máquinas, equipamentos e defensivos agrícolas, que são responsáveis por uma parcela significativa dos resultados da produção (Sá, 2019). Com destaque para a armazenagem da soja, Scalea (2002) afirma que o ato de armazenar se torna importante também nos períodos entre as safras, pois como o consumo é contínuo, se torna uma vantagem ter este produto estocado para comercialização futura.

2.2 DEPOIS DA PORTEIRA

O segmento “depois da porteira” compreende as atividades de logística e comercialização do produto final, que pode chegar ao consumidor final em sua forma original (in natura) ou após passarem por um processo de industrialização (Araújo, 2007). Para Callado e Callado (2008) não há um padrão que seja possível empregar em todas as situações, pois, de acordo com região de origem dos produtos, os canais de comercialização variam e, da mesma forma, as operações logísticas relacionadas.

Para Buhler (2010) o processo de comercialização envolve o percurso percorrido pelo produto até chegar ao seu último destino. Waquil, Miele & Schultz (2010) acrescentam a figura do intermediário neste processo, agente que irá realizar algum tipo de transformação para que o produto esteja apto para o mercado. No caso da soja, em que a transformação mais comum é a do óleo de soja, o intermediário, muitas vezes, é uma cooperativa que irá comprar a produção e a transformar ou vender para outro agente de transformação.

Visto que a exportação da produção rural brasileira é parte do sistema agroindustrial, Thorstensen & Mota (2019) atentam para barreiras regulatórias neste processo de comercialização, como medidas técnicas e sanitárias a fim de atender critérios de qualidade definidos pelo comprador.

Em relação à preços, Mendes & Padilha Junior (2007) expõem que a característica mais presente nos preços dos produtos agropecuários, é a instabilidade, ou seja, eles sofrem constantes alterações dentro de um período. O processo para formação de preço passa por algumas situações onde envolve vários intermediários, portanto, muitas vezes dependendo do nível de intermediação que esteja sendo

analisado, os preços serão maiores. A tendência é quanto menos um produto for intermediado, maior retorno o mesmo proporcionará. Vale salientar a relação de prejuízo pelas quais os produtores passam, pois ao comprar um insumo o fornecedor lhe apresenta um preço já estabelecido e ao vender seu produto, precisa ceder ao preço formado pelos compradores (Araújo, 2007).

A questão dos contratos é algo muito presente no dia a dia das relações do contexto agropecuário, assim como explicado por Caleman (2015) ao falar-se contratos pode se estar falando dos vários acordos que podem ser realizados entre as partes ao realizar um processo de troca. Sobre os contratos de venda antecipada, Mendes e Padilha Junior (2007), afirmam que este procedimento consiste em um acordo entre o produtor e o comprador, por escrito, com datas de entrega do produto já prefixada, isto ocorre na maioria das vezes antes da colheita e até mesmo antes do plantio. Vita (2015) declara que os contratos são uma forma de tentar minimizar os possíveis impactos futuros, entretanto o mesmo não é algo absolutamente seguro, ou seja, pode ocorrer de não ser tão vantajoso como se esperava que fosse.

A respeito das cooperativas, que é o destino de uma boa parte da produção, Bialoskorski Neto (2015) esclarece que estas são essenciais para proporcionar melhores contratos para os produtores, sendo um mecanismo vantajoso de comercialização. Para Jansen (2003) o cooperativismo é de grande importância para o meio rural, pois através de práticas realizadas através de cooperativa os produtores unidos podem realizar procedimentos mais vantajosos, como a venda da produção em escala.

Outro ponto importante a ser falado, é a questão do escoamento da produção. A respeito deste assunto Nantes & Scarpelli (2013) afrimam que o percurso normalmente percorrido pela produção rural passa pelas agroindústrias oue pelos canais de distribuição. Porém o porte da propriedade vai interferir nessa questão, pois uma propriedade de pequeno porte, devido à quantidade produzida pela mesma, precisa de uma associação ou cooperativa para entregar sua produção, para que ao unir-se a esta ela consiga uma escala suficiente para fornecer, por exemplo, à uma agroindústria.

Nesta etapa tem-se que lidar, também, com o transporte dos produtos, o que irá impactar significativamente nos custos. O processo de transporte envolve algumas situações como, por exemplo, o tipo de veículo que transportará a carga, consequentemente em qual modal de transporte, como o carregamento vai ser realizado e o desembolso do frete correspondente a esta ação. É necessário evidenciar algumas das variáveis que influencia no momento em que o empresário vai decidir como será realizado o transporte, sendo elas: “1) tarifas dos fretes; 2) confiabilidade; 3) tempo em trânsito; 4) perdas, danos, processamento das respectivas reclamações – e rastreabilidade; 5)

considerações de mercado do embarcador; 6) considerações relativas aos transportadores" (Ballou, 2007, p. 187).

Ao falar dos caminhos percorridos ao transportar a soja, Scalea (2000) destaca alguns pontos no percurso. O grão tanto pode ser colhido e armazenado dentro da própria propriedade para ser comercializado futuramente, quanto ser colhido na unidade agrícola e encaminhado para um terminal coletor como uma cooperativa para, enfim, ser transportado para seu destino final.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O sítio Santa Terezinha é de propriedade do Sr. Angelo Cadan e se localiza no município paranaense de Moreira Sales. Atualmente a propriedade está dividida entre o cultivo da soja, milho e a criação de bovinos. Para a execução deste trabalho foi considerada a gestão do cultivo da soja, que é realizada pelo Sr. Antonio Edilson Cadan, filho do proprietário, visto que esta é a atividade principal da propriedade.

A seguir são apresentados e discutidos os dados colhidos na pesquisa de acordo com as atividades realizadas antes, dentro e depois da porteira.

3.1 ANTES DA PORTEIRA

A etapa antes da porteira é a que antecede todas as atividades antes da produção em si, pois envolve a compra de insumos, máquinas, equipamentos, serviços técnicos e serviços bancários que, como consequência, resultarão na produção futura.

As máquinas e equipamentos utilizados pela propriedade para a produção da soja são: tratores, plantadeira, pulverizador de arrasto e equipamentos para preparo do solo, estes são comprados das revendedoras da região. Os serviços técnicos utilizados pelo produtor vêm de escritórios particulares, nestes são realizados serviços contábeis e projetos para o custeio da safra. A propriedade utiliza de serviços bancários para o custeio da safra, sendo adquirido de uma cooperativa de crédito privada.

O inicio do plantio precisa ocorrer dentro de um prazo específico, na região em questão, normalmente os produtores iniciam suas atividades por volta de 10 de setembro até o final de outubro. Porém para que inicie o plantio é necessário que o solo esteja úmido ou que haja uma previsão de chuva para os próximos dias, dessa forma, o produtor faz consultas em sites da internet como o "Climatempo" para verificar as possibilidades futuras em relação ao clima. Demais informações relevantes para o setor como, por exemplo, novas tecnologias, produtos mais eficientes e expectativa da produção, são

repassados pela Coamo (Coamo Agroindustrial Cooperativa) tanto na unidade física como em sites na internet. Ainda em relação à informação outro veículo de informação que pode ser citado é o programa de televisão ou a página na internet do "Globo rural", que traz informações sobre a próxima safra, em termos de produtividade e comercialização.

Na propriedade os insumos necessários são comprados da cooperativa Coamo que fornece os produtos necessários para a produção. Para a safra 2020/21 a empresa adquiriu alguns produtos como sementes (M6410IPRO, BS2606IPRO), fertilizantes, herbicidas (Crucial, Roundup WG e Select), fungicidas (Orkestra, Assist, Elatus e Bravonil) e peças em geral, por exemplo, disco de semente para a plantadeira, chaves inglesa, de boca. Alguns produtos são adquiridos de outros fornecedores em frequência menor.

Quando o produtor rural vai até uma empresa fornecedora fazer suas compras a quantidade que será comprada influenciará no preço da negociação. O principal fornecedor da empresa em questão é a Coamo, essa empresa fornecedora trabalha com preços menores dependendo da quantidade, mais especificamente a empresa fornecedora de insumos lança o chamado "plano safra" no qual os produtores precisão adquirir todos os produtos básicos para a produção, fertilizantes, sementes e agrotóxicos como critério de atender os requisitos do "plano safra". Normalmente este acordo realizado entre o produtor rural e a cooperativa ocorre por volta do mês de abril, antecedendo cerca de quatro meses do plantio. Fica sob a responsabilidade do Sr. Antonio ir até a cooperativa retirar os produtos, por exemplo no caso dos agrotóxicos alguns dias antes da aplicação é necessário ir buscá-los, isso ocorre aproximadamente de cinco a sete dias de antecedência. Alguma exceção ocorre em relação aos fertilizantes onde estes podem ser deslocados diretamente para a propriedade sem que tenham sido armazenados anteriormente pela cooperativa.

O setor agrícola, por ser uma atividade importante para o país tanto em nível interno (produção de alimentos para a população) como externo (exportação para outros países), tem incentivos por parte do Governo Federal com políticas públicas para o setor como, por exemplo, para a agricultura familiar o Pronaf. O sítio Santa Terezinha faz uso desse incentivo Federal de fortalecimento da agricultura que tem como função créditos para o custeio da produção agrícola. Isto auxilia o produtor a financiar sua produção de grãos, assim como se o mesmo precisar de máquinas ou equipamentos, este mesmo programa tem linhas de créditos para tal situação.

Em relação à tecnologia disponível, a propriedade rural utiliza aparelhos GPS agrícola (G6 Farmnavigator) e monitor de plantio (Pm400 Dickey John), ferramentas auxiliadoras no processo de

operacionalização das tarefas, de muita importância para que a operação seja realizada com o máximo de aproveitamento, buscando eliminar falhas.

O GPS agrícola (G6 Farmnavigator) é usado principalmente no momento da pulverização, este equipamento tem a função de medir a área a ser aplicada e indicar o percurso correto a ser seguido para que a aplicação seja uniforme. O equipamento permite que faça o mapa da área e pode ser salvar este registro informando o nome do lote para uso posterior.

Outro aparelho muito importante para a realização do plantio é o monitor de plantio (Pm400 Dickey John) este tem a função de indicar a quantidade de sementes que está sendo colocada na terra. O mesmo tem um sensor adaptado na plantadeira que através desse monitor as informações são passadas ao operador, se ocorrer de uma linha da plantadeira apresentar falha no processo o monitor acusa especificando na tela qual está com problema o mesmo ocorre se a semente que estiver dentro do reservatório acabar.

Para realizar as atividades “antes da porteira”, é necessário que o produtor rural tenha conhecimentos e habilidades de gestão em áreas como compras, produção e finanças, além de conhecer sobre a tecnologia disponível para o setor. Como estas atividades são desenvolvidas pela mesma pessoa, a carga de trabalho e informações pode se tornar difícil de executar. A presença da cooperativa faz com que uma grande parte do que é necessário neste segmento seja amenizada pelos serviços oferecidos pela mesma.

O contrato estabelecido com a cooperativa permite negociar as compras em condições melhores do que teria se esta fosse, em sua maior parte, feita com outros fornecedores. Por outro lado, a cooperativa faz com que o padrão de qualidade da produção dos diversos cooperados esteja de acordo com o necessário para futura transformação e/ou comercialização. Da mesma forma, a participação na cooperativa permite a coleta de informações de mercado e avanços tecnológicos, que, de outro modo, exigiriam tempo e esforços do produtor que já tem sua jornada de trabalho dedicada às atividades produtivas. Destacando, ainda, que a escolha relacionada à tecnologia se torna mais rápida, levando em consideração as experiências compartilhadas por outros cooperados e disseminadas pela cooperativa para melhorar a produtividade.

Mesmo que os projetos de financiamento de safra sejam realizados por escritório particular, o produtor rural se envolve nesta atividade e realiza um planejamento financeiro que se repete a cada ciclo produtivo. Esta repetição, inerente ao setor, leva em consideração fatores climáticos, de mercado, de políticas públicas e comércio exterior. Junto à este planejamento financeiro é realizado

o planejamento da produção, de forma que um depende do outro e irão dar bases para o planejamento das compras.

3.2 DENTRO DA PORTEIRA

Na etapa dentro da porteira são realizados os procedimentos de manejo do solo, cuidados com a planta, colheita, mão de obra, assistência técnica e armazenamento de insumos. Com os insumos necessários em mãos e questões burocráticas acertadas, se apresenta o momento de preparação para o plantio. Este se inicia a preparação do solo, seja através de arar a terra ou dessecação, para que depois esteja propício para entrar com o trator juntamente com a plantadeira para colocar as sementes no solo. A quantidade de sementes por metro e a profundidade variam conforme a cultura que está sendo plantada (soja, milho, aveia), assim o engenheiro agrônomo vai até a propriedade dar orientações sobre como conduzir o plantio.

Além das máquinas citadas, no momento do plantio a propriedade Santa Terezinha utiliza outro trator com um guincho acoplado para manusear os bags de fertilizantes e sementes. Com a planta nascida surge a necessidade de pulverização, devido à presença de insetos, plantas daninhas ou fungos prejudiciais à planta e também para aplicação de adubo folhar. Este procedimento de pulverização se repete várias vezes no decorrer do ciclo da planta, principalmente no caso da soja.

Para fechar o ciclo de produção ocorrerá a colheita Para um bom aproveitamento dos grãos o correto é realizar a colheita quando estes apresentarem um teor de umidade de 13 a 15%. Caso a colheita ocorra com o grão com excesso de umidade a cooperativa no momento do recebimento acrescenta algumas taxas de desconto, além do normal onde é retirada a porcentagem de impurezas.

Os procedimentos de manejo do solo para adequar ao plantio e os cuidados necessários com a planta que é a aplicação de produtos químicos na mesma são realizados por mão de obra própria da propriedade. Já a colheita dos grãos é realizada por terceiros prestadores de serviços, deste modo o uso desses serviços ocorre em momentos específicos. No momento do plantio a propriedade conta com, no mínimo, duas pessoas trabalhando, pois é necessário além do operador que está plantando mais um colaborador para abastecer a plantadeira através de um trator com um guincho. Para os serviços considerados rotineiros, como pulverização e cuidados em geral a atividade fica por responsabilidade do colaborador fixo e do gerente. No caso específico da pulverização apenas uma pessoa é suficiente para desenvolver a tarefa, devido ao fato de que é utilizado somente um trator com o pulverizador.

No momento de execução das tarefas de plantio é necessário que o trabalhador saiba manejar a máquina (trator e plantadeira) que está ao seu dispor como, por exemplo, regular a plantadeira, este ato envolve colocar as sementes na profundidade adequada, assim como analisar se a umidade do solo está adequada para iniciar o plantio. Para realizar as tarefas diárias, como a pulverização é preciso que tenha conhecimento a respeito do produto que está sendo aplicado nas plantas, além de seguir os procedimentos de segurança, como uso de óculos de proteção, máscaras protetoras e luvas. Nesse sentido a orientação de um profissional é de grande importância, tornando assim indispensável à assistência técnica de um engenheiro agrônomo, este dará instruções de procedimentos técnicos a serem realizados, por exemplo, o agrotóxico que a planta precisa na hora correta.

Para as atividades específicas, como a colheita, faz se o uso de mão de obra terceirizada, este serviço conta com uma média de três pessoas para realizar, essas pessoas se dividem em operar as colheitadeiras e os caminhões, dessa forma esse número poderá variar de um ano para outro. É de responsabilidade dos terceirizados estar com as máquinas em perfeito estado de uso. O processo é simples, a colheitadeira percorre todo o território plantado, com a planta madura, mais precisamente com os pés secos, para que facilite o processo de entrada da soja na colheitadeira e seja extraído o grão de dentro da vagem. A máquina realiza o processo de separação das impurezas que estão misturadas aos grãos. Uma pequena quantidade dos grãos é armazenada em seu depósito para descarregar no caminhão que levará o produto até o seu destino. A contratação desses temporários é apenas para a colheita daquele período, dessa forma para a próxima colheita podem ser realizadas contratações de outras pessoas. O pagamento é por porcentagem, conforme o volume de sacas colhidas.

A assistência técnica neste momento é o auxilio de conhecimento técnico em relação à planta, ou seja, o apoio de um engenheiro agrônomo para direcionar os passos do produtor em relação ao melhor produto a ser aplicado na lavoura, em casos de enfermidade da planta ou produtos que melhorem seu rendimento. Isso é fundamental para a produção, pois apesar do conhecimento prático adquirido ao longo dos anos, um conhecimento técnico traz um olhar apurado a respeito da situação e facilidade de percepção devido ao contato com ocorrências similares em outras propriedades ou regiões.

A atividade de armazenamento na propriedade a mesma é bem restrita, visto que os grãos produzidos são encaminhados diretamente para uma cooperativa com o auxilio de caminhões. Para facilitar o entendimento, um caminhão leva de 270 a 300 sacas de soja se considerar uma área que produza 150 sacas por alqueire, este caminhão levaria aproximadamente a quantidade produzida em 02 alqueires.

Dessa forma, para levar toda a produção os caminhões fazem várias viagens da propriedade até a cooperativa. Quanto ao que realmente é armazenado na propriedade se limita a produtos para uso direto no plantio como, por exemplo, agrotóxicos, sementes e fertilizantes para aquela safra específica, portanto nem mesmo estes produtos são armazenados de uma safra para outra. Além dos insumos a propriedade utiliza de outro espaço para guardar os acessórios, como peças e ferramentas, conforme será mostrado na figura a seguir, onde um espaço com dimensões de 6 metros de largura e 6 metros de comprimento divido ao meio para possibilitar uma separação entre os agrotóxicos e os acessórios.

Sendo assim, as atividades “dentro da porteira” exigem que o produtor rural gerencie mão de obra, produção e logística ao mesmo tempo que executa atividades operacionais. Na gestão de pessoas é necessário gerenciar contratações temporárias que variam de acordo com a fase do processo produtivo. Com isso os contratos de trabalho devem receber atenção especial para evitar futuras complicações legais. O treinamento dos trabalhadores é outro fator que irá limitar estas contratações, visto que não há tempo disponível para realizar esta ação e a preferência é para aqueles que já tem experiência. Por outro lado, essa recorrência faz com que as mesmas pessoas possam ser chamadas para realizar o trabalho, evitando, desta forma, oportunismo de ambos os lados e criando relações de confiança. Ainda, é necessário que o produtor rural conheça a legislação do trabalho rural nos aspectos contratuais já mencionados e no que se refere às condições de trabalho.

A produção, já planejada “antes da porteira”, é aqui colocada em prática em um ciclo longo se comparado com atividades comerciais e industriais. O início da produção requer serviços especializados, que, novamente, podem ser ofertados através da cooperativa. O produtor rural passa a ser trabalhador operacional e gerente ao mesmo tempo, pois estará desenvolvendo atividades juntamente com os trabalhadores temporários e tomando decisões administrativas. Cada fase da produção irá utilizar também equipamentos específicos, o que implica em decisões sobre investimentos para o próximo ciclo e em evitar a ociosidade do maquinário.

As atividades de controle são realizadas para garantir que o planejamento seja cumprido e obtenha a produtividade esperada. A eficiência da execução e controle pretende evitar futuros problemas de baixa produção que implicará em problemas financeiros de acordo com as obrigações acertadas nos financiamentos adquiridos, o que pode implicar em complicações para a próxima safra e para a subsistência da família.

As necessidades de armazenagem da colheita são supridas novamente pela cooperativa, ressaltando mais uma vez a importância da participação do produtor rural neste tipo de coordenação da produção. Cabendo portanto ao produtor, gerenciar a mão de obra envolvida no transporte.

3.3 DEPOIS DA PORTEIRA

Na etapa depois da porteira, estão as atividades logísticas e de comercialização. O transporte do grão colhido até a unidade da cooperativa é realizado por mão de obra terceirizada, onde determinadas pessoas vem até a propriedade no dia da colheita com aproximadamente dois ou três caminhões para realizar o transporte dos grãos até a cooperativa. O número de motoristas para os caminhões varia assim como a quantidade de caminhões, porém o normal é trabalhar com um motorista para dirigir dois caminhões, isto se torna possível devido ao fato de que um caminhão é deixado na propriedade para que a colheitadeira vá descarregando em sua carroceria os grãos colhidos, enquanto isso o outro caminhão já carregado está se locomovendo em direção a cooperativa onde será descarregada a carga, o caminhão retorna à propriedade e o outro segue o mesmo percurso e assim sucessivamente até o término.

Neste momento podemos observar que a situação é composta por um tripé envolvendo a propriedade Santa Terezinha e a Coamo em relação ao futuro da produção, onde este é formado pela entrega, venda e recebimento. No entanto, estes elementos podem variar suas ordens de acontecimento, isso devido à ocorrência de um contrato de venda antes da produção. Portanto não necessariamente o produto seguirá o percurso natural onde o produtor entregará sua produção na cooperativa em seguida efetua a venda e após recebe o valor referente a tal operação. A comercialização do grão ocorre no momento de interesse pessoal do produtor, o mesmo vai analisar o preço pago pelo produto e optar por vender ou não.

No quadro 1 a seguir, estão expostos os modelos de contratos já efetuados pelo proprietário com a cooperativa.

TIPOS DE CONTRATOS	ENTREGA	VENDA	RECEBIMENTO	PREÇO
Contrato de custo	Momento da colheita	Antecipada à colheita	Posterior à colheita	Fixado
Contrato do excedente (soja verde)	Momento da colheita	Antecipada à colheita	Posterior à colheita	Fixado
Contrato aberto	Momento da colheita	Antecipada à colheita	Posterior à colheita	Livre

Quadro 1 – Tipos de contratos

Fonte: Elaborado a partir da coleta de dados.

O contrato de custo para venda da soja pode ser firmado antes mesmo do plantio, sendo que o acordo visa garantir que uma parcela do que será produzido vai ser vendido a um preço fixado e que este valor será responsável por pagar os custos com os insumos usados para a produção. Outra opção bem semelhante a anterior é a do contrato do excedente, que consiste em contratar mais uma quantidade a um preço fixado, entretanto este contrato não é direcionado a cobrir os custos com insumos, mas sim uma segurança ao produtor que ele venderá seu produto a um preço certo e que isso resultará em uma vantagem econômica a ele, vale ressaltar que pode ser contratado em torno de 80 sacas por alqueire. O caso do contrato aberto é normalmente voltado para o milho, o processo é simples o produtor contrata uma quantidade fixa do produto para entregar em determinada data a um preço mínimo, portanto se o preço praticado no dia for superior ao do contrato o produtor receberá o preço do dia, se no dia o preço estiver abaixo do contrato mantem-se o combinado em contrato.

Os processos de armazenagem e industrialização ficam sob a responsabilidade da cooperativa, que irá desempenhar as ações necessárias para que tudo siga o percurso desejado. É válido ressaltar que para seguir esse percurso de produção e entrega na cooperativa o produtor precisa seguir alguns critérios de cuidados com a planta para que não ocasione danos à qualidade dos grãos e, consequentemente dos produtos derivados, o que implica em fatores relacionados à gestão da qualidade e logística. Portanto, não é permitida a aplicação de determinados agrotóxicos nas plantas ou então é necessária uma carência, ou seja, um intervalo de tempo entre a última aplicação e a colheita.

Sendo assim, é necessário que o produtor rural desenvolva um bom relacionamento com a cooperativa, para que possam coordenar as atividades de “depois da porteira”. As dificuldades de comercialização são amenizadas pelo trabalho conjunto, cabendo ao agricultor decidir o momento em que pretende vender a produção. Ressaltando, que a venda e a entrega da produção não precisam

ocorrer ao mesmo tempo, de acordo com os contratos estipulados. Porém, novamente são necessárias decisões estratégicas para conseguir melhores preços, de acordo com o movimento de mercado.

CONCLUSÃO

Ao conhecer as atividades de gestão realizadas no Sítio Santa Terezinha, percebeu-se, em primeiro lugar, a complexidade das atividades desenvolvidas no que tange à coordenação do processo produtivo e demais processos complementares. Em segundo lugar, pôde-se relacionar a teoria já estabelecida neste campo de estudo com um caso que desenvolve a prática das atividades estudadas.

A divisão das atividades em segmentos do agronegócio – antes, dentro e depois da porteira – explícitos por Araújo (2007) permitiu organizar as informações de maneira que as áreas e atividades administrativas pudessem ser visualizadas distribuidas no decorrer do processo, bem como permitiu identificar os procedimentos relacionados à gestão rural de acordo com a realidade do setor e desenvolvidas no Sítio Santa Terezinha.

Ao realizar planejamentos financeiros, de produção e de compras, o produtor toma decisões de níveis estratégicos, ao passo que desenvolver estas atividades envolvem decisões de níveis táticos e operacionais. Portanto, além de realizar atividades operacionais, são necessárias habilidades administrativas centradas na mesma pessoa. Esta forma de gestão vai se perpetuando nas gerações futuras que assumirão a propriedade.

A gestão eficiente dos segmentos “antes da porteira”, “dentro da porteira” e “depois da porteira” leva à necessidade de conhecimentos e habilidades administrativas, visto que estes segmentos estão interligados e são interdependentes.

A presença da cooperativa é vista fornecendo um apoio constante, auxiliando com a oferta de insumos, informações e assistência técnica, bem como nos procedimentos de armazenagem e comercialização. Desta forma, a relação produtor e cooperativa se torna de grande relevância tanto para o desenvolvimento das atividades, quanto para atividades de gestão.

A sazonalidade da produção faz com que existam também atividades sazonais, como a contratação e gerenciamento da mão de obra e outras atividades logísticas e de produção. É, portanto, primordial que o produtor rural tenha habilidades administrativas para coordenar estes processos de acordo com a variabilidade e complexidade da produção rural.

REFERÊNCIAS

Amorim, T. N. G. F. (2008). Gestão de pessoas no agronegócio. In: Callado, A. A. C. Agronegócio. 2. ed. Atlas, São Paulo, 30-47.

Araújo, L. C. (2005). O administrador rural nas suas tomadas de decisões. Disponível em http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=236&pg=1&n=3

Araújo, M. J. (2007). Fundamentos de agronegócio. 2. ed. Atlas, São Paulo.

Ballou, R. H. (2007). Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial. 5. ed. Bookman, Porto Alegre.

Batalha, M. O; Silva, A. L. (2013). Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições, especificidades e correntes metodológicas. In: Batalha, M. O. Gestão Agroindustrial. 3. ed. Atlas, São Paulo, pp. 01-62.

Bertolin, R. V.; Santos, A. C.; Lima, J. B. & Braga, M. J. (2008). Assimetria de informação e confiança em interações cooperativas. Revista de Administração Contemporânea, 12(1), pp. 59-81. https://doi.org/10.1590/S1415-65552008000100004

Bialoskorski Neto, S. (2015). Agribusiness cooperativo. In: Zylbersztajn, D.; Neves, M. F.; Caleman, S. M. Q. Gestão de sistemas de agronegócios. Atlas, São Paulo, pp. 184-201.

Buhler, O. D. (2010). Manual de administração de agronegócios. 3. ed. Paranavaí – PR.

Caleman, S. M. Q. (2015). Contratos e coordenação. In: Zylbersztajn, D.; Neves, M. F.; Caleman, S. M. Q. Gestão de sistemas de agronegócios. Atlas, São Paulo, pp. 71-92.

Callado, A. A. C. (2008). Agronegócio. 2. ed. Atlas, São Paulo.

Callado, A. A. C.; Callado, A. L. C. (2008). Sistemas agroindustriais. In: Callado, A. A. C. Agronegócio. 2. ed. Atlas, São Paulo, pp. 01-19.

Chiavenato, I. (2005). Administração de materiais: uma abordagem introdutória. Elsevier, Rio de Janeiro.

Dall'Agnol, A. (2016). A EMBRAPA soja no contexto do desenvolvimento da soja no Brasil: histórico e contribuições. 1. ed. EMBRAPA, Brasília.

D'Aragone, R. R.; Bigaton, A.; Silva, H. J. T.; Marques, P. V. (2016). Comportamento de compra de insumos agrícolas dos fornecedores de cana-de-açúcar no estado de São Paulo. Revista IPecege, 2(4), 83-95. https://doi.org/10.22167/r.ipecege.2016.4.83

Demo, G. (2010). Políticas de gestão de pessoas nas organizações: Papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. Atlas, São Paulo.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017). Censo agropecuário. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/IEA – Instituto de Economia Agrícola (2010). Disponível em: http://www.iea.agricultura.sp.gov.br/out/index.php

Jansen, M. G. (2003). Mais instrumentos para a empresa cooperativa. 2003. Disponível em: http://www.agronline.com.br/artigos/mais-instrumentos-para-empresa-cooperativa

Martins, P. G.; Alt, P. R. C. (2009). Administração de materiais e recursos patrimoniais. 3. ed. Saraiva, São Paulo.

Mendes, J. T. G.; Padilha Junior, J. B. (2007). Agronegócio: uma abordagem econômica. Pearson Prentice Hall, São Paulo.

Mesquita, J. M. C., Martins, H. C., Dias, A. T., & Rabelo, A. (2016). Impactos da Sazonalidade da Produção sobre os Estoques e Lucratividade: Análise do Segmento Industrial Brasileiro. Contabilidade Vista & Revista, 27(3), pp. 61-80.

Moraes, M. A. F. D. (2015). Os sistemas agroindustriais: análise aplicada da organização industrial. In: Zylbersztajn, D.; Neves, M. F.; Caleman, S. M. Q. Gestão de sistemas de agronegócios. Atlas, São Paulo, pp. 23-43.

Nantes, J. F. D.; Scarpelli, M. (2013). Elementos de gestão na produção rural. In: Batalha, M. O. Gestão Agroindustrial. 3. ed. Atlas, São Paulo, pp. 629-664.

Petry, J.F.; Sebastião, S. A.; Martins, E. G. & Barros, P. B. A. (2019). Inovação e Difusão de Tecnologia na Agricultura de Várzea na Amazônia. Revista de Administração Contemporânea, 23(5), pp. 619-635.

Pinazza, L. A. (2007). Cadeia produtiva da soja. Brasília: IICA MAPA/SPA.

Sá, L. A. S. F. (2019). Método de mensuração de estoque aplicado no mercado de commodities. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Mato Grosso. Curso de Ciências Contábeis. Cuiabá. Disponível em: http://bdm.ufmt.br/bitstream/1/1341/1/TCC_2019_Lucas%20Aguiar%20da%20Silva%20Fernandes%20de%20S%C3%A1.pdf

Scalea, L. B. (2002). Transporte e armazenagem de soja no Brasil. Instituto Militar de Engenharia, Rio de Janeiro.

Scare, R. F.; Antolini, L. S.; Antolini, L. S. (2015). Entendendo a tomada de decisão e o comportamento de compra do produtor rural. In: Zylbersztajn, D.; Neves, M. F.; Caleman, S. M. Q. Gestão de sistemas de agronegócios. Atlas, São Paulo, pp. 223-251.

Souza Filho, H. M. (2013). Desenvolvimento agrícola sustentável. In: Batalha, M. O. Gestão Agroindustrial. 3. ed. Atlas, São Paulo, pp. 665-710.

Thorstensen, V.; Mota, C. R. (2019). Novas barreiras do comércio agrícola brasileiro: a multiplicidade dos estândares privados e de sustentabilidade. In: Vieira, P. A. et al. Geopolítica do alimento: o brasil como fonte estratégica de alimentos para a humanidade. 1. ed. Embrapa, Brasília, pp. 187-199.

Uecker, G. L.; Uecker, A. D.; Braun, M. B. S. (2005). A gestão dos pequenos empreendimentos rurais num ambiente competitivo global e de grandes estratégias. In: XLIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – Anais. SOBER, 2005, Ribeirão Preto – SP.

Vita, C. L. R. (2015). Contratos: conflitos e soluções. In: In: Zylbersztajn, D.; Neves, M. F.; Caleman, S. M. Q. Gestão de sistemas de agronegócios. Atlas, São Paulo, pp. 93-105.

Waquil, P. D.; Miele, M.; Schultz, G. (2010). Mercado e comercialização de produtos agrícolas. UFRGS, Porto Alegre.

Wesz Junior, Valdemar João. (2019). O Mercado da Soja no Sudeste de Mato Grosso (Brasil): uma Análise das Relações entre Produtores Rurais e Empresas a partir da Sociologia Econômica. Dados, 62(1), e20160004. Epub May 20, 2019.https://doi.org/10.1590/001152582019170

Zagonel, G. F. (2000). Obtenção e caracterização de biocombustíveis a partir da transesterificação etílica do óleo de soja. Dissertação. Programa de Pós Graduação em Química. UFPR, Curitiba – PR. Disponível em: https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/26982/D%20%20ZAGONEL%2c%20GIULIANO%20FERNANDES.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Zambom, M. A.; Santos, G. T.; Modesto, E. C.; Alcalde, R. A.; Gonçalves, G. D.; Silva, D. C.; Silva, K. S.; Faustino, J. O. (2001). Valor nutricional da casca do grão de soja, farelo de soja, milho moído e farelo de trigo para bovinos. Acta Scientiarum. Maringá, v. 23, n. 4, pp. 937-943. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciAnimSci/article/view/2648/2169>. Acesso em: 01 jun. 2020.

Zylbersztajn, D.; Neves, M. F.; Caleman, S. M. Q. (2015). Gestão de sistemas de agronegócios. Atlas, São Paulo.

Capítulo 15

10.37423/220706335

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO NO SETOR DE CAIXA EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO

Tatiane Eliza Boldrini — *Universidade do Estado de Mato Grosso*

Maysa Oliveira de Melo Antonio — *Universidade do Estado de Mato Grosso*

Resumo: Este estudo teve como objetivo geral analisar o Controle Interno do setor de caixa de uma cooperativa de crédito, localizada no município de Nova Mutum - MT no ano de 2019. Para alcance do objetivo geral foram definidos os objetivos específicos: (a) verificar o manual do caixa aprovado pelo conselho de administração da instituição, que determina as normas para os procedimentos de retaguarda; (b) examinar documentações relativas aos caixas e relatórios de controle interno, confrontando-os com o manual do caixa; (c) analisar o funcionamento do sistema do controle interno do caixa da cooperativa. Para tanto, utilizou-se o método de abordagem qualitativa, em um estudo de caso. Os dados coletados na Cooperativa X, foram submetidos a três fases de avaliação do trabalho de auditoria, sendo elas: (i) Exame preliminar; (ii) Elaboração do programa de trabalho; (iii) Obtenção de evidencias. Os resultados indicam que a Cooperativa X está conduzindo-se positivamente conforme as normas institucionais estabelecidas em seus manuais na maioria dos itens analisados, contudo, foram constatadas duas irregularidades no confronto entre os ativos físicos e sistema, gerando pendências nos relatórios de auditoria. Dessa forma, o estudo contribui para que os gestores identifiquem e corrijam falhas no sistema de controle interno do caixa da cooperativa analisada, resultando em maior confiabilidade para seus usuários.

Palavras-chave: Controle Interno, Setor Caixa, Cooperativas, Auditoria, Riscos.

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, as organizações têm trabalhado diretamente em processos de investimentos. Em decorrência disso, as cooperativas de crédito vêm transmitindo sentidos social e democrático de que a união de duas ou mais pessoas traz benefícios maiores do que se realizassem qualquer atividade individualmente (SCHIMMELFENIG, 2010). No Brasil, tais instituições experimentam grande crescimento estratégico e organizacional, fato fundamental para ampliar sua atuação no mercado financeiro nacional (MOREIRA; BARAN, 2018)

No entanto, em função da complexidade de suas informações, os riscos a que as cooperativas estão expostas no mercado financeiro são diferentes dos assumidos por empresas convencionais, criando a necessidade de maior gestão e controle em relação a eles (ALEXANDRE et al., 2018). Em decorrência disso, as cooperativas precisam ter sistemas de controle que proporcionem a seus clientes e colaboradores maior confiabilidade nos produtos e serviços por elas oferecidos (SILVA; CASTRO, 2011).

Nessa perspectiva, as cooperativas de crédito precisam contar com a realização de auditorias internas, conforme as Resoluções 2.554/1998 e 3.056/2002, do Conselho Monetário Nacional e Carta Circular 3.337/2008 do Banco Central do Brasil (BACEN, 2008). A auditoria interna, como informa a nomenclatura, está direcionada ao setor de controle interno das organizações, constituindo-se em uma ferramenta que pode ser utilizada para prevenir falhas nos processos operacionais (MOURA; BARBOSA, 2016).

Em uma cooperativa de crédito, o caixa representa um elemento essencial para suas funções operacionais, táticas e estratégicas (OLIVEIRA; SOARES, 2018) Dessa forma, proceder ao controle interno é uma atividade importante na gestão administrativa. Isso posto, o presente trabalho norteia-se pelo seguinte questionamento: **a Cooperativa de Crédito X realiza o controle interno no setor de caixa com base nas normas institucionais estabelecidas?**

Visando a responder à questão apresentada, este estudo tem como objetivo principal analisar o controle interno do setor de caixa de uma cooperativa de crédito localizada no município de Nova Mutum (MT) no ano de 2019. Seus objetivos específicos são: (i) verificar o manual do caixa aprovado pelo conselho de administração da instituição, que determina as normas para os procedimentos de retaguarda; (ii) examinar documentações relativas aos caixas e relatórios de controle interno, confrontando-os com o manual do caixa; (iii) analisar o funcionamento do sistema do controle interno do caixa da cooperativa.

Estimativa realizada pela Organização das Nações Unidas indica que, no mundo, a cada seis pessoas, uma é associada a uma cooperativa de crédito, sendo que cerca de 2,6 milhões de cooperativas empregam 12,6 milhões de pessoas no mundo (ONU BRASIL, 2016). A influência das cooperativas para a sociedade reforça a necessidade de avaliação de seus processos internos, justificando esta investigação.

O estudo contribui para que os gestores identifiquem e corrijam possíveis falhas no sistema de controle interno do caixa da cooperativa analisada, resultando em maior confiabilidade para seus usuários. No meio acadêmico, acrescenta à literatura disponível material sobre aspectos contábeis relativos a um grupo específico como são as cooperativas.

O presente artigo está dividido em cinco seções, além desta introdução: na segunda seção, apresenta-se o referencial teórico, seguido da metodologia, exposta na seção 3. Os resultados obtidos são interpretados na seção 4. Por fim, a quinta e última seção sublinha as considerações finais obtidas com o estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 COOPERATIVAS DE CRÉDITO

As cooperativas são definidas por Schimmelfenig (2010) como instituições financeiras formadas por um grupo de pessoas, com forma jurídica e de natureza civil sem fins lucrativos. Seu objetivo é satisfazer as necessidades e ambições econômico-financeiras de seus associados, proporcionando-lhes prestação de serviços e produtos vantajosos, por exemplo, com juros menores em comparação aos praticados por bancos privados e públicos.

Diferentemente de um banco, seja ele privado ou público, as cooperativas de créditos são controladas por seus próprios associados, que, além de poder fazer parte de seu conselho fiscal e diretoria, podem participar do planejamento futuro da instituição, possuindo direito a voto nas decisões a ela relativas, independentemente do valor de cota capital que possuírem (PINHEIRO, 2008).

No contexto social e econômico brasileiro, as cooperativas de crédito se destacam como via de acesso ao microcrédito, oferecendo vantagens aos seus cooperados: além da já mencionada concessão de crédito a juros baixos, estes se encontram vinculados a uma instituição com menores custos nas operações, tendo, ainda, participação efetiva nos resultados, com a distribuição de sobras (SILVA; CASTRO, 2011).

2.2 RISCOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Em função das crescentes mudanças e incertezas do mercado financeiro, os riscos a que estão expostas as instituições nele inseridas são diferentes dos assumidos pelas empresas convencionais. Por isso, as cooperativas de crédito necessitam de sofisticados sistemas e ferramentas de avaliação para auxílio na gestão e controle de riscos (GALVÃO et al., 2018).

O Quadro 1 sintetiza os diferentes riscos associados ao mercado financeiro.

Quadro 1 - Riscos do mercado financeiro

Continua

Riscos	Principais características
Risco de crédito	É a probabilidade de um cliente ativo não devolver o principal de seu empréstimo ou crédito e/ou não pagar os juros de acordo com o estipulado no contrato. Ocorre quando as contrapartes estão pouco dispostas ou impossibilitadas de cumprir suas obrigações contratuais.
Risco de mercado	Referem-se à possibilidade de perda em determinado período, graças a movimentos inesperados e adversos nas taxas de juros, taxas de câmbio ou preço dos ativos. Relacionam-se diretamente com mudanças e incertezas, pois qualquer mudança na economia pode provocar grandes alterações.

Conclusão

Riscos	Principais características
Risco de liquidez	É o risco assumido pelo tomador de empréstimo de não dispor dos fundos necessários para o pagamento da dívida.
Risco operacional	É oriundo da falta de segurança na guarda e no transporte de ativos, da insuficiência de controles e informações, de processamento e controles inadequados, de quebra de sigilo, da possiblidade de fraudes. Envolve o processo de controles internos e da administração corporativa.

Fonte: adaptado de Galvão et al. (2018).

2.3 AUDITORIA CONTÁBIL

A evolução da auditoria ocorreu como consequência do desenvolvimento da contabilidade, com o surgimento das empresas de capital aberto e das organizações multinacionais (KLAMT BUSSLER et al., 2017). Com tais eventos, surgiu uma maior dificuldade na administração dos negócios e a percepção da necessidade de se formar equipes de funcionários para realizar o acompanhamento das rotinas operacionais (PEREZ JÚNIOR, 2010).

A auditoria é definida por Crepaldi (2011) como o levantamento de procedimentos técnicos que objetiva a emissão de pareceres, a fim de evitar erros e fraudes, desfalques e subornos, certificando a veracidade das demonstrações contábeis e de documentos dos setores auditados. Conforme Pinheiro e Cunha (2009), enquanto a fraude se caracteriza pela ação intencional de omissão ou manipulação

de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis, por agentes internos ou externos, de forma não autorizada, o erro, por sua vez, configura-se como ato não intencional resultante de omissão, desatualização ou má intepretação de fatos na elaboração de registros e demonstrações.

Dois tipos de auditoria podem ser realizados em uma organização: a interna e a externa. A auditoria interna é uma ramificação da segunda, sendo realizada por um funcionário da empresa, o qual será responsável por auditar os setores, mas não poderá desenvolver as atividades que um dia possa a vir a examinar, para que sua independência não seja afetada. Já a auditoria externa não possui relação com a empresa auditada, sendo realizada por auditores independentes (MOREIRA; BARAN, 2018).

A auditoria interna possui influência nas cooperativas de crédito, auxiliando no aperfeiçoamento de seus produtos e serviços (KLAMT BUSSLER et al., 2017). Dessa maneira, é considerada um instrumento de trabalho, podendo ser utilizado para prevenção e correção de falhas e fornecendo uma melhora contínua para a cooperativa (MOREIRA; BARAN, 2018).

No Quadro 2, são apresentados os elementos que diferenciam ambas as modalidades de auditoria.

Quadro 2 - Auditoria externa X auditoria interna

Elementos	Auditoria externa	Auditoria interna
Ação e objetivo	Exame das demonstrações financeiras	Exame dos controles operacionais
Finalidade	Opinar sobre as demonstrações financeiras	Promover melhorias nos controles operacionais
Relatório principal	Parecer	Recomendações de controle interno
Amplitude da área coberta pelo exame durante um período	Maior	Menor
Intensidade dos trabalhos em cada área	Menor	Maior
Continuidade do trabalho	Periódico	Contínuo
Sujeito responsável	Profissional independente	Auditor interno (funcionário)
Grau de independência	Mais amplo	Menos amplo
Responsabilidade	Profissional, civil e criminal	Trabalhista

Fonte: adaptado de Crepaldi (2011, p. 77).

No âmbito de instituições financeiras, a Resolução Bacen 4.588/2017 descreve que estas devem implementar e manter a atividade de auditoria compatível com sua natureza, porte, complexidade, estrutura e perfil de risco do modelo de negócio da instituição (BACEN, 2017).

Em relação às fases do trabalho de auditoria, no Quadro 3 são demonstradas as que foram utilizadas neste estudo analisar o controle interno da Cooperativa X:

Quadro 3 - Fases do trabalho de auditoria

Procedimento	Principais características
Exame preliminar	Objetiva obter os elementos necessários ao planejamento dos trabalhos. O responsável deve buscar conhecer a entidade ou setor em que pretende realizar a auditagem, por meio da análise de manuais, dos livros de caixas, da legislação existente e dos relatórios dos últimos trabalhos realizados, com especial atenção para as ressalvas e as pendências feitas em auditorias passadas.
Elaboração do programa de trabalho	Exige a determinação precisa dos objetivos do exame, a identificação do universo a ser examinado, a definição e o alcance dos procedimentos a serem utilizados, a localização do objeto ou unidade examinada, o estabelecimento das técnicas apropriadas e a estimativa das horas necessárias à execução dos trabalhos.
Obtenção de evidências	Por último, o auditor deve realizar, na extensão indicada na programação, os testes ou provas adequadas, para obter evidências qualitativamente aceitáveis, que fundamentem e sustentem o seu trabalho de forma objetiva.

Fonte: adaptado de Castro (2018).

2.4 CONTROLE INTERNO

O controle interno tem como objetivo principal atender à administração da empresa na implementação e vigilância das normas internas definidas, avaliando-as e aperfeiçoando-as com sugestões. Esse controle é executado nas instituições por um setor próprio, pelos seus funcionários, de forma permanente e com absoluta independência, concentrado na identificação dos possíveis erros e fraudes (PINHEIRO; CUNHA, 2009).

Os procedimentos do controle interno estão segregados por funções. Para Pereira (2009), a segregação de funções ocorre quando duas partes de uma transação são processadas por indivíduos diferentes, sendo que um tem a oportunidade de checar a atuação do outro. Assim, quando adotada, a segregação de funções é capaz de reduzir consideravelmente o número de erros e fraudes dentro de uma organização (JESUS, 2016).

Até 1998, as instituições financeiras não tinham a identificação de ações criminosas como rotina, o que veio a ser modificado com a Lei 9.613/. Com essa legislação, tais instituições passaram a ser obrigadas a dispor de controles mais rigorosos e conhecimento mais amplo em relação aos seus clientes, a fim de proteger sua reputação e, consequentemente, o próprio sistema financeiro (BACEN, 2008).

Jesus (2016) relata que regularmente, os sistemas de controles internos em uma cooperativa de crédito são aprimorados frente à complexidade dos produtos e serviços ofertados aos seus associados. A política de controles internos realiza implantação de procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento de seu sistema de controles

internos com os objetivos fixados pela instituição, relacionados com as estratégias globais do negócio e com as demais políticas institucionais (COUTINHO, 1998).

2.4.1 CONTROLE INTERNO NO SETOR DE CAIXA

O setor de caixa de uma instituição financeira é o departamento que envolve maior risco, de modo que, nele, os procedimentos de controles internos tendem a ser mais extensos e detalhados em relação a outras áreas (CREPALDI, 2011). Isso porque, sendo um setor que possui recebimento de depósitos, o caixa de um banco é o mais sujeito à utilização indevida. Sendo assim, mesmo perante a existência de um sistema de controle interno eficiente, é necessário que o auditor efetue um maior volume de testes no setor (CALLIERO; DOCKHORN; ZONATTO, acesso em 22 maio 2019).

Os auditores devem ter conhecimento sobre o funcionamento da instituição, para que possam entender o desempenho do setor de caixa e dar sugestões construtivas para o aprimoramento de suas funcionalidades (ALMEIDA, 2008). Somado a isso, as pessoas responsáveis por realizar o controle interno devem ser funcionários da cooperativa e possuir acesso às dependências da entidade, podendo, assim, consultar documentos, manuais, conferências de valores e livros considerados indispensáveis ao seu trabalho, devendo manter sigilo dos dados e informações obtidas (CASTRO, 2018).

Como procedimentos para garantir maior segurança, a cooperativa de crédito precisa ter no setor de caixa um cofre para guardar dinheiro, cheques custodiados/devolvidos, cartões de créditos e talões de cheques, além de mesas e armários com trancas para guardar documentos confidenciais e senhas de acesso aos arquivos de computador. Deve, ainda, realizar, mensalmente, uma conciliação do numerário do caixa/cheques, talões e cartões entre outros, para verificar se os saldos registrados divergem dos relatórios (FREZATTI, 2014)

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa é de caráter descritivo, que, conforme Gil (2008), tem como objetivo principal esmiuçar as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis.

Quanto aos objetivos, a pesquisa se classifica como qualitativa, cujo foco é compreender os fenômenos que são constatados a partir da percepção dos participantes em um determinado ambiente na relação ao contexto literário, aprofundando suas experiências, pontos de vistas e

opiniões, ou seja, a forma como os participantes captam a realidade (HERNÁNDEZ-SAMPIERI; FERNÁNDEZ-COLLADO; BAPTISTA-LÚCIO, 2010).

Por se tratar de um estudo específico, caracteriza-se como estudo de caso. Os dados da pesquisa foram coletados no ano de 2019, no setor de caixa de uma cooperativa de crédito, a qual requer sigilo sobre sua identificação, passando, então, a ser denominada como Cooperativa de Crédito X, situada no município de Nova Mutum (MT).

A auditoria do controle interno da cooperativa analisada passou por três fases descritas por Castro (2018) e mencionadas no referencial teórico deste estudo, a saber: (i) exame preliminar do setor caixa; (ii) elaboração do programa de trabalho; (iii) obtenção de evidências junto à cooperativa analisada.

Para tanto, realizou-se um levantamento dos documentos de caixa, manual aprovado pela cooperativa, verificação da guarda de documentos e cruzamento de dados do sistema com os documentos fiscais e relatórios do controle interno. Para direcionar o confronto das informações descritas no manual de caixa aprovado pela cooperativa com os documentos e procedimentos realizados em seu setor de caixa, elaborou-se um check list contendo os principais pontos do controle interno que foram auditados.

4 RESULTADOS

Nesta seção são apresentados, em três etapas, os resultados da análise do controle interno da Cooperativa de Crédito X, conforme Castro (2018).

4.1 EXAME PRELIMINAR DO SETOR DE CAIXA

Como procedimento de exame preliminar, na primeira etapa da auditoria, foi efetuado um estudo da entidade e do setor específico em análise, a saber, o setor de caixa. A realização do trabalho e exame dos documentos internos contou com a prévia aprovação do gerente da unidade e do setor de controle interno da Cooperativa X.

A partir do “Manual de procedimento de caixa e retaguarda”, o qual foi aprovado pela Cooperativa em 22 de abril de 2019, estando em sua versão 3.2, conforme Ata nº 0015/2019, elaborou-se um check list contendo os principais itens a serem examinados no caixa.

Com o objetivo de obter os documentos necessários para o planejamento do trabalho, realizou-se um estudo específico do manual de caixa, das últimas resoluções e normas que precisam ser seguidas pelas instituições financeiras aplicadas aos setores de controle interno e auditoria. Por fim, procedeu-

se à apuração dos últimos relatórios de auditoria realizados na Cooperativa X no setor de caixa, verificando as ressalvas e pendências, de modo a se obter embasamento e direcionamento para o estudo.

Nos últimos relatórios, foram averiguadas duas ressalvas sobre o setor de caixa. A primeira é diz respeito a documentos sem as assinaturas dos cooperados, algumas das quais, inclusive, sem correspondência com o cartão-autógrafo do cooperado. A outra questão pontuada é sobre o arquivo, especificamente, pois, possuía dois arquivos separados para as contas pessoa física e no outro pessoa jurídica, onde foi levantada a argumentação de juntar todas as pastas e sequenciar as mesmas em ordem numérica das contas.

4.2 PROGRAMA DE TRABALHO

Na segunda etapa da pesquisa, foi elaborado um programa de trabalho, evidenciando todas as tarefas a serem desempenhadas, o período e a quantidade de horas necessárias para execução do trabalho de auditoria do controle interno. Perez Júnior (2010) traz um modelo de programa para a realização do trabalho de controle interno, o qual foi adaptado para a realidade da Cooperativa X, sendo demonstrado a seguir.

Quadro 4 - Cronograma do controle interno no setor de caixa

Atividade	Período	Horas dispendidas
Planejamento detalhado	12-20/08/2019	28
Revisão do manual de caixa e retaguarda	21-26/08/2019	16
Confrontos dos ativos com os registros	09-13/09/2019	20
Análise do fechamento de caixa e auditoria	16-20/09/2019	18
Verificação da guarda de documentos e dossiês	23-30/09/2019	22
Revisão dos dados coletados	03-16/10/2019	25
	Total	129

Fonte: adaptado de Perez Júnior (2010).

Crepaldi (2002) relata que o planejamento correto de auditoria é aquele que compreende a elaboração de um plano de trabalho, sendo determinado o tempo utilizado para desempenhar a tarefa. O planejamento e a programação são tão importantes quanto o conhecimento dos procedimentos de auditoria, pois estes auxiliarão o auditor na formulação de sua opinião e emissão do relatório ou parecer da auditoria (SOUZA; PEREIRA, 2006).

OBTENÇÃO DE EVIDÊNCIAS

Depois de elaborado o programa de trabalho, a terceira e última etapa da pesquisa constituiu-se na obtenção de evidências. Para isso, realizou-se o confronto dos itens descritos no *check list* previamente planejado, com os ativos, registros e documentos pertencentes ao caixa da Cooperativa X. Os resultados foram divididos e apresentados nos Quadros 5 a 7.

O Quadro 5 apresenta o confronto entre os ativos da cooperativa com os registros lançados no sistema.

Quadro 5 - Confronto dos ativos com os registros

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO	S	N	NA
1	A vinda do responsável pelo controle interno foi comunicada para a Unidade de Negócio?		X	
2	O local do cofre é devidamente protegido e restrito?	X		
3	Foram realizadas as contagens do cofre com o responsável pela Tesouraria?	X		
4	A contagem do dinheiro do cofre confere com o valor disponível no sistema?	X		
5	Foi realizada a conferência geral dos numerários do *cash* e o valor confere com o da Tesouraria?	X		
6	Os somatórios dos cheques disponíveis estão de acordo com os relatórios de cheques disponíveis no sistema?		X	
7	Os talonários físicos em estoque na Unidade de Negócios são conciliados com os relacionados no relatório de talões disponíveis?	X		
8	Os cartões de crédito/débito disponíveis para retirada estão de acordo com a planilha que o financeiro disponibiliza?		X	

Fonte: dados da pesquisa (2019). Nota: S = sim; N = não; NA = não se aplica.

No item 1 do Quadro 5, observa-se que a vinda do responsável pelo controle interno não foi comunicada à unidade. Isso acontece para que não ocorram atos negligentes que possam afetar a eficiência do processo. Attie (2011) sublinha que é necessário que o auditor realize a visita ao setor de auditagem de forma inesperada, para evitar manipulações ou artifícios que vislumbrem encobrir alguma falha.

No item 2, contatou-se que o cofre se encontrava devidamente protegido, com trancas, em um local restrito e de pouca locomoção de pessoas. Esse procedimento, de acordo com Frezatti (2014), serve para assegurar a proteção e sigilo dos documentos neles guardados.

Conforme o item 3, a contagem do cofre foi realizada com o responsável pela tesouraria, com a ciência do gerente da agência. Em observância a esse item, Almeida (2019) ressalta que todas as contagens físicas realizadas no cofre precisam contar com, no mínimo, dois colaboradores para acompanhar a comparação dos saldos no relatório, para a aprovação de sua autenticidade.

Nos itens 4 e 5, verificou-se que as contagens dos numerários disponíveis, tanto no cofre quanto no cash (caixa eletrônico), estavam de acordo com os valores registrados no sistema. Além disso, foi efetuada contagem em todos os talões existentes para retiradas, confirmando a somatória do relatório disponível no sistema (item 7).

Entretanto, foram constatadas divergências no confronto entre os valores dos ativos do cofre e os valores informados no sistema (itens 6 e 8). Examinando-se as discordâncias no item 6, as somatórias dos cheques no cofre divergiam dos valores constantes no sistema. A diferença foi identificada em duas situações que ocorreram durante o mês de Agosto de 2019.

Na primeira situação, dois cheques foram lidos em outra agencia, porém, estavam vinculadas à agencia analisada neste estudo, aqui denominada de Agência X. Portanto, quando verificado o sistema, esses cheques constavam nos relatórios, mas, fisicamente, se encontravam em outra filial, acarretando a diferença identificada. Na outra situação, dois cheques estavam lançados no sistema da Central, em decorrência de erro sistêmico. Porém, fisicamente, encontravam-se na Agência X.

Quanto ao item 8, verificou-se que os cartões disponíveis para retirada estavam em desacordo com a planilha disponibilizada pelo financeiro, planilha esta enviada regularmente constando todos os cartões enviados para a agencia. Tal diferença diz respeito a três cartões que, no momento da auditoria, estavam sendo transportados da Central até a agência analisada, razão pela qual não se encontravam fisicamente no cofre.

A análise dos relacionados aos fechamentos de caixa/tesouraria está no Quadro 6.

Quadro 6 - Análise de fechamento de caixa/tesouraria

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO	S	N	NA
1	O fechamento do caixa está com todos os documentos, conforme a prévia retirada do sistema?	X		
2	O fechamento da tesouraria está com todos os documentos, conforme a prévia retirada do sistema?	X		
3	Foi realizada a conferência das assinaturas dos cooperados nos documentos de fechamento do caixa, cruzando-as com seus respectivos cartões-autógrafos?	X		
4	Nas trocas de cheques próprios da Cooperativa X, todas as informações do terceiro que vai realizar os descontos são colhidas, conforme o Manual do Caixa e Retaguarda?			X

Fonte: dados da pesquisa (2019). Nota: S = sim; N = não; NA = não se aplica.

Analisando-se o Quadro 6, observa-se, nos itens 1 e 2, que o fechamento diário do caixa e da tesouraria, foram realizados em conformidade com o disposto no “Manual de procedimentos de caixa e retaguarda”. Nesses itens, foram verificados, especificamente, os relatórios gerados no dia, nos

quais os documentos estavam devidamente assinados pelos cooperados, sendo constatado que os valores condiziam com o que o sistema informava.

No item 3, nota-se que as documentações que estavam no fechamento de caixa continham a assinatura dos associados. Nesse item, foram examinados os documentos de transferências, aplicações e trocas de senha, sendo que todas as assinaturas condiziam com o cartão-autógrafo.

No item 4, que se se refere a trocas de cheque próprio da Cooperativa X, não foi possível realizar a análise, uma vez que, na data da avaliação do item, não houve troca de cheque.

Os resultados dos itens examinados referentes aos dossiês e guarda de documentos dos cooperados estão demonstrados no Quadro 7.

Quadro 7 - Análise dos dossiês e guarda de documentos

Nº de Ordem	DESCRIÇÃO	S	N	NA
1	Os arquivos estão devidamente protegidos com cadeados?	X		
2	Os dossiês estão organizados em ordem numérica com os números das contas, para serem facilmente encontrados?	X		
3	Todos os arquivos possuem identificação?	X		
4	Dossiês estão com os cartões-autógrafos, para conferência da assinatura?	X		

Fonte: dados da pesquisa (2019). Nota: S = sim; N = não; NA = não se aplica.

No item 1 do Quadro 7, notou-se que os arquivos de dossiês se encontravam protegidos com cadeado. Nesse item, verificou-se, ainda, que os arquivos são alocados em local específico possuindo gavetas para as pastas suspensas, estando todas devidamente protegidas. No item 2, verificou-se que os dossiês estavam organizados em ordem numérica e com os números de contas, garantindo, assim, facilidade no seu manuseio.

No item 3, os arquivos escolhidos continham identificação com o número da conta, matrícula e nome do associado para confirmação dos dados. Dessa forma, os três primeiros itens são afirmativos quanto à sua adequação ao estabelecido pelo manual do caixa da instituição.

No item 4, foram escolhidos, aleatoriamente, dez dossiês, sendo cinco de pessoas físicas e cinco de pessoas jurídicas, constatando-se que todos possuíam os cartões-autógrafos com suas respectivas assinaturas. Assim, na hipótese de não ser encontrado no sistema, o cartão-autógrafo estava disponível na pasta, para conferência.

Adicionalmente, verificou-se o item segregação de funções no setor de caixa. Ficou constatado que a Cooperativa X, possui poucos colaboradores. Dessa forma, ocorrem casos em que, pela ausência de

algum colaborador, outros realizam diversas tarefas, ficando a instituição vulnerável a erros. Em relação a isso, Attie (2011) reforça que a segregação de funções, permite dividir diferentes responsabilidades entre as pessoas, para que elas não exerçam atividades incompatíveis, como executar e fiscalizar uma mesma atividade, o que levaria a conflitos de interesses.

Outro ponto relevante constatado na Cooperativa X é que, durante o ano, o auditor do controle interno realiza de duas a três visitas às agências. Mesmo que o controle interno não aprofunde as averiguações frequentemente, as agências realizam o confronto dos documentos todo final de mês, seguindo as regras expostas no "Manual de procedimento de caixa e retaguarda". Isso parece demonstrar a importância dada ao controle interno para o setor de caixa, por constituir-se em uma ferramenta que garante a prevenção contra fraudes e minimiza riscos, erros e irregularidades na instituição.

De modo geral, os resultados sugerem que a cooperativa X realiza corretamente seu trabalho de controle interno, no entanto, possui ineficiências, onde se constatou irregularidades nos confrontos realizados com os ativos e registros no Quadro 5. Tal ineficiência se refere à informações divergentes entre sistema X físico, ocasionando retrabalhos, e pendências nos relatórios do Controle Interno.

5. CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar o trabalho do controle interno do setor de caixa de uma cooperativa de crédito localizada no município de Nova Mutum (MT), tendo como referência o período de 2019.

Foi possível analisar as três etapas descritas por Castro (2018), a saber, o exame preliminar, o programa de trabalho e a obtenção de evidências, a partir das quais foi criado um *check list* para apuração dos resultados, apresentados separadamente, para o confronto dos ativos com os registros, a análise de fechamento de caixa/tesouraria e dos dossiês/guarda de documentos.

No confronto dos ativos com os registros foram observados aspectos sobre os cofres e produtos de portfólio. Notou-se que o caixa possui manuseio, sendo encontradas duas irregularidades: os valores dos cheques constantes no sistema divergiam em relação ao valor físico, tratando-se de erros sistêmicos cadastrados em outras singulares; havia divergência, ainda, na soma de cartões disponíveis para a retirada por parte dos cooperados, uma vez que, no momento de conferência, cartões não estavam fisicamente no cofre, pois estavam sendo transportados da Central até a agência analisada, embora estivessem constando no sistema.

Analisados, em segundo momento, o fechamento do caixa e da tesouraria e conferidos todos os relatórios e documentos retirados no dia do fechamento com os dados obtidos no sistema, verificou-se que todos estavam em concordância, atestando, assim, que as pendências encontradas nas auditorias anteriores foram sanadas e a preocupação dos colaboradores em seguir as normas e manuais vem se intensificando.

Por último, examinadas as guardas dos dossiês/documentos, constatou-se que todos os arquivos selecionados estavam mantidos em boa ordem e guarda, até a sua manutenção efetiva do prazo do arquivo, tendo sido implantado estabelecido, em 2014, que todas as documentações do cooperado fossem anexadas a um sistema próprio, ficando, assim, disponíveis para serem visualizadas por todos. A análise das recomendações relativas aos critérios sobre a guarda dos documentos, presentes nos relatórios de auditoria passadas, permitiu notar que a agência analisada se adequou, conforme orientação do setor de controle interno.

Verificou-se, ainda, o efeito de segregação de funções no setor de caixa, que consiste em reduzir oportunidades que permitam a qualquer pessoa estar em posição de perpetrar e ocultar erros e fraudes em suas funções. Os resultados apontam que, no momento, a condição relativa à quantidade de funcionários afeta o setor de caixa quando algum colaborador falta, pois, nessas ocasiões, acontecem casos de um mesmo colaborador desempenhar duas tarefas ao mesmo tempo, sem possuir supervisão.

Considerando que as leis e normas de controle interno em instituições financeiras alteram frequentemente, sugere-se à instituição a busca contínua por aperfeiçoamento de seus colaboradores, contribuindo ainda mais na busca dos resultados e eficácia em suas operações.

Entre as limitações desta pesquisa, destaca-se que, sendo este o estudo de uma realidade específica, seus resultados podem não se aplicar a todas as realidades de cooperativas, podendo existir variável não mensurada nesta investigação capaz de influenciar os aspectos estudados.

Desse modo, sugere-se, para estudos futuros, a expansão da base de dados, a fim de atingir uma quantidade maior de cooperativas de crédito. Outra possibilidade é expandir a análise para outros setores de atuação.

REFERÊNCIAS

GALVÃO, A. et al. Gestão de riscos no mercado financeiro. São Paulo: Saraiva, 2018.

ALMEIDA, M. C. Auditoria: abordagem moderna e completa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

ATTIE, W. Auditoria: conceitos e aplicações. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BACEN. Resolução no 4.588, de 29 de junho de 2017. Dispõe sobre a atividade de auditoria interna nas instituições financeiras. Disponível

em:<https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50408/Res_4588_v1_O.pdf>. Acesso em: 9 set. 2019.

_____. Resolução 2.554, de 24 de setembro de 1998. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1998/pdf/res_2554_v3_P.pdf>. Acesso em: 9 set. 2019.

CALLIERO, K. P.; DOCKHORN, M. da S. M.; ZONATTO, V. C. da S. Gestão de riscos operacionais em instituições financeiras: um estudo de caso com operações para pessoas jurídicas. Disponível em: <https://domalberto.edu.br/wp-content/uploads/sites/4/2017/11/GEST%C3%83O-DE-RISCOS-OPERACIONAIS-EM-INSTITUI%C3%87%C3%95ES-FINANCEIRAS-UM.pdf>. Acesso em: 22 maio 2019.

CASTRO, D. P. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público. São Paulo: Atlas, 2018.

COUTINHO, J. de S. A importância do controle interno da prevenção de fraudes. Revista de Contabilidade do Mestrado em Contábeis – UERJ, v. 3, n. 1, p. 55-58, 1998. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/6700/pdf>. Acesso em: 22 maio 2019.

CREPALDI, S. A. Auditoria contábil. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. A. Auditoria contábil: teoria e prática. São Paulo: Saraiva, 2002.

FREZATTI, F. Gestão de fluxo de caixa. São Paulo: Atlas, 2014.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JESUS, L. H. de. Governança corporativa e controles internos em uma cooperativa de crédito. Monografia (Pós-graduação em Controladoria e Gestão Empresarial) – Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2016. Disponível em:

<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/3913/Luciana%20Habby%20de%20Jesus.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 jul. 2019.

KLAMT BUSSLER, C. T. et al. Percepção dos auditados sobre as práticas de auditoria interna em uma cooperativa de crédito. Contabilidad y Negocios, v. 12, n. 23, p. 62-77. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6185949.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2019.

MOREIRA, A. de L.; BARAN, K. P. A importância da auditoria interna para as organizações. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, ano 3, ed. 2, v. 5, p. 84-98, fev. 2018. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/kalins-pdf/singles/auditoria-interna.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2019.

MOURA, R. G.; BARBOSA, M. V. O controle interno e a auditoria como ferramentas eficazes de gestão. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 12., 2016, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.inovarse.org/sites/default/files/T16_308.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2019.

OLIVEIRA, L. C. S.; SOARES, G. F. Gestão de riscos operacionais e controles internos: o caso de uma instituição bancária. Revista de Contabilidade da UFBA, v. 12, n. 1, p. 227-249, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/18313/15830>. Acesso em: 14 jul. 2019.

ONU BRASIL. ONU destaca importância das cooperativas para a criação de empregos no mundo. Jul. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-destaca-importancia-das-cooperativas-para-a-criacao-de-empregos-no-mundo/>. Acesso em: 19 mar. 2019.

PEREIRA, M. A. A. Controle interno e cultura organizacional. In: OLIVEIRA, V. I. de; PINHEIRO, J. L. Gestão de riscos no mercado financeiro: uma abordagem prática e contemporânea para as empresas. São Paulo: 2009. p. 249-250

PEREZ JÚNIOR, J. H. Auditoria de demonstrações contábeis. São Paulo: Saraiva, 2010.

PINHEIRO, G. J.; CUNHA, L. R. C. A importância da auditoria na detecção de fraudes. Contabilidade Vista & Revista, v. 14, n. 1, p. 31-48, maio 2009. Disponível em:

<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/210>. Acesso em: 13 jun. 2019.

PINHEIRO, M. A. Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil. 6. ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_cooperativas_credito.pdf>. Acesso em: 28 maio 2019.

HERNÁNDEZ-SAMPIERI, R.; FERNÁNDEZ-COLLADO, C.; BAPTISTA-LUCIO, M. Del P. Metodologia da pesquisa. 3. ed. Porto Alegre: McGraw Hill, 2010.

SCHIMMELFENIG, C. Cooperativismo de crédito: uma tendência. Revista de Administração e Ciência Contábeis do Ideau, v. 5, p. 1-12, 2010. Disponível em:

<http://livrozilla.com/doc/601398/cooperativismo-de-cr%C3%A9dito--uma-tend%C3%AAncia-baixar-arquivo>. Acesso em: 20 abr. 2019.

SILVA, E. A. T. A.; CASTRO, W. A. Cooperativas de crédito: a evolução dos principais sistemas brasileiros com um enfoque em indicadores econômico-financeiro. Contextus – Revista Contemporânea de Economia e gestão, v. 9, n. 1, p. 117-126, jan./ jun. 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/277742668_Cooperativas_de_credito_a_evolucao_dos_principais_sistemas_brasileiros_com_um_enfoque_em_indicadores_economico-financeiro >.

Acesso em: 22 abr. 2019.

SOUZA, B. F. de S.; PEREIRA, A. C. Auditoria contábil: abordagem prática e operacional. São Paulo: Saraiva, 2006.

APENDICES

APENDICE A - CHECK LIST

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO	S	N	NA
1	A vinda do responsável pelo controle interno foi comunicada para a Unidade de Negócio?		X	
2	O local do cofre é devidamente protegido e restrito?	X		
3	Foram realizadas as contagens do cofre com o responsável pela Tesouraria?	X		
4	A contagem do dinheiro do cofre confere com o valor disponível no sistema?	X		
5	Foi realizada a conferência geral dos numerários do *cash* e o valor confere com o da Tesouraria?	X		
6	Os somatórios dos cheques disponíveis estão de acordo com os relatórios de cheques disponíveis no sistema?		X	
7	Os talonários físicos em estoque na Unidade de Negócios são conciliados com os relacionados no relatório de talões disponíveis?	X		
8	Os cartões de crédito/débito disponíveis para retirada estão de acordo com a planilha que o financeiro disponibiliza?		X	
9	O fechamento do caixa está com todos os documentos, conforme a prévia retirada do sistema?	X		
10	O fechamento da tesouraria está com todos os documentos, conforme a prévia retirada do sistema?	X		
11	Foi realizada a conferência das assinaturas dos cooperados nos documentos de fechamento do caixa, cruzando-as com seus respectivos cartões-autógrafos?	X		
12	Nas trocas de cheques próprios da Cooperativa X, todas as informações do terceiro que vai realizar os descontos são colhidas, conforme o Manual do Caixa e Retaguarda?			X
13	Os arquivos estão devidamente protegidos com cadeados?	X		
14	Os dossiês estão organizados em ordem numérica com os números das contas, para serem facilmente encontrados?	X		
15	Todos os arquivos possuem identificação?	X		
16	Dossiês estão com os cartões-autógrafos, para conferência da assinatura?	X		

Capítulo 16

10.37423/220706341

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: MAPEAMENTO INTERNACIONAL DE PESQUISAS CIENTÍFICAS EM ECONOMIA DE CUSTOS DE TRANSAÇÃO

Deisy Cristina Corrêa Igarashi — *Universidade Estadual de Maringá*

Wagner Igarashi — *Universidade Estadual de Maringá*

Resumo: O setor de serviços apresenta impacto econômico no contexto nacional e participou em 2018 de 60% do Valor Adicionado do PIB. Contudo há falta de informações e análises, que subsidiem o desenvolvimento de pesquisas no setor que auxiliem a compreender melhor fatores vinculados a execução desta atividade. Deste modo, esta pesquisa visa analisar o estado mais recente de estudos vinculados à Economia dos Custos de Transação (ECT) com enfoque na prestação de serviços, tendo em vista que no contexto internacional 62% dos estudos aplicados em ECT, tem por foco o setor terciário enquanto que no contexto nacional a maioria dos estudos tem vínculo aos setores primário e secundário. A pesquisa tem caráter teórico e utiliza-se de análise de conteúdo e revisão sistemática. Os resultados indicam que: (a) 20% dos textos analisados têm vínculo com o setor de serviços, apesar de que esta classificação não é determinante, pois a prestação de serviço está disseminada em: consumo final, consumo intermediário; utilização de capital; e intensivas em trabalho; (b) observou-se partir de 2000 o uso de análise estrutural e multivariada (18% e 42%, respectivamente) nos estudos, sinalizando uma tendência de pesquisas quantitativas em ECT; e (c) em relação as categorias de análise (macro análise, limitações, soluções, e lucros),observou-se que os textos tiveram maior foco em macro análise, e pouco foco na análise conjunta das categorias, com destaque ao fato que as categorias soluções e lucros, foram abordadas em apenas 6% dos textos.

Palavras-chave: Prestação de serviços, Economia de custos de transação - ECT, Mapeamento Internacional.

1. INTRODUÇÃO

O tema economia dos custos de transação (ECT) tem se destacado nas últimas décadas. Publicações sob este enfoque, em especial de abordagem teórica, consideram a ECT uma contribuição significativa para se compreender a natureza de uma transação (Ghertman & Quélin, 1995, Langniss & Praetorius, 2006, Sorrell, 2007, Aggarwal & Walden, 2009, Durakoglu, 2011, Müller, Aust, 2011). Dois fatos foram determinantes para o reconhecimento da teoria: o Prêmio Nobel de Economia, atribuído a Williamson em 2009, alavancando o desenvolvimento científico e o reconhecimento da ECT enquanto teoria; e pesquisas empíricas desenvolvidas com enfoque em transações realizadas no ambiente de negócios, confirmando a aplicabilidade das declarações de Williamson quanto a ECT, dado que o número de estudos empíricos tem aumentado ao longo dos anos (Snail & Robinson, 1998, Ratnasingham, 1999, Alvarez-Suescun, 2010, Cheng, Lee & Shomali, 2012, Montgomery, 2013, Cao & Lumineau, 2015, Huo, Ye & Zhao, 2016).

Pesquisa preliminar realizada, no contexto nacional, identificou que: estudos sob a ECT têm, em sua maioria, vínculo aos setores primário e secundário, quanto ao caráter empírico. Contudo, no contexto internacional, 62 % dos estudos têm enfoque no setor terciário, e são desenvolvidos junto a um número reduzido de organizações. Deste modo, uma pesquisa com enfoque em ECT, aplicada ao setor terciário, pode contribuir não apenas na identificação de contribuições ao campo teórico da ECT, mas também no âmbito empírico, no sentido de apresentar possíveis tendências de pesquisa a serem realizadas junto ao contexto nacional.

Apesar de haverem estudos no setor, há lacunas que podem ser objeto de estudo pelas seguintes razões: (a) Estudos normalmente se concentram em um segmento ou empresa, são promissores, mas refletem somente consequências dentro de contexto específico; (b) Padrões de determinado setor ou empresa e os resultados decorrentes podem se estender a outros setores com características parecidas, o que pode contribuir para a indução de novas teorias subjacentes ou modelos; (c) De modo restrito, há trabalhos que consideram o setor terciário como adequado para a aplicação da ECT (Gorla & Somers, 2014, Cruz, Haugan & Rincon, 2014). Portanto, a análise de conteúdo em ECT, aplicada a prestação de serviços, busca preencher tais lacunas de pesquisa.

O setor terciário é objeto de estudo a partir dos anos 30, e foi difundido por Fisher (1933) e Clark (1940); os primeiros a classificarem as atividades econômicas em primárias, secundárias e terciárias, sendo as terciárias com foco em bens imateriais. Em 1957, Clark revisa seu trabalho de 1940, e começa a utilizar o termo 'serviços' em substituição ao setor terciário por considerá-lo mais adequado e por

expressar a crescente diversificação das atividades incluídas no setor. Ademais, Clark (1957) reconhece que dentre as atividades de serviço existem variações quanto a variabilidade de aplicações: algumas são quase que exclusivas ao consumo final, outras para consumo intermediário; há as que se utilizam de capital; e outras são intensivas em trabalho. Por isso, o entendimento sobre serviços incorpora uma variedade de atividades, e acaba por se distinguir somente de bens derivados da produção industrial e agrícola.

No entanto, apesar da importância crescente, os dados sobre prestação de serviços são tradicionalmente precários (Clark, 1984, Kon, 1999). Além de haver problemas quanto à falta de estatísticas comerciais e análises antecedentes, os quais poderiam subsidiar o desenvolvimento de pesquisas que auxiliem a compreender e na execução da atividade (Clark, 1984, Jha & Bag, 2019).

Assim, foi estabelecida a seguinte questão de pesquisa: **Como se encontra o estado atual de investigação sobre a ECT na prestação de serviços?** A partir das questões de pesquisa estabelecidas, esta pesquisa tem por objetivo **analisar o estado mais recente de estudos vinculados à Economia dos Custos de Transação com enfoque na prestação de serviços**.

Esta proposta gera contribuições, ao identificar que no contexto internacional pesquisas vinculadas à ECT se desenvolvem na prestação de serviços, fato que ultrapassa 3 décadas de estudo. Ademais, a prestação de serviço pode se desenvolver sob aplicações variadas, o que pode gerar variadas oportunidades de estudos sob a ótica da ECT, no sentido de identificar transações que podem ser realizadas de modo mais eficiente, quer seja sob o recorte de pressupostos comportamentais, atributos da transação, com enfoque na estrutura de governança, ou ainda vinculado a outros elementos teóricos ou teorias que podem gerar complementariedade à ECT, a fim de se obter melhores resultados em termos de eficiência em relação à transação em estudo; quer seja sob a ótica de consumo final, intermediário; utilização de capital; ou intensivas em trabalho.

Neste sentido, esta pesquisa se configura como relevante por explorar um setor/ segmento de estudo, incipiente no contexto nacional, tendo em vista que pesquisas iniciais junto ao contexto nacional indicam o foco central, enquanto objeto de estudo, em relação à aplicação da ECT em: Consumo Cíclico/ Automóveis e Motocicletas (6%), Materiais Básicos/ Madeira e Papel (6%), Consumo Não Cíclico/ Carne e Derivados (12%), Consumo Não Cíclico/ Agropecuária (76%), não havendo registro de estudos vinculados com a prestação de serviços junto ao contexto nacional.

2. ECONOMIA DE CUSTOS DE TRANSAÇÃO

A Economia dos Custos de Transação (ECT) enfoca a transação como unidade básica de análise. Por isso, a forma com que as transações se organizam importa. Uma transação representa a transferência de bens, serviços ou direitos de propriedade, a fim de economizar custos de transação ao se alinhar com as estruturas de governança (Williamson, 1985). Deste modo a escolha de estruturas de governança (mercado *spot*, relação contratual (sistemas híbridos), integração vertical (hierarquia)) geram diferenciações em termos de atributos, impactando nos custos produtivos, nos custos de transação e nas capacidades adaptativas das organizações (Williamson, 1985, 1996, Sorrell, 2007).

Cumpre elucidar que não existe uma estrutura de governança com desempenho superior às demais, pois o conceito de eficiência considera a adequação de tais estruturas às características das transações a elas vinculadas (Williamson, 1985). Portanto, o modo como a governança é instituída reflete a interação entre atributos das transações e pressupostos comportamentais, e são determinantes na forma como os agentes interagem em termos de relação estabelecida (mercado spot, relação contratual ou integração vertical) (Zylbersztajn, 2005). Portanto, reconhecer os custos de transação e a possibilidade de apropriação de quase renda, influenciam na compreensão e na escolha da variedade de estruturas de governança, a serem utilizadas para se realizar determinada transação (Klein, Crawford & Alchian, 1978).

Deste modo, o processo de negociação e as transações passam a ser compreendidas pela troca de direito de propriedade e pelas dimensões particulares que estão em negociação. Caso os direitos de propriedade não sejam definidos adequadamente, passa a existir a possibilidade de conflitos externos desestabilizadores, os quais são reflexo de características intrínsecas ao ser humano (oportunismo e racionalidade limitada) e impactam em custos de transação, gerando custos adicionais associados à transação (Zylbersztajn, 2005, Sorrell, 2007).

Williamson (1985) e Hsieh, Huang & Lee (2016) explicam que, pelo fato de os pressupostos comportamentais serem natos à condição humana, eles impactam diretamente nos atributos da transação (incerteza, frequência, especificidade de ativos) e consequentemente na escolha de estruturas de governança mais adequadas à transação.

No caso de oportunismo, os custos de transação podem ocorrer *ex ante* e *ex post*, e normalmente estão associados à problemas de seleção adversa e risco moral, respectivamente. O primeiro se manifesta antes da transação ocorrer de fato, e se relaciona à habilidade de os agentes conseguirem

prever a real condição da transação, devido as informações privadas de outras partes, resultando na compra inadequada de determinado produto ou serviço (Williamson, 1985). O risco moral pode surgir quando indivíduos se envolvem em transações e suas ações reservadas passem a afetar produtos ou serviços resultantes. Tais ações podem ser potencializadas pela racionalidade limitada, a qual tem vínculo com a capacidade cognitiva dos agentes em prever eventos futuros derivados das transações. Portanto, “os custos de planejar, adaptar e monitorar as transações devem necessariamente ser considerados" (Williamson, 1985, p. 46).

A ação oportunista e a racionalidade limitada podem ser minimizadas ao se estabelecer salvaguardas antes de as transações realmente ocorrerem (Hölmstrom, 1979, Williamson, 1985, Harris, Brown, Holt & Perkins, 2014). Inclusive a identificação tardia de pressupostos comportamentais justifica a renegociação de salvaguardas (Hölmstrom, 1979, Kirmani & Rao, 2000, Saes, 2009).

A incerteza emerge naturalmente entre os envolvidos em uma transação e aumentam devido a incapacidade das partes em prever contingências e a limitação em predizer acontecimentos a medida em que as transações ocorrem. Ou seja, tem relação com a falta de conhecimento dos envolvidos na transação frente ao ambiente econômico, institucional e comportamental, exercendo influência na transação (Balestrin & Arbage, 2007, Signorini, Ross & Peterson, 2015). Por isso, a incerteza é considerada o cerne das falhas de mercado e dificuldades transacionais (Aubert, Rivard & Patry, 1996). Ela se desdobra em primária (ambiental - variações de mercado, dificuldade de adaptar contingências) e secundária (comportamental - dificuldade em prever ações da outra parte) (Williamson, 1985, Zaherr & Venkatraman, 1995). Em contextos em que há incerteza envolvida na transação, esta tem relação direta com a racionalidade limitada, uma vez que os envolvidos não conseguem prever acontecimentos, o que demanda renegociação, ou que sejam restabelecidas salvaguardas para a transação (Farina, 1999).

A frequência está associada a quantidade de vezes com que as relações entre as partes se repetem (sequenciais, esporádicas, ou uma única vez), há de se observar que há a tendência de quanto maior a frequência da transação, maior tende a ser a dependência entre as partes (Williamson, 1985, Pohlmann, Aguiar, Bertolucci & Martins, 2004). Por outro lado, ao ocorrer a repetição de uma mesma transação ao longo do tempo, os efeitos da incerteza tendem a reduzir, assim como o comportamento oportunista (Hölmstrom, 1979). Além disso, caso haja menor expectativa de continuidade da relação, são maiores a necessidade de salvaguardas, pois a recorrência da transação tende a desenvolver reputação favorável entre as partes, pelo menos em curto prazo (Klein, Crawford & Alchian, 1978).

Portanto, em transações recorrentes, é menor o custo para recuperar investimentos especializados, o que configura a especificidade de ativos como importante para compreender a organização econômica (Williamson, 1985).

A especificidade de ativos, dentre os atributos de transação, é considerada a de maior importância na seleção da estrutura de governança mais eficiente (Williamson, 1985, 2010). Porque, quanto maior a especificidade, maiores são os riscos, problemas de adaptação e custos de transação, pois se torna difícil reorganizar transações quando se incorre em especificidade de ativos (Williamson, 1979, 1985). Esta dificuldade decorre do fato de ativos especializados não poderem ser realocados sem sacrifício de valor produtivo, caso haja a interrupção prematura da transação (Williamson, 1985). Por isso, ao realizar investimentos em ativos específicos, as partes tendem a conservar uma relação cooperativa durante a vida útil do ativo. No caso de interrupção prematura da transação, o provedor do ativo tem possibilidades reduzidas de reembolsar o investimento realizado. Deste modo, a parte dependente assume riscos da impossibilidade de substituir o provedor, resultando em uma transação bilateral (Williamson, 1985, Zylbersztajn, 1995, Hsieh, Huang & Lee, 2016).

As especificidades de ativos identificadas e descritas na ECT inicialmente foram: física, humana, locacional, dedicada e marca (Williamson, 1985, 1991), às quais, mais tarde, foi incorporada a temporal (Williamson, 1991, Masten, Meehan & Snyder, 1991). Ademais, especificamente na prestação de serviços, ao invés da conceituação de ativo físico e humano, há a adoção da especificidade processual, por englobar processos de negócio e especificidade humana conjuntamente (Zaherr & Venkatraman, 1995). Zylbersztajn (2005) explica que ao incorrer em maior demanda de investimentos específicos, o grau de incerteza tem maior relevância, pois as partes na transação não são facilmente substituíveis, e há impactos associados a maior perda em caso de ações oportunistas (Farina, 1999, Saes, 2009), as quais podem ser minimizadas ao se estabelecer salvaguardas para as transações (Zaherr & Venkatraman, 1995, Lyons, 1994, Zylbersztajn, 2005).

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa leva em consideração as orientações teóricas para revisões de literatura, assim como para análise de conteúdo. A pesquisa se desenvolve sob a abordagem qualitativa. Assim são combinados elementos de revisão de literatura e de análise de conteúdo. A revisão de literatura e a análise de conteúdo são complementares, pois a análise de conteúdo representa uma parte de uma

revisão da literatura, mas enfoca principalmente o conteúdo semântico da mensagem (Cooper & Schinder, 2003, Denzin & Lincoln, 2006).

3.1 REVISÃO DA LITERATURA E ANÁLISE DE CONTEÚDO - ASPECTOS FORMAIS

A revisão de literatura sintetiza o estado da arte de um campo de estudo. Neste sentido, a síntese da literatura concentra propósitos variados, tais como integrar percepções de estudos que outros desenvolveram, criticar trabalhos anteriores, estabelecer conectividade entre diferentes áreas temáticas relacionadas, identificar problemas centrais em um campo de estudo, ou enfocar mais de um destes elementos ou todos em conjunto (Vieira, 2004). Neste sentido, uma revisão da literatura precisa apresentar elementos tais como, selecionar: questão de pesquisa; banco de dados bibliográfico, termos de pesquisa, recorte de pesquisa (enfoque), enfoque metodológico consistente, tema em estudo, sintetizar resultados; e produzir revisão descritiva. (Creswell, 2007).

A análise de conteúdo é muito mais do que apenas analisar o conteúdo de uma comunicação, ela se desenvolve sob categorias de análise (analisa a comunicação estabelecida, utiliza procedimentos sistemáticos guiados por regras, para proceder análise de acordo com a teoria, com o objetivo de estabelecer conclusões dos textos analisados (Dallagnelo & Silva, 2004). Para tanto, uma análise de conteúdo qualitativa e sistemática prevê: seleção de material; análise descritiva; definição de categorias; e avaliação de material. Deste modo, esta pesquisa pode ser considerada uma revisão da literatura, assim como uma análise de conteúdo.

3.2 MATERIAIS, MÉTODOS E CONJUNTO DE DADOS

No enfoque desta pesquisa, o tamanho da amostra é considerado um problema secundário, pois a intenção não é listar todos os estudos existentes vinculados à prestação de serviços em ECT, o foco está em textos de alta qualidade. Por isso, o processo de busca selecionou textos completos em bases de artigos científicos: *"Elsevier", "Emerald", "JSTOR", "GALE", "ProQuest", "Sage", "ScienceDirect", "Springer, Wiley", "World Scientific"*.

Para a busca, as seguintes expressões foram usadas em diferentes combinações: *"asset specificity", "bounded rationality", "governance structure", "Information asymmetry", "measurement costs", "proprietary", "new institutional economics", "opportunistic behavior", "transaction costs", "TCE"*, com foco em revistas publicadas em língua inglesa. A seleção de textos incluiu revisões de literatura, as quais continham contribuições sobre a ECT.

Foi estabelecido que os textos deveriam conter em suas referências pelo menos um dos autores: "Barzel", "Coase", "North" ou "Williamson". Neste momento da pesquisa foram encontrados 256 estudos. Em seguida foi estabelecido que as revistas resultantes da seleção deveriam possuir *Journal Citation Reports (JCR),* resultando em 52 estudos.

3.3 CATEGORIAS DE ANÁLISE

Ao conjunto de textos selecionados foi aplicada a análise de conteúdo, com foco nas atividades vinculadas com a prestação de serviços. Para isso, procedeu-se a análise dos textos observando a classificação setorial de cada um, conforme a definição utilizada pela BM&FBovespa. Para a análise prévia dos textos foram objeto de estudo: resumo, introdução e conclusão. Estes elementos foram analisados seguindo quatro categorias abrangentes (Müller & Aust, 2011). Para cada categoria foi estabelecido um questionamento de análise: a saber: **Análise macro (**apresenta a análise macro da prestação de serviços?); **Limitações (**indica limitações decorrentes da ECT na prestação de serviços?); **Soluções** (apresenta soluções para as limitações identificadas em prestação de serviços?); e **Lucros** (destaca benefícios decorrentes da prestação de serviços?).

Portanto, a partir da pesquisa qualitativa buscou-se combinar elementos da revisão de literatura e da análise de conteúdo, pois a análise de conteúdo representa uma parcela da revisão da literatura, ou seja a seção 2 tratou especificamente da revisão de literatura em ECT enfocando aspectos amplos da teoria, enquanto que a seção 4 apresenta os achados da pesquisa (análise de conteúdo), os quais estão alinhados aos objetivos, às questões de pesquisa e ao objeto de pesquisa selecionado.

Para responder ao questionamento 'Como se encontra o estado atual de investigação sobre a ECT na prestação de serviços?', foram delineados os seguintes objetos de estudo: classificação setorial de cada empresa objeto de estudo de acordo com a nomenclatura da BM&FBovespa; e as seguintes categorias de análise: 'Análise macro', 'soluções', 'limitações' e 'lucros'. As análises apresentadas na seção 4 foram realizadas sob a ótica da análise de conteúdo, com enfoque nos textos vinculados a ECT, e se desenvolveram utilizando como objeto de estudo empírico a prestação de serviços, e as categorias descritas na seção 3.

4. ANÁLISE DE DADOS

Com a pesquisa identificou-se que dos 52 textos selecionados, 62% estudaram transações com enfoque em prestação de serviços, distribuídos em 15 segmentos/ setores (tabela 1). Vários estudos

estavam vinculados com empresas que não eram do segmento de prestação de serviços, mas que prestavam/ recebiam alguma atividade em prestação de serviços.

%	Segmento/ Setor
2%	Bens Industriais/ Serviços Diversos, Consumo Cíclico/ Comércio/ Comércio Eletrônico, Consumo Cíclico/ Construção Civil, Materiais Básicos/ Químicos/ Fertilizantes e Defensivos, Tecnologia da Informação/ Computadores e Equipamentos, Telecomunicações/ Telecomunicações
4%	Consumo Cíclico/ Automóveis e Motocicletas, Materiais Básicos/ Madeira e Papel
6%	Consumo Não Cíclico/ Carne e Derivados, Financeiro e Outros/ Serviços Financeiros Diversos, Utilidade Pública/ Energia Elétrica
12%	Bens Industriais/ Transporte, Saúde/ Serviços Médico-Hospitalares, Análises e Diagnósticos
16%	Consumo Não Cíclico/ Agropecuária
20%	Tecnologia da Informação/ Programas e Serviços

Tabela 1: Percentual de estudos desenvolvidos com enfoque em prestação de serviços

A tabela 1 apresenta os estudos com enfoque na prestação de serviços vinculados a setores/ segmentos variados, com destaque à: Consumo Não Cíclico/ Agropecuária (16%), e Tecnologia da Informação/ Programas e Serviços (20%). Considera-se que esta observação denota o estado de investigação de estudos sobre ECT, com enfoque na prestação de serviços, principalmente porque os textos selecionados nas bases de dados, objeto de análise, datam de 1995 a 2016, sendo que os textos de 2010 a 2016 representam 60% dos estudos selecionados. Destaca-se, também, que, dos 46 setores/ segmentos utilizados pela BM&FBovespa 32% foram identificados com aplicação de estudos com foco na prestação de serviços.

Ainda em relação aos estudos, constatou-se que 38% tem abordagem de pesquisa qualitativa e quantitativa, 15% são quantitativos e os demais são qualitativos. Enquanto no contexto nacional as pesquisas vinculadas à ECT são praticamente todas desenvolvidas sob a abordagem qualitativa. Observação que levou a explorar as técnicas de pesquisa aplicadas aos textos, tabela 2.

8%	Estudo Multicaso, Análise de conteúdo
10%	Revisão Sistemática, Estudo de Caso
16%	Pesquisa Documental
18%	Equação Estrutural
33%	Entrevista
42%	Análise Multivariada
43%	Questionário

Tabela 2: Frequência das técnicas de pesquisa aplicadas aos estudos

Dentre as categorias abrangentes objeto de análise, buscou-se identificar um dos seguintes elementos: macroanálise, lucros, limitações e soluções. A partir das categorias foi possível proceder a seguinte análise: i - nenhum dos termos identificados; ii- Apenas macroanálise; iii - Macroanálise e soluções; iv - Macroanálise e limitações; v - Macroanálise, limitações e soluções; vi - Macroanálise, lucros, limitações e soluções.

Dentre os resultados identificados, considera-se que a classificação i (nenhum dos termos identificados) (20%), pode representar uma oportunidade de melhoria ao desenvolvimento dos textos em ECT com foco em prestação de serviços, principalmente no que se refere aos estudos qualitativos. Isto porque a falta de informações, desse tipo, pode resultar em impactos negativos na análise realizada, as quais podem ser complementares e influenciar na análise. No que se refere as categorizações ii, iii, iv (Apenas macroanálise; Macroanálise e soluções; Macroanálise e limitações) (38%, 15%, e 14%, respectivamente), denota-se a possibilidade de melhoria aos estudos publicados vinculados ao objeto de estudo, pois estes são elementos que poderiam contribuir para melhor compreender: o objeto de análise, a extensão dos estudos, a possibilidade de identificar novas oportunidades de pesquisa, e de aprofundar ou ampliar a área em estudo. Outro ponto alinhado a estas observações é o fato de que apenas 7% dos textos se classificaram na subcategoria v (Macroanálise, limitações e soluções).

Um resultado não esperado foi o fato de que somente 6% dos textos foram classificados na subcategoria vi (Macroanálise, lucros, limitações e soluções), pois nestes estudos houve indicação dos benefícios alcançados para as organizações objeto de estudo, e nos demais não.

Por fim, em relação às subcategorias, destaca-se que de modo individual a 'macroanálise' foi objeto de análise em 80% dos textos, enquanto que 'soluções' e 'limitações' em 28% e 27% respectivamente.

4.1 IMPLICAÇÕES DA ECT NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Nesta etapa foram desconsiderados os textos classificados como: 'As declarações da ECT não oferecem suporte às declarações do estudo'; 'O estudo não pretende verificar a ECT'; ou 'Sim, mas a ECT não é capaz de explicar todos os efeitos do estudo sozinha', ou seja dos textos em prestação de serviços vinculados a ECT, 24% são objeto de análise nesta seção.

Observou-se que sob a ótica de serviços há uso do termo parceiro de projeto, o qual se aplica aos itens considerados essenciais ao produto/ serviço desenvolvido (Bernardes & Pinho, 2002). Isto porque selecionado o parceiro e iniciado o desenvolvimento do projeto existe a dificuldade de substituição de

uma das partes em função de compromissos assumidos via contrato e por aspectos técnicos que impossibilitam a mudança (Marini & Street, 2007, Gorla & Somers, 2014). Outro ponto em destaque é o fato de que atrasos e custos de substituição de uma das partes, geram impactos negativos em termos de alteração na performance, na especificação de qualidade e mudanças nas condições financeiras projetadas (Bernardes & Pinho, 2002, Aron, Bandyopadhyay, Jayanty, & Pathak, 2008, Cruz, Haugan & Rincon, 2014). Observou-se menção ao entendimento de que a incompletude contratual tem vínculo com a impossibilidade de medir dimensões do serviço contratado, tanto em função da subjetividade, quanto aos elementos de qualidade vinculados à transação (Bos & Fraja, 2002; Temin & Maxwell, 2003, Marini & Street, 2007, Aron, Bandyopadhyay, Jayanty & Pathak, 2008, Tita, D'haese, Degrande, Tchoundjeu, & Damme, 2011, Gorla & Somers, 2014).

No que se refere aos pressupostos comportamentais foram identificados problemas de oportunismo e de racionalidade limitada nos seguintes momentos: na contratação de serviços - fase pré-contratual (complexidade contratual); na realização do contrato - mudanças de cenário contratual; ao contratado restringir a qualidade do produto, ou devido ao serviço entregue não prever em sua totalidade o que foi contratado (incompletude contratual) (Devaraj, Fan & Kohli, 2005, Sorrell, 2007, Lonsdale & Watson, 2007, Aggarwal & Walden, 2009, Durakoglu, 2011). Por outro lado, na fase pós-contratual os fatores que mantêm o contratante na transação, podem ser determinantes à eficiência na transação, como por exemplo: existência de ativos específicos, custo envolvido para a busca e troca de um novo contratado (Devaraj, Fan & Kohli, 2005, Langniss & Praetorius, 2006, Goo, Kishore, Nam, Rao, & Song, 2007, Lonsdale & Watson, 2007, Rabinovich, Knemeyer & Mayer 2007, Rosenbaum, 2013, Vega & Keenan, 2014, Cruz, Haugan & Rincon, 2014).

Com relação aos atributos da transação, considera-se que a incerteza pode ser minimizada pela disponibilidade de informações, a qual favorece a integração dos envolvidos com o produto ou serviço (contratado e contratante) e o fluxo de trabalho. Por isso, a incerteza é relacional e envolve a atitude das partes no decorrer da transação (Ratnasingham, 1999, Goo, Kishore, Nam, Rao, & Song, 2007, Rabinovich, Knemeyer & Mayer, 2007, Cheng, Lee & Shomali, 2012, Durugbo & Erkoyuncu, 2014, Tserng, Ho, Chou & Lin, 2014).

Um contexto de incerteza permeado de informações incompletas, afeta os envolvidos na transação, e aumenta os custos da transação, por demandar ações pós-contratuais corretivas, a fim de se obter planos de ação menos subjetivos em especial quando envolve a criação e a circulação de conhecimento. Por isso, um contrato dinâmico possibilita flexibilizar transações ao incorporar a ele

informações atualizadas prevendo demandas do contratante (Snail & Robinson, 1998, Ratnasingham, 1999, Alvarez-Suescun, 2010, Cheng, Lee & Shomali, 2012, Aubert & Rivard, 2016, Huo, Ye & Zhao, 2016).

Houve estudos que analisaram a incerteza vinculada à estrutura de governança e identificaram que terceirizar atividades eleva os custos de transação, pois este tipo de negociação exige a formação de alianças. Por isso, há menção ao fato de que frente a um ambiente institucional em que o direito de propriedade é protegido, existe a prioridade pela estrutura de governança híbrida ou contratual, via contrato formal (Kertzman, Janssen & Ruster, 2003, Barthélemy & Geyer, 2005, Aggarwal & Walden, 2009, Ellis, Henry & Shockley, 2010, Vega & Keenan, 2014, Grau, Hockmann & Levkovych, 2015).

Nos estudos foram mencionados elementos de especificidade de ativo, em especial ao elemento humano, devido ao fato de que muitos tipos de serviços envolvem a transferência de conhecimento. Deste modo, extrapolam a ótica de contratos jurídicos e envolvem o conhecimento efetivo da transação que está sendo contratada, bem como aspectos de qualidade (adequação ao uso, conformidade e especificação do produto ou serviço). Por isso, em muitos casos, quando o produto ou serviço que está sendo oferecido se configura como não adequado, formas de medidas (indicadores) se fazem necessárias, e para isso há demanda de componentes básicos para se proceder a avaliação (elemento, fator e medida) (Snail & Robinson, 1998, Aubert, Rivard & Patry, 1996, Mburu, Birner & Zeller, 2003, Coggan, Whitten & Bennett, 2010, Alvarez-Suescun, 2010, Malatesta & Smith, 2014, Tserng, Ho, Chou & Lin, 2014, Aubert & Rivard, 2016).

Aubert & Rivard (2016) alertam quanto ao cuidado que pesquisadores devem ter ao aplicar teorias em campos diferenciados de estudos (empírico), pois é preciso certeza de que a teoria selecionada, será respeitada em sua verdadeira natureza e em termos da natureza do fenômeno que estuda, antes de haver alegações de que determinada teoria (ECT) não explica um determinado fenômeno de interesse. Neste caso em específico, Aubert & Rivard (2016), sugerem se certificar quanto à existência de fidelidade, quanto aos pressupostos conceituais e contextuais da teoria selecionada como objeto de estudo. Além disso, alertam que escolhas de medidas devem ser cuidadosamente conduzidas, pois em muitos casos, abordagens longitudinais fornecem prescrições mais concretas.

Com a pesquisa identificou-se também que Langniss & Praetorius (2006) explicam que a ECT pode ter comportamento específico frente a contratos de longo prazo. Neste caso, em específico, os autores salientam que não é necessário verificar a estrutura de governança prevalecente, bem como se a

duração da transação justifica investimentos em ativos específicos por se configurar como investimentos que acontecem ao longo da duração da transação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Economia dos Custos de Transação (ECT), um dos aspectos a ser considerado em uma transação refere-se à transferência de bens, serviços ou direitos de propriedade, a fim de se obter a economia dos custos de transação e o alinhamento com as estruturas de governança.

O estudo da ECT com foco na prestação de serviços, se configura como um diferencial de pesquisa. Isto porque apesar da importância crescente a prestação de serviços apresenta variabilidade de aplicações (consumo final, consumo intermediário; de capital; intensivas em trabalho). Tal variabilidade gera a possibilidade de a prestação de serviços estar vinculada com segmentos/ setores distintos e incorporar uma variedade de atividades, o que dificulta o desenvolvimento de pesquisas que auxiliem no melhor entendimento e desenvolvimento da atividade, por haver dificuldade de identificar uma teoria que se molde a variabilidade vinculada à prestação de serviços.

Esta pesquisa se configura como viável, tendo em vista que a ECT se molda a diversos contextos de estudos. Deste modo, o objetivo desta pesquisa visou analisar o estado mais recente de estudos vinculados à Economia dos Custos de Transação com enfoque na prestação de serviços, com foco em três questionamentos: Qual é o estado atual de investigação sobre a ECT na prestação de serviços?; Qual é o estado atual da operacionalização de ECT na prestação de serviços?; Existem implicações da ECT na prestação de serviços?

A partir do objetivo e dos questionamentos de pesquisa o estudo se desenvolveu a partir de revisões de literatura, e análise de conteúdo, com abordagem qualitativa, sendo estabelecido que os textos objeto de análise seriam oriundos de uma das seguintes bases de dados de artigos científicos: *"Elsevier", "Emerald", "JSTOR", "GALE", "ProQuest", "Sage", "ScienceDirect", "Springer, Wiley", "World Scientific"*. Além disso, para a busca dos textos junto as bases foram utilizadas diferentes combinações de termos, a partir das seguintes expressões: *"asset specificity", "bounded rationality", "governance structure", "Information asymmetry", "measurement costs", "proprietary", "new institutional economics", "opportunistic behavior", "transaction costs", "TCE"*, com foco em revistas publicadas em língua inglesa. A seleção de textos incluiu revisões de literatura, as quais continham contribuições sobre ECT. Como filtro, foi estabelecido que os estudos selecionados estivessem referenciando um dos

autores: "Barzel", "Coase", "North" ou "Williamson". Além disso, outro filtro estabelecido foi que os periódicos objeto de análise tivessem *Journal Citation Reports (JCR)*, resultando em 52 textos.

No que se refere ao 'estado atual de investigação sobre a ECT na prestação de serviços', observou-se que:

> a - 20% dos textos estão vinculados ao segmento/ setor de serviços, apesar desta classificação não ser determinante para se estudar a prestação de serviços, pois conforme Clark (1957) a prestação de serviço está disseminada em: consumo final, consumo intermediário; utilização de capital; e intensivas em trabalho;
>
> b - apesar dos textos datarem de 1995 a 2016, a partir de 2000, passou a se observar pesquisas com aplicação de equação estrutural e análise multivariada (18% e 42%, respectivamente), sinalizando uma tendência de pesquisas quantitativas em ECT.

Frente aos resultados encontrados pode-se afirmar que o objetivo da pesquisa foi atingido, e os resultados da pesquisa conduzem a conclusão de que a ECT apresenta resultados favoráveis junto a prestação de serviços, tanto no âmbito teórico, quanto no empírico, e se mostra aplicável em estudos que vem sendo desenvolvidos a mais de 3 décadas no contexto internacional, apesar de ser pouco explorada no contexto nacional. Além disso, os estudos objeto de análise, possibilitam afirmar que a ECT fornece informações aos tomadores de decisão devido a possibilidade de diversas aplicações, neste sentido, os resultados denotam impacto quanto a aplicação da ECT em decisões operacionais, as quais são independentes da atividade executada, fato que está alinhado com a definição de prestação de serviço.

Dentre as limitações desta pesquisa é preciso considerar as seguintes: (a) esta pesquisa não considerou toda a literatura existente, por isso se limitou a analisar textos dentro do recorte estabelecido conforme seção 3. Neste sentido, novas pesquisas podem ser desenvolvidas se considerado novos recortes ou bases; (b) outra limitação se refere ao entendimento da prestação serviço adotada para esta pesquisa, a qual está alinhada à percepção de Clark (1957), pois ela é uma definição ampla e abrange expressões variadas. Assim, novas pesquisas podem ser realizadas utilizando-se de outras percepções teóricas acerca de prestação de serviços; (c) outro ponto referente a limitação desta pesquisa é o fato de não haver considerações, por exemplo, sobre cadeia produtiva, fato que pode implicar em novos estudos inclusive com enfoque na prestação de serviços.

Ademais, existe a possibilidade de novas pesquisas vinculadas com a ECT especificamente em prestação de serviços, a fim de buscar parâmetros alinhados à modelagem da teoria ao segmento/ setor selecionado como objeto de análise.

REFERÊNCIAS

Aggarwal, N., Walden, E. A. (2009). Intellectual Property Bundle (IPB) theory: Managing transaction costs in technology development through network governance. Decision Support Systems, 48, p. 23-32.

Alvarez-Suescun, E. (2010). Combining transaction cost and resource-based insights to explain IT implementation outsourcing. Inf Syst Front, 12, p. 631- 645.

Aron, R., Bandyopadhyay, S., Jayanty, S., Pathak, P. (2008). Monitoring process quality in off-shore outsourcing: A model and findings from multi-country survey. Journal of Operations Management, 26, p. 303 - 321.

Aubert, B. A., Rivard, S. (2016). A Commentary on: ‘‘The role of transaction cost economics in information technology outsourcing research: A meta-analysis of the choice of contract type”. Journal of Strategic Information Systems, 25, p. 64 - 67.

Aubert, B. A., Rivard S., Patry, M. (1996). A transaction cost approach to outsourcing behavior: Some empirical evidence. Information& Management, 30, p. 51-64.

Balestrin, A., Arbage, A. P. (2007). A perspectiva dos custos de transação na formação de redes de cooperação. RAE - eletrônica, 6(1), Jan/Jun.

Barthélemy, J., Geyer, D. (2005). An empirical investigation of IT outsourcing versus quasi-outsourcing in France and Germany. Information & Management, 42, p. 533 - 542.

Bernardes, R., Pinho, M. (2002). Aglomeração e aprendizagem na rede de fornecedores locais da Embraer. Rede de Pesquisa em sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Bos, D., Fraja, G. De. (2002). Quality and outside capacity in the provision of health services. Journal of Public Economics, v. 84, p. 199-218.

Cao, Z., Lumineau, F. (2015). Revisiting the interplay between contractual and relational governance: A qualitative and meta-analytic investigation. Journal of Operations Management, 33(34), p. 15 - 42.

Cheng, K. Lee, Z., Shomali, H. (2012). Airline firm boundary and ticket distribution in electronic markets. Int. J. Production Economics, 137, p. 137 - 144.

Clark, G. L. (1984). A Theory of Local Autonomy. Annals of the Association of American Geographers, 74(2), p. 195 - 208.

Clark, C. (1940 e 1957) The conditions of economic progress. London: MacMillan Co. Ltd. Diponível em: https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.223779. Acesso em 18/12/2018.

Coggan, A., Whitten, S. M., Bennett J. (2010). Influences of transaction costs in environmental policy. Ecological Economics, 69, p. 1777 - 1784.

Cooper. D. R, Schinder, P. S. (2003). Métodos de Pesquisa em Administração. Porto Alegre: Bookman.

Creswell, J.W. (2007). Projeto de pesquisa: métodos qualitativo e misto. Porto Alegre: Bookman.

Cruz, A. M., Haugan, G. L., Rincon, A.M.R. (2014). The effects of asset specificity on maintenance financial performance: An empirical application of Transaction Cost Theory to the medical device maintenance field. European Journal of Operational Research, 237, p. 1037 – 1053.

Denzin, N. K.; Lincoln, Y. S. (2006) Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: Denzin, N. K.; Lincoln, Y. S. (Orgs). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed.

Devaraj, S., Fan, M., Kohli, R. (2005). Examination of online channel preference: Using the structure-conduct-outcome framework. Decision Support Systems, 42, p. 1089 – 1103.

Durakoglu, S. M. (2011). Political institutions of electricity regulation: The case of Turkey. Energy Policy, 39, p. 5578 - 5587, 2011.

Durugbo, C., Erkoyuncu, J. A. (2014). Managing Integrated Information Flow for Industrial Service Partnerships: A Case Study of Aerospace Firms. Procedia CIRP, 16, p. 338-343, 2014.

Ellis, S. C., Henry, R. M., Shockley, J. (2010). Buyer perceptions of supply disruption risk: A behavioral view and empirical assessment. Journal of Operations Management, 28(347), p. 34 - 46, 2010.

Farina, E. (1999). M.M.Q. Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais: um ensaio conceitual. Gest. Prod. [online], 6(3), p.147-161.

Fisher, I. (1933). The Debt-Deflation Theory of Great Depressions. Econometrica, 1(4), p. 337 – 357.

Ghertman, M., Quélin, B. (1995). Regulation and transaction costs in telecommunications. Telecommunications Policy, 19(6), p. 487 – 500.

Goo, J., Kishore, R., Nam, K., Rao, H. R., Song, Y. (2007). An investigation of factors that influence the duration of IT outsourcing relationships. Decision Support Systems, 42, p. 2107 – 2125.

Gorla, N., Somers, T. M. (2014). The impact of IT outsourcing on information systems success. Information & Management, 51, p. 320 – 335.

Grau, A., Hockmann, H., Levkovych, I. (2015). Dairy cooperatives at the crossroads. British Food Journal, 117(10), p. 2515 - 2531.

Harris, R., Brown S., Holt, R., Perkins, E. (2014). Do institutional logics predict interpretation of contract rules at the dental chair-side? Social Science & Medicine, 122, p. 81- 89.

Hölmstrom, B. (1979). Moral hazard and observability. The Bell Journal of Economics, 10, p. 74-91.

Hsieh, C., Huang, H., Lee, W. (2016). Using transaction cost economics to explain open innovation in start-ups. Management Decision, 54(9), p.2133 – 2156.

Huo, B., Ye, Y., Zhao, X. (2016). The impacts of trust and contracts on opportunism in the 3PL industry: The moderating role of demand uncertainty. Int. J. Production Economics, 170, p. 160 – 170.

Jha, S., Bag, D. (2019). The service sector: migration, technology and productivity. International Journal of Sociology and Social Policy, 39(1), p.2 – 21.

Kertzman, E., Janssen, R., Ruster, M. (2003). E-business in health care: does it contribute to strengthen consumer interest? Health Policy, 64, p. 63 - 73.

Kirmani, A., Rao, A. R. (2000) No Pain, No Gain: A Critical Review of the Literature on Signaling Unobservable Product Quality. Journal of Marketing, 64, p. 66-79.

Klein, B., Crawford, R., Alchian, A. (1978) Vertical integration, appropriable rents, and the competitive contracting process. The Journal of Law and Economics, 21(2), p. 297-326.

Kon, A. (1999). Sobre as atividades de serviço: revendo conceitos e tipologias. Revista de Economia Política, 19(2), abr. - jun., 64 – 83.

Langniss, O., Praetorius, B. (2006). How much market do market-based instruments create? An analysis for the case of ‘‘white’’ certificates. Energy Policy, 34, p. 200 – 211.

Lonsdale C., Watson G. (2007). Managing contracts under the UK's Private Finance Initiative: evidence from the National Health Service. Policy & Politics, 35(4), p. 683-700.

Lyons, B. R. (1994). Contracts and specific investment: an empirical test of transaction of theory. Journal of Economics & Management Strategy, 3(2), p. 257-278.

Malatesta, D., Smith, C. (2014). Designing contracts for complex services. Public Administration, 92(3), p.531-548.

Marini, G., Street, A. (2007). A transaction costs analysis of changing contractual relations in the English NHS. Health Policy, 83, p. 17 - 26.

Masten, S. E., Meehan Junior, J. W., Snyder, E. A. (1991). The Costs of Organization. Journal of Law, Economics, & Organization, 7(1), p. 1-25.

Mburu, J., Birner, R., Zeller, M. (2003). Relative importance and determinants of landowners' transaction costs in collaborative wildlife management in Kenya: an empirical analysis. Ecological Economics, 45, p. 59 – 73.

Montgomery, C. A. (2013). Institutional environments and arrangements for managing complex aquatic ecosystems in forested landscapes. Forest Policy and Economics, 35, p. 50 - 56.

Müller, M., Aust, H. (2011). Transaction costs detailed: single-industry studies and operationalization. Industrial Management & Data Systems, 111 (8), p. 1287 - 1331.

Pohlmann, M. C., Aguiar, A. B., Bertolucci, A., Martins, E. (2004). Impacto da especificidade de ativos nos custos de transação, na estrutura de capital e no valor da empresa. Revista Contabilidade & Finanças, Edição Especial, 30, Jun., p. 24 – 40.

Rabinovich, E., Knemeyer, A. M., Mayer, C. M. (2007). Why do Internet commerce firms incorporate logistics service providers in their distribution channels? The role of transaction costs and network strength. Journal of Operations Management, 25, p. 661 – 681.

Ratnasingham, P. (1999). Risks in Low Trust Among Trading Partners in Electronic Commerce. Computers & Security, 18, p. 587 - 592.

Rosenbaum, S. (2013). Design of contracts between knowledge-intensive service firms in comparative property right settings. Journal of Services Marketing, 27, p. 416-428.

Saes, M. S. M. (2009). Como adquirir vantagens competitivas sustentáveis: quatro abordagens teóricas. In: Saes, M. S. M. Estratégias de diferenciação e apropriação de quase-renda na agricultura: a produção de pequena escala. São Paulo: Annablume, Fapesp.

Signorini, G., Ross, R. B., Peterson H. C. (2015). Governance strategies and transaction costs in a renovated electricity market. Energy Economics, v.52, p. 151-159.

Snail, T. S., Robinson, J. C. (1998). Organizational diversification in the American hospital. Rev. Public Health, 19, p. 417 - 53.

Sorrell, S. (2007). The economics of energy service contracts. Energy Policy, 35, p. 507-521.

Temin, P., Maxwell, J. (2003). Corporate contracting for health care. Journal of Economic Behavior & Organization, 52, p. 403-420.

Tita, D. F., D'haese, M., Degrande, A., Tchoundjeu, Z., Damme, P. V. (2011). Farmers' satisfaction with group market arrangements as a measure of group market performance: A transaction cost analysis of Non-Timber Forest Products' producer groups in Cameroon. Forest Policy and Economics, 13, p. 545 - 553.

Tserng, H. P., Ho, S., Chou, J., Lin, C. (2014). Proactive measures of governmental debt guarantee to facilitate public-private partnerships project. Journal of Civil Engineering and Management, v. 20, n. 4, p. 548 - 560.

Vega, D. C., Keenan, R. J. (2014). Transaction cost theory of the firm and community forestry enterprises. Forest Policy and Economics, 42, p.1 - 7.

Vieira, M. M. F. (2004). Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. IN: VIEIRA, M. M.; ZOUAIN, D. M. (Orgs). Pesquisa qualitativa em administração: Teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV.

Williamson, O. E. (1991). Comparative Economic Organization: The Analysis of Discrete Structural Alternatives. Administrative Science Quarterly, 36(2), p. 269–296.

Williamson, O. E. (1985). The economic institutions of capitalism. New York: Free Press.

Williamson, O. E. (2010). Transaction Cost Economics: The Natural Progression. American Economic Review, 100, jun., p.673–690.

Williamson, O. E. (1979). Transaction-Cost Economics: The Governance of Contractual Relations. Journal of Law and Economics, 22(2), p. 233 - 261.

Zylbersztajn, D. (1995). A estrutura de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da nova economia das instituições. 1995. 238 p. Tese (Livre-Docência) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Zylbersztajn, D. (2005). Papel dos Contratos na Coordenação Agro-Industrial: um olhar além dos mercados. RER, Rio de Janeiro, 43(3), p.385 - 420.

Capítulo 17

10.37423/220706345

A INTERCULTURALIDADE E OS NEGÓCIOS INTERNACIONAIS: UMA REFLEXÃO TEÓRICA

Gislaine Martinelli Baniski — *Universidade Estadual de Ponta Grossa*

Adriana G. Fabrini — *Universidade Estadual de Ponta Grossa*

Cesar Eduardo Abud Limas — *Universidade Estadual de Ponta Grossa*

Resumo: Este trabalho visa refletir sobre a abordagem da interculturalidade nas teorias sobre cultura. Compõe-se de um ensaio teórico envolvendo as interpretações sobre cultura e como a interculturalidade é envolvida nestes estudos. Adotando-se uma pesquisa descritiva teórica, aborda como a interculturalidade tem feito parte da agenda de pesquisas no campo da Administração, discorre-se também sobre as impressões acerca da tendência de investigação científica sobre o tema em bases de dados nacionais e internacionais, analisando-se sobre como a interculturalidade tem sido abordada em alguns estudos, quais as limitações percebidas nas publicações e espaços de investigação que se tem apresentado. Encerra-se com sugestões de estudos futuros e tendências de pesquisas sobre o tema da interculturalidade nas organizações.

Palavras-chave: interculturalidade, cultural organizacional, estudos interculturais, ensaio teórico.

1. INTRODUÇÃO

O entendimento sobre cultura sempre esteve presente quando da necessidade do homem de compreender a inter-relação da sociedade e sua diversidade. À medida que o homem evoluiu, foi substituindo ações instintivas por atos baseados na cultura, o que permitia a adaptação não somente ao meio, mas também ao próprio homem. As diferenças entre os povos passaram a ser mais bem explicadas por fatores culturais do que biológicos. Com a realização de mais estudos, surgiu melhor coerência simbólica sobre o conjunto de práticas (sociais, econômicas, políticas) de uma sociedade ou grupo de indivíduos (CUCHE, 2010; ROCHER, 1999), o que foi melhorando o entendimento do tema.

Embora haja concordância sobre o interesse e importância do tema, o conceito de cultura não vem de uma interpretação uníssona, razão pela qual, estudos teóricos visam descrever tais as trajetórias que a compreensão sobre o tema tem percorrido.

Este artigo visa refletir sobre a inteculturalidade, sua compreensão e evolução, por meio de um ensaio teórico prentende reunir conceitos basilares do tema, trazendo como contribuição proposições para agenda de pesquisa relacionando-a a cultura organizacional e negócios internacionais.

2. REVISÃO TEÓRICA

2.1 COMPREENSÃO HISTÓRICA SOBRE CULTURA E INTERCULTURALIDADE

Como as pessoas vivem sua rotina pode influenciar a conexão das interações sociais e os elementos culturais estão incorporados nas situações materiais e nas estruturas sociais da organização. Crenças adotadas no mundo do trabalho podem interferir nas relações familiares e sociais, miscigenando atitudes e suposições, gerando novas atualizações no campo cultural.

Nem sempre há concordância nas compreensões sobre a conceituação de cultura. Do debate franco-alemão do século XVIII ao século XX podem-se extrair distintas abordagens sobre cultura, uma particularista e a outra universalista, que contribuem na compreensão do conceito de cultura nas ciências sociais contemporâneas. (CUCHE, 2010).

Ainda pode-se entender que, na visão antropológica, a cultura representa um conjunto de símbolos (artefatos, língua, estrutura familiar, etc.) partilhados pelos membros de um grupo de pessoas. Já para a sociologia, a cultura representa um conjunto de significados, apreendidos das descobertas e relacionamentos pessoais vivenciados em grupos de pessoas, que permitem a construção da identidade individual e grupal. Na visão psicoantropológica, a cultura pode ser expressa como o

conjunto de dados resultantes das interações ocorridas durante a história de vida de uma pessoa, que estão implícitos no eu individual por estar registrado na sua memória, os quais determinam seu comportamento. Estes dados podem ser mudados a partir de novas interações que impliquem em registros de novos dados e, consequentemente, em nova percepção da realidade; ou, a partir da tomada de consciência do indivíduo sobre os mesmos, decidindo agir sobre sua realidade e, então, podendo modificá-la (CROZATTI, 1998).

Visando definir o que é cultura, Rocher (1999 p.105) afirma

> é um conjunto de maneiras de pensar, de sentir e de agir mais ou menos formalizadas que, sendo apreendidas e partilhadas por uma pluralidade de pessoas, servem, duma maneira simultaneamente objetiva e simbólica, para organizar essas pessoas numa coletividade particular e distinta.

A cultura não deixa de ser homogeneizadora e esta padronização das condutas apoia-se em sanções repressivas e gratificadoras, por consequência, é produto dum constrangimento, representa muito mais uma obrigação moral pessoal a que cada pessoa obedece do que uma pressão exterior exercida sobre os indivíduos (ROCHER, 1999).

Geertz (2008) defende que o conceito de cultura é semiótico, ou seja, o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumindo a cultura como essas teias. A análise dessas teias deve ser feita por uma ciência interpretativa que busca analiticamente os significados, e não por uma ciência experimental que busca leis.

Também Alvesson (2013), entende que a cultura refere-se ao nível de profundidade, conjuntos de significados parcialmente não conscientes, ideias e simbolismo que podem ser contraditórios e executados em diferentes grupos sociais. Cultura exige, portanto, interpretação e decifração. Não pode ser colocada numa fórmula ou modelo. Normas não são o melhor veículo para entender a cultura

Schein (2004 p.16) define

> a cultura de um grupo pode ser entendida como um padrão de suposições básicas compartilhadas, que foi aprendido por um grupo à medida que solucionava seus problemas de adaptação externa e de integração interna. Esse padrão tem funcionado bem o suficiente para ser considerado válido e, por conseguinte, para ser ensinado aos novos membros como o modo correto de perceber, pensar e sentir-se em relação a esses problemas.

Os grupos irão buscar estabilidade lidando com dois tipos de problema: sobrevivência, crescimento e adaptação ao ambiente; e integração interna e capacidade de adaptar e aprender (SCHEIN, 2004).

Hofstede (1981, p. 23) considera, por meio de um consenso de definições antropológicas, que "a cultura consiste em maneiras padronizadas de pensar, de sentir e de reagir, construída e transmitida por símbolos, que constituem as realizações distintivas dos grupos humanos".

Outro processo que se desenrola no transcorrer da cultura é a aculturação. Conforme Cuche (2010) aculturação é o conjunto de fenômenos que resultam de um contato contínuo e direto entre grupos de indivíduos de culturas diferentes que provam mudanças nos modelos culturais iniciais de um dos dois grupos. A aculturação é diferente de mudança cultural e tem a assimilação como sua última fase, caracterizando-se como o desparecimento tal de uma cultura de origem.

Com o Memorando da Aculturação demonstrou-se as culturas diferentes provocando mudanças culturais nos padrões existentes. A aculturação passa então a ser vista como um conjunto de fenômenos que resultam do contato contínuo e direto entre grupos diferentes provocando mudanças nos padrões de um dos grupos (CUCHE, 2010 p.115).

A interculturalidade não obteve foco de análise desde o começo das pesquisas sobre cultura e nem sempre sua compreensão era desejada. Cuche (2010) afirma que poucos trabalhos estudaram processo de mudança cultural ligados a contatos culturais, principalmente devido à superstição do primitivo, um mito de que era importante estudar as culturas primitivas, consideradas puras, por isto a mestiçagem entre as culturas não era vista com bons olhos. Durkheim considerava que dois sistemas sociais e culturais são diferentes e que não podia haver interpenetração entre eles, conforme Cuche (2010 p. 113).

Após um tempo a aculturação passou a ser então vista como uma evolução natural da cultura e perdeu um pouco de sua interpretação pejorativa.

Ter o pensamento voltado para a interculturalidade não é muito natural para o indivíduo. A dificuldade em se pensar sobre a diversidade já era resquício do pensamento iluminista que defendia a unidade do homem. Os entrecruzamentos culturais foram sendo estudados e melhor compreendidos com estudos realizados por Melville J. Herskovits e Roger Bastide, Georges Balandiers; no Brasil Roger Bastide estudava a cultura afro-brasileira (CUCHE, 2010). Foi com o Memorando para Estudo da Aculturação que os contatos culturais foram organizados em forma de instrumentos teóricos e uma tipologia foi elaborada, as mudanças culturais foram vistas como processo complexo e não resultado de um contato isolado.

A interculturalidade também obteve atenção na aparição do culturalismo junto a sociólogos americanos – Escola de Chicago – que estudavam as relações inter-étnicas, a imigração e sua influência na sociedade. Obtém-se destaque o estudo das comunidades urbanas e muitos autores passaram a estudar a diversidade americana e a importância das "subculturas", tanto de classes sociais quanto de grupos étnicos, assim como as contraculturas (hippies por exemplo).

Na compreensão dos processos de socialização, que colocam a sociedade como total primazia sobre o indivíduo, como em Parsons, ou que nunca encerraram sua influência no individuo, como em Berber e Luckmann, percebe-se a interculturalidade alterando a socialização anterior de um indivíduo, como em Schnapper e o estudo de imigrantes alemães na França (CUCHE, 2010).

Na visão interacionista a interculturalidade recebe um olhar mais "natural", subculturas são julgadas inapropriadas e a "cultura global" é destacada.

Em Rocher (1999 p.17) pode-se ver a interculturalidade nas defesas de que "todo estudo social deve ser realizado não só na relação entre duas pessoas, mas na interação resultante desta relação". Rocher (1999) resgata Piaget que defende que o tecido fundamental e elementar da sociedade é composto pela multiplicidade das interações de sujeitos humanos, multiplicidade que lhe confere simultaneamente existência e vida.

A adaptação a um ambiente social exerce influência a ponto de extrairmos dele, pelo menos em parte, a nossa identidade psíquica e social. E esta adaptação concerne à personalidade em profundidade, pois produz-se simultaneamente ao nível biológico ou psicomotor, afetivo e mental. Numa sociedade complexa, a família pertence a um grupo racial, étnico, cultural, ou a um grupo minoritário que pode ser mais ou menos favorecido. A influência deste fator na psicologia de um indivíduo e a maneira como ele aprende a identificar-se com as normas, com constrangimentos e com limites que regem a conduta dos membros do seu grupo, foram destacadas numa série de estudos americanos sobre a educação das crianças e jovens Negros (Rocher, 1999).

Assim, na literatura que abrange a cultura social, a interculturalidade foi mais associada a processos de aculturação e trocais culturais ligadas principalmente à imigração e à miscigenação da sociedade. A evolução foi transcorrendo e este processo foi encarado com mais naturalidade e os entrecruzamentos motivaram mais atenção de estudiosos sociais.

2.2 CULTURA ORGANIZACIONAL E NEGÓCIOS INTERNACIONAIS

Embora a cultura esteja expressa em todos os momentos da vida social do indivíduo, no mundo do trabalho ele percebe e adota comportamentos culturais específicos. É influenciado por um contingente de pressupostos tão envolvente que acaba por mudar todo seu conjunto atitudinal e a forma como ele responde à sociedade. Assim, configura-se numa grande importância a compreensão da cultura sendo expressa nos muros empresariais, nas paredes de fábricas e nas rotinas de trabalho das organizações.

A dimensão cultural é central em todos os aspectos da vida organizacional. O "como" as pessoas numa companhia pensam, sentem, valorizam e agem é guiado pelas ideias, significados e crenças de natureza cultural, socialmente compartilhadas (ALVESSON, 2013).

Visando conceituar cultura organizacional, Alvesson (2013), concorda com Frost et al. (1985, p.17) sobre a definição de cultura organizacional

> Falar sobre cultura organizacional parece que significa falar sobre a importância para as pessoas de simbolismo - de rituais, mitos, histórias e lendas - e sobre a interpretação dos acontecimentos, ideias e experiências que são influenciados e moldados pelos grupos dentro do qual eles vivem.

Inclui valores e pressupostos sobre a realidade social, sendo os valores menos úteis que significados e símbolos.

Por muito tempo o interesse no estudo da cultura organizacional era ligado à compreensão e ao interesse de imitar as culturas fortes ou bem sucedidas. Com o tempo as fontes de sucesso tradicionais foram importando menos, a cultura foi sendo percebida como um meio de compreender a vida organizacional. Mas para que esta compreensão se sedimente é importante encorajar a crítica a vários elementos tidos como certos nos valores, crenças e pressupostos das organizações. Os aspectos culturais estão relacionados à história e tradição da empresa, são profundos e difíceis de entender e explicar; são primariamente intangíveis, são holísticos e coletivos, intersubjetivos e emocionais (ALVESSON, 2013).

Cultura não deveria ser vista como a imagem final a ser usada quando organizações estão sendo conceitualizadas, a palavra cultura tem um sentido metafórico, como uma seleção de significados e valores compartilhados por um grupo de pessoas, por exemplo (ALVESSON, 2013). Uma metáfora pode ser tangenciada por outro modificador e formar uma nova metáfora. A compreensão da cultura como metáfora tem recebido pouca atenção da literatura. Entender organizações como culturas é

potencialmente produtivo, é preciso complementar a visão excessivamente instrumental da cultura, citando os problemas que isto pode causar, como o fato de estudos desconsiderarem aspectos importantes como individualismo, conformidade, consumismo, dentre outros. Razões instrumentais são excessivamente valorizadas e algumas vezes a cultura é tratada como um meio de fazer o encaixe dos comportamentos dos funcionários de uma empresa.

Alvesson (2013) ainda destaca que algumas literaturas enfocam boas culturas ou culturas fortes no sentido de gerenciá-las, como é o caso de Schein (2004), outras focam em virtudes para atingir metas corporativas, mas que a compreensão mais ampla da cultura é um fator mais importante.

Já Schein (2004) afirma que cultura é uma abstração, mas suas consequências atitudinais são concretas, é um fenômeno que nos cerca em todas as horas, sendo constantemente desempenhada e criada em nossas interações com outros e moldada por comportamento de lideranças em um conjunto de estruturas, rotinas, regras e normas que orientam e restringem o comportamento.

A cultura está enraizada nas camadas mais profundas do grupo organizacional, nem sempre perceptíveis, mas que podem ser conhecidas e influenciadas

> Cultura é o resultado de um complexo processo de aprendizagem de grupo, que é apenas parcialmente influenciado pelo comportamento do líder. Mas se a sobrevivência do grupo estiver ameaçada em razão de elementos de sua cultura estiverem mal adaptados, é, em última instância, função das lideranças em todos os níveis da organização reconhecer e fazer algo em relação a essa situação. É nesse sentido que liderança e cultura estão conceitualmente entrelaçadas (SCHEIN, 2004, p. 11).

Schein (2004) apresenta um modelo de Níveis de Análise Cultural que ficou muito conhecido na literatura e que compreende: a) artefatos: estruturas e processos organizacionais visíveis (difíceis de decifrar); b) crenças e valores expostos: estratégias, metas, filosofias (justificativas expostas); c) suposições básicas: crenças, percepções, pensamentos e sentimentos (fonte última de valor e ação).

O intercâmbio entre padrões diferentes de pensar e agir pode influenciar os pressupostos organizacionais à medida que trocas fazem parte dos relacionamentos interpessoais. Schein (2004, p. 15) esclarece

> o fenômeno social de interação, normalmente norteado pela convivência do ambiente de trabalho, e que, mesmo que espontânea e não sistemática promove, gradualmente, a um comportamento dotado de padrões e normas comuns, aceitas e repassadas às pessoas da empresa. Esta movimentação, espontânea é uma forma de construção da cultura, ou seja, a cultura de um grupo é formada contato a contato, pelo convívio e disseminada quando há um novo componente, bem como alterações destes padrões.

A construção intencional das culturas também é defendida por outros autores, como em Collins e Porras (1998) que afirmam sobre a cultura de devoção, que são essenciais para a longevidade organizacional. Ao esmiuçar que as culturas de devoção envolvem comportamentos e atitudes de doação e comprometimento e ao suscitarem adoração à ideologia central da empresa, o orgulho da reputação e a homogeneização, dotam o líder como o grande maestro da cultural organizacional. A cultura sendo percebida como gerenciável pelo homem.

Smircich (1983) afirma que os estudos sobre cultura organizacional tenderiam a visualizar a cultura de duas formas: como uma metáfora, considerando cultura algo que a organização é; ou como uma variável, considerando a cultura algo que a organização tem. Defende que nossos pensamentos são moldados pelas escolhas metafóricas. A percepção e conhecimento estão ligados em um processo interpretativo que é metaforicamente estruturado, permitido entender um domínio de experiência em termos de outro. Estas interpretações serão influenciadas pelos pressupostos com relação ao status ontológico da realidade social (a questão objetiva e subjetiva) e sobre a natureza humana (a questão determinística e voluntarista). A autora defende uma abordagem mais interpretativa e subjetiva da cultura.

Ainda defendendo a necessidade da cultura organizacional ser interpretada, Alvesson (2013) argumenta que a visão cultural de estratégia rejeita ideias objetivistas sobre o ambiente externo, ao invés disso enfatiza a realidade como construção social. As consequências para os participantes da organização são reveladas nas interpretações, modelos de referência, percepções de formas de compreensão que caracterizam os atores como uma coletividade. Conceitualizar mudança estratégica como mudança cultural implica na reorientação nos valores da coletividade corporativa, ideias e compreensões.

Alvesson (2013) alerta sobre a visão, por vezes problemática, de considerar a cultura como única, como se refletisse mini sociedades. Ele retrata que a multipluralidade e as subculturas de uma organização precisam ser consideradas em pesquisas. Incentiva a reflexão sobre quais são os elementos-chave na produção e reprodução das manifestações culturais, quais os maiores direcionadores de forças por traz das crenças compartilhadas.

A troca entre culturas ocorre naturalmente no mundo organizacional, ao atuar na implementação da estratégia emergem ações coletivas como coalisões e networks, neste sentido diferentes culturas influenciam como as pessoas, firmas e outros agentes relacionam-se uns com os outros. Um bom exemplo de como se pode apreciar de perto o significado cultural do cliente é fornecido por Dougherty

e Kunda (1990), que analisaram fotos de clientes para alguns grandes fabricantes de computadores, os entendimentos dos clientes e suas situações indicaram como a empresa atribui significado para o cliente e, assim, oferecem pistas culturais para a empresa (ALVESSON, 2013).

Outra abordagem da compreensão da cultura no mundo empresarial é fornecida por Nicolini (2013), Reckwitz (2002) e Gehardi e Strati (2014) que argumentam que o entendimento dos padrões comportamentais pode ser melhor explorado pela observação de práticas cotidianas dos indivíduos, tão espontâneas que requerem foco concentrado para serem entendidas tanto na atuação do sujeito quanto na sua relação com a matéria ou outros sujeitos.

Nos pressupostos da Teoria das Práticas, Nicolini (2013) argumenta que as práticas precisam ser explicadas e não simplesmente registradas, é preciso olhar as práticas como fundamentais para a produção, reprodução e transformação das questões sociais. Esta abordagem percebe as práticas e as atividades como um processo em contínuo desenvolvimento, que é complementado pela ação rotineira do corpo e dos recursos físicos ou materiais. As iniciativas do indivíduo também são destacadas, o homo praticus é concebido como um portador de práticas, um corpo/mente que "carrega", mas também "realiza" práticas sociais (Reckwitz 2002, p. 256).

Há sentido na compreensão do conhecimento sedimentado na cultura organizacional pelo olhar da Teoria das Práticas. O saber corporativo aprendido e reproduzido nas ações, nos elementos do dia a dia e mesmo nos discursos pode ser entendido, questionado e reinterpretado. Questões centrais muitas vezes não perceptíveis por visões mais textualistas podem abrir-se para serem exploradas como elementos como o poder, conflitos ou autoritarismo. As práticas e não os praticantes tornam-se centrais; configuram-se em ocorrências temporais, não há superestruturas nesta concepção.

3. METODOLOGIA

O presente estudo pode ser classificado como um ensaio teórico, que enfoca a compreensão da base que fundamenta os estudos sobre cultura, destacando, conforme Godoi, Bandeira-de-Melo e Silva (2006) que a busca pelo conhecimento requer recuperar seu encantamento e que cada ato de um cientista protagoniza atos criativos e de descobrimento, que o une ao que é descoberto.

Assim sendo, o estudo sobre o estado da arte de um fenomeno possibilita a imersão aos domínios primeiros sobre o tema e sua evolução e descobertas.

Trata-se de um estudo qualitativo, cuja contribuição esta mais relacionada à capacidade reflexiva para compreensão da realidade, que para o rigor metodologico (GIL, 2008). A cultura, como ação que se

registra na vida e nos fenômenos sociais, pode ser conhecida pela compreensão da evolução e resgate histórico de suas percepções e idiossincrasias .

A realização de um levantamento de origem bibliográfica permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço, como é o caso da interculturalidade, que abrange perspectivas transnacionais, além de ser indispensável nos estudos históricos (GIL, 2008).

O levantamento, em uma pesquisa bibliográfica, permite a avaliação das fontes de consulta adequadas, verificação dos autores seminais, referenciados por principais publicações, sendo citados de modo recorrente em estudos correlatos. Assim, buscou-se agregar cohecimento sobre os autores, teorias e perspectivas que possibilitavam melhor exploração da interculturalidade sendo construída na evolução da cultura.

O materiais de leitura foram selecionados e analisados pelos pesquisadores, compondo após uma base única que permitiu a este ensaio reunir bases centrais acerda da cultura e interculturalidade. Tem como fruto de sua aplicabilidade servir como guia para avançar pesquisas sobre o tema, adicionando-se sequências empíricas e estudos complementares.

As principais fonte de consulta adotadas foram Scholar Google, Scielo, com um recorte temporal de dez anos. Os termos de pesquisa foram cultura nas organizações, interculturalidade e os equivalentes em inglês.

Buscou-se como procedimento de análise a proposição de agenda de pesquisa, principais sugestões de estudos futuros elencadas em artigos e estudos.

No contexto da globalização, infere-se grande espaço de estudo que pode ser possibilitado com as temáticas analisadas e destacadas no presente estudo, garantindo-se uma base teórica que reuna autores que caracterizam uma base onde possa ser construída uma sequência de pesquisa.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO SOBRE A INTERCULTURALIDADE E A AGENDA DE PESQUISA

Por mais que inicialmente os estudos culturais primavam pela noção de cultura em seu estado puro, ou seja, sem trocas culturais, atualmente a realidade social, e especialmente organizacional, não se nega a destacar a importância da compreensão da variedade que se faz presente tanto nos intercâmbios internos quanto na diversidade institucional e pluralismo global que a circunda.

A sociedade tem formado arranjos diferenciados se forem consideradas as influências econômicas, tecnológicas e principalmente culturais. Delineia-se uma sociedade cada vez mais global, por consequência, um mundo corporativo com características culturais mistas e difusas.

Tanto pessoas como organizações desenvolvem necessidades que os caracterizam como nômades (FREITAS, 2009) fazendo com que a competência em lidar com ambientes multiculturais esteja presente na rotina do mundo do trabalho, exigindo dos profissionais talento para a mobilidade, sendo esta uma referência relacionada à interpretação da adequação cultural.

O cenário econômico mundial, exigências de competitividade e imposições do modelo capitalista fizeram da mobilidade entre países um imperativo intercultural (FREITAS, 2009) e exigem que as organizações saibam lidar com a adaptação tanto do indivíduo quanto de suas práticas corporativas, sendo esta a realidade dos negócios internacionais.

A interculturalidade tem obtido destaque nos estudos acadêmicos pois, além da globalização e sua influência econômica, o acesso a informações tornou o mundo mais próximo, culturas diferentes puderam conhecer melhor outras, o que tornou a sociabilidade mais possível, o transporte intercontinental ficou mais acessível e o turismo entre países bastante utilizado (FREITAS, 2009).

O campo da Administração, e nele os negócios internacionais, lida com múltiplas relações, o espaço organizacional torna-se uma teia ou uma rede de relações (DAVEL e VERGARA, 2009) na qual a cultura exercerá influência significativa, carecendo de uma perspectiva mais aproximada de apreciação. Presencialmente ou virtualmente, no ambiente organizacional, social ou familiar, o homem é exposto a trocas culturais que modelam suas percepções mesmo em momentos de descanso ou entretenimento.

A compreensão da interculturalidade se sedimenta pelo entendimento da realidade da vida cotidiana do indivíduo. Esta realidade se apresenta como um mundo intersubjetivo, em que o homem participa junto com outros homens. Não se pode existir na vida cotidiana sem estar continuamente em interação e comunicação com os outros (BERGER E LUCKMAN, 1985). Não se poderia clamar à singularidade da compreensão da multiculturalidade presente nas organizações sem entender que esta mesma multiculturalidade precisa se desdobrada em características muitas vezes conflitantes.

Desta forma evidencia-se que as trocas culturais têm exercido influência no ambiente organizacional tanto diretamente, por meio de suas rotinas, cada vez mais imersas em compras de outros países, fornecimento para clientes estrangeiros, processos de fusão, aquisição, parcerias, expatriação e times

virtuais multiculturais, quanto tem afetado o próprio indivíduo, por meio do acesso à informação, comparação, viagem e exposição à cultura global, hoje mais facilitada e até mesmo estimulada pela tecnologia.

Também estudos sobre empresas que vivenciam na vida cotidiana a interculturalidade. Empresas multinacionais carregam em si as premissas da convivência multicultural. A compreensão deste fenômeno tem recebido a atenção de alguns pesquisadores que verificam os fatores envolvidos na gestão de competências culturais e gestão internacional de recursos humanos, como Barbosa e Veloso (2007).

Já de uma abordagem positivista, Hofstede (1980) desenvolveu pesquisa originada de uma survey a qual buscou padrões de similaridade e categorias a fim de explicar empiricamente conceitos de dimensões culturais.

Disto surgiu sua primeira contribuição com a formulação de uma terminologia generalizável e descrição das culturas analisadas. Tal pesquisa ainda apresentou fatores de individualismo e coletivismo, distanciamento de poder, resistência a incertezas, diferenças entre os gêneros, e, em um segundo momento surgiu mais um fator de explicação de culturas, que é uma dimensão conhecida como Dinamismo Confuciano, ou seja, segundo Hofstede, Hofstede and Minkov (2010) trata-se de valores que incluem a economicidade, a persistência com resultados de longo prazo, na aceitação de relações desiguais e na preocupação com a virtude.

Nesta mesma linha, Chang, 2002, estudou a influência da transculturalidade utilizando-se do modelo Hofstede (1981), aplicando-o ao contexto de negócio da China. O autor reforça o impacto dos aspectos culturais em especial na negociação e considerações no trato com pessoas (CHANG, 2002).

Também em processos de aquisição de empresas os aspectos culturais precisam ser levados em conta. A adoção de práticas de gestão de pessoas que considere a interculturalidade atua de modo estratégico para o sucesso e adaptação a um novo momento (TANURE, 2007).

A literatura internacional sobre “cross-cultural” ampliou a contribuição sobre as formas que os indivíduos agem e interpretam o mundo dos negócios e estes estudos vêm polarizando-se significativamente na cultura oriental versus a ocidental.

Pesquisas delineando os traços da cultura asiática (DONG, 2010; TUNG, 2008, CHEN and MILER, 2010) frente às formas de gerir pessoas em empresas americanas tem permitido melhor entendimento deste

impacto na cultura das empresas, porém as ações ou reações das empresas brasileiras frente a este cenário podem ser intensificadas.

No que tange à cultura nacional brasileira, esta apresenta pontos distintos de outras culturas, o que merece ser foco de estudo (FLEURY, 2009, TANURE, 2007, FREITAS, 2009).

Justamente estes pontos de divergência tem suscitado esforços nos processos de adaptação cultural de subsidiárias estrangeiras no Brasil. Segundo Tanure (2016), o número de pessoas que participam dos processos de integração cultural aumentou de maneira significativa nos últimos anos. Pessoas e cultura organizacional são consideradas o principal entrave dos processos de integração e adaptação. Apesar de não elencadas como os fatores mais importantes antes de o processo ser iniciado, tornam-se a razão principal dos resultados não atingidos. Assim, os dois maiores entraves que mais impactam no resultado da aquisição são os mesmos de doze anos atrás: diferenças entre culturas e aceitação dos funcionários. Isso mostra, que há avanços no modo de lidar com o lado racional, mas que o chamado lado “soft” continua a ser o principal desafio dos processos de integração.

Estudar cultura organizacional no Brasil é um processo complexo. A começar pelo país que demostra uma heterogeneidade e peculiaridades em sua cultura e organização social. É um país de extremos, que apresenta desde relatos de problemas com o uso de mão de obra escrava até excelentes desempenhos em organizações de alta tecnologia como IBM e Lucent Technologies. Um país que exporta desde soja até aeronaves. Um país de pluralismo étnico e ao mesmo tempo de exclusões. Por tais motivos é impossível, segundo Alcadipani Silveira e Crubellate (2007) estudar a cultura brasileira por meio de modelos preditivos de causa e efeito. Os autores afirmam que a maioria dos estudos sobre cultura brasileira tem sido desenvolvidos dentro do contexto organizacional, o qual analisa o tema de um modo homogêneo e não leva em conta a pluralidade e heterogeneidade dentro do país e das próprias organizações. A proposição dos autores conduz à estudos mais abrangentes sobre a cultura nacional e suas interpretações de um modo mais próximo e subjetivo.

A utilização de abordagens que permitem a percepção mais refinada, segundo os sujeitos que agem nesta cultura, vai sedimentar contribuição significativa na compreensão da gestão de pessoas e da ciência da Administração. Mesmo abordagens positivistas e quantitativas merecem incremento visando encorpar o entendimento do tema e até mesmo proposições generalizáveis.

5. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário da globalização fez com que as organizações percebessem fronteiras mais maleáveis, tanto de informação quanto de acesso a tecnologias, mão de obra e mercado. Esta nova configuração fez surgir nas empresas uma necessidade de melhor compreensão sobre as adaptações culturais que pudessem melhorar tanto a relação com culturas diversas quanto a adequações de técnicas de trabalho ou ferramental tecnológico para atuação nestas novas realidades.

A pertinência de se considerar a cultura na compreensão da gestão além-fronteiras se justifica ao se notar que estes elementos estão alterando as práticas sociais, as crenças compartilhadas estão recebendo influência de clientes, fornecedores e parceiros de outros contextos, o que tem afetado a forma como o cotidiano empresarial tem se reorganizado.

Ao se visualizarem as pesquisas realizadas no mundo sobre a interface da cultura nas adaptações das diferentes organizações no globo nota-se que:

- os estudos têm se polarizado em comparações entre culturas do oriente e ocidente do globo (West versus East);
- pesquisas comparam frameworks quantitativos em regiões diferentes, normalmente comparando subsidiárias de empresas em países bastante distintos obtém bastantes adeptos;
- diversos autores defendem abordagens qualitativas e interpretativistas sobre as diferenças e trocas culturais.
- pesquisas sobre interculturalidade na área de gestão de pessoas possuem um campo fértil a ser explorado.

Vale mencionar, com respeito à breve pesquisa realizada, que muitas pesquisas cross-cultural têm como objeto de estudo o comportamento do consumidor como por exemplo Huff, Smith (2008); Albraum e Smith(2002); Sivadas et al (2008); Jeona e Beatty (2002).

No Brasil obtiveram destaque pesquisas que concentram sua análise nas percepções da subjetividade envolvida nas trocas e relacionamentos culturais, internos ou externos como Freitas (2009), Balbinot, Minghini, Borim-de-Souza (2012), dentre outros.

Autores brasileiros, como Tanure (2016), analisam a interculturalidade como parte componente de um processo maior, como fusões e aquisições.

Evidencia-se, portanto, carências na literatura sobre adaptações culturais no contexto brasileiro enfocando em especial as práticas de gestão e suas necessidades frente ao cenário da globalização.

Desta afirmação algumas inferências podem ser feitas:

- a realidade brasileira requer das empresas menor adequação cultural se comparada às culturas orientais, por exemplo? O motivo de tantas pesquisas sobre adaptação da cultura oriental estaria ligado à diferença cultural ou à pré-disposição do pesquisador?
- as culturas organizacionais, de empresas que estão se instalando no Brasil, estariam suplantando a cultura local de modo a promover uma sobreposição de seu modo de agir, extraindo disso, sua hegemonia enquanto instituição?
- as culturas locais não estão sendo consideradas e compreendidas em sua potencialidade e aí reside um campo frutífero de investigação?
- tanto abordagens mais funcionalistas quanto interpretativistas demonstram obter aceitação de estudiosos em distintas concepções, mas ainda assim, diferentes abordagens podem levar a construção do conhecimento e avanço na ciência da Administração.

Algumas sugestões para pesquisas futuras podem ser traçadas considerando-se a diversidade envolvida nas trocas, tanto interculturais como intraculturais.

Inicialmente, pela importância do tema e abrangência da literatura existente, sugere-se um estudo bibliométrico, considerando a área de Gestão de Pessoas, ou Recursos Humanos como foco de estudo aliado a adequação de práticas de gestão.

Outro estudo bibliométrico pode ser desenvolvido considerando-se a perspectiva do indivíduo e sua subjetividade, visando traçar o panorama das pesquisas e contribuições ainda carentes de investigação.

O Brasil, por ser o maior país em dimensão territorial da América Latina, apresenta claras distinções em sua cultura de norte a sul. Uma empresa que projete instalar-se no nordeste terá impressões culturais bastante diversas de outra que se instale no Rio Grande do Sul. O aporte das funções organizacionais transcorrerá diferentemente nestes dois ambientes, mesmo sendo de um único país. Assim, pesquisar os traços culturais nas diferentes regiões denota ser um campo interessante de pesquisa.

6. REFERÊNCIAS

ALVESSON, M. Understanding Organizational Culture SAGE, 2013.

BALBINOT, Z. MINGHINI, L. ;BORIM-de-SOUZA, R. ; Indigenous Brazilian Management Practices Journal of Technology Management & Innovation, 7 (4) 2012.

BARBOSA, L.; VELOSO, L. Diferença E Mediação Nas Empresas Transnacionais. Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 7, p. 59–85, 2007

CHANG, Lieh-Ching. An examination of cross-cultural negotiation: using Hofstede framework. Journal of America Academy of Business, v. 2, n. 2, p. 567-570, 2003.

CHEN, M.J. and MILLER D. West meets East: toward an ambicultural approach to management. 2010. Academy of Management Perspectives, 24(4): 17–24

COLLINS, James C. e PORRAS, Jerry I. Feitas para Durar. 6 ª ed. Editora Rocco: Rio de Janeiro, 1998. 408 p.

CROZATTI, Jaime. (1998). Modelo de gestão e cultura organizacional: conceitos e interações. Caderno de Estudos, (18), 01-20. https://dx.doi.org/10.1590/S1413-92511998000200004 CUCHE, D. A noção de cultura nas ciências sociais. Capítulo 3 e 4. Bauru: Edusc, 2010.

FREITAS, Maria Ester de A Mobilidade Como Novo Capital Simbólico Nas Organizações Ou Sejamos Nômades? O&S - Salvador, v.16 - n.49, p. 247-264 Abril/Junho – 2009.

GIL, Antonio Carlos Metodos e Técnicas de Pesquisa. 6ed. Editora Atlas: São Paulo, 2008

GODOI, Christiane K.; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa da. (Org.). Pesquisa Qualitativa em Organizações: Paradigmas, Estratégias e Métodos. 1ed.São Paulo: Editora Saraiva, 2006, v. 1.

GEERTZ, Clifford (2008) A interpretaçao da cultura LTC Cap 1, 2 E 3.

HOFSTEDE, G. Culture's consequences: International differences in work-related values. Beverly Hills, CA: Sage. 1980

HUFF, Lenard SMITH, Scott M. Cross-Cultural Business Research: Introduction to the special issue Journal of Business Research 61 (2008) 179 – 182

JEONA, Sharon E. Beatty Journal of Business Research Volume 55, Issue 11, November 2002, Pages 907–913.

NICOLINI, D.. Practice theory, work and organization: An introduction. Oxford, UK: Oxford University Press, 2013.

RECKWITZ, A. Toward a theory of social practices: a development in culturalist theorizing. European Journal of Social Theory, v. 5, n. 2, p. 243-263, 2002

ROCHER, G. Sociologia Geral: A ação Social. Editora Presença. Lisboa, 1999.

SCHEIN, E. Organizational Culture and Leadership. 3 edition, San Francisco: Jossey Bass, 2004

SILVEIRA ALCADIPANI, Rafael; CRUBELLATE, João The notion of Brazilian organizational culture Questionable generalizations and vague concepts. critical perspectives on international business Vol. 3 No. 2, 2007 pp. 150-169 q Emerald Group Publishing Limited 1742-2043

SIVADAS Eugene, BRUVOLD, Norman T.; NELSON Michelle R. A reduced version of the horizontal and vertical individualism and collectivism scale: A four-country assessment, Journal of Business Research 61 (2008) 201–210

SMIRCICH, Linda. Concepts of culture and organizational analysis. In.: Administrative Science Quarterly. Vol. 28, n. 3, Organizational Culture, Sep., 1983, p. 339-358

TANURE, B.; GONZALEZ-DUARTE, R. Managing people in radical changes (M&As), International Journal of Manpower, Vol. 28 Iss 5 pp. 369 – 383. 2007.

TANURE, Betania Fusões e aquisições: ainda esquecemos as pessoas HSM | fev 15, 2016 | educação executiva.

TUNG, R.L. The cross-cultural research imperative: The need to balance cross-national and intranational diversity. Journal of International Business Studies, 39(1): 41-46. 2008.

Uma multinacional japonesa implantando operações no Brasil pode encontrar aderências diferentes de uma empresa americana, por exemplo. Algumas nacionalidades podem apresentar pontos convergentes com traços culturais do país a ser implantado, o que pode facilitar a adaptação. Outras culturas podem apresentar pressupostos básicos não sedimentados na cultura local, tornando bastante difícil e longa a trajetória da adaptação cultural. Vale a pena investigar de modo mais refinado esta afirmação.

Comparações entre países latinos podem ser relevantes. Alguns traços culturais são atribuídos ao comportamento latino e a averiguação empírica destes aspectos e sua influência no mundo organizacional mereceriam ser conhecidos.

Da revisão da literatura internacional acerca da cultura na área de Recursos Humanos percebeu- se uma forte tendência funcionalista com abordagens quantitativas. Ainda que este tipo de pesquisa mereça ser ainda mais explorado, pesquisas qualitativas com outras pressuposições epistemológicas abrem um campo farto de investigação.

A Teoria das Práticas demonstrou fazer muito sentido para compreensão da interculturalidade e sua influência, tanto nas práticas de gestão, como frente às atitudes dos sujeitos. Vale lembrar que somente dez artigos foram associados a esta abordagem.

Do trabalho de Collins e Porras (1998) retira-se uma metodologia que poderia ser replicada para contextos culturais diferentes e substantivamente contribuir com o entendimento dos elementos que fazem uma empresa longeva.

A compreensão da interculturalidade em segmentos diferentes de mercado, mesmo envolvendo mesmos países pode ser bastante valiosa. Estudos comparativos entre indústria cervejeira pode trazer dados bem distintos de empresas pertencentes ao mercado de commodities, por exemplo. Também comparações entre empresas públicas e privadas podem demonstrar como a cultura pode transparecer nuances diferentes nos comportamentos adotados pelos indivíduos, mesmo num mesmo país.

Também seria de vital contribuição traçar-se um panorama sobre os principais autores que envolvem adequação intercultural no ambiente organizacional. Há centros de pesquisa despontando no tema? Existem pesquisadores mais proeminentes ou trabalhos que se destacam frentes as demais publicações?

Concluindo, este estudo pretendeu-se resgatar conceitos fundamentais como cultura, aculturação, interculturalidade, cultura organizacional e seus principais autores além de sinalizar novas avenidas de investigação estimulando estudos futuros.

Capítulo 18

10.37423/220706364

ESTRATÉGIA CULTURAL E QUALIDADE DE VIDA: DISCUSSÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL

Elenir de Brito Monteiro — *Universidade da Amazônia - UNAMA*

Gisele Gomes Valente — *Universidade da Amazônia - UNAMA*

Fabiano da Silva Pereira — *Universidade da Amazônia - UNAMA*

Resumo: A presente pesquisa pretende mostrar a importância do desenvolvimento cultural dentro de pequenas comunidades a partir da difusão do trabalho de Assistentes Sociais qualificados, proporcionando qualidade de vida aos moradores das mesmas através do auxílio estatal em consonância com o Serviço Social, aos projetos culturais desenvolvidos. A pesquisa visa atenar aos profissionais da área da Assistência Social à importância da cultura na vida das comunidades menos favorecidas e a seriedade (e a importância) da incorporação do Assistente Social no meio cultural, isto é, dentro de órgãos estatais culturais, para a promoção eficaz da qualidade de vida através da cultura e lazer.

Palavras Chaves: Projetos socioculturais, Cultura, Estratégias Culturais, Qualidade de Vida, Serviço Social.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de mostrar a importância da Estratégia Cultural e Qualidade de Vida: Discussões para o Serviço Social. O presente estudo veio pela inquietação que as autoras sentiram ao notar que a assistência social tem pouca ou nenhuma ligação com a cultura, no que diz respeito a promoção da qualidade de vida a pequenas comunidades através das políticas públicas culturais, o que é garantido por Lei. O trabalho vem apontar que a presença do Assistente Social no meio cultural ainda é um ponto pouco explorado cientificamente e que é importante realizar estudos sociológicos a fim de prestar suporte ás famílias existentes nos projetos desenvolvidos dentro de comunidades, para a propagação de direitos fundamentais ao ser humano, como a cultura, tendo como base o Art. 215 da Constituição Federal do Brasil, “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. ” (BRASIL, 1988, s/p); e através dessa mediação, proporcionar a melhoria de vida dos envolvidos nos projetos realizados. A cultura distingue povos e nações, é a alma de um povo, como disse Stuart Hall, é o elemento principal na constituição da identidade/sujeito, que é o que faz uma comunidade, seja local ou global, ser coesa e ter valor de distinção no mundo; entende-se que, o acesso à cultura -teatros, cinema, show, entre outros- deveria existir com mais facilidade para toda a sociedade, além de incentivos à projetos culturais em comunidades que estão promovendo projetos sociais culturais; porém o que se observa atualmente, é a falta de comunicação entre os órgãos responsáveis (Secretarias Culturais e de Lazer) e a sociedade, decorrente da inexistência do Assistente Social dentro das secretarias, tendo em vista que Serviço Social atua na mediação entre a Sociedade e o Estado, de acordo com o Código de Ética do Assistente Social, Art. 3, apêndice d, são deveres do(a) assistente social: participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades. Considerando os objetivos discutidos nesta pesquisa, pretende-se responder a possível pergunta presente na mente da maioria dos leitores deste trabalho, por que há poucas pesquisas científicas acerca da ligação entre a Assistência Social e a Cultura, e como o Serviço Social pode contribuir para a qualidade de vida dos indivíduos na perspectiva da Cultura e do Lazer e da Qualidade de vida? Com a finalidade de tornar essa inquietação particular das autoras da pesquisa, em uma análise mais técnica e profunda, de forma a torná-la séria aos olhos dos profissionais da Assistência social, procurou-se posicionamentos e/ou pensamentos como o de Edward Taylor, o qual define a cultura como "[...] um conjunto complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, hábitos e quaisquer outras capacidades e costumes adquiridos pelo Homem enquanto membro de uma sociedade. ” (TAYLOR,

1871, p. 1), portanto, “a cultura permite ao homem não só adaptar-se ao meio, mas também adaptar-se esse a si próprio, às suas necessidades e aos seus projetos, ou seja, e por outras palavras, a cultura torna possível a transformação da natureza. ” (CUCHE, 1999, p. 22), sendo assim a mesma é construída como manifestação da consciência social, [...] a cultura é entendida como parte da totalidade social, inserida na trama de relações sociais. ” (SILVA, 2012, p. 5). Dito isso Fernanda Silva comenta sobre criação da “[...] Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS de 1993 que tornou a Política de Assistência Social direito do cidadão e dever do Estado [...]” (SILVA, 2012, p. 5-6), sendo assim essa pesquisa toma a liberdade para citar o código de ética do assistente social que diz no artigo 8 "São deveres do Assistente Social: d. empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais." (Código, 1993) e de acordo com a constituição nacional, Art. 215 "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais." (Constituição, 1988); portanto, uma vez que o Assistente Social age como mediador entre Sociedade e governo, o principal ponto que essa pesquisa defende é a existência do profissional da área no meio cultural para a promoção da qualidade de vida, uma vez que os moradores das Comunidades irão ser acompanhados de perto. Foi a partir dessas informações, dos conhecimentos sobre a área de assistência social adquiridos ao decorrer do curso e das descobertas pessoais feitas ao decorrer deste trabalho em pequenas comunidades, acerca da dificuldade de se interligar a sociedade e o Estado no meio cultural que pensou-se em ampliar o papel do Assistente Social; assim sendo, essa pesquisa volta a destacar que a assistência básica necessária para a sociedade, que o Estado deveria proporcionar seria, a inclusão do Assistente Social no meio cultural, principalmente em órgãos governamentais –Secretarias Culturais e Esportivas, Municipais e Estaduais– uma vez que, esse profissional teria o papel de mediar informações importantes entre o Estado e a Sociedade. Como disse a assistente social Laís Souza Cunha, o agente social deve estar inserido na cultura pois o mesmo pode apontar,

> [...] a verdadeira realidade que está posta no seu cotidiano; ser também consciente que o mesmo possui um importante papel e um grande dever de efetivação de direitos sociais de todos os cidadãos, e isto é de extrema importância na sociedade e para a sociedade. Devendo-se entender que o assistente social não é um profissional que somente executa as políticas públicas, mas que também propõe ideias [sic], planeja, elabora e coordena planos, programas e projetos com o objetivo de visualizar os direitos sociais. (CUNHA *et al*, 2012, p. 03)

Ampliar o papel do colaborador social significa também ampliar possíveis campos de atuação do profissional da área, gerando maiores oportunidades de emprego para as novas turmas que irão se

formar no curso; além de levar melhorias sociais em diferentes sociedades com a intervenção direta e/ou indireta do agente social. A demanda para um assistente social dentro do meio cultural seriam diversas como: “[...] garantir o acesso dos usuários e familiares aos

programas, projetos e serviços da Política de Cultura; construir estudos socioeconômicos para identificação de demandas e necessidades socioculturais dos usuários da política; realizar orientações sociais aos usuários, familiares e agentes culturais; [...] formular e executar projetos sociais em equipamentos socioculturais ou incentivar a sua criação em espaços ociosos e com atuação descontínua, inclusive, evitando ações culturais verticalizadas; fortalecer os vínculos familiares através de quaisquer instrumentais, inclusive utilizando a arte como forma de mediação [...]” (LUCENA, 2015, p. 4-5).

CULTURA

A cultura vem sendo alvo de estudos durante boa parte da existência humana, o conceito de cultura começou a ganhar forma quando homens curiosos -os quais mais tarde se tornaram pensadores- acerca do mundo que os rodeavam principiaram o questionamento do que fazia o homem, homem. Os estudiosos gregos acreditavam que a cultura era a forma com a população, enquanto seres pensantes, buscavam o autoconhecimento através do trabalho e das atividades artísticas da época. Depois de bastante tempo, quando a Europa passava pela era iluminista, filósofos iluministas do século XVIII que ainda se questionavam sobre o que era cultura para a humanidade desenvolvendo uma outra ideia desse conceito a qual entendeu-se que era uma construção de tradições históricas, técnicas de um povo, instituições tidas como importante para a sociedade (os quais se tornaram membro e intrínseco do conhecimento de uma determinada sociedade); esse arcabouço de tópicos se tornou de extrema importância para o entendimento do agir do ser humano e para futuros estudos, o qual atualmente discute-se nesse projeto. Nos dias atuais, segundo os autores do artigo Políticas Públicas de Lazer e Qualidade de Vida: A Contribuição do Conceito de Cultura Para Pensar as Políticas de Lazer, Marco Almeida e Gustavo Gutiérrez; “o termo [cultura] designa o conjunto das tradições, técnicas, instituições que caracterizam um grupo humano: a cultura compreendida desta maneira e normativa e adquirida pelo indivíduo, desde a infância.", nesse sentido, essa definição mais atual leva a uma conclusão à qual engloba sociedades mais desenvolvidas, como também o oposto dessa. Já Pierre Bourdieu (2002), afirmava que a percepção do mundo social implica um ato de construção coletiva, comportando-se e operando-se, na prática cotidiana, através da representação explícita e da expressão verbal. (Bourdieu, 1989, p. 140). Para Norbert Elias (1990), o qual acreditava em uma ideia

de civilização representada por uma coletividade que define certos padrões, mas que inserido nesta totalidade o indivíduo procura na sua cultura formas múltiplas de relacionamento no pensar e agir. (Elias, 1994, p.68); inferindo-se que o que o autor gostaria de passar aos seus leitores que o homem tenta se encaixar socialmente, ou seja, em uma sociedade já construída, e suas "leis" regentes sendo acatadas pelos indivíduos participantes da mesma, de acordo com as vivências que o mesmo teve como tempo. A cultura de massa é a que mais está presente atualmente ao redor

dos indivíduos, e é a que mais preocupa estudiosos pois a mesma tornou movimentos culturais que antes eram apreciados como forma de enriquecimento pessoal, foram duramente banalizados, tendo em vista apenas o lucro; se faz importante salientar que quando fala-se sobre banalização não quer dizer que a cultura não deve ser acessível a classes sociais menos favorecidas, e sim que a mesma se tornou mais um produto a ser comercializado do que algo que forneça um significado social com fortes valores artísticos, isto é, arte.

> A cultura de massa, que também pode ser compreendida enquanto indústria cultural, constituiu-se após a revolução industrial (Morin, 1997), principalmente pelo desenvolvimento da tecnologia e a transformação dos meios de produção. (ALMEIDA, GUTIERREZ, MARQUES, 2012, p. 73)

Essa massificação da industrialização da cultura trouxe às comunidades uma concepção não mais voltada para "a cultura que fazia pensar" voltada para o enriquecimento pessoal e histórico, e sim para uma cultura voltada a momentos de descontração, de relaxamento, e até mesmo de prazer.

> O consumo da cultura de massa confunde-se com a concepção do lazer moderno. [...] o lazer não é mais apenas o vazio do repouso e da recuperação física e nervosa, não é mais a participação coletiva na festa, não é tanto a participação nas atividades familiares. Ele é, progressivamente, a possibilidade de ter uma vida consumidora. (MORIN, 1997).

O lazer segundo Dumazedier (1979), é "o conjunto de ações escolhidas pelo sujeito para diversão, recreação e entretenimento. Num processo pessoal de desenvolvimento, tem caráter voluntário e é contraponto ao trabalho urbano-industrial. ", já Morin (1979) diz que "o lazer moderno é o acesso ao tempo livre, este no passado das classes dominantes vincula-se ao tempo industrial e possui como principal característica o repouso e recuperação do trabalho. "; para Gutierrez (2000), o lazer é atribuído "[...] a busca do prazer, entendendo prazer enquanto construção histórica inserida numa sociedade determinada."

> A cultura e o lazer possuem uma íntima relação. Muitas das atividades designadas lazer passam por manifestações culturais. Os jogos, as brincadeiras, as expressões artísticas são lazeres e fazem parte da herança cultural de cada comunidade. (ALMEIDA, GUTIERREZ, MARQUES, 2012, p. 72-73).

A exemplo desse pensamento acima, pode-se citar o reconhecimento do Carimbó como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, pelo Iphan, em setembro de 2014; para muitos é apenas uma atividade física -uma vez que o mesmo é uma dança- que pode levar a diversão e ao entretenimento, mas para outros é uma manifestação cultural-histórica, de saberes passado de geração em geração.

> Não haveria assim nenhuma forma de lazer que não inclua a expectativa futura de auferir algum nível de prazer, independente do fato da expectativa vir a ter sucesso ou não, e definindo prazer enquanto elemento essencialmente humano, característico da formação da personalidade e que pode ser percebido em qualquer meio social organizado, desde uma perspectiva histórica. (GUTIERREZ, 2000, p. 103).

Sendo assim, não se pode negar que de fato a cultura e o lazer caminham lado a lado desde que o primeiro conceito de o que é cultura surgiu e de que precisava-se procurar atividades para

relaxar e que trazem tanto prazer, quanto desenvolver pensamento crítico acerca de determinada herança histórico cultural presente em cada comunidade. Portanto, a construção desse capítulo se deu para atenuara importância da cultura e da sua discussão. Apesar da maioria das pessoas pensarem que a cultura é apenas uma manifestação lúdica, a mesma, na verdade, é a herança que um povo recebeu através dos séculos, além de trazer conhecimento e lazer a sociedade. No entanto, a pesquisa pretende mostrar a importância dela para a sociedade e a forma como ela vem sendo esquecida. Fazer um capítulo para falar sobre a cultura tem o objetivo de fazer entender o que é cultura, e porque é importante torná-la acessível a qualquer pessoa. **CULTURA E QUALIDADE DE VIDA**: Nesta seção será abordado a relação entre a qualidade de vida e a cultura. Qual a relação que as duas compartilham? Qual a importância das mesmas para a sociedade? E quais as dificuldades que a cultura e a qualidade de vida enfrentam para se tornarem presentes nas comunidades em que as mesmas estão inseridas. Quando se fala de qualidade de vida, logo vem à cabeça pessoas fisicamente saudáveis com grandes sorrisos no rosto, isso tem uma explicação. Segundo o livro Qualidade de Vida: Definição, Conceitos e Interfaces com Outras Áreas de Pesquisa de Marco Almeida, Gustavo Gutierrez e Renato Marques; após feita uma pesquisa no Dicionário Oxford de Filosofia, o significado que foi encontrado levava a outro termo, o qual era Felicidade, ou seja, para a humanidade estar em uma vida considerada boa (podendo ser até ótima), a mesma tem que estar feliz. Porém, para Hanz-Magnus Enzensberger, filósofo alemão da década de 1990, acreditava que devido ao capitalismo o tempo, atenção, espaço, sossego, meio ambiente e segurança, eram os verdadeiros fatores que os quais proporcionaram a qualidade de vida. Em outras palavras para Enzensberger a qualidade de vida era muito mais além de algo abstrato (quase utópico) como a felicidade, mas sim algo mais concreto, real, algo que realmente

fazia parte do cotidiano das pessoas, e muito mais material também; como se estivesse reafirmando o que já se sabe em comunidades menos favorecidas: só tem qualidade vida quem tem poder monetário para custeá-lo.

> as satisfações vividas são mais numerosas do que nunca, a alegria de viver fica estagnada ou recua; a felicidade parece continuar inacessível enquanto temos, ao menos aparentemente, mais oportunidades de colher os frutos. (A FELICIDADE PARADOXAL. São Paulo, 2007).

Sendo assim, pode-se fazer um paralelo com a discussão abordada acima sobre cultura e sua banalização; entende-se que a cultura e a qualidade de vida passaram por processos semelhantes em sua transformação de acordo com o tempo. Enquanto que uma foi remodelada em um produto cujo o único objetivo visualizado pelas pessoas é o lucro obtido com o mesmo, e o outro foi permutado de um conceito abstrato para um concreto, material, respectivamente. Todavia, o que a qualidade de vida influencia na cultura e/ou vice e versa? Bem, mais do que se pode imaginar, partindo do pressuposto de que os dois foram transformados em objetos imateriais geradores de importâncias monetárias e de que a maioria da população mundial não tem acesso a nenhum dos dois justamente por causa desse ocorrido.

> Mas essas discussões acontecem em um mundo pretensamente desenvolvido no ocidente e em algumas partes da Ásia-Oceania e Oriente Médio, onde os IDHs atingem níveis considerados mais satisfatórios, pois em vastas áreas do planeta a miséria e a opressão impedem que se chegue a um padrão elementar sobre as condições de qualidade de vida [...] Mais um paradoxo, representado pelo permanente abismo entre os ricos e os pobres do planeta, em uma época onde a ciência e a tecnologia pensam poder tudo. (TRIGO, 2012, p. 8).

Na edição 1897 da revista Isto É, do ano de 2006, o repórter liberou uma matéria: “Qualidade de Vida Virou Objeto de Desejo”. Esse título lembra quando foi discutido acima sobre a busca do indivíduo por descontrair e prazer; isto significa, que a busca por essa qualidade de vida materializada se tornou mais frequente, e como foi dito acima, é como se a verdadeira qualidade de vida -a que leva a percepção de que você leva uma vida mais alegre- fora posta de lado para dar espaço a essa corrida desenfreada e quase que sem fim por bens materiais. A cultura encontra a qualidade de vida também quando percebe-se a disparidade social em torno dos dois, partindo do princípios abordado acima de que manifestações e espaços culturais se tornaram pontos de lazer, atualmente as pessoas que têm mais facilidade de acesso a esses mesmos espaços de entretenimento são indivíduos com padrão de vida um pouco mais alto que a média, consequentemente, uma “qualidade de vida” maior também; enquanto que pessoas com menor facilidade de acesso, são pessoa com menor poder aquisitivo, pouca ou nenhuma “qualidade de vida” e geralmente estão tentando chegar nesse tão sonhado

"paraíso". Sendo assim, esse conceito materialista de qualidade de vida, vem servindo ao propósito de cultura de massa, pois é através dos meios de comunicação que essa falsa ideia de vida perfeita é disseminada. Pode-se inferir então que, assim como o lazer e a cultura estão intimamente ligados, o conceito de qualidade de vida mais recente (o que está sendo disseminado pelo mundo), também está intimamente ligado à cultura. Observou-se acima um arcabouço de informações acerca da cultura e qualidade de vida; falar sobre a relação delas nessa pesquisa reforça a importância de a cultura estar presente no cotidiano da sociedade e acima de tudo mostra que colocar o assistente social no meio cultural é essencial para trazer e/ou manter a qualidade de vida de cada pessoa.

SERVIÇO SOCIAL E CULTURA

Serviço Social, como o próprio nome diz, tem por nomenclatura assistente social, que desempenham as atribuições de assistência social aos cidadãos a encontrarem qualidade de vida; e como foi discutido na secção anterior, cultura traz qualidade de vida. Este vem tratar da importância de o Serviço Social estar ligado a cultura e principalmente, como e por que eles não estão sendo estudados e/ou explorados, prioritariamente, pelos profissionais da área. A relevância desse capitulo para a pesquisa é mostrar que esses apanhados de fragmentos de informações constroem o principal argumento defendido por esse trabalho: o profissional Assistente Social, precisar estar dentro do nicho cultural estatal para solucionar o problema da seção anterior, a falta de ciência da sociedade de que a cultura e lazer é um direito básico. Durante os anos decorridos no processo de formação profissional do curso de Serviço Social e, como foi dito no 7º e 8º parágrafo da introdução deste projeto, após visualizar a dificuldade do desenvolvimento de projetos socioculturais em comunidades com o apoio necessário do Estado; foi iniciado um estudo aprofundado para saber o porquê de não haver esse suporte. Foi através da busca dessa resposta que se chegou a um questionamento importante tanto para a sociedades, quanto para os próprios profissionais da área, por que não existe a presença de um Assistente Social dentro das secretarias de cultura e lazer do estado do Pará uma vez que o mesmo se faz tão necessário como forma de ligação entre a sociedade e o Estado? Percebeu-se também que há poucos estudos e artigos discursando a respeito da temática abordada por esse projeto, o que se torna preocupante pois, pode significar que existem áreas essenciais para serem abordadas pelo profissional assistente social e ainda assim, não foram exploradas. Não só beneficiaria a comunidade onde o assistente social estivesse inserido no meio cultural, uma vez que a Cultura é qualidade de vida, mas também, fortaleceria o elo de ligação entre sociedade e governo, além de gerar novos nichos de desenvolvimento profissional aos Assistentes Sociais. Os autores ainda especificam mais problemas

ao processo de conhecimento das manifestações culturais promovidas pelos agentes culturais como, a falta de conversação entre diferentes grupos culturais com o mesmo interesse (associações), o escasso apoio governamental para com manifestações consideradas pequenas e/ou pouco conhecidas. Com isso retorna-se ao artigo para explicar o porquê esse apoio financeiro é tão importante para o processo que se está sendo discutindo nessa pesquisa. Sendo assim, algo que deveria ser de inteira responsabilidade do Estado, de acordo com a constituição brasileira, o qual é a plena promoção do exercício livre das manifestações culturais, não está sendo concedido em sua plenitude; gerando consequências sérias para a existência das diferentes manifestações culturais. Apesar de estar utilizando citações de um artigo relacionado a luta pela permanência das manifestações culturais do congo, o ponto a ser defendido nessa pesquisa é que se tornou um problema comum em diferentes regiões do Brasil, o qual seria a falta ou a escassez de apoio governamental para com as pequenas demonstrações culturais espalhadas pelo país, o que se tornou um contratempo sério, pois se tornou a nível institucional. Outro problema importantíssimo, o qual vem levado a cenas tristes ao redor do país, é a intolerância por parte de determinados grupos, ocasionados justamente pela falta de conhecimento dessas manifestações,

> O desconhecimento dessas manifestações culturais [...] se desdobra à intolerância, à diferença e à diversidade, resultando em relações de exploração/opressão: credo, classe social e etnia/raça. (VIEIRA, VIEIRA, SILVA, 2019, p. 107)

Percebe-se então que a falta de apoio governamental a grupos culturais causa um a avalanche de problemas os quais, cada vez mais vão ficado sérios a ponto de poder chegar a meios violentos de fato. Sendo por causa do tamanho que a situação tomou que esse estudo, mais uma vez, volta a ressaltar a grande importância do Assistente social no meio cultural, servindo como ponte para a sociedade e o governo; se um dos problemas encontrado é a falta de comunicação entre a comunidade e o poder público, é mais lógico colocar um profissional que já exerce esse papel de “ponte” em outros nichos também necessitados de atenção como, a cultura. Termina-se essa parte da discussão, depois desse apanhado de informações para que você caro leitor possa refletir sobre a problemática existente apontada nessa discussão, fazendo uma pergunta que poderá emergir na mente de alguns interlocutores que vão estar lendo essa pesquisa, mas por que fazer tanto “barulho” para um assunto pouco discutido e talvez até sem relevância para o cotidiano? Gostaria de lhe explicar da melhor forma que achei, citando escritores importantes para o meio acadêmico, mostrando que não é um tema tão trivial assim,

> [...] a identidade cultural é um agente que auxilia na construção de consciência do povo devido à necessidade de comunicação, e aquele que se comunica o faz por meio de certos meios e formas, objetivando a democratização da cultura, a expansão do acesso aos bens culturais e possibilitando que as pessoas possam desenvolver o seu próprio modo de ser e participar da comunidade como um todo. (DANUTA, REIDY, 2014, p.)

Sendo assim é por isso que este estudo tem o intuito de abrir novos direcionamentos para os profissionais da Assistência Social, uma vez que a cultura é imprescindível para o ser humano em comunidade, não só pela qualidade de vida mas também pela própria formação identitária do mesmo; e para fazer com que as políticas públicas culturais chegue a população e/ou os projetos socioculturais já existentes e os que ainda estão se formando dentro de comunidades cheguem ao domínio governamental; partindo dos objetos estudados por essa pesquisa se tornou válido afirmar que o profissional Assistente Social deve sim ter seu papel como mediador nessa empreitada, respeitado e garantido, como forma de trazer qualidade vida, bem estar social e reforço da identidade cultural de cada comunidade. A discussão acima se deu pois é importante mostrar a escassa –para não dizer inexistente- produção de pesquisas acerca do Assistente Social estar presente no meio cultural, pois é através desses apontamentos feitos nesse trabalho que a discussão ganhará visibilidade, mostrar aos profissionais que a cultura é um nicho pouco explorado e/ou não explorado, porém um tema importantíssimo para a sociedade.

CONCLUSÃO

Em vista dos argumentos apresentados e de acordo com o tema discorrido ao longo do trabalho, no qual instiga-se a presença do Assistente Social no meio cultural para disseminação de estratégias culturais visando a qualidade de vida dos moradores das comunidades; conclui-se que a importância de o Serviço Social estar relacionado com a cultura é fundamental para que o ente cultural (produtor de cultural) consiga ter acesso ás políticas públicas e/ou estratégias culturais disponibilizadas pelo Estado, uma vez que, apontamentos da pesquisa mostram que existe tais projetos sociais, porém não chegam aos domínios da sociedade. Depreendeu-se, a partir das pesquisas realizadas para o desenvolvimento deste trabalho, que o Serviço Social fomentar, difundir e/ou colocar em prática todas as leis pertinentes ao desenvolvimento pleno do ser humano, isto é, qualidade de vida. A partir do momento em que se forma um profissional qualificado, Assistente Social, e insere o mesmo dentro das Secretarias Culturais, será uma garantia de que os cidadãos das comunidades que antes não conseguiam obter acesso ás políticas públicas e as estratégias culturais possam alcança-las sem dificuldades. Averiguou-se durante a pesquisa que a configuração de funcionários dentro das

secretarias culturais não conta com um profissional que tenha acesso direto com o público, ou que fomente projetos que engloba e entende com que público se está lidando, sendo assim reafirma-se que a conclusão tomada pelas autoras foi a inserção do Assistente Social, o qual trabalha diretamente com a sociedade como um todo, para que as estratégias culturais cheguem ás pessoas de direito, ou seja, que tenha atendimento, encaminhamento e a realização adequados. De acordo as leituras feitas para a produção dessa pesquisa, foram constatados nos materiais de diferentes autores apontamentos que mostram uma ligação entre a cultura e a qualidade de vida; uma dá origem a outra, a cultura traz qualidade de vida pois fomenta o trabalho e a diversão, já a qualidade de vida gera cultura através métodos e ações que são passados de geração em geração. A produção desse trabalho teve a intenção de se fazer perceber essa ligação a qual poucas pessoas sabem da existência, e a inacessibilidade das duas por parte da sociedade; terminamos esse trabalho fazendo dois simples questionamentos para a comunidade do Serviço Social e os futuros profissionais que ainda irão entrar para a comunidade: o Assistente Social está ligado a qualidade de vida, a mesma está, por sua vez, ligada a cultura; então por que o Assistente Social não está ligado a Cultura? Se, ainda assim, não foi o bastante, temos outra pergunta: se o Assistente Social está presente na educação, na saúde, entre outros; por que o profissional não pode estar e/ou não está presente no meio cultural?.

REFERÊNCIAS:

Hall, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12ª edição. Editora Lamparina, 2019. Bracons, H. (no prelo), Conhecer para intervir: a competência cultural no Serviço Social. Lisboa: Editorial Cáritas. Bracons, H., Rosalina, A. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. LUCENA, João Paulo

Freitas. O Assistente Social e a Política de Cultura: Reflexões Sobre a Inserção do Profissional de Serviço Social. In: Seminário nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, 2015, Florianópolis SC. CUNHA, Laís Souza da et al. A Atuação do Assistente Social na Cultura Popular Brasileira. In: XX Seminário Latinoamericano de Escuela de Trabajo Social, 2012, Córdoba.

BEZERRA, C. S. Globalização e Cultura: caminhos e descaminhos para o nacional-popular na era da globalização. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Fernanda Cristina da. Assistência Social e Cultura Política: O Processo de Uma Política em Construção. In: III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais: Expressões da Crise do Capital e as Implicações Para a Garantia dos Direitos Sociais e Para o Serviço Social, 2012, BH.

Taylor, E. (1871). Primitive culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, art and costum. Volume 1: Universidade de Michigan. Cuche, D. (1999), A Noção de cultura nas ciências sociais, Lisboa: Fim de Século. BRASIL. Código de Ética (1993).

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de ética Profissional do Assistente Social. Brasília, 1993.

ALMEIDA, Marcos Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Almeida, Gustavo Luis; Renato MARQUES. Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas, de pesquisa. Prefácio do professor Luiz Gonzaga Godoi Trigo. – São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. 1° ed., IS.reimpr. - Rio de Janeiro : LTC, 2008. 323p. Tradução de: The interpretation of cultores.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Memória e Sociedade: wwwwwww bertand brosll. DIFEL. Ditunto Editorial, 1989. ELIAS, Norbert. O processo civilizador: Uma história dos costumes. Rio de janeiro: Jorge Zahar, 1994, v. 1. CORBIN, Alain. Avenement des Loisirs, L'. 1ªed. editora: Flammarion. coleção: CHAMPS HISTOIRE - Vol. 480, 1995 ZYGMUT, Baumam. 44 Cartas ao Mundo Moderno. Tradução de José Dantas Souza. 1° edição. Editora Zahar, 2011.

BOSI, Alfredo. Reflexões Sobre a Arte. Editora Ática, 1986. MORIN, Edgar. Complexidade e ética da solidariedade. In: CASTRO, Gustavo de et al. Ensaios de complexidade. Porto Alegre: Sulina, 1997 LIPOVETSKY, Gilles. A Felicidade Paradoxal. Traduzido por Maria Lucia Machado. Oficina das Letras, 2007.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza. A Problemática da Política Social. Editora Atena, 2019.
DANUTA, Estrufika Cantóia Luiz; REIDY, Rolim de Moura. A Categoria Sujeitos: Concepções e Desafios no Contexto Brasileiro. Textos e Contextos (Porto Alegre), v. 13, n. 1, p. 31 – 46, jan./jun. 2014.

Capítulo 19

10.37423/220806375

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO & GESTÃO DE DESEMPENHO (PAGED):BUSINESS CASE EM ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL

Marco Antonio Martins Lima

IAGEE - Instituto de Avaliação, Gestão & Educação

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar *business case* da metodologia PAGED - Programa de Avaliação & Gestão de Desempenho aplicada em projeto de consultoria junto a uma Organização do setor Industrial (OInd), que é uma organização empresarial com 20 anos de atuação no segmento de indústria. A metodologia PAGED visa integrar a avaliação de desempenho das pessoas e equipes aos resultados organizacionais por meio de indicadores, estabelecendo um modelo de gestão do desempenho humano integrado ao desempenho institucional. As etapas do PAGED são as seguintes: (1) Diagnóstico situacional; (2) Modelo quantitativo; (3) Modelo qualitativo; e (4) Plano de implantação. O resultado do PAGED junto à equipe gerencial da OInd atingiu a média final de 8,79 (escala de 1,00 a 10,00; compreendida como "Desempenho Dentro do Esperado"), sendo que no módulo qualitativo (competências) o resultado foi 8,63 e no módulo quantitativo (metas) foi obtido 8,95, demonstrando certo equilíbrio entre os módulos de desempenho do PAGED na OInd.

Palavras-chave: Desempenho. Avaliação de desempenho. Gestão de desempenho.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo apresentar *business case* da metodologia PAGED - Programa de Avaliação & Gestão de Desempenho junto a uma Organização do setor Industrial, aqui nomeada doravante apenas por OInd.

O estudo foi elaborado a partir de várias informações e reuniões preliminares com a organização-cliente, gerando uma solução customizada de consultoria e atendendo as especificidades organizacionais e seu contexto de consolidação do Planejamento Estratégico no qual se previu a necessidade emergente de uma avaliação e monitoramento do desempenho humano.

A OInd é uma organização empresarial com 20 anos de atuação no segmento industrial, mas que também atua no comércio e na distribuição dos seus produtos industriais. Sua estrutura organizacional compõe-se de uma Diretoria Comercial, Industrial e de Distribuição e outra Diretoria de Apoio Administrativo e Financeiro. As gerências: comercial, produção, logística, administrativa e financeira executam e supervisionam os processos organizacionais e estão vinculadas às suas respectivas diretorias.

Há uma década a OInd passou de uma empresa voltada apenas para a produção de seus primeiros produtos para verticalizar também a venda e a distribuição, tendo, a partir daí, buscado o contínuo crescimento dos negócios com maior profissionalização de sua gestão e otimização de seus recursos e resultados.

Dentre os principais propósitos da implantação do PAGED na OInd (Quadro 1), destacam-se, juntamente com as entregas esperadas:

Quadro 1 – Objetivos e Entregas PAGED na OInd

Objetivos	Entregas
1. Alinhar as análises e propostas do diagnóstico situacional da avaliação e gestão de desempenho realizado pelo IAGEE com os objetivos do planejamento estratégico da OInd.	1. 1 Diagnóstico situacional da avaliação e gestão de desempenho.
2. Montar e validar a matriz de avaliadores e avaliados.	2. 1 Matriz de avaliadores e avaliados.
3. Montar e validar a matriz de critérios de avaliação, baseados nos cargos e nos valores definidos no planejamento estratégico.	3. 1 Matriz de critérios de avaliação, baseados nos cargos e nos valores definidos no planejamento estratégico.
4. Elaborar e validar os instrumentos específicos de avaliação de desempenho dos cargos em suas áreas internas.	4. "n" instrumentos específicos de avaliação de desempenho dos cargos em suas áreas internas.
5. Sensibilizar, em reunião presencial, os gestores sobre o modelo de Avaliação & Gestão de Desempenho baseado na metodologia PAGED.	5. 1 reunião presencial com os gestores sobre o modelo de avaliação e gestão de desempenho baseado na metodologia PAGED.

6. Implantar o modelo de Avaliação & Gestão de Desempenho baseado na metodologia PAGED. 7. Obter o indicador sustentabilidade dos colaboradores para acompanhamento nos FAGs – Fóruns de Avaliação & Gestão. 8. Repassar o modelo para a Área de Recursos Humanos dar continuidade a este processo implantado na OInd**.** 9. Entregar relatório final em meio digital (arquivos PDFs e *MsOffice*).	6. 1 modelo de avaliação e gestão de desempenho baseado na metodologia PAGED. 7. 1 indicador sustentabilidade dos colaboradores para acompanhamento nos FAGs. 8. 1 Repasse do PAGED para a Área de Recursos Humanos dar continuidade a este processo implantado na OInd**.** 9. 1 Relatório e recomendações técnicas.

Fonte: IAGEE (2022a).

Com estas entregas integradas aos objetivos do PAGED, a OInd passou a dispor de uma métrica estratégica de gestão mensal junto aos demais indicadores do negócio, ou seja, o indicador de sustentabilidade dos colaboradores, baseado no desempenho humano oferecido pelo PAGED.

2 FUNDAMENTAÇÃO E SITUAÇÃO-PROBLEMA

Explora uma problemática organizacional é adentrar a diversidade dos problemas que o contexto sempre nos apresenta, mormente nos cenários decorrentes do impacto da pandemia de Covid-19.

> Os diagnósticos, no âmbito organizacional, permitem conhecer, de forma científica e técnica, os problemas e os desafios enfrentados, e que venham a impedir o melhor desenvolvimento de algum processo ou estratégia da organização. (LIMA; NUNES; MATOS; SILVA; SOUSA, 2020, p. 43).

A situação-problema que gerou a necessidade da implantação do PAGED na OInd apresenta os seguintes aspectos de contexto organizacional (IAGEE, 2021):

(1) A empresa não possuía um processo de gestão estratégica formalmente estruturado, documentado, implementado e acompanhado, embora tenha-se identificado a existência da identidade organizacional (missão, visão e valores) registrado em seu Web site. (LIMA, 2020c).

(2) A OInd intenciona expandir a comercialização e parceiras em outros estados da federação brasileira, melhorando seu Marketshare (% de mercado), além de promover melhoria em seus processos internos de operação e logística, e em suas instalações com reformas e ampliações do espaço físico.

(3) A área de gestão de pessoas ainda não está definida e implementada na OInd, comprovando-se a não evidência de indicadores de gestão de pessoas alinhados a gestão estratégica da OInd, bem como a integração entre a gestão do desempenho das equipes internas com as estratégias organizacionais. (IAGEE, 2009a; SOUSA; LIMA, 2019).

(4) Quanto ao seu sistema atual de remuneração contempla um mix formado por salário mensal fixo, benefícios em geral para todos os cargos e comissão sobre vendas para os cargos da área comercial, mas sem um acompanhamento do desempenho que geram os resultados.

(5) O sistema atual de pagamentos não está estruturado através de planos e política formalmente definida, documentada e implementada, pois não há uma estrutura de cargos e nem uma estrutura salarial.

(6) A atual estrutura organizacional ainda não está formalmente definida, documentada e implementada, embora se percebam características de uma estrutura funcional mais verticalizada, principalmente na matriz. De forma que a atual forma de estruturação organizacional não atende as necessidades da OInd nem contribui para o alcance dos resultados esperados. (CHANDLER JR., 1962).

Vê-se, com essa situação-problema, que a necessidade de investir na gestão do desempenho humano torna-se prioridade para o aprimoramento do modelo de gestão na OInd.

3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DO ESTUDO

A metodologia PAGED - Programa de Avaliação e Gestão de Desempenho é uma metodologia de consultoria e educação organizacional de domínio e aplicação exclusiva do IAGEE – Instituto de Avaliação, Gestão & Educação e que permite integrar a avaliação de desempenho das pessoas e equipes aos resultados organizacionais por meio de indicadores, estabelecendo um modelo de gestão do desempenho humano integrado ao desempenho institucional (IAGEE, 2009b).

A metodologia PAGED prevê o envolvimento e a participação de uma equipe de representantes internos a ser designada pela organização-cliente sob a orientação e perfil fornecidos pelo IAGEE, para a transferência da metodologia e o desenvolvimento das atividades do programa e observando-se os seus impactos nas seguintes dimensões na tríade da gestão: estratégias; processos; e pessoas (ROCHA; ALBUQUERQUE, 2007) e oferecendo uma abordagem de consultoria que permite uma visão sistêmica da organização e capta as diversas variáveis influenciadoras no êxito das ações do problema a ser tratado.

Os encontros de orientação com a equipe do programa são aplicados em abordagem de construção e/ou validação, através de modernas metodologias e tecnologias educacionais que agregam valor e rapidez à sensibilização, à capacitação, à aprendizagem e ao comprometimento com o processo de mudança na organização-cliente. Dentre estas metodologias e tecnologias poderão ser adotadas: exposição dialogada, trabalho em equipe, apresentações de grupos, storyteling, benchmarking, reflexões coletivas, encontro participativo, dinâmicas de grupo, dramatização e teatro empresarial, casos práticos de sucesso, benchmarking e cenas de filmes (IAGEE, 2009b).

Os objetivos centrais do PAGED são os seguintes (IAGEE, 2009b):

(1) Integrar o desempenho humano e individual ao desempenho organizacional;

(2) Estabelecer critérios objetivos para a avaliação e a gestão do desempenho;
(3) Referenciar as políticas de remuneração, reconhecimento e capacitação; e
(4) Promover melhorias na produtividade e na qualidade de vida dos profissionais.

As etapas para operacionalização da Metodologia PAGED no ambiente organizacional requer a customização à realidade do cliente, mas tem como matriz central, os seguintes momentos de consultoria que são alvos de validação com a organização-cliente antes da sua implantação efetiva: (1) Diagnóstico situacional; (2) Modelo qualitativo; (3) Modelo quantitativo; e (4); Plano de implantação (IAGEE, 2009b).

A etapa (1) Diagnóstico situacional é o momento de preparação e kick off do programa com a montagem da equipe do PAGED pela organização-cliente e pelo IAGEE visando a definição da dinâmica de funcionamento das orientações e da gestão do programa a partir de algumas das áreas de conhecimento do PMI (2017): gestão, escopo, prazo e resultados esperados. Consta ainda nesta etapa inicial a Elaboração e aprovação do Plano de Projeto/Cronograma, do Plano de Comunicação do PAGED, bem como o desenvolvimento e entrega do diagnóstico situacional do desempenho na organização-cliente.

As duas etapas seguintes compreendem a construção do modelo conceitual de avaliação e gestão do desempenho capaz de atender as diferentes unidades e setores, bem como cargos e funções.

A etapa (3) módulo qualitativo requer a customização das competências ou fatores de desempenho na organização-cliente, tomando-se como referências seus cargos e funções. Tem como produto a matriz de critérios de avaliação qualitativa.

A etapa (4) módulo quantitativo requer o mapeamento de indicadores e metas na organização-cliente, tomando-se como referências seus objetivos estratégicos. Tem como produto a matriz de critérios de avaliação quantitativa.

Os diversos componentes da avaliação quantitativa baseada em indicadores e resultados; e da avaliação qualitativa baseada em competências ou fatores de desempenho, sob a orientação de consultores do IAGEE, constam da Figura 1, a seguir:

Figura 1 - Algoritmo Geral do PAGED



Fonte: IAGEE (2009b).

O modelo conceitual precisa estar alinhado com os princípios que norteiam o PAGED: integração, resultados, cultura de avaliação, simplicidade, flexibilidade e instrumentalização (IAGEE, 2009b). O produto principal desta fase é o algoritmo do PAGED a ser previamente aprovado e validado pela Diretoria a organização-cliente, para fins de continuidade e implantação efetiva do programa e considerando-se seus efeitos (curto prazo) e impactos (médio e longo prazos) para a gestão estratégica e de pessoas na organização-cliente, conforme a Figura 2, a seguir demonstra.

Figura 2 - Modelo Operacional de Desempenho



Fonte: IAGEE (2009b).

A última etapa compreende a orientação para elaboração de (4) Plano de Implantação do modelo operacional do Programa de Avaliação e Gestão de Desempenho (PAGED), bem como a capacitação e sensibilização dos colaboradores e gestores para o novo modelo. Nessa etapa, pode-se agregar, ainda um momento de acompanhamento técnico durante e após a implantação do PAGED visando a

consolidação da metodologia na realidade da organização-cliente, com reuniões mensais de acompanhamento e orientações.

4 ANÁLISE SITUACIONAL E ALTERNATIVAS PARA SOLUÇÃO

A decisão de implantar a metodologia PAGED na OInd foi tomada após o processo de planejamento estratégico, mas seria também adotada, mesmo que apenas o direcionamento da organização OInd pela sua Diretoria, pois a necessidade de acompanhamento do desempenho fora identificada como primordial para a consolidação dos resultados pretendidos no curto prazo e diante do cenário pós-pandêmico.

O plano de trabalho ou cronograma do PAGED na OInd e que demonstra a solução à situação problema encontrada na empresa do caso em lide, correspondeu às seguintes atividades, conforme o Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Plano de trabalho/Cronograma do PAGED na OInd

ATIVIDADES	PRAZO (meses)
1. Alinhar as análises e propostas com o diagnóstico situacional da OInd (estratégico, da estrutura organizacional e do atual sistema de pagamentos).	1,0
2. Montar e validar a matriz de avaliadores e avaliados.	2,0
3. Montar e validar a matriz de critérios de avaliação, baseados nos cargos e nos valores definidos no planejamento estratégico.	
4. Elaborar e validar os instrumentos específicos de avaliação de desempenho dos cargos em suas áreas internas.	
5. Sensibilizar, em reunião presencial, os gestores sobre o modelo de Avaliação & Gestão de Desempenho baseado na metodologia PAGED.	
6. Implantar o modelo de Avaliação & Gestão de Desempenho baseado na metodologia PAGED.	2,5
7. Obter o indicador de sustentabilidade Colaboradores para acompanhamento nos FAGs – Fóruns de Avaliação & Gestão.	
8. Repassar o modelo para a Área de Recursos Humanos dar continuidade a este processo implantado na OInd.	
9. Entregar Relatório final em meio digital (arquivos PDFs e *MsOffice*).	0,5
PRAZO TOTAL	**6,0**

Fonte: IAGEE (2022a).

Este plano/cronograma de trabalho reflete o planejamento de prazo do programa PADEG na OInd e, qualquer alteração nos prazos previstos, seria alvo de renegociação por parte da OInd com o IAGEE, evitando alargamento de prazo e custos para o projeto nas duas organizações.

A fim de evitar problemas com prazos o IAGEE adota metodologia de gestão com uso de duas ferramentas: plano de projeto e relatório processual de consultoria, que registram, detalhadamente, as etapas, atividades, dias, horários, responsáveis e os prazos definidos (PMI, 2017).

No caso específico da OInd o PAGED visou obter o indicador sustentabilidade dos colaboradores para acompanhamento nos FAGs – Fóruns de Avaliação & Gestão. Aqui se torna necessário destacar estes 2 (dois) conceitos: sustentabilidade de colaboradores e FAGs.

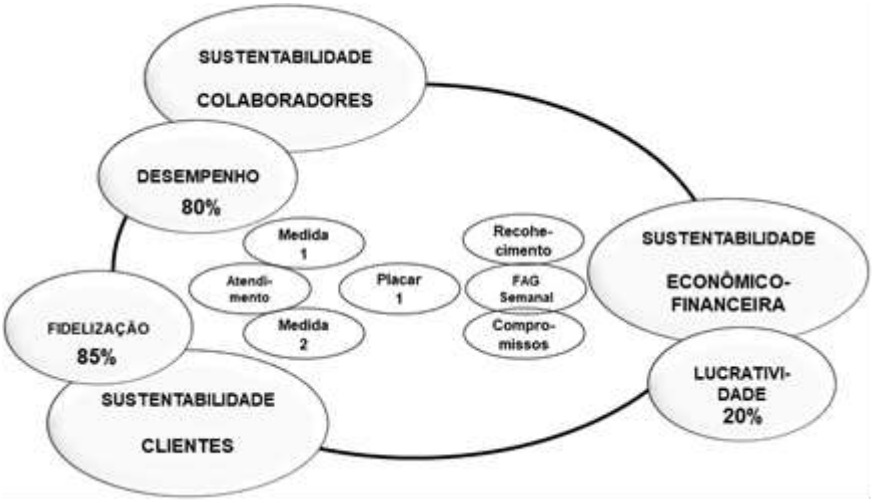
A sustentabilidade de colaboradores é a estrutura essencial da sustentabilidade organizacional que demonstra o quanto as equipes internas contribuem para o alcance dos resultados da organização. Pode ser medido por vários aspectos: desempenho, satisfação, engajamento e/ou comprometimento, traduzindo-se também por indicadores quantitativos e estratégicos, vinculados aos números do negócio (faturamento, lucro, custo de pessoal etc.). No caso da OInd a sustentabilidade de colaboradores ficou associada ao desempenho humano e organizacional, conforme o alvo da metodologia PAGED. Importante salientr que sem a sustentabilidade de colaboradores a organização não consegue garantir faturamento, resultados positivos e lucro (LIMA, 2020a; 2020b).

Os FAGs são os Fóruns de Avaliação & Gestão e correspondem a projeto fundamental da Metodologia PRODESO também de domínio e aplicação exclusiva do IAGEE. Conforme Lima (2020b, p. 33):

> Os FAGs efetivam, de maneira concreta, o modelo de gestão da sustentabilidade organizacional, ao criar ou reformular fóruns corporativos de resultados, fundamentados no conceito de reuniões executivas para resultados e no conceito dialógico. São preciosos e sistemáticos momentos para reuniões executivas, porém visando à melhoria constante de resultados, discutindo como estamos fazendo hoje e como devemos fazer amanhã (modelo de gestão à vista e painel de indicadores do negócio).

Os Fóruns de Avaliação & Gestão (FAGs) abrangem os 3 (três) indicadores de sustentabilidade organizacional (LIMA, 2020a), conforme a Figura 3, a seguir. Porém, no caso do PAGED na OInd, o indicador de sustentabilidade de colaborares ficou integrado ao desempenho humano das suas equipes internas.

Figura 3 – Indicadores de Sustentabilidade Organizacional para os FAGs



Fonte: Adaptado de Lima (2020a, p. 156).

A matriz de indicadores de avaliação do PAGED na OInd consta do Quadro 3, a seguir, e demonstra as competências de habilidades e de atitudes, bem como os resultados considerados como critérios de avaliação no PAGED.

Vê-se, no Quadro 3, que a competência de maior aplicação entre os espaços organizacionais da OInd foi "Comprometimento", seguida de "Agilidade e velocidade" e "Iniciativa". Dentre os resultados "Qualidade no trabalho", "Serviços realizados com segurança e rapidez" e "Metas organizacionais alcançadas" foram os indicadores mais presentes na matriz, sendo mapeados para todos os espaços ocupacionais avaliados no PAGED.

Quadro 3 – Matriz de Critérios PAGED na OInd

MATRIZ PAGED	COMPETÊNCIAS											RESULTADOS					
ESPAÇO OCUPACIONAL/CARGO	Comunicação	Flexibilidade	Liderança	Negociação	Planejamento	Relacionamento interpessoal	Agilidade e velocidade	Comprometimento	Foco em resultados	Iniciativa	Produtividade	Qualidade no trabalho	Serviços realizados com segurança e rapidez	Metas organizacionais alcançadas	Eficiência do controle de estoque	Eficiência dos equipamentos	Entregas pontuais e com segurança
GESTÃO TÉCNICO-ADM	X	X	X		X	X	X	X	X	X		X	X	X			
GESTÃO COMERCIAL	X	X	X	X	X	X	X	X		X		X	X	X			
TÉCNICA COMERCIAL	X	X		X		X	X	X	X	X		X	X	X			
TÉCNICA ADM						X	X	X		X	X	X	X	X			
TÉCNICA EXPEDIÇÃO		X					X	X			X	X	X	X	X	X	X
TÉCNICA LOGÍSTICA						X		X		X		X	X	X	X	X	X
TÉCNICA PRODUÇÃO		X					X	X		X	X	X	X	X	X	X	

Fonte: IAGEE (2022a).

A Tabela 1, seguinte, apresenta os resultados apenas da Equipe Gerencial da empresa OInd no PAGE aplicado em 2021.

Tabela 1 – Resultados PAGED na Equipe Gerencial

CARGO AVALIADO	COMPETÊNCIAS			RESULTADOS	DESEMPENHO GERAL
	AV. SUPERIOR	AUTOAVALIAÇÃO	MÉDIA		
Gerente Adm. Financeiro	8,80	9,00	8,90	9,00	8,95
Gerente Comercial	7,70	9,00	8,35	9,10	8,73
Gerente Produção	8,20	8,50	8,35	9,32	8,83
Gerente Logística	8,80	9,00	8,90	8,37	8,64
EQUIPE GERENCIAL	**8,38**	**8,88**	**8,63**	**8,95**	**8,79**

Fonte: IAGEE (2022a).

Vê-se que o gerente administrativo-financeiro apresentou o melhor desempenho com 8,95 e o gerente de logística o mais baixo resultado (8,64) em uma escala de 1,0 a 10,0, conforme o Quadro 4 a seguir.

Quadro 4 – Escala PAGED e Recomendações

CONCEITO	ESCALA	RECOMENDAÇÃO
Desempenho Acima do Esperado	9,0 a 10,0	Parabéns! O resultado da sua avaliação mostra que seu desempenho está acima do esperado. Porém para o seu o desenvolvimento profissional você deve buscar o constante aperfeiçoamento. Participe, com seu gestor, da reunião de feedback.
Desempenho Dentro do Esperado	7,0 a 8,99	O resultado da sua avaliação mostra que seu desempenho está dentro do esperado. Analise, com a cooperação de seu gestor, todos os critérios e procure identificar em quais deles você deve investir para a melhoria do seu desempenho.
Desempenho Pouco Abaixo do Esperado	4,0 a 6,99	O resultado da sua avaliação demonstra que seu desempenho está pouco abaixo do esperado. Analise, com a cooperação de seu gestor, todos os critérios e procure identificar em quais deles você deve investir para a melhoria do seu desempenho.
Desempenho Muito Abaixo do Esperado	1,0 a 3,99	Seu desempenho deve ser melhorado! O resultado da sua avaliação mostra isso. Como oportunidade de reverter o processo, procure, em conjunto com o gestor, analisar todos os critérios e procure identificar em quais deles você precisa investir urgente para a melhoria do seu desempenho.

Fonte: IAGEE (2022a).

O resultado do PAGED junto à equipe gerencial da OInd atingiu a média final de 8,79 (escala de 1,00 a 10,00; compreendida como “Desempenho Dentro do Esperado”), sendo que no módulo qualitativo (competências) o resultado foi 8,63 e no módulo quantitativo (metas) foi obtido 8,95, demonstrando equilíbrio entre os módulos de desempenho do PAGED na OInd e especificamente na sua equipe gerencial.

A ênfase no desempenho gerencial do PAGED na OInd permitiu que fossem identificadas as competências e resultados mais críticas de desenvolvimento e de reconhecimento no quadro funcional estratégico, que são os gestores da empresa.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS

Verificou-se que os 9 (nove) objetivos descritos do Quadro 1, anterior, foram plenamente atingidos, bem como as 9 (nove) entregas do PAGED também foram realizadas.

A implantação do PAGED na OInd efetuou-se em março/2021 e seu desenvolvimento ocorreu desde outubro/2020, totalizando 6 (seis) meses de desenvolvimento até a implantação, conforme planejamento previsto no Quadro 2 anterior.

O relatório final do PAGED foi entregue em setembro/2021, após a aplicação no período de março/2021 a agosto/2021.

As principais recomendações técnicas constantes do relatório final foram as seguintes:

Quadro 5 – Recomendações Técnicas do PAGED na OInd

DIMENSÕES	RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS
Estratégia	• Desenvolver o Plano Estratégico da OInd no contexto pós-pandêmico; • Criar um Mapa Estratégico para a OInd; • Desenvolver uma gestão participativa e maior integração entre as áreas com reuniões e encontros mensais, através dos Fóruns de Avaliação e Gestão (FAGs); • Mante o PAGED alinhado aos objetivos estratégicos.
Desempenho	• Dar continuidade para que a gestão do desempenho na OInd amplie sua maturidade com a agregação de novos instrumentos de medição e monitoramento do desempenho humano e organizacional de forma integrada.
Pessoas	• Atualizar, para o contexto pós-pandêmico, os perfis dos cargos e funções necessários ao negócio da empresa; • Estabelecer uma estrutura salarial que contemple o equilíbrio interno e externo da empresa; • Elaborar plano de desenvolvimento e capacitação com base nos objetivos organizacionais; e • Desenvolver e implantar novas formas de reconhecimento após a implantação do PAGED, como remuneração variável para além da área comercial, incentivos, premiações etc.
Estrutura	• Definir novo modelo de estrutura organizacional alinhado à estratégia; • Redesenhar os processos organizacionais, principalmente produção e distribuição, visando criar matriz de risco para o controle de processos; • Melhorar a estrutura física (salas, espaços internos etc.) e de equipamentos; e • Implantar a manutenção preventiva nas gerências de produção e de distribuição.

Fonte: IAGEE (2022a).

Tornaram-se necessárias visitas sistemáticas ao cliente in loco ou reuniões remotas visando acompanhar, por meio de mentorias ou mesmo novos projetos de acompanhamento de consultoria, a fim de garantir que o PAGED se torne um processo consolidado na OInd

REFERÊNCIAS

1. CHANDLER JR., Alfred D. Strategy and structure: chapters in the history of industrial enterprise, Doubleday, New York. 1962.

2. IAGEE. Instituto de Avaliação, Gestão & Educação. Descrição da metodologia PRORH – Programa Recursos Humanos Estratégicos, 2009a. Manual de metodologia.

3. IAGEE. Instituto de Avaliação, Gestão & Educação. Descrição da metodologia PAGED – Programa de Avaliação & Gestão de Desempenho, 2009b. Manual de metodologia.

4. IAGEE - Instituto de Avaliação, Gestão & Educação. Relatório do diagnóstico empresarial: estratégias, sistema de remuneração fixa e estrutura organizacional. Fortaleza: IAGEE, 2021, 36p.

5. IAGEE - Instituto de Avaliação, Gestão & Educação. Resultados PAGED na OInd. Fortaleza. 31 jan. 2022a. Arquivo Excel. 2 planilhas., Arquivo em meio digital (Excel).

6. LIMA, Marcos Antonio Martins. Sustentabilidade organizacional: avaliação & gestão [recurso eletrônico]. Curitiba: Brazil Publishing, 2020a.

7. LIMA, Marcos Antonio Martins. Avaliação & gestão de Programa de Sustentabilidade Organizacional (PRODESO) na Organização Atlas II. Rio de Janeiro: e-Publicar, 2020b, pp. 13-41.

8. LIMA, Marcos Antonio Martins. Disciplina gestão estratégica (Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria Profissional – PPAC PROF da Universidade Federal do Ceará – UFC). Fortaleza. 20 out. 2020c. Arquivo Powerpoint. 44 slides (Unidade II: Identidade Estratégica). color. Slides 10 a 35, Arquivo em meio digital (Powerpoint).

9. LIMA, Marcos Antonio Martins; NUNES, Paulo Roberto Carvalho; MATOS, Rita de Cássia Holanda; SILVA, Denize de Melo; SOUSA, Natália Rocha de. Programa Recursos Humanos Estratégicos (PRORH): diagnóstico da gestão de pessoas na Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará (CGE), pp. 42-63 (Capítulo 2). In: MELLO, Roger Goulard; FREITAS, Patrícia Gonçalves de (Orgs.). Aplicação estratégica e multiplicidades da gestão contemporânea. Rio de Janeiro: e-Publicar, 2020.

10. PMI - Project Management Institute, Inc. Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK, 6 ed.)/Project Management Institute. Outros títulos: Guia PMBOK. 2017.

11. ROCHA, Paulo; ALBUQUERQUE, Alan Melo Marinho de. Sincronismo Organizacional. São Paulo: Saraiva, 2007.

12. SOUSA, W. V. de; LIMA, M. A. M. Gestão de pessoas em organizações bem-sucedidas: estudo sobre a valorização dos colaboradores. In: LIMA, Marcos Antonio Martins (Org). Gestão organizacional o varejo e serviços: pessoas e processos. Fortaleza: Edições UFC, 2019.

Capítulo 20

10.37423/220806384

PROGRAMA DE ESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL (PROESTRUTURA): ESTUDO EM ORGANIZAÇÃO DE SAÚDE

Marcos Antonio Martins Lima

IAGEE - Instituto de Avaliação, Gestão & Educação

José Airton Ferreira Lima

IAGEE - Instituto de Avaliação, Gestão & Educação

Resumo: O artigo analisa a forma de estruturação organizacional de uma clínica médica de pequeno porte levando-se em conta as relações entre a estratégia e a estrutura, forma de entendimento e atuação dos gestores e estágio atual dos negócios. Descreve-se a estrutura e as diretrizes de atuação utilizando as informações do diagnóstico e planejamento estratégico, dos levantamentos de informações interna da empresa e entrevistas com seus principais gestores. Verificou-se como são entendidos e utilizados esses conceitos na relação da clínica com os clientes (pacientes), colaboradores e gestores. A literatura aponta para a coerência, o alinhamento e a consistência entre os conceitos de estratégia e estrutura, como essencial para o desenvolvimento da empresa e aumento da competitividade. A metodologia utilizada e implantada na empresa-cliente foi o Programa de Estruturação Organizacional (PROESTRUTURA) de domínio e aplicação do Instituto de Avaliação, Gestão & Educação (IAGEE).

Palavras-chave: Estrutura organizacional. Estratégia. Arquitetura organizacional.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo central analisar a construção da estrutura organizacional de uma clínica médica privada de pequeno porte. Analisa, também, a coerência e o alinhamento da estratégia e da estrutura organizacional conforme conceitos encontrados na literatura técnico-científica em gestão organizacional. Como objetivo secundário visa verificar o entendimento, por parte de seus principais gestores, dos conceitos de estratégia e estrutura organizacional de uma organização de saúde privada de pequeno porte.

As micro e pequenas empresas são campos importantes de estudos organizacionais, pois são responsáveis pelo aumento de competitividade e fortalecimento de economia brasileira e tem um menor número de estudos organizacionais do que as grandes. Mesmo sendo organizações de pequeno porte em termos de recursos humanos, são grandes em relação à contratação e oferta de serviços e movimentação de recursos financeiros. São empresas que utilizam muito conhecimento e informação, são organizações que buscam se profissionalizar, como classifica Mintzberg (1995). São organizações empresariais que buscam, com sua estratégia, a sobrevivência em um mercado competitivo, e em processo de concentração.

Este artigo pretende contribuir para aplicação concreta dos conceitos de estratégia e estrutura e suas inter-relações em uma pequena empresa de saúde baseada no Programa de Estruturação Organizacional (PROESTRUTURA) desenvolvido pelo Instituto de Avaliação, Gestão e Educação (IAGEE).

2 FUNDAMENTAÇÃO E SITUAÇÃO-PROBLEMA

A estratégia é uma atividade que tem relação com o meio ambiente da empresa, como a organização lida com o mercado e a sociedade. A estratégia da clínica deve ser explicitada, discutida e constantemente avaliada por seus gestores. É uma atividade voltada para fora, dependendo do ambiente.

A estrutura organizacional deve estar atrelada à estratégia da organização. Esta estrutura está condicionada pela estratégia a ser adotada (CHANDLER, 1962). Por sua vez, a estrutura também influencia a estratégia, no momento da implantação desta. A estratégia e a estrutura adotadas são fatores determinantes do desenvolvimento organizacional. O desenvolvimento organizacional é aqui entendido, como uma mudança organizacional planejada.

A estratégia não é um processo gerencial isolado. É uma das etapas de um processo contínuo lógico que movimenta toda a organização desde a declaração de missão até o trabalho executado pelos colaboradores da linha de frente e de suporte, e ainda orienta a organização para os resultados pretendidos.

A estrutura de uma organização, por sua vez, é a soma total das maneiras pelas quais o trabalho é dividido em tarefas distintas e como é feita a coordenação entre essas partes. Pode ser definida como o resultado de um processo, através do qual a credibilidade é distribuída e as atividades especificadas (VASCONCELOS, 2002).

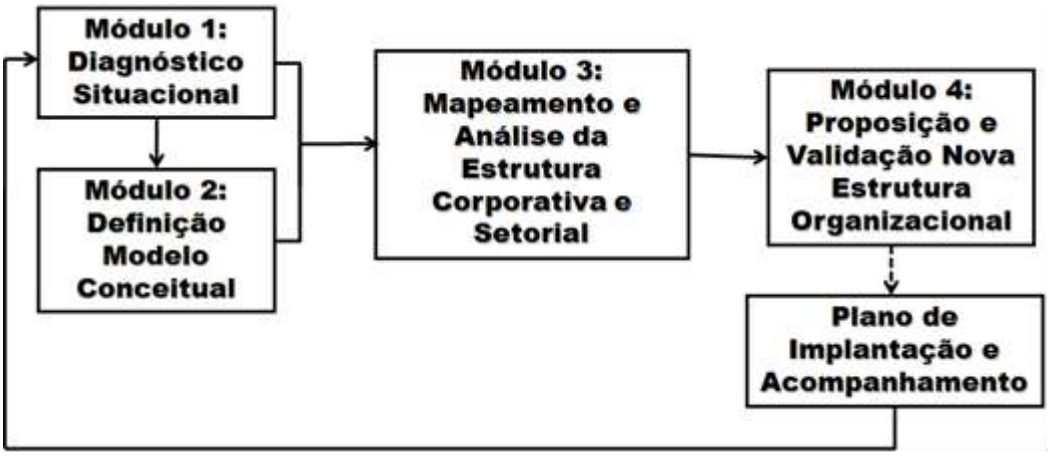
Na clínica médica estudada, até recentemente, não havia formalmente definida, documentada e implantada sua estrutura organizacional, quando foi formulado o modelo que seria adotado doravante. Os sócios, embora como pessoa jurídica, ainda atuavam como profissionais liberais médicos, cada um em sua especialidade atendendo a demanda de consultas e exames que chagavam a clínica de acordo com a agenda de cada profissional. Contudo com o planejamento estratégico, viu-se a necessidade de definir e implementar formalmente uma estrutura organizacional para a clínica.

Como será uma experiência nova para os gestores e depois de analisar as características da empresa, tem-se como opção um modelo funcional, porém mais flexível que permita ao mesmo tempo, a padronização, a descentralização e a interrelação entre as áreas de forma mais cooperativa.

3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DO ESTUDO

O Programa de Estruturação Organizacional (PROESTRUTURA) é uma metodologia que consiste na aplicação dos fundamentos de integração da estrutura com a estratégia organizacional, promovendo a estruturação organizacional de forma a responder ao ambiente externo e as mudanças organizacionais.

Figura 1: Metodologia PROESTRUTURA



Fonte: IAGEE (2012).

Esta metodologia, desenvolvida pelo Instituto de Avaliação, Gestão e Educação (IAGEE), prevê algumas etapas para operacionalização, conforme Figura 1 anterior, que inclui um diagnóstico situacional da organização, proposição e validação do modelo conceitual, mapeamento e análise da estrutura corporativa e setorial, proposição e validação da nova estrutura organizacional e um plano de implantação da nova estrutura.

Nesse estudo a natureza de análise dos dados obtidos em campo é qualitativa e exploratória. Assim os dados e informações foram coletados a partir do:

a) Levantamento da estrutura atual que era informal e de alguns documentos (como contrato social, acordos de sócios e legislação pertinente);

b) Levantamento de informações dos processos de funcionamento da clínica através de entrevistas com os gestores;

c) Informações do planejamento estratégico da clínica; e

d) Levantamento das informações sobre o tema em outras publicações.

Para a elaboração da estrutura tem-se como premissas:

1. A estrutura deve ser desenhada para que a clínica possa melhor cumprir a sua missão e alcançar sua visão de futuro com base em seus valores e negócios;
2. A estrutura contribui para que a empresa seja sustentável agora e no futuro; e
3. A empresa possa otimizar seus processos de decisão, de gestão e operacionais para atingir os objetivos planejados.

Outro subsídio importante na construção da proposta de estrutura foi o conceito de Cadeia de Valor de Porter (1991), conforme a Figura 2, a seguir. A partir deste conceito, podemos melhor conhecer as atividades principais e secundárias da clínica.

Figura 2. Modelo da Cadeia de Valor de Porter



Fonte: Adaptado de Porter (1989; 1991).

A cadeia de valor interna (ou de dentro da empresa) consiste no conjunto de atividades primárias e de suporte realizadas para projetar, produzir e entregar um produto ou serviço. Toda organização realiza seus processos visando criar valor (margem) para seus clientes (PORTER, 1989; 1991).

Desta forma foram identificadas as atividades primárias da clínica como as seguintes, conforme o Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Atividades Primárias Mapeadas na Clínica

Atividade	Descrição
RECEPÇÃO/ACOLHIMENTO	Capacidade de receber e acolher bem as pessoas dando início do processo de prestação do serviço médico.
ATENDIMENTO MÉDICO	Realização da consulta dos pacientes para diagnóstico e exames pelo médico especialista.
EXAMES	Realização de exames clínicos, patológicos e de rotina para fins diagnósticos.
MARKETING E VENDAS	Promoção dos serviços da clínica, manutenção dos clientes atuais e captação de novos clientes. Imagem Corporativa.

SERVIÇOS PÓS VENDA	Retorno de consultas e novos exames, procedimentos e serviços.

Fonte: Relatório IAGEE (2022).

As atividades de apoio, por sua vez, foram identificadas como sendo as constantes do Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Atividades de Apoio Mapeadas na Clínica

Atividade	Descrição
INFRAESTRUTURA DA EMPRESA	Processos internos de administração e estrutura organizacional.
ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	Processos de recrutamento, seleção, treinamento e administração de recursos humanos.
TECNOLOGIA	Equipamentos e sistemas de Tecnologia da Informação e diagnóstico médico.
SUPRIMENTO DE SERVIÇOS E MATERIAIS	Compras, estoques de materiais e serviços de apoio (limpeza, manutenção) e outros.

Fonte: Relatório IAGEE (2022).

Com essas informações e seguindo as etapas previstas no programa pode-se elaborar a proposta de estrutura organizacional para a clínica em questão.

4 ANÁLISE SITUACIONAL E ALTERNATIVAS PARA SOLUÇÃO

A clínica médica objeto do estudo é uma empresa privada de pequeno porte formada por 5 (cinco) cinco sócios que são médicos e atuam em consultas, exames e assistência médica em várias especialidades. Seu público é predominantemente clientes particulares, embora atendam também alguns convênios com operadoras de saúde.

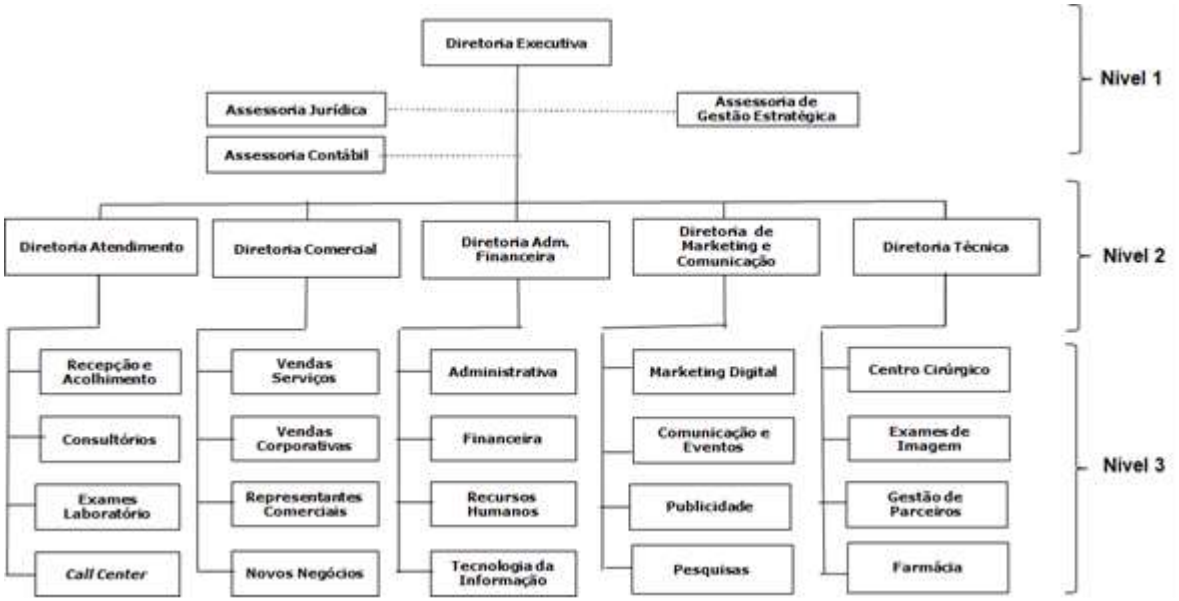
O objetivo do projeto foi desenvolver estudos para definir uma estrutura organizacional para clínica médica alinhando a estratégia corporativa e modelo de gestão. Neste estudo os elementos ou aspectos da estratégia da clínica que observamos na escolha do modelo de estrutura, destacam 3 (três) aspectos importantes: (1) Qualidade dos serviços; (2) Otimização dos Custos; e (3) Crescimento sustentável.

Esses elementos são cruciais para o negócio da clínica. Para proposição do modelo de estrutura consideramos os seguintes elementos constituintes:

1. Nível Hierárquico: refere-se a camada de decisão na estrutura;
2. Unidades Administrativas; São as diversas áreas/setores dentro do nível; e
3. Atividades das Unidades; São as diversas funções e atividades dentro das unidades.

Considerando-se esses elementos constituintes do modelo de estrutura organizacional, foram definidos e propostos um organograma (Figura 3, a seguir) considerando 3 (três) níveis hierárquicos, que são: (1) nível de direção e assessoramento; (2) nível de gestão; e (3) nível de execução das atividades.

Figura 3 – Organograma proposto



Fonte: Relatório IAGEE (2022).

No nível (1) de direção e assessoramento tem-se uma Diretoria Executiva e 3 (três) assessorias responsáveis pelos processos jurídicos, contábeis e de gestão estratégica. A diretoria funciona como um colegiado, mas há um diretor executivo escolhido democraticamente. As assessorias deste nível são todas externas.

No nível (2) de gestão foram propostos 5 (cinco) diretorias nas quais foram distribuídos os principais processos e atividades da clínica e que serão ocupadas pelos sócios.

No nível (3) constam as atividades sob a responsabilidade de cada Diretoria. As diretorias e suas atividades são as seguintes:

A Diretoria de Atendimento com as atividades de recepção, atendimento, consultórios, exames de rotina e call center.

A Diretoria Comercial com as atividades de vendas de serviços, vendas corporativas, representantes comerciais e novos negócios.

A Diretoria Administrativa e Financeira coube as atividades administrativas, financeira, recursos humanos e tecnologia da informação.

Na Diretoria de Marketing estão as atividades de marketing digital, comunicação, eventos, publicidade e pesquisas.

Coube à Diretoria Técnica as atividades de centro cirúrgico, exames de imagem, farmácia e gestão dos profissionais parceiros.

Dessa forma comtemplamos todos os processos de negócios e atividades da clínica, respeitando sua estratégia e sustentabilidade. Observe que esse nível engloba as atividades de execução dos processos da clínica. Assim o segundo nível engloba os terceiros e tem uma relação direta processual.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS

O presente estudo demonstra a implantação da metodologia PROESTRUTURA (IAGEE, 2012) aplicada na estruturação organizacional de uma clínica médica privada de pequeno porte.

Esta proposta é nova para a clínica que vem apresentando um bom crescimento neste último ano. A partir da assessoria do Instituto de Avaliação, Gestão e Educação (IAGEE), importantes contribuições foram planejadas e articuladas, focalizando as alterações no modelo de gestão da clínica.

Quanto ao modelo de estrutura a disposição sistemática das áreas e atividades da clínica não é estática como eventualmente se poderia depreender de sua representação gráfica que é o organograma, mas as linhas estruturais devem indicar relações dinâmicas que ocorrem entre os líderes e componentes dos grupos de cada área. O modelo, embora funcional, é de natureza mais cooperativo e interrelacional (LIMA, 1999).

Um dos fatores que favorece a nova estrutura é a conscientização de mudanças dos líderes, principalmente os sócios, que sendo médicos em suas especialidades devem também assumir o papel de gestores, com uma nova visão de negócios e empreendimento. Nota-se que há interesse e abertura para as mudanças que estão em processo.

Os principais desafios do novo modelo é ajustar ao longo do tempo a gestão compartilhada do negócio que certamente envolve muitas e diversas variáveis, além das que os sócios tinha até então com profissionais liberais médicos.

Outro ponto de destaque nesse contesto é com o quadro e gestão de pessoal, pois com o processo de crescimento dos negócios, haverá, sem dúvida, necessidade de pessoal qualificado e dedicado para as demandas de novos serviços. Esse processo deverá ser mais bem trabalhado durante a fase de implantação da nova estrutura.

REFERÊNCIAS

1. CHANDLER, A. Strategy and Structure: the history of the american industrial enterprise. Cambridge: Mass MIT Press, 1962.

2. CRUZ, Tadeu. Manual de organização: reengenharia na prática. 2 ed. São Paulo: atlas, 1997. 155p.

3. GREGOR, Shiley.; HEVNER, Alan R. Positioning and presenting design science research for maximum impact. MIS Quarterly, v. trimestral 37, ed. 2. Disponível em: <<http://dl.acm.org/citation.cfm?id=2535658.2535660>>. 2013. p. 337-356.

4. HRONEC, Steven M. Sinais vitais: usando medidas de desempenho da qualidade, tempo e custos para traçar a rota para o futuro de sua empresa. Tradução: Kátia Aparecida Roque. Revisão técnica: P. A. Santi. São Paulo: Makron Books, 1994. 240 p.

5. IAGEE, Instituto de Avaliação, Gestão & Educação. Metodologia PROESTRUTURA: Programa de Estruturação Organizacional. Fortaleza: IAGEE, 2012.

6. LIMA, Marcos Antonio Martins. Estruturas de redes nos ambientes internos e externos das PME's e o modelo italiano. Fortaleza: UECE/CMA. (Artigo publicado na Revista http://www.informal.com.br/artigos. 1999. 15p.

7. MINTZBERG, Henry. Criando Organizações Eficazes: estruturas em cinco configurações. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

8. MINTZBERG, Henry. Estrutura e dinâmica das organizações. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

9. MOTTA, Gustavo da Silva. Editorial Seção Artigos Tecnológicos. Como Escrever um Bom Artigo Tecnológico? Recuperado de RAC, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac2017170258>>. Set-Out/2017.

10. PORTER, Michael E. Estratégia competitiva: técnicas para Análise de Indústrias e da Concorrência. Tradução: Elizabeth Maria de Pinho Braga. Revisão Técnica: Jorge A. Garcia Gomez. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

11. PORTER, Michael E. Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior. Tradução: Elizabeth Maria de Pinho Braga. Revisão Técnica: Jorge A. Garcia Gomez. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

12. 12. RUMMLER, Geary; BRACHE, Alam P. Melhores desempenhos das empresas São Paulo, Editora Makron Books, 1996. 263p.

13. VASCONCELOS, Eduardo; HEMSLEY, James R. Estrutura das organizações: estruturas tradicionais, estruturas para inovação e estrutura matricial. 3 ed. São Paulo: Pioneira, 2000. 208p.

Capítulo 21

10.37423/220806385

PROGRAMA DE GESTÃO DE CUSTOS (PROCUSTOS): APLICAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO DE SAÚDE

Marco Antonio Martins Lima

IAGEE - Instituto de Avaliação, Gestão & Educação

José Airton Ferreira Lima

IAGEE - Instituto de Avaliação, Gestão & Educação

Resumo: Este artigo apresenta a experiência de implantação da metodologia Programa de Gestão de Custos e Despesas (PROCUSTOS) de domínio do Instituto de Avaliação, Gestão & Educação (IAGEE) aplicada em uma clínica médica de pequeno porte, no estado do Ceará, no período em que a clínica foi restaurada, final de 2021 e ao longo de 2022. A referida clínica caracteriza-se por prestar serviços de diagnóstico e atendimento em várias especialidades médicas, como oftalmologia, cardiologia, ginecologia e outras, atendendo majoritariamente, clientes particulares e alguns convênios. Em sua trajetória institucional, a clínica apresentava deficiência nos controles financeiros e não possuía uma metodologia consistente de mensuração e avaliação dos custos de sua atividade operacional. Com a mudança de sede e melhoria na estrutura física, associadas a planos de expansão dos serviços, impulsionaram a adoção do modelo de gestão de custos e despesas, para garantir, de forma adequada, o controle e otimização dos gastos, aliado as metas de receita e lucratividade previstas em seu plano estratégico.

Palavras-chave: Administração financeira. Gestão de custos e despesas. Orçamento.

1 INTRODUÇÃO

A economia nos serviços de saúde vem ganhando papel extremamente relevante em todo o mundo. Os recursos demandados na prestação da assistência médica, por um lado, apresentam demanda crescente em função de novos serviços, equipamentos e novas opções tecnológica e, por outro, a necessidade de otimizar os recursos limitados para que sejam suficientes no atendimento satisfatório da demanda.

Em meio a um cenário empresarial mais competitivo, os dirigentes das organizações passam a ter necessidade de instrumentos adequados à gestão dos recursos utilizados em suas operações. As pequenas empresas de saúde convivem com os mesmos desafios de uma crescente demanda de gestão profissional, sem a qual não se conseguirá sua viabilização, para não dizer sua própria manutenção e sobrevivência.

O Controle interno e as informações de custos e despesas em clínicas médicas, indiscutivelmente, assumem papel relevante a uma adequada gestão operacional e financeira da organização. O aumento dos gastos em saúde deve ser acompanhado com atenção pelos gestores da clínica.

A eficiência e a eficácia gerencial envolvem certamente a questão do custo. A excelência em saúde, portanto, exige eficácia em custos aliada à qualidade do serviço prestado e consequente satisfação do paciente (cliente). Em se tratando de planejamento econômico-financeiro, a análise de custos auxilia no gerenciamento dos resultados, lucratividade, cálculo de margens por procedimento, direcionamento do trabalho, na identificação de serviços com melhores margens e até mesmos em novos serviços e procedimentos.

Contudo, a gestão de custos em estabelecimentos de saúde é um trabalho complexo, consequência direta da diversidade de serviços prestados e que exige, entre outras condições, a existência de um bom controle interno.

Este artigo analisa a situação do gerenciamento de custos de uma clínica médica de pequeno porte, bem como avalia a metodologia PROCUSTOS e os seus resultados alcançados no período analisado. Para essa análise, identificamos os gastos e sua classificação, utilizando a cadeia de valor de Porter, forma de controle e definição de metas ou teto de gastos mensais, baseado, também, na meta de lucratividade requerida.

Foram objetivos específicos do artigo: mapeamento e classificação dos gastos; preparação e formatação das informações de custos e despesas, análise e suporte para tomada de decisões; apresentação dos resultados do período, bem como os benefícios gerados a clínica.

2 FUNDAMENTAÇÃO E SITUAÇÃO-PROBLEMA

As empresas de pequeno porte apresentam, em grande parte, deficiência em seu controle interno, não dispondo de sistema ou mesmo conhecimento para identificar, registrar e analisar seus gastos de forma eficiente, necessitando auxílio de uma assessoria para corrigir essa deficiência e conduzir a empresa ao alcance dos melhores resultados.

A clínica vinha registrando suas despesas conforme eram executadas, sem nenhuma preocupação gerencial. Com o plano estratégico e adoção de metas de sustentabilidade econômico-financeira (lucratividade), observou-se a oportunidade de melhorar o controle e gerenciamento dos custos e despesas, com a adoção de metas de gastos.

A tendência de redução/otimização de custos e melhoria contínua dos resultados estão presentes e continuarão a forçar as empresas a buscar saídas inteligentes visando sempre crescer e melhorar os resultados (MALVESI, 2000).

Segundo Campos (2009) o gerenciamento dos custos e despesas, diferentemente da receita, está, exclusivamente, nas mãos da empresa, dependendo somente de decisão interna dela. Portanto, conforme o autor, temos que ser os melhores do mundo nesta área. Se formos os melhores em otimização de custos teremos mais tranquilidade para enfrentar os desafios do mercado que são de natureza bem mais difíceis.

Ressalta-se, ainda, que o modelo de Porter da cadeia de valor é proposto por Campos (2009) para a empresa que quer combater eficazmente seus custos, pois ela permite conhecer perfeitamente sua natureza e sua fonte geradora. Conhecendo as atividades primárias e secundárias da organização é possível vincular, organizar e classificar seus gastos e obter os melhores resultados.

Ao reconhecer a importância dos custos para os negócios, o IAGEE oferece a clínica médica uma abordagem eficiente e eficaz para a eliminação dos desperdícios e da ineficiência associada aos seus processos.

3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DO ESTUDO

A empresa objeto deste estudo é uma clínica médica de pequeno porte, organizada como sociedade limitada simples, localizada no município de Itapipoca, no estado do Ceará, cuja finalidade é prover a consulta clínica (diagnóstico e exames) a pacientes particulares ou conveniados de plano de saúde, estando fora deste segmento as urgências, prontos-socorros e procedimentos cirúrgicos. Envolvem também, serviços de odontologia.

A ausência de controles financeiros efetivos e de resultados insatisfatórios foi contratado pela clínica o Programa de Gestão de Custos e Despesas (PROCUSTOS), desenvolvido pelo Instituto de Avaliação, Gestão e Educação (IAGEE).

Trata-se de uma metodologia que busca desenvolver estudos para melhoria da gestão financeira e sustentabilidade organizacional através da implantação de plano para otimização de custos, orçamentos e despesas.

O PROCUSTOS tem os seguintes objetivos gerais:

1. Realizar diagnóstico visando levantar informações, analisar e identificar as lacunas de custos, priorizá-las e atacá-las com metas e planos de ação específicos;
2. Identificar e disseminar as melhores práticas e o controle efetivo dos custos, orçamentos e despesas envolvidos nos processos da organização;
3. Aplicar projeto de mobilização das equipes internas para colaboração no programa;
4. Oferecer uma abordagem eficiente para a eliminação dos desperdícios e da ineficiência associada aos seus processos; r
5. Maior controle e domínio de seus custos e das variáveis relacionadas a sua gestão.

Para realização do projeto faz-se necessário distribui-lo em etapas sequenciais e contínuas, visando abranger e alcançar os resultados pretendidos. Em síntese, as etapas para operacionalização do projeto foram as seguintes:

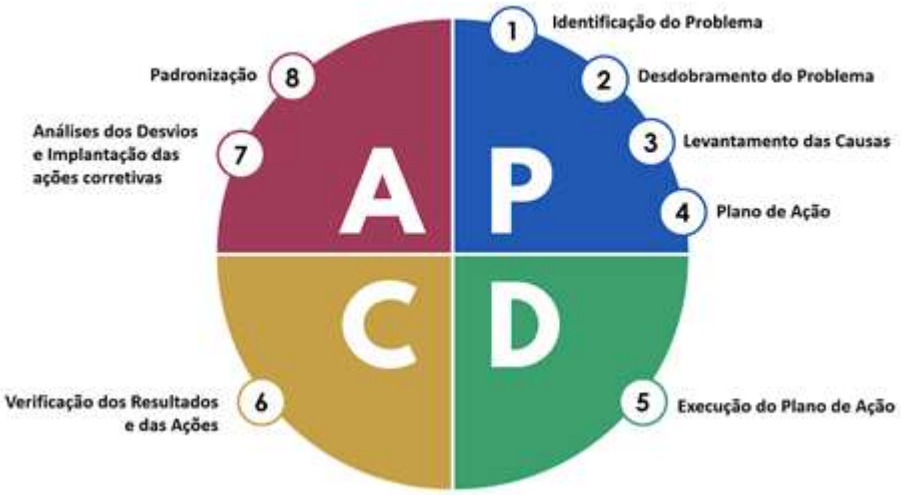
Quadro 1: Etapas de Operacionalização do PROCUSTOS

Etapa	Descrição
1.Alinhamento estratégico com a Direção da organização	Reunião com os dirigentes para apresentar o Projeto e alinhar as expectativas.
2. Diagnóstico com a identificação do problema (objeto da melhoria)	Realizar levantamento das informações gerais sobre custos e despesas, valores e consistência dos registros da clínica. Analisar correlação entre o montante atual dos custos e despesas e a meta de sustentabilidade econômico-financeira definida para a clínica.
3. Estabelecimento da Meta Geral	Avaliar e definir a meta geral ótima para os custos e despesas que será necessária para a empresa, baseado nas metas de sustentabilidade econômico-financeira prevista.
4. Análise das fontes, natureza, causas, valores e variações	Nesta etapa será feita a estratificação do problema maior em várias partes, para melhor identificar as suas fontes, natureza, causas, valores e variações de cada um dos componentes dos custos e despesas identificadas.
5. Elaboração do Plano de Ação e Orçamentos	Concepção de um plano de ação detalhado com recursos necessários, áreas envolvidas, responsáveis, prazos, visando a eliminar as causas fundamentais e conseguir os resultados esperados. Elaboração de plano de comunicação do projeto (endomarketing) junto aos colaboradores para divulgação do projeto. Elaboração de plano de mobilização com reuniões de sensibilização junto às equipes da empresa.
6. Execução do Plano de Ação e Orçamentos	Agir conforme o planejado executando completamente e a tempo todas as ações do plano.
7. Verificação (checagem) do cumprimento das ações previstas	Trata-se de verificar o alcance das metas e a execução das ações previstas no plano de ação.
8. Execução de ações corretivas	Trata-se de ajustes e correção de rumo. A partir da verificação e avaliação do que foi executado, será previsto e executada novas ações para correção ou manutenção dos resultados alcançados.

Fonte: IAGEE (2015).

A forma de condução do projeto fez uso da metodologia PDCA (*Plan-Do-Check-Act* ou Ciclo de Deming), originário da teoria e prática de gerenciamento da qualidade total (*Total Quality Management* – TQM) (Figura 1).

Figura 1 - Ciclo PDCA



Fonte: Adaptado de Campos (2004; 2009).

Foram, também, usados figuras e diagramas, visando facilitar o entendimento, ordenando etapas e permitindo que uma análise imparcial preceda a solução.

Um dos modelos utilizados é o da Figura 2, a seguir, que muito embora sejam óbvios, são uteis como instrumento de comunicação e consequente organização mental das prioridades da empresa e do entendimento dos princípios e principais projetos a realizar.

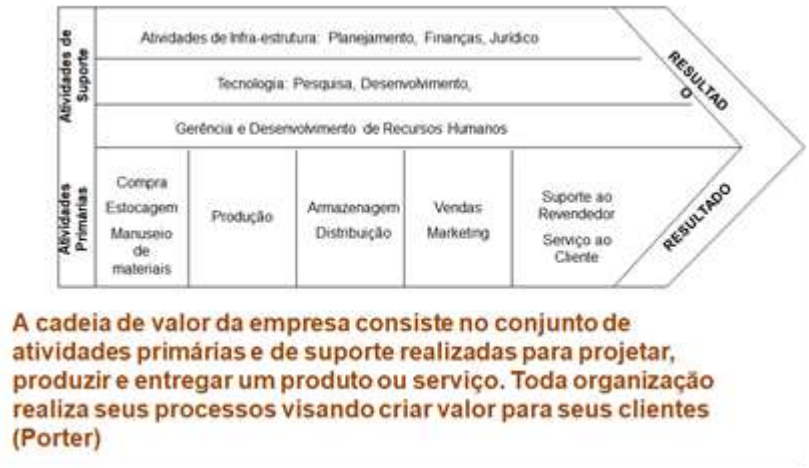
Figura 2 - Modelo simplificado de Geração de Valor na organização



Fonte: IAGEE (2015).

A Cadeia de Valor de Porter (1989; 1991) foi proposta neste trabalho como um grande auxilio no entendimento dos custos e despesas de uma organização. Ao decompor uma organização nas suas atividades de relevância estratégica, torna-se possível analisar a natureza e o comportamento dos custos e despesas, as fontes existentes, assim como potenciais de diferenciação em cada processo de negócio. Assim, em toda empresa observamos as atividades primárias ou essenciais e as atividades de apoio ou suporte (Figura 3).

Figura 3 - Modelo de identificação da natureza dos custos (Cadeia de Valor)



Fonte: IAGEE (2015) adaptado de Porter (1989; 1991).

Com isso observamos que as atividades de apoio são estáticas, ou seja, não variam em função da quantidade produzida ou ofertada. Propoe-se desse modo, chamar os gastos nestas atividades de Custos Administrativos.

As atividade primárias ou essenciais são dinâmicas e variam em função dos serviços prestados. Propõe, neste caso, chamar os gastos dessa atividade de Custos Operacionais, pois estão vinculados a atividade principal da empresa, ou seja, sua operação.

Para se conhecer os custos e despesas da empresa é necessário buscar essas informações nos relatórios contábeis disponíveis ou relatórios do sistema de informações financeiras, conforme prevê o modelo do projeto. Geralmente, o Demonstrativo de Resultado do Exercicio (DRE) complementada por informações do sistema de controle interno é suficiente para conhecer a dimensão dos gastos.

No caso específico da clínica, as informações estavam em planilhas, com a relação de gastos registrada por ordem alfabética de fornecedor. Assim tivemos que identificar cada despesa, organizar e classificar conforme modelo proposto, ou seja, preparar as informações para análise (Figura 4).

Figura 4 - Fonte de Informações de Custos e Despesas

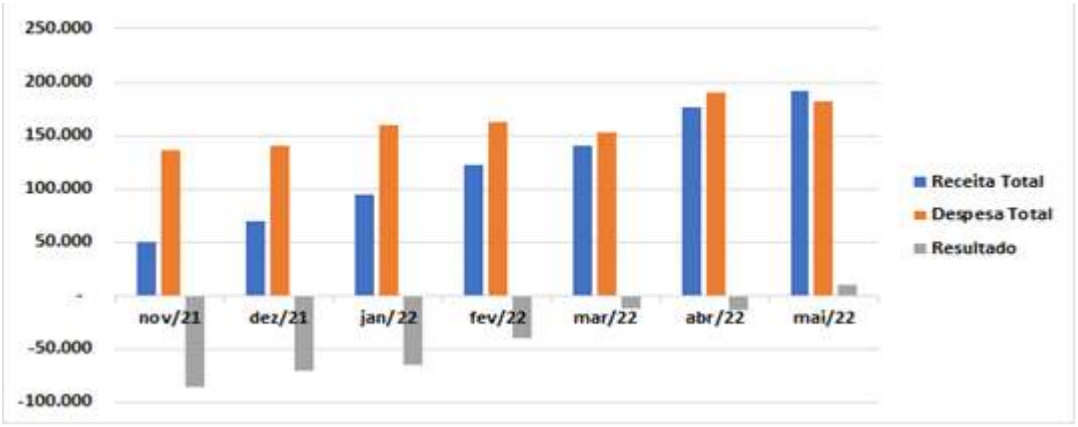


Fonte: IAGEE (2015).

4 ANÁLISE SITUACIONAL E ALTERNATIVAS PARA SOLUÇÃO

Para avaliar a situação atual dos gastos buscamos informações das receitas e despesas totais por mês e observamos os resultados, conforme Gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 - Evolução do resultado financeiro no período nov/21 a mar/22



Fonte: Relatório IAGEE (2022).

Observamos que os gastos totais estão bem acima da receita, tendo como consequência um resultado negativo ao logo do período analisado.

O Planejamento Estratégico da empresa previa uma meta de sustentabilidade econômico-financeira de 10% para o período o que não vinha acontecendo.

Para tanto precisamos reestruturar todas as informações de custos e despesas, criando um plano de contas de gastos, considerando os dois grupos previstos pela metodologia; Custos Administrativos e Custos Operacionais.

Pela reestruturação dos gastos podemos trabalhar com seguintes contas dos Custos Operacionais: custo de serviços, referindo-se aos gastos diretamente ligados aos serviços médicos, fornecedores de materiais médico-hospitalar, tributos e investimentos. No caso dos Custos Administrativos, podemos trabalhar com as contas de despesas administrativas, despesas financeira e despesas de pessoal. Portanto, agrupamos todas as contas de custos e despesas em sete contas, divididas em dois grupos.

Os dados seguintes (Tabela 1) exemplificam a nova estrutura de gastos.

Tabela 1 - Nova estrutura de gastos da empresa

	nov/21	dez/21	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	Total	Média
Receita	**60.150**	**70.210**	**95.100**	**122.450**	**140.621**	**176.456**	**192.120**	**282.824**	**1.139.931**	**122.444**
Custos Operacionais	**64.909**	**47.100**	**72.000**	**76.702**	**65.948**	**68.563**	**67.166**	**55.548**	**517.937**	**66.056**
Custo Serviços	18.080	19.000	17.000	35.902	34.534	32.000	27.400	25.100	209.016	26.274
Custo Tributos	4.258	3.600	18.500	7.800	6.914	12.000	7.782	7.500	68.354	8.693
Fornecedor	7.232	2.500	3.500	8.000	6.500	4.563	6.984	10.948	50.227	5.611
Investimento	35.339	22.000	33.000	25.000	18.000	20.000	25.000	12.000	190.339	25.477
Custos Administrativos	**71.041**	**93.790**	**88.125**	**85.838**	**95.282**	**103.236**	**94.900**	**96.538**	**728.749**	**90.316**
Despesa Adm	35.706	35.000	23.000	25.000	30.000	20.282	22.900	23.500	215.388	27.413
Despesa Fin	351	401	20.740	16.838	20.635	37.099	26.000	26.238	148.303	17.438
Despesa Pessoal	34.983	58.389	44.385	44.000	44.647	45.855	46.000	46.800	365.059	45.466
Custos Total	**135.950**	**140.890**	**160.125**	**162.540**	**161.229**	**171.799**	**162.066**	**152.086**	**1.246.686**	**156.371**
Resultado	- 75.800	- 70.680	- 65.025	- 40.090	- 20.608	4.657	30.054	130.738	- 106.755	- 33.928
SEF	-126%	-101%	-68%	-33%	-15%	3%	16%	46%	-9%	-28%

Fonte: Relatório IAGEE (2022).

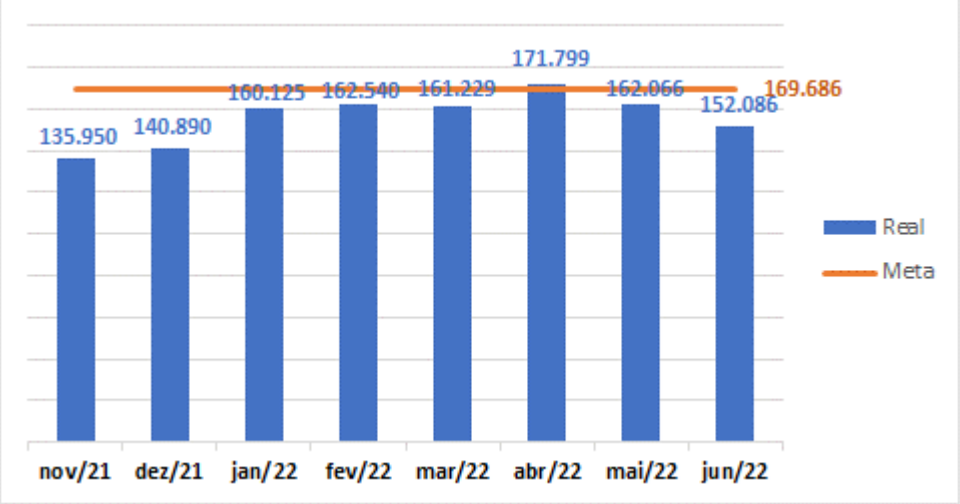
Para definição do teto de gastos ou orçamento de custos e despesas levamos em conta a média dos gastos do período, a nova estrutura da empresa mais ampla e mais bem equipada, a necessidade de investimentos em novos equipamentos, novos serviços e sobretudo a tendencia de mercado na região que apontava para um crescente aumento da demanda pelos serviços da clínica.

Considerando todas essas variáveis estimamos que os custos operacionais poderiam suportar um reajuste médio de 12,5%, dados que são gastos ligado a atividade fim da empresa, pois, se eles aumentam de forma controlada, significa que mais serviços foram realizados e mais receita a clínica obteve, enquanto os custos administrativos poderiam ter uma variação bem menor, de 5,6% a partir da média do período, já que as atividades de suporte não devem variar conforme varia os serviços e procedimentos médicos. Essa estimativa respeitava a meta de receita e lucratividade mínima prevista e com potencial de superação dessas metas.

Desse modo podemos trabalhar com uma meta de gastos mensais e médios que é compatível com a realidade da empresa.

O Gráfico 2, a seguir, retrata o comportamento dos custos totais comparado com o teto de gastos.

Gráfico 2 - Custos Totais x Meta de Custos



Fonte: Relatório IAGEE (2022).

Observamos que o teto de gastos tem sido respeitado, sem prejuízo da qualidade dos serviços que é uma marca registrada da clínica. Com isso o principal desafio do período era gerar receita para atingir a meta de sustentabilidade econômico-financeira.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS

O projeto de gestão de custos e despesa na clínica médica tem como principal objetivo a formação de uma base de dados organizados e prontos para se fazer a gestão eficaz das contas, tendo em vista sua sustentabilidade empresarial nos médio e longo prazos, além de ser um instrumento apropriado de gestão estratégica financeira.

Para a clínica analisada representa um grande avanço em seu modelo de gestão e aprimoramento dos gestores, que sendo médicos trabalhando em consultórios e no atendimento assistencial e clínico, carecem de instrumentos de gestão e um melhor entendimento dos desafios de atuar e conduzir, de forma bem-sucedida, a clínica e torná-la sustentável.

A principal vantagem do PROCUSTOS utilizado pela clínica médica diz respeito ao fato de trazer novos conhecimentos de gestão financeira estratégica e proporcionar aos dirigentes e gestores

oportunidades de melhoria e crescimento contínuo da empresa. Além disso, permite a clínica consolidar e aperfeiçoar a gestão financeira que é baseada em fatos e dados corretos e tempestivos.

Dentre as desvantagens, podemos citar o fato de a empresa não dispor, ainda de um sistema informatizado de controle interno e o registro e controle são feitos em planilhas do Microsoft Excel. Carece, também de pessoal qualificado com conhecimento específico em gestão financeira e orçamentária. Contudo há abertura da diretoria para analisar a contratação de pessoal, bem como, a aquisição de softwares que possa integrar essas informações em tempo real, porém tudo será feito de forma planejada e coerente com a realidade da empresa.

O Programa é flexível e totalmente aderente a realidade da clínica de forma simples e eficaz.

Além disto, os trabalhos propostos foram realizados por consultores apoiados por equipes internas, cujos membros são previamente escolhidos pelas partes (Consultoria e Empresa).

Estas equipes serão responsáveis pela divulgação e perpetuação dos conceitos, critérios e sistemas dentro da Empresa, durante e, principalmente, após o Projeto.

REFERÊNCIAS

1. CAMPOS, V. F. Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia. 8. ed. Belo Horizonte: Editora de Desenvolvimento Gerencial, 2004.

2. CAMPOS, V. F. O verdadeiro Poder. Nova Lima. INDG Tecnologia e Serviços Ltda. 2009.

3. COOPER, R.; SLAGMULDER, R. Redução de Custo com inteligência. HSM Management 40 setembro-outubro 2003.

4. DEMING, W. E. Qualidade: a revolução da administração. São Paulo: Marques Saraiva, 1990.

5. DRUCKER, Peter. Administrando para obter resultados. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. São Paulo: Pioneira, 1998.

6. IAGEE, Instituto de Avaliação, Gestão & Educação. Metodologia PROCUSTOS: Programa de Gestão de Custos e Despesas. Fortaleza: IAGEE, 2015.

7. ISHIKAWA, Kaoru. What Is Total Quality Control? The Japanese Way. Hardcove, 1985.

8. MALVESI, Oscar. Criação ou destruição de valor ao acionista. Artigo da Revista Conjuntura Econômica, FGV, 2000.

9. PORTER, Michael E. Estratégia competitiva: técnicas para Análise de Indústrias e da Concorrência. Tradução: Elizabeth Maria de Pinho Braga. Revisão Técnica: Jorge A. Garcia Gomez. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

10. PORTER, Michael E. Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior. Tradução: Elizabeth Maria de Pinho Braga. Revisão Técnica: Jorge A. Garcia Gomez. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

11. SILVA, J. P. Análise Financeira de Empresas. 5 ed., São Paulo: Atlas, 2001.